

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possim sera posteritate frui

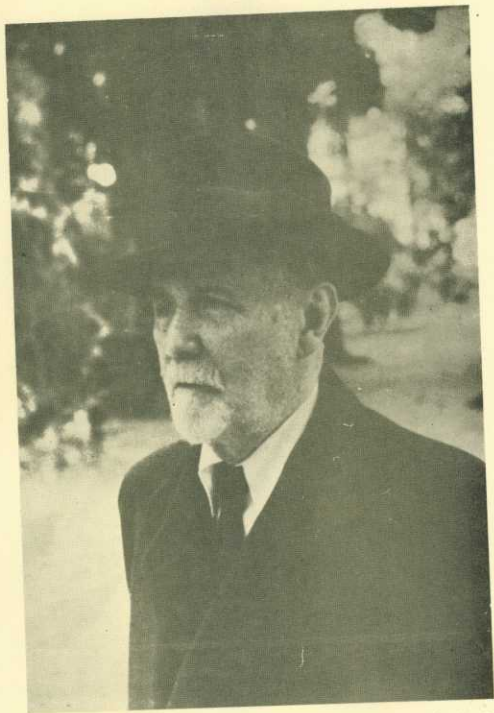


Volume 284 — Julho-Setembro — 1969

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL — RIO — 1970

Número comemorativo do centenário
de Rodrigo Octávio

1866-1966



Rodrigo Octávio de Langgaard Menses
1866 - 1944

PALAVRAS PRÉVIAS

Decidira o Instituto Histórico, pela sua Diretoria, dedicar um número da Revista ao centenário de seu grande benemérito e vice-presidente Rodrigo Octávio, publicando não só as conferências então aqui realizadas, mas ainda as diversas manifestações ocorridas em outros centros culturais do país.

Aguardava somente que o seu digno filho e sucessor nos dois postos paternos nesta Casa entregasse o material que zelosamente reunia. Acontece que poucos dias após comunicar a realização de sua tarefa, Rodrigo Octávio Filho foi também convocado à Eternidade.

Sai, pois, este volume como uma dupla homenagem. A Rodrigo Octávio, a documentação, tanto quanto possível completa, das manifestações de fidelidade aos seus ensinamentos. A Rodrigo Octávio Filho, a prova de que seu carinho filial está convertido num monumento imperecível à glória de seu Pai.

C. da R.

CENTENÁRIO DE RODRIGO OCTÁVIO

1. VIDA E OBRA DE RODRIGO OCTAVIO (*)

CICLO DE CONFERÊNCIAS

PEDRO CALMON

Dignas autoridades, civis e militares, que constituem a Mesa,

Senhores representantes dos Ministros,

Senhor Presidente da Academia, demais autoridades,

Minhas Senhoras,

Meus ilustres consócios e meus Senhores.

Inicia-se hoje, com esta brilhante sessão engalanada pelo honroso comparecimento de Vossas Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores, o ciclo dos atos intelectuais comemorativos do Centenário de Rodrigo Octávio. Quis o Instituto Histórico, que tanto lhe deve, antecipar-se às demais organizações empenhadas em prestar ao grande brasileiro o tributo da sua homenagem. Eis por que aqui estamos. O Instituto, pela palavra do seu orador oficial, presta esta carinhosa homenagem. O tema da minha palestra será uma revisão biográfica, uma apreciação em vasta síntese, da vida exemplar de Rodrigo Octávio. A tarefa, aliás, foi por ele próprio maravilhosamente feita, dispensando quase a contribuição do biógrafo, através daquela série limpa de livros auto-

(*) Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 17 de agosto de 1966.

biográficos. A começar pelo *Coração aberto* e a terminar pelos três volumes das suas *Memórias dos outros*.

O trabalho que me dei é antes de uma recopilação desses documentos, por ele oferecidos como material de construção de uma saudade que tinha, no fim da vida, de si mesmo, acrescidos com a minha própria impressão, que lhe guardei através de uma amizade que foi íntima, leal e prolongada. Assim esta breve conferência será, a um tempo, exterior, no sentido de ser o histórico de uma vida ilustre e longa, e uma contribuição pessoal, o retrato que d'ele farei, como o vi, como o senti, como admirei aquêl mestre impecável de conduta e pensamento, de cultura e de patriotismo.

A primeira parte seja a síntese daquela vida nobre e fecunda. Perguntei uma vez a Mestre Rodrigo — "O Sr. é paulista?" Contestou-me negando — "Não, sou campineiro." Tinha o orgulho velho, exultante da fé gravada. Era da grande Campinas, na época em que havia um pequeno São Paulo; a grande Campinas de 1866. A 11 de outubro abriu seus olhos azuis para a luz daquele céu de cobalto, naquelas verdes campinas donde o nome do lugar.

Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses era filho de Rodrigo Inácio de Oliveira Meneses, baiano (vamos valorizar essa cepa nordestina, que tanto transparece nas qualidades do biografado) e de uma filha de um casal dinamarquês, o do médico Teodoro Langgaard, figura lendária da história de Campinas e também da medicina brasileira.

Rodrigo Inácio chamava-se primeiramente o pai. Mudou de nome depois para Rodrigo Octávio. Esta retificação se deve — explicava-me outro dia o neto, o atual e também grande Rodrigo Octávio, — à popularidade que adquiriu entre os moços da sua geração o seu nome literário. Pediu ao pai licença para modificar o nome nos registros da Academia. Concedida a permissão paterna, passou daí por diante, tirado Inácio do nome, a ser Rodrigo Octávio e começou a engrandecer este nome que legou ao filho, que o tornou maior. Esse baiano da cidade da Barra, Rodrigo Octávio de Oliveira Meneses, liberal inteligente, teatrólogo, político enérgico, teve, bem moço, cargos ilustres que desempenhou a contento. Quando nasceu o filho, êle era delegado em Cam-

pinas encarregado do recrutamento para a guerra do Paraguai. Em 1878, com a ascensão do Partido Liberal ao Ministério, foi nomeado Presidente da Província do Paraná. Morreu muito môço deixando pobre a família. Daí as dificuldades iniciais que constituem o clima melancólico e, ao mesmo passo, o grande estímulo para a carreira futura de Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses. O homem importante, com a morte do pai, dessa família campineira, passou a ser o velho Teodoro Langgaard, que veio afinal para o Rio de Janeiro e aqui morreu, já o neto estudante em São Paulo.

Passa os primeiros tempos, em Campinas, no Rio de Janeiro, com uma viagem fugaz pela Bahia, e passagem por Curitiba, na chacinha do Dr. Murici. De comêço estudante primoroso, com inclinação desenganada para engenharia, narra com humor as suas primeiras tentativas de engenheiro mecânico, construindo um bote de alta propulsão no tanque que havia na chacinha do Dr. Murici. Vem depois o destino inevitável do bacharel que vai para São Paulo impregnado de poesia. É o seu período de iniciação lírica a que vai corresponder, em seguida, no Recife o seu período de iniciação filosófica.

Em São Paulo, foi orientado, ou desorientado, por um estudante boêmio, um pequeno demônio acadêmico que tinha um nome encantado de João de Deus — João de Deus Sampaio — e, no Recife, foi puxado pela mão por aquêlo outro espirito falsamente boêmio porque, no fundo, uma alma dramática e torturada — Raul Pompéia. Do pai é indispensável, penetrando-lhe a psicologia, identificar o legado do espirito liberal, dos sentimentos abolicionistas, quase diria do republicanismo latente. Há um documento disto — é a sua grande amizade com Luís Gama. Quando a família de Rodrigo Octávio, indo do Rio de Janeiro para Campinas, passava por São Paulo era na casa do prêto baiano que se hospedava. Luís Gama foi um dos grandes amigos do seu compatriótico, o politico liberal Rodrigo Octávio de Oliveira Meneses. Ali, naquela casa, que era o quartel general do abolicionismo no planalto em São Paulo, Rodrigo Octávio muitas vêzes morou de passagem pela cidade. Já era a ponte simbólica que no seu destino se traçava entre o conformismo de uma época tranqüila e a inquietação revolucionária à qual aderiria com a violência de sua juventude imaginosa em 1889.

Grande estudante foi, no princípio da carreira, êle mesmo o diz, no tempo tranqüilo em que habitava uma pensão morigerada, a de d. Mariquinha Reginaldo, pensão que fechava a horas certas a porta, na qual os estudantes como em casa de família deviam estudar rigorosamente dentro daqueles prazos dados para o aluno aplicado. João de Deus Sampaio exortou-o a mudar de vida, que o melhor era aproveitar as noites paulistas, ou de estrêlas ou de garoa, fazendo poesia com os estudantes alegres e estudar sim, intensamente, no último mês do ano. Para isto êle teve que mudar de casa porque a dona da pensão se irritou justamente com o fato de chegar várias vêzes fora de hora. Não permitia hóspedes notívagos. Bateu-lhe com as portas na cara. O jovem Rodrigo então, cheio de brio, decidiu aceitar o convite para ir morar na república mineira da rua da Consolação.

A república mineira da rua da Consolação, não era porém como se poderá imaginar um antro onde alguns jovens misteriosos conspirassem contra a severa ordem pública naquele período conspícuo da vida brasileira. A república mineira da rua da Consolação era apenas uma casa onde alguns estudantes, e dois dêles se tornariam famosos, — Gastão da Cunha e João Pinheiro — tinham mais liberdade em seus horários, inclusive essa deliciosa liberdade de não abrir os livros enquanto não se soasse o aviso de que estavam próximos os exames. Esses avisos eram dados pela chave. A chave que depois em conversa, Rodrigo Octávio me contou, e vou aqui revelar o exato simbolismo disto, — era a chave ferrugenta do antigo convento que, quarenta dias antes do término das aulas, era dependurada nas arcadas, em pregos numerados de quarenta a um, de maneira que os dias se escoavam à vista dos estudantes; trinta e nove, trinta e oito, trinta e sete até chegar o dia exato, o dia um, que era o dia do juízo, isto é, o dia que êles deviam mostrar o juízo que tinham, apresentando o resultado dos seus estudos perante uma rigorosa banca examinadora. Rodrigo Octávio explicou-me depois, não pudera contar tudo em seu livro de memórias. A chave realmente era ali posta pela direção da *Bucha* ou da *Burschenschaft*, que era a sociedade secreta criada no evos de 1840, 1841, pelo alemão Júlio Frank. Hoje se sabe: foi um egresso da Universidade de Heidelberg. Seria supostamente o estudante que matou o ministro russo Kotzebue, famoso magnicídio da época romântica, e que, inimigo

dos tiranos, encontrara asilo no meio livre dos estudantes de São Paulo, onde continua, aliás, porque ainda hoje, quem fôr à Academia de São Paulo, encontrará na intimidade de um pátio aconchegado, na sua penumbra, um sepulcro: é o túmulo de Júlio Frank, o criador da *Bucha*, o homem que ensinou aos estudantes da era byroniana da juventude paulista, de 1840 até 1847, o segredo da organização estudantil. Essa organização tinha o estilo maçônico — de um mistério impenetrável. Distingua-se a *Burschenschaft* pela chave. A cerimônia de entrega da chave representava a transmissão do cargo.

O fato é que, de olhos fitos naquela chave, que indicava o nome da organização secreta que velava pelos interesses da classe, via Rodrigo Octávio aproximar-se a época dos exames e os fez mal. Ali já o poeta brotara daquela alma ingênua do loiro e belo rapaz. Já era o cantor que se revelara, o vate dos idílios, na sua época lírica, uma alma apaixonada que se debruçava sobre as promessas e os sorrisos da vida. Eu posso encerrar esse período dizendo que foi a sua época poética, a que se seguiria, no Caxangá do Recife, às margens do Capibaribe, olhando aquela paisagem a um tempo amena e selvagem do nordeste, a época filosófica, realmente a da iniciação cultural, de seu contato, não mais com as ilusões, mas com as realidades da sociedade. Foi quando conheceu Raul Pompéia.

Para resumir este período de formação, direi que se formou bacharel Rodrigo Octávio e, sobraçando o canudo, olhando espantado o futuro, sem saber qual o rumo que tomaria, se achou no Rio de Janeiro, na época mais brilhante da nossa história literária do século XIX, podemos até dizer, com algum exagêro, da nossa história literária em geral; no período boêmio em que, dizia êle, atravessava o sonho na sua mocidade resplandescente à rua do Ouvidor, entre a gravata vermelha de Pardal Mallet e a pilhêria de Paula Ney.

Tornou-se pois, um aderente, sem muito jeito, aliás, para o ofício, do grupo boêmio que tinha uma especialidade, que era o banquete platônico, — platônico não na acepção exata do *Banquete de Platão* — mas, realmente, um banquete materialíssimo, nos restaurantes da cidade; com uma bandeira política desfraldada, — a bandeira democrática; com uma sede rotativa — nas

redações do Rio de Janeiro; com um propósito fixo, o de escandalizar; e com gôsto ousado da vida em todo o seu esplendor e em todo o seu perigo. Foi a época em que se acamaraou com Olavo Bilac, com Lúcio de Mendonça, com Raimundo Correia, com Coelho Neto; época em que conheceu o Rio de Janeiro pré-republicano e a que deu a contribuição da sua inteligência, da sua imaginação e da sua fantasia à espera da primeira oportunidade para encarrear-se sèriamente na vida, quando teve a sua promotoria sertaneja, três promotorias, aliás, que marcaram o prefácio da sua vida jurídica: a promotoria de Santa Bárbara, ao pé do Caraça, naquelas montanhas de minas metalíferas e pitorescas que são as montanhas da terra natal de Afonso Pena; a comarca de Nova Iguaçu; e, finalmente, já aí na República, graças a Campos Sales, campineiro como êle, que lhe deu a mão, seu primeiro protetor, a próspera comarca da Paraíba do Sul.

A República soou para Rodrigo Octávio como uma grande novidade. Tinha, repito, a inclinação republicana, no seu espirito abolicionista liberal, na linha de continuidade ideológica do pai e dos amigos dêste, como Luís Gama. Afervorou o sentimento republicano na companhia alegre, zombeteira, instrutiva, ao mesmo tempo maravilhosa, dos boêmios da geração a que me referi. Estes, porém, dissidentes, porque, no fundo, a república com que êles sonhavam não era a república brasileira, era a república de Cícero, a república utópica, a república poética, colocada no mundo onde as coisas se realizassem segundo a imaginação dos poetas. Para dizer a amarga palavra de Saldanha Marinho após a proclamação do 15 de Novembro, o regíme nôvo não era a república dos seus sonhos. Esta República foi-lhe, porém, sumamente generosa. O compatriço do Ministério da Justiça, Campos Sales, abriu-lhe o caminho para a vida sèria. Promotor público numa grande comarca, obrigado e convidado a estudar, e estudando com seriedade, teve, em seguida, a sua grande oportunidade que foi com Prudente de Moraes; a Secretaria da Presidência.

Uma ligeira meditação sôbre o cargo que hoje se chama chefe da Casa Civil. Rodrigo Octávio criou-o na República. Foi o primeiro chefe da Casa Civil, com o nome de Secretário do Presidente da República. Este cargo de chefe da Casa Civil, pode-se dizer, surge na história das nossas instituições sob o signo nefasto do Gabinete Secreto de D. Pedro I. Deu-se mal com êle o Im-

pério em construção. O primeiro secretário que surgiu do Chefe de Estado foi Francisco Gomes da Silva, injuriado com a alcunha de Chalaça. Ainda há de fazer-se a exata e reparadora biografia desse homem de bem que foi Francisco Gomes da Silva. Sei que estou assombrando o auditório com esta afirmação, mas é a verdade. O homem de bem é um homem fiel, um homem leal. Para resumir basta que se diga, que no exílio do seu protetor D. Pedro I, e até a morte de Francisco Gomes da Silva, foi este o mais leal, o mais humilde, o mais devotado servidor da ex-imperatriz D. Amélia. Agarrado aos seus protetores, com uma constância entenebrecida, — a desmentir, portanto, aquela caricatura ignóbil que dele se fez ao tempo em que exerceu a função, tão impopular porque confiada, no Império nacionalista, a um bom português — era este o homem da intimidade do soberano, dado a aventuras e episódios jocosos. Tudo isto impediu o restabelecimento do cargo, do qual prescindiu durante cinqüenta anos do seu reinado o moralíssimo D. Pedro II, que nunca teve casa civil. Limitou-se à Mordomia para os assuntos administrativos e aos seus semanários, que serviam de secretários eventuais. Surge o nôvo regime e verifica-se que não podia a presidência dispensar uma secretaria que lhe fôsse a sede dos serviços, irradiando as ordens e coordenando as atividades peculiares ao alto cargo. O primeiro que montou este serviço foi Rodrigo Octávio. E de tal maneira se houve que o cargo ficou, tornou-se desde aí um apanágio de brasileiros eminentes e já hoje não se discute a sua importância e a sua significação. E o seu ingresso na vida pública, Abre-se para êle a porta para o prestígio, para as responsabilidades que desempenhou, daí por diante, de uma maneira admirável.

O jurista revelara-se em contato com um grande advogado, de cujo escritório saiu para colaborar com Prudente de Moraes: Carlos de Carvalho. Este foi o grande mestre de Rodrigo Octávio. Raul Pompéia o iniciou num humanismo contraditório daquela época, na filosofia materialista e dialética, na literatura francesa em tudo aquilo que constituiu a bagagem intelectual de um jovem bacharel ansioso por influenciar na vida pública. Carlos de Carvalho, ao contrário, pôs-lhe nas mãos os códigos, ensinou a manejá-los, introduziu-o nos auditórios e fez um grande advogado naquele escritório movimentado, um dos mais ilustres do Rio de Janeiro;

o do Ministro das Relações Exteriores do Marechal Floriano Peixoto, de quem se pode dizer, com verdade, que ganhou a guerra civil em favor da legalidade com a sua atuação pontual e tulinante no caso do bloqueio naval do Rio de Janeiro. Naquele escritório próspero e ativo, Rodrigo Octávio criou a sua personalidade de advogado.

Habilitou-se a conhecer o direito, tornou-se mestre do direito e até, muito jovem ainda, legislador. Foi ele quem deu a primeira forma a uma lei famosa de 1894, relativa aos direitos políticos decorrentes do regime vigente. Foi Procurador Seccional da República, e depois, Consultor Geral da República. O internacionalista madruça na intuição dos nossos problemas exteriores, em contato com as questões a cargo do Itamarati, um pouco, também, em virtude da especialidade que adotaria na cátedra do Direito Internacional Privado. Abro parêntesis para dizer que ele criou esta disciplina na nossa Faculdade de Direito. Fecho o parêntesis declarando que era o primeiro grande contato que tomava com a legislação brasileira, contato e articulação com a vida exterior e em seguida, seduzido pelas grandes comissões que o levaram por todos itinerários da carreira diplomática. Sabemos que lá estava em Haia ao lado de Rui Barbosa. Presidiu a primeira delegação que foi à Liga das Nações. A sua assinatura aparece no Tratado de Paz de Versalhes, ao lado da de Calógeras, pois Raul Fernandes, ausente, em virtude do estado grave da sua mulher, não pôde comparecer ao ato final da conferência de 1919. Árbitro em numerosos tribunais internacionais foi, em breve, um dos homens de mais evidência deste país.

É preciso dizer duas palavras a respeito da Academia Brasileira que deve a Rodrigo Octávio boa parte da sua criação. Homem de letras completo em 1895, já aí era Rodrigo Octávio autor discutido daquele compêndio cívico que foram as *Festas Nacionais*. Entrava ele na *Semana*, periódico de Valentim Magalhães, pela mão de Raul Pompéia naquele período que antecede a sua carreira forense, numa época em que atarantadamente os escritores no Rio de Janeiro procuravam agremiar-se numa instituição, que fôsse, a um tempo, academia e sociedade beneficente: Sociedade Protetora dos Homens de Letras. Com esta idéia chegou-se em 1883 a formar-se uma Associação dos Homens de Letras que se esgotou na primeira sessão, uma sessão oferecida

em honra do ministro argentino Quesada. De certos discursos originou-se logo uma dissidência. O presidente era Pereira da Silva. Malogrou-se a tentativa. Os propósitos defensivos da classe, da Associação dos Homens de Letras, foram deixadas de lado, e os escritores procuravam uma maneira de agrupar-se de forma acadêmica. Sabemos que Josué Montelo já escreveu suficientemente a respeito. Correm por aí várias histórias da Academia Brasileira. O essencial é dizer-se que lá estava, na primeira linha, Rodrigo Octávio, por uma razão muito simples: ele era dos falsos boêmios da primeira hora. Digo dos falsos boêmios porque realmente a sua boêmia era meramente imaginativa.

Tornou-se um pai de família exemplar, um homem impecável. Leia-se-lhe a obra autobiográfica, onde não se encontra, apesar de nela faiscar, de vez em quando, uma frase maliciosa, por onde se observe qualquer transigência no que se referia aos bons costumes. Falso boêmio, conta-nos ele como se tornou sistematicamente abstermido, depois de uma desastrosa carraspana em que se julgou muito humilhado. O casamento lhe deu a felicidade. Satisfez-lhe o coração. A vida absorveu-o com seus encargos. Entretanto, continuou companheiro assíduo daqueles boêmios inveterados de quem se aproximava em virtude da afinidade intelectual. Falso boêmio na acepção de um boêmio puramente imaginativo. A sua alegria era uma alegria pura, eu poderia para ser cruel, como todo diácono, dizer que era uma alegria burguesa, uma alegria satisfeita, de homem que, sem ter verdadeiramente conhecido o pecado, acha-o estético e o contempla dos outros. Com isso, plenamente solidário com aquele grupo buliçoso e dividido, que afinal adquiriu uma unidade inesperada, como se fôsse uma orquestra de desconhecidos instrumentos sob a batuta de um maestro irresistível, sob a serena e estética presidência de Machado de Assis. Machado de Assis coordenou o grupo. O impulso foi de Lúcio de Mendonça, o impeto de Medeiros de Albuquerque e as instalações de Rodrigo Octávio. Aquelas aves sem pouso, ele ofereceu o refúgio de seu escritório. Acomodou a Academia, no período franciscano em que ela iniciava os primeiros passos. Essa fidelidade às letras, esse amor à cultura, esse gosto ao estudo, essa arte de escrever foram as constantes, desde aí, da sua vida.

Não lhe citarei os livros em prosa depois do que se lhe estancou a torrente lírica, direi, apenas, que o jurista também, numa superação inevitável, faz com que o escritor detenha a pena empregada até aí na ficção. Começa a escrever os seus livros de direito. Em 1906, professor de Direito Internacional Privado, grande jurista, internacionalista, ganha, repito, um renome internacional. Conheci-o com intimidade numa viagem que juntos fizemos, no esplendor dessa situação, em 1936, visitando Buenos Aires. Não se pode imaginar o que foi aquela viagem. Rodrigo Octávio era conhecido no México, conhecido no Peru, conhecido na Europa, era porém, amado na Argentina. E havia ali um Rodrigo Octávio local, que era o velho Rodolfo Rivarola, que desempenhava na cultura argentina uma função patriarcal, única. Ele era o chefe moral da comunidade acadêmica, era o homem que dizia a palavra definitiva nos problemas da cultura. Era como um irmão de Rodrigo Octávio. Foi então, que eu o vi, recebido com apoteose nos meios argentinos. Estas ligações como uma comunidade de lares, êle as apurou e requintou no período em que foi embaixador no Rio de Janeiro Ramón Cárcano.

Não sei se estarei certo, mas proponho que se diga que foi o período áureo de sua vida, aquela época do diálogo estabelecido entre Cárcano e Rodrigo Octávio. O eixo da política Brasil-Argentina escapou aos polos normais por onde deveria passar para se transferir para a rua das Palmeiras, para a casa de Rodrigo Octávio e para a Embaixada Argentina, na Praia do Flamengo, na casa que fôra do Barão de Cotegipe, de cujo tempo conservava valetudinário um coqueiro — "el coquetero del Barón", como dizia ufano Cárcano. Época em que os jantares e os almoços do período heróico da boêmia eram reproduzidos, porém numa versão platina. Ramón Cárcano, estancieiro em Córdoba, importava diretamente das suas fazendas as melhores espécies da cozinha argentina. E aquilo tudo era presidido a meias, por êle e por Rodrigo Octávio. Um período em que confraternizaram os dois poetas, porque na realidade o eram o argentino e o brasileiro, conversando quotidianamente a lingua da amizade.

Foi nesse período que privei com o espirito maravilhoso de Rodrigo Octávio, homem (já aí, passo a descrevê-lo como o conheci), otimista e amado, irrequieto, rindo por tôdas as rugas do rosto, com um leve cavanhaque branco de mosqueteiro velho. Era

uma alegria pura, poética, ingênua num coração que facilmente se enternecia e com um conhecimento profundo de tudo adquirido através de uma vida que trouxera de todos os cantos do mundo um pouco de formação, de ternura e de conhecimento.

Tinha duas casas: uma à Rua das Palmeiras, seu solar; outra na Tijuca, a sua vilegiatura. Ali, aqui recebia fidalgamente os amigos. O seu convívio girava em torno da sua biblioteca. Amando as letras e amando o Brasil era um professor de entusiasmo. Já o conhecia eu, através desse contato ligeiro que trava o estudante com seu mestre, quando fui aluno dele na Faculdade de Direito, daquele hermético Direito Internacional Privado que legou, com os privilégios da especialidade, com seu exclusivismo, diria, a Haroldo Valladão, o seu mais dileto discípulo. Naquela época, em 1925 ou 1926, ainda ele tinha aquela cabeça aloirada a que se refere nos seus livros de *Memórias*. Caneceu depressa, mas não soube nunca, sabendo tudo, envelhecer. Devo-lhe em boa parte o meu ingresso na Academia, onde oito anos fui seu confrade. Todos os domingos procurava-o na sua casa para continuar com ele aquêlê diálogo que só a morte interrompeu e, auscultando as suas confidências, cada vez mais o admirava.

Tinha a respeito dos graves problemas nacionais opiniões nítidas e perfeitas. Sobre o direito que professava, muitas teorias próprias, algumas, no âmbito internacional, ele sustentou e hoje se integram na cultura universal. Darei apenas dois exemplos: reivindicou para o Brasil, porque o seu patriotismo era militante, permanente, a primazia do pan-americanismo, quando definia o tratado de 1750, negociado por parte de Portugal pelo santista Alexandre de Gusmão, vendo ali, naquela cláusula — que dizia que rôtas as relações na Europa entre a Espanha e Portugal, essa beligerância não passaria o oceano e os portugueses do Brasil e os seus vizinhos continuariam em paz como se guerra não houvesse entre as suas metrópoles, — uma como aglutinação interamericana prévia ou indicativa dessa unidade continental a que Rodrigo Octávio tanto servia. A outra idéia era a origem americana do Direito Internacional. A ele devo as primeiras informações a respeito. Esta tese propagou-a ele, e hoje é uma tese triunfante: a de que o Direito Internacional formou-se graças à necessidade de uma doutrina que dignificasse indígena em face do estrangeiro, que desse à pessoa humana do índio um tratamento humano, que

impusesse normas ao estrangeiro em face do índio, normas essas que, aplicadas à pequena coletividade indo-americana, devia generalizar-se transformando-se nas grandes normas do Direito das Gentes. Essa origem americana do Direito Internacional. A posição do índio no Direito Internacional, motivo do famoso ciclo de suas conferências em Haia, essas idéias lançadas no campo internacional, davam um sentido nacionalista à sua pregação: interesse que êle manifestava pela presença do Brasil, para que se nos reconhecesse na linha histórica uma coerência: a coerência na defesa dos direitos que, de um lado, criaram o pan-americanismo, doutro lado criaram o Direito Internacional moderno.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Rodrigo Octávio era um homem modesto, embora o seu livro *Coração aberto* comece pelo *moi haïssable* de Pascal. Era um homem modesto, apesar de ter falado tanto de si nos seus livros de *Memória*. Era um homem modesto no sentido de ter um grande pudor em contar aos outros, fora da sua literatura, os seus próprios feitos. Entretanto êstes irromperam de sua vida, em forma de uma apologia que irradiou e que aqui hoje nos congrega, como uma consequência de duas circunstâncias — primeiro: a irradiação de sua personalidade, e eu poderia defini-lo como o homem gregário por excelência. Nunca pôde estar só. Era o exemplo do homem que só é feliz em companhia dos amigos. Era o homem da casa aberta e do *coração aberto*. Homem que vive em coletividade desde o início da carreira, que em coletividade dá os primeiros passos e cria, em coletividade, as instituições correlatas à coletividade e que, rodeado de amigos, fazendo à medida que vivia mais amigos, havia de ser lembrado dêles. A outra circunstância, o sentido público, desinteressado, exterior da sua vida honesta. São duas razões que fazem com que a posteridade o recorde.

Tiro da sua obra dois fatos para transformá-los em apólogos aplicáveis à sua biografia: o primeiro é o caso da máquina e o segundo é o caso da coruja. Conta Rodrigo Octávio que criança, nos braços maternos, chorava muito ao apitar a máquina do comboio que o levava de Campinas para São Paulo e de tal

maneira que, a pedido do pai, o maquinista silenciou a locomotiva. Realmente, a sua vida foi isso mesmo. Impôs silêncio em homenagem ao seu espírito para que êle falasse, para que o ouvissem. Um dia, criança, cai-lhe no quarto em que morava uma coruja. Horrorizou-se com o bicho, causou-lhe isto grande medo. O avô, Teodoro Langgaard, mandou empalhar a ave. A ela se habituou, tornou-se um brinquedo, não podia mais viver sem a coruja, isto é, domesticou as forças brutas da vida, como que transformou o mal no bem, adaptou-se às conjunturas e soube ser feliz vendo o outro lado da vida, êste outro lado em que os bichos que metem medo são brinquedos nas mãos das crianças.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A vida dêsse grande brasileiro, que foi extremamente feliz como homem público, porque soube transformar as próprias lágrimas de dor, e muito as chorou, em motivos poéticos, é um exemplo para a posteridade. As suas lições de civismo dignificam o homem brasileiro. Esta Casa devia-lhe esta homenagem. Do historiador, do internacionalista, do jurista, do homem de letras, falarão outros oradores, conforme programa analítico que permitirá que se lhe apreciem, de todos os ângulos, a personalidade poliédrica. Limitar-me-ei neste esboço biográfico, que peca pela generalidade mas ganha pela efusão, a dizer que essa vida integral de um poeta, que foi jurista, e de um escritor, que foi homem de estado e internacionalista, homem da humanidade, que esta vida representa um patrimônio de glória para o país. Rodrigo Octávio ainda continua presente na saudade dos que tiveram, como eu, a fortuna de com êle privar. Parece que ainda o vemos, na irradiante simpatia dos seus filhos, na sua loquacidade comunicativa, no seu sorriso franco e otimista, na festa que era êle mesmo, enquadrado dentro dos ambientes que soube criar: o ambiente da Academia, como êle a imaginou; o ambiente do Supremo Tribunal Federal, com a dignidade que lhe era inerente; o ambiente do Instituto, com esta sua severidade específica; e o delicioso, o amável, o incomparável ambiente da família em que, patriarca, se equiparava aos netos naquela ternura distributiva com que a todos galardoava, transmitindo a todos a poesia interior que foi a constante de sua vida.

Grande brasileiro Rodrigo Octávio e no seu centenário o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro presta-lhe a homenagem devida. Honrando a nobre figura daquele brasileiro eminente, estamos honrando, nas suas grandes qualidades, o cidadão exemplar que bem mereceu pela sua inteligência, pelo seu espírito, pelas admiráveis qualidades da sua alma impoluta e nobre.

2. RODRIGO OCTAVIO, MEMORIALISTA (*)

FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA

Ao escrever sobre *Coração aberto*, publicado em 1928, mas escrito em 1919, no seu famoso rodapé de crítica literária, surpreendeu-se Tristão de Ataíde com a funda melancolia desse «livro de saudades», que trazia no pórtico uma sombria sentença de Schopenhauer: «A história de uma vida é sempre a história de um sofrimento.» Dizia o crítico: «Todos que conhecem o Sr. Rodrigo Octávio conhecem um homem exuberante, sadio, sangüíneo, sociável, amigo de boas risadas, cheio de otimismo, cercado de amizades fiéis, recompensado pela própria vida — em situação, prestígio, postos de relêvo, renome — dos seus méritos inegáveis. E no entanto irão encontrar nesse livrinho outro homem muito diverso, nostálgico, melancólico, interior, que fala da solidão em palavras repassadas de uma suave ternura que vem direto do coração.»

Eu conheci Rodrigo Octávio já encanecido, mas ainda no esplendor da sua irradiante simpatia pessoal e impressionante vivacidade num ancião, ao tempo em que me iniciava na imprensa e fazia, juntamente com Odilo Costa, filho, amigo sempre querido, a ronda jornalística da Academia Brasileira de Letras. Éramos então dois adolescentes bisonhos, e quem sabe alimentávamos o secreto desejo de um dia envergar o fardão flamívomo, espadim à cinta, e sentar numa daquelas cobiçadas poltronas azuis. Desculpe-me Vossa Excelência, Senhor Presidente, acadêmico ilustre que é, a confiança talvez inoportuna, mesmo porque não fui convocado pelo Instituto para falar das minhas memórias, e sim

(*) Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 24 de agosto de 1966.

para dissertar, como puder e até onde chegar o meu engenho e arte, sôbre o Rodrigo Octávio memorialista, no curso comemorativo de centenário de nascimento do eminente cidadão e publicista.

No mesmo artigo a que me reportei de início, Tristão de Ataíde lamentava a pobreza do gênero entre nós. «Se me perguntassem qual a maior lacuna de nossa literatura, penso que diria ser a ausência quase que sistemática de «correspondências» e «memórias». Vazio que nada, que nenhuma forma de crítica ou de história consegue preencher. Uma literatura em que não há correspondências e memórias dos grandes autores ou dos pequenos comparsas é uma literatura que não tem a estima de si mesma, que não tem consciência de sua permanência.»

O gênero é antigo. Remonta a Xenofonte, mas começou a se multiplicar em obras importantes depois do século XVIII, com a publicação das *Memórias* do Cardeal de Retz e logo depois de Saint-Simon. Tornou-se tão profusa a bibliografia de memórias, diários e correspondências em outras literaturas, que os historiadores, mormente os metodologistas da história, passaram a estabelecer critérios rigorosos para a sua aceitação como material de trabalho, prevenindo os iniciados sôbre a falibilidade desses testemunhos. Wilhelm Bauer, mestre alemão, aconselha por exemplo que a leitura de tais obras deve ser precedida de duas indagações fundamentais. Primeira: estava ou não o autor na situação de dizer toda a verdade acêrca dos acontecimentos que relata? Segunda: pretendeu realmente o autor dizer toda a verdade? O nosso José Honório Rodrigues, mestre brasileiro, é ainda mais radical: «As memórias são de pouca fidedignidade, porque contêm notícias tendenciosas, mentiras e calúnias, especialmente quando são de estadistas, diplomatas e militares, preocupados com os contemporâneos ou com a posteridade.» E mais adiante: «Inveja e vaidade, ressentimento e antipatia são de regra os impulsos psicológicos dos memorialistas.»

Menos exigente e mais compreensivo foi o insigne Benedetto Croce, no seu grande livro, *A história, pensamento e ação*, ao tratar da história que chamou «anedótica», mas no outro que a palavra veio a adquirir posteriormente, isto é, do relato de coisa acontecida. «A anedótica — observa Croce — não é a história, mas

tem sua intrínseca e boa razão, e os amores com ela não são em absoluto amores ilícitos.» E prossegue, noutra passo: "As notícias da anecdótica devem ser ou reputar-se como coisas acontecidas, e somente dêste modo satisfazem a necessidade do que se descreveu. Certamente, tal caráter, que lhes é indispensável, de coisas acontecidas, não as torna 'históricas', porque históricos são os fatos só enquanto pensados no desenvolvimento histórico, e aquelas notícias estão fora de tal conexão". Em suma, a conclusão do mestre italiano é a seguinte, a respeito da controvérsia sobre o testemunho: «Negar-lhe fé por hipercrítico ceticismo é tão indiscreto quanto o extremo oposto da tóla credulidade.»

No Brasil, a literatura de testemunho começa com a carta de Pero Vaz Caminha. E possui uma grande significação, a partir mesmo do período colonial, sendo despidendo citar aqui os numerosos exemplos de roteiros, cartas, memoriais, notícias e impressões de viajantes. Um dos maiores livros da nossa historiografia é o depoimento de Armitage, «desde o período da chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de Dom Pedro I em 1831.» Creio não proferir uma heresia considerando mais valiosa, do ponto de vista estritamente historiográfico, a obra de Tobias Monteiro reunida em *Pesquisas e depoimentos para a História e O Presidente Campos Sales na Europa*, e em especial a introdução dêste último, que os três alentados volumes sobre a elaboração da independência e a história do Primeiro Reinado. Tobias Monteiro, antes memorialista que historiador, via melhor de perto...

Do ponto de vista literário, mas sem deixar de valorizar o lado documental, social e humano de cada uma, alinham-se, no primeiro plano das nossas grandes obras: *Minha formação*, de Joaquim Nabuco; *Infância e Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos; *Minha vida de menina*, de Helena Morley; *Meus verdes anos*, de José Lins do Rêgo; *O galo branco e As florestas*, de Augusto Frederico Schmidt; *Itinerário de Pasárgada*, de Manuel Bandeira; *Segredos da infância*, de Augusto Meyer; *Explorações no tempo*, de Ciro dos Anjos; *Todos contam sua vida e Encontros com a vida*, de Vivaldo Coaracy; *Memórias de um soldado legalista*, do Marechal Estêvão Leitão de Carvalho; *Manhãs de São Lourenço*, do próprio Tristão de Ataíde, além do capítulo da Casa Azul, ainda não publicado em livro; mais

recentemente, os quatro volumes das memórias de Gilberto Amado, os dois volumes de *A alma do tempo*, de Afonso Arinos de Melo Franco.

Já não poderá Tristão de Ataíde lamentar a inexistência de grandes livros do gênero mais discutido pelos historiadores, e por isso mesmo dos mais apaixonantes, como sendo «a maior lacuna da nossa literatura», se juntarmos os três volumes de *Minhas memórias dos outros* a todo este elenco, respeitável pela quantidade e também pela qualidade, no entanto apenas enumerado, sem qualquer intenção exaustiva, certamente com omissões lamentáveis, mas sem esquecimentos voluntários.

É esta sem dúvida a maior contribuição de Rodrigo Octávio à literatura, ainda que não o seja à história propriamente dita. Escrita no limiar dos 70, em meio «da neblina que sobre as coisas passadas estendem os anos», faz lembrar, com ou sem propósito, as anotações de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond à sua biografia, ditadas a esta mesma idade (Drummond já estava cego), recordando episódios e figuras da luta pela independência, tempos em que, aos 28 anos, prestou serviços a José Bonifácio de Andrada e Silva, às vezes como secretário, outras como correligionário e amigo. Rodrigo Octávio, aos 28 anos, foi secretário da presidência da República, no governo de Prudente de Moraes, e por isso mesmo testemunha e participante do restabelecimento da ordem civil no Brasil, após o surto militarista do deodorismo e do florianismo.

Logo nas primeiras páginas de *Minhas memórias dos outros*, adverte honradamente Rodrigo Octávio acerca da sua conduta política: sempre foi republicano — «manso, a princípio; vermelho, mais tarde; tolerante, por fim.» Na Academia de Direito de São Paulo, onde se matriculou antes de completar 17 anos de idade, em contacto fraterno com Raul Pompéia e João Pinheiro, recebeu por contágio a febre do republicanismo. Era a epidemia da idéia nova que pegava em qualquer rapaz sadio e bem comportado, e vinha grassando, cada vez mais intensa, ao impacto das crises políticas, sociais e econômicas que apressaram a dissolução do Império, agrário e escravocrata, a partir da década de 70, ao

remate da Guerra do Paraguai. Nação dividida entre senhores e escravos, o Brasil enfrentaria a primeira dessas crises com a libertação dos nascituros (1871), golpe terrível desferido pela monarquia contra a propriedade servil, que faria engrossar as hostes dos descontentes, especialmente em São Paulo, com a lavoura cafeeira em plena expansão, e sendo o café, já naquela altura, o nosso principal produto de exportação.

Quando Rodrigo Octávio inicia os estudos jurídicos, na década seguinte, o abolicionismo adquirira contudo um ritmo maior que o republicanismo. E, para os estudantes, tornara-se uma questão de honra prosseguir até o fim, depois da morte de Luis Gama, o grande líder negro, o «amigo de todos», sobretudo dos jovens, cujo entérro, em fins de 1882, descrito por Raul Pompéia em página antológica, mostra a extraordinária ressonância da pregação contra o escravismo, no imenso cortejo popular atravessando a cidade de um lado a outro, do Brás ao Cemitério da Consolação, e que durou três horas, cortejo que irmanou o opulento Martinico Prado a um pobre negro anônimo, «esfarrapado e descalço», a carregarem ambos «orgulhosamente, triunfalmente, o glorioso caixão.» Meses depois, ingressa Rodrigo Octávio na Academia de Direito, sob a impressão ainda bem quente do solene juramento da multidão junto do esquife de Luis Gama, para que não se deixasse morrer a idéia pela qual vivera aquele que fôra o ídolo de toda uma geração de estudantes, a geração acadêmica de Raul Pompéia, João Pinheiro, Edmundo Lins, Carlos Peixoto, Alberto Tôrres, Davi Campista, Vicente de Carvalho, Lúcio de Mendonça, Raimundo Correia e tantos outros, a geração que foi também a de Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses.

Neto de dinamarqueses, pelo lado materno, filho e neto de baianos, nascido em Campinas e criado na Côte, foi sempre um menino de cidade. Sua família não tinha qualquer ligação com o patronato rural que dominava a nação, e em particular o Partido Conservador. Seu avô era médico, o Dr. Langgaard (Langgöör seria a pronúncia correta). O pai, advogado, Rodrigo Octávio de Oliveira Meneses, sem prosápia nem fortuna, filiado ao Partido Liberal, e que muito moço, ao iniciar-se uma nova situação liberal, com a ascensão do Gabinete presidido por Sinimbu, exerceu a presidência do Paraná. Morreu aos 40 anos, pouco antes de o filho concluir os estudos de humanidades, repartidos em diferentes

colégios, no Rio de Janeiro, em Curitiba, num internato em Vasouras e finalmente no Rio de Janeiro, de novo, peregrinação que está descrita no *Coração aberto*, livro de memórias escrito de um jato, em Paris, no ápice da sua carreira de escritor, historiador, jurista, magistrado, professor, publicista.

As recordações do estudante não são lá muito favoráveis ao ensino do tempo, e nem justificam a fama do que era pomposamente chamado Imperial Colégio de Dom Pedro II. Pelo menos dois professores são massacrados pelo memorialista: Garcia, lente de Português, chamado Canário do Reino, «pela brancura quase nivea de seus cabelos louros», e José Francisco Halbout, lente de Francês. O depoimento me parece importante e digno de ser lembrado. «Nas aulas de Português, — escreveu Rodrigo Octávio — o professor, sem relêvo nas explicações, glacial na expressão e no gesto, adotava uma gramática cuja nomenclatura divergia em todos os pontos da que servira ao estudo do ano anterior, de modo que era preciso, para tirar proveito do novo estudo, começar por esquecer o que fôra aprendido no ano anterior; na aula de Francês, as exigências do professor, ríspido e intratável, atemorizavam o estudante, e lhe tiravam tôda a disposição para o aproveitamento do ensino. Depois de haver eu assistido a diversas aulas de um e outro desses professores, meu pai tomou a resolução de me tirar dêsse colégio, e dessa vez, ai de mim!, fui pôsto num internato.»

A perda do pai, tão amigo e tão carinhoso, será a primeira sombra a povoar a «precoce melancolia» de Rodrigo Octávio, ao fim dos preparatórios, e a caminho de São Paulo, a Meca republicana, que ainda conservava os ares de «uma aldeia em que o estudante era o dono.» É o avô quem o acompanha, o Dr. Langgaard, com os seus 70 anos bem vividos, mas ainda bastante rijo na sua máscula compleição: «um belo velho, de claros olhos azuis, cabelos e suíças brancas», o avô que vem a falecer pouco depois, quando o neto apenas havia terminado o primeiro ano jurídico e mal tomara conta do quinhão de propriedade no burgo estudantil. Mais do que simpático, um rapaz bonito, esfusiante, polido, mas tôda a sua alegria era para efeito externo. Na verdade, tornara-se

nostálgico e melancólico. Amava a vida interior. E preferia o recolhimento dos estudos às patuscadas das rodas boêmias. Esta afinidade de temperamentos será decerto a chave da amizade profunda que uniu, desde estudantes, Rodrigo Octávio a Raul Pompéia.

Aluno do terceiro ano, «colaborador entusiasmado de Luis Gama», e um dos donos incontestados da cidade, Pompéia seria o doutrinador do «manso» Rodrigo Octávio, primeiro em São Paulo, na pensão da rua do Chá; depois no Recife, onde vão morar juntos, a princípio num segundo andar da rua do Livramento, mais tarde na Capunga, finalmente em Caxangá, lendo os mesmos livros, debatendo as mesmas idéias, recebendo o colega mais moço a poderosa influência desse convívio, que havia de perdurar em Rodrigo Octávio por toda a existência, mesmo depois do trágico desaparecimento do amigo, com um tiro de revólver, ajustado o cano da arma bem junto ao coração do suicida.

No Recife, dominado pela presença de Tobias Barreto, Raul Pompéia e Rodrigo Octávio passam imunes sobre a onda de haeckelismo, talvez pela indiferença do mestre sergipano à propaganda republicana. Pompéia era um racionalista, atualizado nos estudos de filosofia de seu tempo, mas com uma dose não pequena de misticismo, conforme notou Araripe Júnior, ao classificar o romancista de *O Atenu*, de feitio tão pessoal, como «um realista subjetivista.» De qualquer forma, não o satisfaria nem o esquematismo comteano, tampouco aceitaria o haeckelismo, haurido em fontes francesas ou através das preleções de Tobias Barreto. Possivelmente, àquela altura, procurasse devassar alguma coisa de novo na filosofia do inconsciente e no realismo transcendental de Hartmann, autor que não lhe seria estranho, como certamente não o era Schopenhauer, tal a paixão da leitura em Raul Pompéia que, simples colegial, à frente do Grêmio Literário Amor ao Progresso, aparece discutindo com outros meninos da sua idade as idéias de Büchner e de Spencer.

Todas essas correntes do pensamento racionalista ajudaram, de resto, a empurrar o barco, no processo da liquidação do regime monárquico, até o desaguadouro do Quinze de Novembro, como observaria agudamente Euclides da Cunha, ao traçar, num dos

seus lampejos, a síntese da *intelligentsia* brasileira da época, quase que poderia dizer a síntese da *intelligentsia* do período acadêmico de Rodrigo Octávio: «As novas correntes — escreveu Euclides da Cunha —, forças conjugadas de todos os princípios e de todas as escolas — do comtismo ortodoxo ao positivismo desafojado de Littré, das conclusões restritas de Darwin às generalidades ousadas de Spencer — o que nos trouxeram, de fato, não foram os seus princípios abstratos, ou leis incompreensíveis à grande maioria, mas as grandes conquistas liberais do nosso século; e estas, compondo-se com uma aspiração antiga, e não encontrando entre nós arraigadas tradições monárquicas, removeram, naturalmente, sem ruído — no espaço de uma manhã — um trono que encontraram.»

Nesse contexto vamos encontrar as raízes republicanas de Raul Pompéia e Rodrigo Octávio, os mesmos sentimentos liberais do *Ça ira*, que animaram a rebeldia de um Cipriano Barata e levaram até o martírio a resistência democrática de um Frei Caneca.

Mas deixemos que o próprio Rodrigo Octávio deponha sobre a sua metamorfose de «manso» em feroz partidário das idéias liberais. «Republicano, a princípio, por diletantismo, tempos depois, firmei-me nesse credo, por convicção; mas sem impetuosidade, com brandura, aliás, no feitiço do meu temperamento. A exaltação veio mais tarde, mas veio fremente e temerosa. Com Floriano, no convívio diuturno de Raul Pompéia, eu fui um jacobino vermelho. Atesta-o o meu livrinho *Festas nacionais*, publicado em 1893, com uma carta inflamada de Raul, e, pouco depois, republicado em edição de arestas abrandadas, adotado, como fora, para leitura nas escolas.»

Da sua exaltação, na fase «vermelha», Rodrigo Octávio cita dois episódios significativos: o protesto contra as homenagens prestadas pelo governo francês a Dom Pedro II, quando do seu falecimento, em Paris, em 1891, protesto seguido de agitações de rua e até de um comício, realizado no Rio de Janeiro; e o outro, a representação popular dirigida ao Congresso Nacional para que fosse mandada retirar do largo do Rossio a estátua de Dom Pedro I e substituída por outra de Tiradentes, representação esta

que contou com as assinaturas de Raul Pompéia, Lúcio de Mendonça e João Ribeiro, entre outras, além da de Rodrigo Octávio.

Esse clima (subversivo?) cresceria de tensão com o advento do florianismo, quando apareceu o *Festas nacionais*, escrito com a intenção de servir como um «pequeno compêndio de história pátria», mas que saíra, segundo as palavras do memorialista, «incandescente de jacobinismo.» «Raul Pompéia — rememora Rodrigo Octávio — era o meu amigo e companheiro de todas as horas e eu não podia fugir da exaltação em que ele vivia; conhecendo algumas páginas do livro e vendo o espírito que o orientava, quis lê-lo todo, antes de publicado. Dei-lhe os originais, ou melhor, as provas limpas, que já estava concluída a composição, e ele m'as devolveu com o prólogo, que denominou *Carta ao autor das festas nacionais*. E, se, eu, nos meus arrebatamentos juvenis, ainda guardei certa medida no que descrevi e comentei, Raul, ardoroso líder do sentimento nativista, entornou decididamente o caldo.»

O livro aparecerá meses antes da Revolta da Armada, precisamente numa hora em que os remanescentes do monarquismo pareciam querer levantar de novo a cabeça, e quando o incidente diplomático com Portugal, motivado pelo asilo dos revoltosos na corveta *Mindelo*, no ano seguinte, agravaria ainda mais a situação, como que renascia o mesmo ambiente do «mata marinheiro» dos últimos tempos do reinado de Dom Pedro I, que precederam o Sete de Abril. No prefácio, Raul Pompéia ataca rudemente os portugueses, como que lançando um manifesto nacionalista, dirigido contra os «centros sensórios» que, no seu entender, comandavam o país, do estrangeiro, política e economicamente: Londres e Lisboa. Manifesto pela formação de um Partido Conservador Brasileiro, retomando o espírito de Tiradentes, Barata e Frei Caneca, exigindo que se proclamasse, depois da revolução da dignidade política, a revolução da dignidade nacional. Partido Conservador Brasileiro, diga-se de passagem, que nada tem a ver com o futuro Partido Republicano Conservador, fundado por Pinheiro Machado, tanto na sua estrutura, como nos seus objetivos programáticos.

Na *Carta ao autor das festas nacionais* assim concluiu Raul Pompéia o seu libelo antilusitano e antibritânico: «Eu desejara, ardentemente, meu amigo, que o seu livro, onde existe o frêmito de tanta espontaneidade generosa, o seu livro que tão pungentemente estampa em gravura de sangue a imagem atormentada da Pátria, e que tanto espera, não obstante, o seu honrado e raro compêndio de civismo e de histéria, marcasse o primeiro golpe ao último combate da nossa emancipação; acendesse nos corações para o protesto vencedor a flama do ódio vivificante. Do ódio em nome do Brasil; não do ódio mau que ofende e vitima — do ódio que reage, do ódio que reivindica, do ódio que redime, do ódio pela Justiça, do ódio santo que é apenas uma forma militante de amor.»

Não é possível ser mais duro, nem mais injusto, em estilo tão límpido e tão correto, no fundo e na forma.

Com grande nobreza, Oliveira Martins fizera a análise do livro e do prefácio, não sem fazer um reparo ao extremado espirito-lusóforo de Raul Pompéia: «As últimas palavras dêste surpreenderam-me porém profundamente. Descreve o ódio que proclama e acaba por dizer: 'Ódio santo que é apenas uma forma militante de amor.' Se isto é ódio, então quero também partilhar dêle. Esse ódio santo, chamo-lhe eu emulação; e é em uma emulação ardente que eu quereria ver empenhados brasileiros e portugueses, na Europa e na América, para o engrandecimento das duas nações que falam a língua portuguesa — essa língua a que Vossa Excellência [dirige-se a Rodrigo Octávio] e o seu introdutor [Raul Pompéia] prestaram, ambos, nas *Festas nacionais*, uma homenagem tão distinta. Quem tão bem escreve português não pode odiar Portugal.»

Em estilo não tão límpido nem tão correto, não é possível ser mais elegante nem mais justo.

Mas a história do pequeno livro não termina aí. Depois do rompimento de relações com Portugal, Raul Pompéia prossegue na sua campanha, acrescentando agora à sua xenofobia a exaltação do militarismo, que corporifica no Marechal Floriano Peixoto, como símbolo do Soldado-Cidadão, ou, para usar o seu próprio

retrão: «A arma do destino providencial.» Pompéia descambava para o delírio messiânico e não vacilava em propor uma estranha simbiose, como numa antecipação ao exército vermelho — populismo e militarismo, expresso na fórmula «Cada vez mais é preciso, por amor da pátria, a vigilância do soldado e do povo.»

Era demais. Ao contrário do amigo, Rodrigo Octávio decidira refrear o seu jacobinismo juvenil. A segunda edição de *Festas nacionais*, em 1894, já não ostenta o prefácio carbonário e o conteúdo aparece bastante atenuado dos arroubos do primitivo nativismo. Mesmo assim, o livrinho não lhe deixa de criar mais um problema, quando do reatamento das nossas relações com Portugal, no governo de Prudente de Morais, e o autor passou a exercer as funções de secretário da presidência da República, cargo que depois se chamou Chefe da Casa Civil ou do Gabinete Civil. O novo embaixador, Tomás Ribeiro, o poeta da «Judia», tão popular na época, e que todo o Brasil declamava, fora recebido com manifestações hostis. E o diplomata, tomando conhecimento do *Festas nacionais*, da autoria de um auxiliar categorizado do Chefe do Estado, dirigiu ao Ministério das Relações Exteriores (transcrevo das memórias de Rodrigo Octávio) «uma nota em que sugeria, simplesmente, que os dois países entrassem num acôrdo a fim de que não fôsse mais admitida no Brasil a entrada de um só português e se concertassem os meios de fazer voltar para o Reino todos os que aqui estavam estabelecidos...»

Ressentimento contra ressentimento, exagêro contra exagêro, o Ministro Carlos de Carvalho, amigo pessoal de Rodrigo Octávio, mostrou-lhe a carta do embaixador português, e o secretário da presidência da República tomou a si a responsabilidade de desfazer o mal-entendido, indo ao encontro de Tomás Ribeiro, a quem apresentou simplesmente a segunda edição do *Festas nacionais*, prova mais do que provada de que o seu nacionalismo não atingira o paroxismo antilus do prefaciador da primeira edição. *Mot de la fin*: Tomás Ribeiro e Rodrigo Octávio tornaram-se grandes amigos. Tempos depois, o escritor brasileiro era eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, por proposta de Tomás Ribeiro, que ameaçara abandonar a instituição caso fôsse recusada a indicação.

Rodrigo Octávio dissentiria de Raul Pompéia não somente com respeito ao «ódio santo» contra Portugal ou qualquer outra nação, como também jamais aceitaria o exacerbado espírito militarista que passou a dominar o amigo nos tempos agitados do florianoismo. Chegara a hora da tolerância, e esta foi, sem dúvida, uma das mais belas lições da vida desse defensor das liberdades civis e religiosas. Homem da lei, que não admitia ordem sem liberdade, justiça sem progresso; agnóstico que abominou o anticlericalismo, não se tornaria, aliás, sectário de qualquer ideologia, mesmo porque o espírito liberal que o acompanhou, desde a inquieta juventude até a velhice gloriosa, não o submetteria a nenhum enquadramento, a sistemas doutrinários ou crenças religiosas. Talvez, como João Pinheiro, outro agnóstico, seu colega de Academia e companheiro de quarto, conservasse uma ponta de misticismo, no caso do grande mineiro, resíduo da educação religiosa que lhe fôra ministrada na infância.

Reproduzo aqui o flagrante fixado no *Coração aberto*: «Com João Pinheiro se dava tôdas as noites uma cena extraordinária. Filho de Minas e de uma família extremamente religiosa, com um irmão padre e tendo estudado, se bem me lembro, no Seminário de Mariana, tivera uma educação estritamente católica. Estudos, porém, a que se entregou em São Paulo, emanciparam-lhe de todo o espírito dessas preocupações de igreja. Tornou-se spencerista, racionalista e, se não ateu, ao menos inteiramente alheio a tôdas as formas rituais e manifestações externas da religião. O hábito, porém, triunfava da razão; e, acostumado desde a mais tenra idade a rezar umas tantas orações, de joelhos, na cama, antes de se deitar, não lhe era possível, ainda ao tempo em que juntos morávamos em São Paulo, conciliar o sono sem a repetição material daquela prática. Cada noite a cena se reproduzia: João Pinheiro deitava-se; apagadas as luzes conversávamos ainda, discutíamos; depois, o silêncio vinha; mas, sem que se pusesse de joelhos e balbuciasse o rosário das suas orações habituais, o sono

não lhe caía sobre as pálpebras. As vezes, tentava furtar-se à tirania do velho hábito; deixava-se ficar quieto, abstraído de tudo, a ver se conseguia dormir; não era possível e, afinal, tinha, como resmungava, entre dentes, de atender às exigências do animal: punha-se de joelhos na cama e dizia as velhas rezas que lhe ensinaram quando menino. Depois deitava-se de nóvo e dormia, como um passarinho que abriga, sob o calor das asas leves, a pequena cabecinha que nenhuma preocupação agita e exalta.»

O choque de tantos sentimentos opostos e idéias conflitantes explica as contradições do nosso bacharelismo republicano, os seus avanços e recuos, mas ajuda a compreender afinal a razão da sua força imanente, numa sociedade infensa ao sectarismo e sempre disposta a repelir a intolerância. Sociedade que, ainda no Império, admitira maçons nas irmandades católicas, assim como, na República, assimilará monarquistas convictos do porte de Joaquim Nabuco e Rio Branco, este sem renunciar ao título de barão, outorgado pelo Imperador, fazendo questão de conservá-lo e até de ostentá-lo orgulhosamente. O barão conquistaria a admiração e a devoção dos republicanos da primeira hora, de um Euclides da Cunha e de um Rodrigo Octávio, para citar apenas dois dentre tantos outros exemplos.

A tolerância e o otimismo foram os traços marcantes da personalidade de Rodrigo Octávio, e essas duas qualidades mestras repontam a cada passo da sua obra de memorialista. Foi um bacharel típico, que soube reunir a tolerância de um autêntico liberal-democrata ao otimismo de um verdadeiro patriota. De um patriota-bacharel, extrênuo defensor das liberdades públicas, que tanto fez e tanto amou ao seu país. As páginas derradeiras das *Minhas memórias dos outros*, ao modo de um colóquio entre a Pátria e o seu servidor, transmitem-nos a sensação do amor correspondido. Nestas páginas, escritas em momento inseguro da vida nacional, logo após a Revolução de 1930, harmonizam-se as palavras *progresso e liberdade, ordem e justiça*. É difícil resumir o que há de perene nesta lição de civismo, mas o essencial parece condensar-se na advertência como que dirigida para os dias de hoje: «Não sou dos que pensam que tudo está perdido, e que nada há a esperar de nossa gente. Não; eu não descreio de nós. O povo, que já deu a esta terra horas de grandeza, que já a fez digna e respeitada, marchando, sob todos os pontos de vista,

à frente das nações do continente, é o mesmo de hoje. Esperemos que êle, restabelecido o desequilíbrio que o perturba, queira firmemente reatar as velhas tradições e estimular as adormecidas qualidades de caráter, de simplicidade e de vontade.»

E, por fim, a grande mensagem de esperança no Brasil: «Não sou pessimista; sou brasileiro e anseio por te ver retomar o caminho para onde ias, seguro e triunfal.»

3. RODRIGO OCTAVIO, O HISTORIADOR (*)

AURELIANO LEITE

Na série de palestras programadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre a vida e obra de Rodrigo Octávio nos tocou falar do historiador. Todavia, perguntamos a nós mesmo, como falar do historiador sem falar do homem? De sua estirpe, de seu nascimento, de sua educação, de seu amor pelas letras, de sua formatura no curso superior, de sua vocação na vida, e, finalmente, de como se tornou historiador?

Assim pensando, ficamos certo de que os prezados e eminentes confrades do Instituto vão permitir que satisfaçamos a nós próprio, começando por alguns dados acerca do homem, aliás, belo homem que foi ele, em todos os sentidos, até no físico.

Neto de dinamarqueses autênticos, daquela pequenina Dinamarca que equivale em área territorial ao nosso Estado de Sergipe, mas que, em compensação, produz criaturas de grande porte, soufreu Rodrigo Octávio o cruzamento, pelos seus pais com essa figura ilustre que foi Rodrigo Octávio de Oliveira Meneses, natural da cidade da Barra, um guapo tipo de baiano das margens do rio São Francisco, alto, espadaúdo, de cabelos pretos, de olhar meigo, inteligente e culto, advogado hábil, orador fluente, político vibrante e liberal apaixonado, tal qual o pinta o terceiro Rodrigo Octávio, o nosso querido Rodrigo Octávio Filho.

Criança, o segundo Rodrigo Octávio, na cidade de Campinas, onde clinicava o seu avô nórdico Dr. Teodoro Langaard, já da Campinas democrática que Saldanha Marinho crismaria a «Meca da República», daquela Campinas que o depois Visconde de Indaiatuba descreveria, em carta ao Ministro Carrão, como a terra

(*) Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 31 de agosto de 1966.

do «nôvo credo», onde era moda ser republicano — criança ali, nos seus quatro anos, «os lindos cabelos de ouro sobrando em cachos de touca rendada», amimado por tôda a localidade, onde o pai e o avô eram respeitados e queridos, se viu êsse rebento de puro sangue ariano temperado ao «sal da terra» dali partir, quase para nunca mais voltar, acompanhando o progenitor, na sua peregrinação de político-monárquico, para a Côrte, a Bahia, o Paraná.

Afinal, doze anos passados, volta à província natal, vem à sua velha capital, ainda a décima cidade do Império, com pouco mais de vinte e seis mil almas, para seguir o curso de Direito, nas velhas e tradicionais Arcadas do largo de São Francisco, onde pontificavam aqueles sisudos lentes de formação ainda coimbrã, como o luso Justino de Andrade, Sá e Benevides, descendente do Marquês de Pombal, Leite de Moraes, Antônio Carlos de Andrada e Silva (o segundo), o mulato Rubino de Oliveira, Clemente Falcão Filho, Vieira de Carvalho e outros de igual feito.

Já lhe despertara a vocação para as letras floridas, recebida de seu pai, segundo Machado de Assis, que lhe dedica estas palavras, quando aprecia o seu livro de estréia — *Pâmpanos*:

«São versos de 1884, 1885. Tem pouco mais de cem páginas; e não são precisas mais para conhecer um talento. O Sr. Rodrigo Octávio o tem sincero espontâneo, e fará brilhante carreira. Sabe sentir e sabe exprimir o que sente, em versos puros e bem trabalhados, mas trabalhados sem esforço, o que é melhor. Não se percebe a lima.»

Relativamente à ciência do Direito, é o meio, o ambiente escolar que lhe incumbe certa afeição pela disciplina que, no ramo civil, se bebia nos textos romanos e na legislação portugueza, e continuaram a nos reger até 1º de janeiro de 1916, quando o Presidente Venceslau Brás fez adotar o nosso primeiro Código, revogando as ordenações, alvarás, leis, decretos, resoluções, usos e costumes.

A sua paixão das musas descreve-a quem o conheceu mais de perto, o seu filho amado:

«A alegria de viver, o sofrimento, a angústia, o amor e a morte, os encantos e os mistérios da natureza, tôda a matéria-prima da existência humana, constituem a substância da sua poesia.»

«Sim. Rodrigo Octávio — o que, por seu esforço e talento, se fez memoralista, contista, novelista, ensaísta, historiador, mestre, jurista, magistrado, internacionalista — foi, antes de tudo, poeta e bom poeta.»

Depois, bacharel como todo o mundo, em 1886, contando apenas vinte primaveras. É de seu tempo esta plêiade notável de acadêmicos: João Pinheiro da Silva, Frederico Vergueiro Steidel, Rivadávia Correia, Ataulfo de Paiva, Afonso Arinos, Francisco Morato, João Luís Alves, Edmundo Lins, Carlos de Campos, Rafael de Almeida Magalhães e outros.

Ao cabo, aquela criança de cabelos dinamarqueses, nascida em coxins de ouro e sêda, feita homem e bacharel, já sem o seu ilustre pai, a família empobrecida, tem que lutar pela vida dentro da difícil e penosa carreira escolhida. Começa como os que começam pelo princípio, promotor público de comarca longínqua que é a humilde Santa Bárbara, na Província de Minas Gerais.

Divide quanto possível a sua forte inteligência entre a Poesia e o Direito.

Juiz em Nova Iguaçu, com a proclamação da República o seu enterrâneo Campos Sales, Ministro da Justiça do Governo Provisório, ainda ao tempo da magistratura nacional, atendendo ao merecimento do jovem bacharel, remove-o e promove-o para comarca mais adiantada — Paraíba do Sul.

«Casara-se havia pouco, e, no lar feliz, desfrutava de clima ensolarado e sossegadas horas para plantar o marco inicial da vocação de homem público e jurista, em que, contudo, não se apagou como escritor.»

«De fato, a vida longa e de incessante e polimorfa atividade intelectual permitiu-lhe legar, dentro do volumoso acervo literário, vasta e esmerada produção poética. Muita coisa jaz esparsa em jornais, revistas e álbuns de família; e em seu arquivo guardam-se muitos e muitos inéditos preciosos, que o autor jamais quis divulgar, pois eram jóis suas, montadas unicamente para as festas íntimas.»

Entre a Poesia e a Justiça, se é que a Justiça existe, o sonho e a realidade, chegou até o ano de 1894, quando, em dias som-

brios, assume a chefia da Nação aquêl ituano que José do Patrocínio chamaria o «Santo Varão da República.» Prudente o nomeia seu secretário. O que foi êsse aprendizado político êle conta em *Minhas memórias dos outros*.

Deixando êsse pôsto de importância, ao qual deu cumprimento patriótico e hábil, já na casa dos trinta anos, não volta à magistratura, dedica-se à advocacia e se entrega à literatura jurídica, publicando várias obras, que, juntas a seus volumes de versos e novelas, já lhe formam bagagem de mais de vinte unidades.

Literato e jurista, não lhe falta autoridade para ser um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

Só após todo êsse transcurso de tempo, que se estende de 1886, ano de sua formatura em São Paulo, a 1900, ou seja, decorridos quase três lustros, é que Rodrigo Octávio dá os primeiros passos para a História e penetra os umbrais desta nobre e veneranda Casa, com o seu livro *Felisberto Caldeira* (Crônica dos tempos coloniais).

O volume 182 de nossa prestigiosa revista, noticiando-lhe o falecimento em 1944, confirma à página 215: «O trabalho que lhe deu entrada no Instituto foi o seu livro — *Felisberto Caldeira*.»

«Pelos seus serviços às letras históricas foi elevado a sócio honorário em 1916 e a sócio benemérito em 1917. Por ato da assembléia-geral de 14 de abril de 1939, passou a sócio grande benemérito, quando já exercia na diretoria o lugar de 2º vice-presidente, pôsto êsse em que permaneceu até sua morte, ocorrida em 28 de fevereiro último.»

Em nossa caminhada dentro da fecunda vida e obra de Rodrigo Octávio, chegamos a uma encruzilhada. De um lado vemos a estrada que leva ao memorialista, ao jurista, ao ensaísta, ao diplomata, ao poeta, ao novelista, ao internacionalista e à alta investidura na qual culminou na magistratura — ministro do Supremo Tribunal Federal.

De outro lado, a estrada que leva ao historiador. Tomemos por ela, pois é sôbre o historiador que nos foi permitido falar. Mas só o fazemos após haver recordado, apesar de resumidamente, canhestamente, quem foi Rodrigo Octávio, antes de se dedicar à História.

A Revista do Instituto, volume citado, oferece a seguinte relação de suas obras históricas:

Além do trabalho que lhe abriu as portas do Instituto, tinha copiosa bibliografia histórica, na qual se incluem: ... *A Balaiada* (crônica escrita em 1908); *A Constituinte de 1823*, memória apresentada ao 1º Congresso de História Nacional, em 1914; *O manifesto de 6 de agosto* (conferência no Instituto em 1922); *Reconhecimento do Império pelos Estados Unidos* (conferência em 1924); *A política internacional do Brasil na América* (conferência em Cuba, em 1925); *Carlos de Carvalho* (conferência em 1928); *As Convenções de paz de 1827 e 1828* (1929); *Alexandre de Gusmão* (1930); e *Les sauvages américains devant le droit* (1931); *Centenário de Antônio Ferreira Viana* (conferência em 1932); e *Minhas memórias dos outros*, três curiosos e interessantes volumes de reminiscências e recordações, escritos em forma amena, sugestiva e evocadora.»

Esse rol das obras de Rodrigo Octávio parece-nos lacunoso. Não se vêem ali os relatórios do diplomata, sem dúvida repositório de fatos importantes, apresentados ao Itamarati como Delegado Plenipotenciário à Conferência de Haia, na qual teve como chefe o magistral Rui Barbosa, cujo valor inquestionável novos críticos tentam subestimar.

Também deixou de figurar neste rol, entre outros trabalhos, a memória histórica em que se contém relato da criação da Academia Brasileira de Letras, estampada no volume 2º de sua Revista. Nem por ser uma publicação de apenas três páginas, deixa esse documento, ao lado dos Estatutos, assinado por Machado de Assis, de valer como a certidão de nascimento do cobiçado sodalício.

Primeiro secretário da Academia, Rodrigo Octávio traçou-a e apresentou-a em sessão de 20 de julho de 1897, em forma de relatório. Aí vem, entre demais minúcias, a informação de como nasceu a indevidamente chamada *Casa de Machado de Assis*. Deduz-se dela que o seu verdadeiro iniciador não foi o insigne criador de *Dom Casmurro*, mas o ilustre autor de *Horas de bom tempo*, Lúcio de Mendonça. Machado de Assis não passou de seu primeiro presidente. Essa incorreção lembra-me o caso de minha academiuzinha de São Paulo. O seu cozinheiro foi o

médico J. J. Carvalho e o seu primeiro presidente era Brasília Machado. Quanto bastou para chamarem a associação *Casa de Brasília Machado*.

São de Rodrigo Octávio estas palavras tiradas da memória citada:

«Foi nas salutares e íntimas confabulações da sala de redação da *Revista Brasileira* que o nosso confrade Lúcio de Mendonça, em dias de novembro do ano passado, lembrou a idéia da criação da Academia de Letras que constituísse o centro e a vida da expansão literária.

«O primeiro pensamento foi dar ao poder público a iniciativa da criação, devendo ser nomeados os dez primeiros académicos que teriam a incumbência de regulamentar a instituição e completar, pelo voto, o número de seus membros.

«A execução de tal alvitre encontrou dificuldades administrativas nascidas na deficiência de autoridade do Poder Executivo para a criação da Academia, que seria necessariamente um serviço novo, se bem que cedo se devesse tornar independente da ação oficial.

«Foi então a idéia levada a efeito diretamente por um grupo de homens de letras que, de boa-vontade, atenderam ao convite do Sr. Lúcio de Mendonça.»

Em *Minhas memórias dos outros*, última série, o grande homenageado desta tarde, falando de *O Clube Rabelais*, dá como berço das primeiras idéias da criação da Academia a terceira *Revista Brasileira*, dirigida por José Veríssimo. Mas esse fato não diminui a glória da iniciativa de Lúcio de Mendonça. Antes dele, houve idéias, planos, conversas sobre o assunto. Mas veio de Lúcio, depois disso, a ação em marcha, coube-lhe enfim a iniciativa.

* * *

Só três anos após a Memória histórica aludida é que Rodrigo Octávio lançou o volume *Felisberto Caldeira* (Crônica dos tempos coloniais). O próprio autor declara, ao findar o prefácio da obra: «Não queremos se pense que é este um livro de pura invenção. Por certo a imaginação do poeta andou por estas páginas; mas esperamos se reconheça que as traçou a pena do cronista.»

Através do que já conhecíamos de alguns dos trabalhos citados pelo Autor, vemos que respeitou a verdade histórica.

Felisberto Caldeira encontra neste volume de 217 páginas formato pequeno, segunda edição, o seu retrato de corpo inteiro. Por sinal que, contrariando Azevedo Marques e Silva Leme, os quais informam ter nascido em São Paulo, declara-o de São João del Rei. Pensamos que está certo Rodrigo Octávio. Embora visse a luz em Piratininga a sua mãe, D. Josefa de Sousa e Silva, das mais conhecidas famílias vicentinas, o seu pai Ambrósio Caldeira Brant só esteve em São Paulo de passagem para as Minas, ali se radicando pelo resto da vida. Personagem da segunda e última pugna dos Paulistas contra os Emboadas, dos quais era um dos mais valorosos chefes, odiado pelos contrários, jamais voltaria à terra de sua espôsa.

Encarna-se nessa figura dos meados do século XVIII toda a irritabilidade, a valentia e o cavalheirismo da fidalga família que o reino da Holanda nos mandou, via Portugal. Concitam-nos os eminentes membros do Instituto que antecipemos o epílogo do drama da vida de Felisberto. No episódio com o Marquês de Pombal, após o terremoto de Lisboa, deixou o filho de Minas uma página antológica de seu caráter. Prêso havia cêrca de dois anos, no célebre Limoeiro, tûmulo em vida, sentiu-se de uma hora para outra liberto do calabouço, pela derrocada das paredes e tetos.

Mas ouçamos o próprio Rodrigo Octávio:

«Só depois que um sinistro silêncio sucedeu à confusão e tumulto das primeiras horas, o velho presidiário desceu lentamente do alto das ruínas, de onde contemplara o deplorável panorama da destruição, e perdeu-se no labirinto solitário das ruas desmornadas.

«Nesse andar, chegou o ancião à casa em que, foi informado, estava o Marquês de Pombal, cercado de outros ministros do Rei tomando as providências imediatas que tamanha desgraça exigia.

«Levado à presença do poderoso ministro, disse o velho: — Senhor! Eu sou Felisberto Caldeira Brant, o contratador dos diamantes do Tejuco, prêso nos degredos do Limoeiro e à espera,

desde 1753, da liquidação de minhas contas. Como a prisão em que me achava desabou e restituiu-me a luz do dia que não via desde tanto tempo, venho pedir a Vossa Excelência que designe outra prisão a que me deva recolher e aguardar a liquidação de meu débito e o levantamento do seqüestro dos meus bens, o que já tantas vêzes tenho requerido e de nôvo requiero.

«Surprêso com o estranho proceder do mineiro, quando todos os outros se haviam prevalectido do successo para reconquistar a liberdade comprometida por algum crime ou malversação, Sebastião José de Carvalho replicou:

«Não precisa que se lhe aponte prisão quem tão nobremente procede. Recolhei-vos aonde vos aprouver, e quando houver passado êsse primeiro tempo de extraordinárias preocupações, que esta desgraça de hoje vem trazer para o serviço de El-Rei, procurai-nos de nôvo que vamos prover acêrca do vosso justo requerimento.

«Confiante nas palavras do ministro, Felisberto, não antes de se haver entendido com João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, então de muito valimento e outros brasileiros de autoridade na Côrte, retirou-se para o aprazível clima das Caldas da Rainha, a cuidar da saúde arruinada por tão pesadas provações.

«E não conseguiu ver cumprida a promessa de Pombal, porquanto, ai, dentro de três meses, a morte o veio surpreender no desejo ansioso de saciar a extraordinária saudade, revendo os olhos da espôsa amada e o céu da amada terra».

É lembrar que o pai de Felisberto, o luso Ambrósio Caldeira Brant, na guerra com os Emboadas, pelejara com bravura e galhardia, depois de propor a paz que não foi aceita pelos comandados de Amador Bueno da Veiga.

Mas agora, voltemos ao drama que teve por palco o lendário Tejuco, hoje a progressista cidade de Diamantina. Todo êsse drama se desenrola coloridamente dentro das 217 páginas traçadas por Rodrigo Octávio.

A prosperidade da mineração de ouro, a vida em Paracatu que havia dado a Felisberto um acêrvo colossal de ouro, a sua transferência para o Tejuco, o seu prestígio popular, abençoado o seu nome, a desmoralização dos velhos contratadores dos dia-

mantes, que unidos ao intendente praticavam tôda sorte de crueldades e baixezas, finalmente, a administração de que Felisberto é investido por contrato de quatro anos, no exercício da qual se mostrou humano, bom, generoso, apesar de uns tantos deslizes, tudo se enfileira, em concatenação metódica no trabalho de Rodrigo Octávio.

«Com a administração de Felisberto os moradores de Tejuco tiveram o seu momento de vida regulada. E assim, se a fortuna dos Caldeiras (pois eram três ou quatro irmãos), tomou proporções fabulosas, a todos geralmente coube partilhar de sua boa estrêla. Em poucos meses havia mudado o aspecto soturno e triste do arraial. Havia animação nas ruas, alegria nas casas. Desopresso do regime férreo no qual havia, até bem pouco rastejado, o Tejuco divertia-se gozando da riqueza e bem-estar que a tolerância na exploração dos diamantes a todos ia proporcionando.

«Esquecidas as severas prescrições que embaraçavam e interdiziam, quase, a entrada de novos habitantes no distrito, a população de Tejuco cresceu rapidamente: de tôda a parte chegavam novos moradores e, animada por êsse súbito progresso, a população exultou.

«Registra a tradição do tempo que se desenvolveu no arraial o gôsto pelo mais requintado luxo, excedendo a tôdas as grandes vilas da Capitania em opulência e no trato suntuoso de seus habitantes. Personagens que vinham do reino, alguns tendo viajado e assistido em várias côrtes da Europa, davam a nota.

«As vestimentas e roupas das damas e cavalheiros eram talhadas no rigor dos últimos figurinos franceses, e todo êste fausto cortesão esplandia, vivo e alegre, em matizadas côres de gorgorão e de cetim, nas brilhantes recepções do contratador e nas suntuosas festividades da Igreja.»

Mas Felisberto tem inimigos ferozes e poderosos. Com a mudança de govêrno da Metrópole, por morte de D. José, êsses inimigos ferozes e poderosos tornam-se mais ferozes e poderosos.

Felisberto é acusado de desfalques e desvios contra a Coroa. A sua posição mais se enfraquece com o atraso de seus pagamentos a títulos sacados contra o seu erário, agravados pelo

roubo misterioso do cofre da Intendência, onde se guardava o produto das lavras e onde jazia em depósito grande quantidade de diamantes e de ouro pertencentes ao próprio Felisberto. Ele é declarado falido.

Agora, a desgraça do contratador atinge o máximo com o episódio dramático em que se envolveu, procurando castigar fisicamente a insolência de um ouvidor galanteador, o Dr. Moraes Bacelar, que em plena igreja, numa passagem da Semana Santa, atirou sobre o colo de bela dama da família Caldeira Brant um botão de rosa. Felisberto era um impulsivo. Já se envolvera em outros sérios conflitos.

Não lhe tardaram as perseguições das autoridades da Capitania e da Coroa. Substitui Felisberto na administração dos diamantes o antigo contratador, o português João Fernandes de Oliveira, que se tornaria riquíssimo, pondo a sua fortuna à satisfação dos caprichos de famosa mulata, Chica da Silva, sempre ornada de ouro e pedrarias, que importava vestidos da Metrópole e mantinha um pequeno navio em lago artificial para os seus passeios e folganças.

Seqüestrados os bens do personagem de que se ocupou Rodrigo Octávio, ele é prêso, algemado, os pés em grossas cadeias, guardado por escolta armada, afinal trancafiado na cadeia de Vila Rica. Obedecendo-se à carta de ordem do Marquês de Pombal, assinada em 3 de agosto de 1754, é remetido aos famigerados «degredos» do Limoeiro, na velha Lisboa.

A família fica na miséria, o que não impediria que dela viesse, em terceira geração, o bastoso Marquês de Barbacena.

Já nos referimos antecipadamente ao episódio final do drama, quando do terremoto de Lisboa.

Temos como certo que a linda peça escrita por Afonso Arinos, o velho, e representada no Teatro Municipal de São Paulo, em 1919, por figuras de sua mais alta sociedade, se inspirou, em grande parte, no livro de Rodrigo Octávio.

* * *

Obedecendo à ordem cronológica das publicações históricas de Rodrigo Octávio, toca-nos o exame ligeiro de *A Balaiada*, que

ele fez estampar, pela primeira vez, em 1901, no tomo 65 da Revista do Instituto, lançando-a em bela plaqueta aos 1942, dois anos antes do seu chorado desaparecimento.

Como se vê na sua fôlha de rosto, é calcada no depoimento de um dos heróis do cêrco da cidade maranhense de Caxias, na Revolução dos Balaíos.

Que foi êsse movimento, verdadeira guerra civil, que assolou as províncias do Maranhão, Ceará e Piauí, durante alguns anos, ou seja, de 1838 a 1841. Há quem assegure ter sido contra os portugueses ali domiciliados e, como tal, uma sedição nativista. Não nos parece.

Chefiada inicialmente pelo prêto Raimundo Gomes, pelo prêto fabricante de balaíos Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, pelo prêto vaqueiro Raimundo Jutaj e pelo prêto Dão Cosme, «tutor e imperador das liberdades bem-te-vis», embora contasse de começo com o apoio do Partido Liberal, a sedição reuniu escravos fugidos, mulatos de tôda gradação, índios e cafusos, a patulêia de pés rapados sem terras nem direitos, contra o branco, indistintamente, fôsse português ou fôsse brasileiro. Tornou-se um conflito racial, jamais nativista, social ou econômico.

Mas Rodrigo Octávio não se ocupa do movimento senão na parte que coube ao autor do depoimento, o tenente-coronel honorário do Exército, Ricardo Leão Sabino, veterano do cêrco do Pôrto, ao lado de Pedro I e da nossa Revolução de 1842, defendendo a legalidade. Era o herói nascido no Maranhão, em 1804, tendo falecido em 27 de abril de 1902, em Lisboa, aonde voltara a passeio, na companhia do seu filho Dr. Horácio Sabino, hábil taquígrafo. O Dr. Horácio Sabino, que se tornaria figura de projeção no meio paulista, seria o criador do moderno bairro paulistano *Jardim América*, nome dado em homenagem mais à sua esposa, Dona América, do que ao nosso continente. O ilustre brasileiro viria a ser tio-afim de nosso querido Rodrigo Octávio Filho.

Numa coincidência, encontraram-se em São Paulo, após os sucessos da *Balaçada*, Ricardo Sabino com João Mendes de Almeida, o velho, filho do capitão Fernando Mendes de Almeida, um dos envolvidos nas cenas que ensanguentaram as três províncias brasileiras. Por sinal que, devia Sabino ter sofrido ali,

em São Paulo, como João Mendes, o tratamento de «estrangeiro», que levou este a escrever o seu célebre e volumoso livro *Algumas notas genealógicas*, no qual demonstra a ligação sanguínea das famílias paulistas e maranhenses. São Paulo, hoje, no seu espetacular cosmopolitismo, ao próprio estrangeiro recebe de braços abertos e João Mendes ganhou um monumento de bronze no coração da Capital, homenagem que faz inveja a muitos paulistas genuínos!

Mas, Rodrigo Octávio, ao ler o seu trabalho, em sessão deste Sodalício, disse:

«Não sou nestas páginas mais de que um registrador de alheia narrativa; e como essa narrativa é o depoimento de testemunha de ciência própria e digna de fé, aqui a deposito no precioso arquivo do Instituto, para que não se perca tão valiosa contribuição para a história dos interessantes sucessos de 1839.»

Há no documento aludido trechos empolgantes, como o do cerco da cidade de Caxias e sua rendição, após quarenta dias de heróica resistência.

«No quadragésimo dia do cerco já era completa a falta de víveres em Caxias, tendo sido abatidos até os bois de carro que puxavam de um para outro reduto as peças de artilharia, conforme as necessidades da defesa. Já nada havia na cidade que fosse suscetível de servir de alimento à população extenuada. E de tal sorte, tornava-se inevitável a contingência da capitulação.»

Realizada a ocupação da desgraçada cidade pelas hordas assaltantes de milhares de bandidos da pior espécie, espalhou-se pela localidade maranhense desordem indescritível.

«Todo dia seguinte à noite em que esses sucessos se deram, esteve Caxias entregue ao saque e à depredação, ao sabor desordenado de cada caudilho. A ninguém se respeitava, não havia chefe cuja autoridade se fizesse sentir; cada qual agia por conta própria, cevando, como entendia, os apetites estimulados pela prolongada e tenaz resistência dos sitiados. Ouíam-se pelas ruas correrias e assuadas, e toda a sorte de crimes se praticou. Aquêles cujos nomes estavam em maior evidência e que não haviam conseguido a eficaz proteção de um chefe poderoso, trataram de se

ocultar do melhor modo que puderam. Assim mesmo, muitos deles foram descobertos, presos e maltratados.»

Narra ainda Sabino, pela pena mestra de nosso historiador, após outros episódios:

«Como os rebeldes não tinham outro intuito senão o saque e a rapina, logo que se sentiam suficientemente aquinhoados, iam partindo para rumos diversos, pelo que diminuía sempre e consideravelmente o número dos ocupantes. De sorte que, em poucos dias, completando o saque da cidade, todos os chefes balaio tinham-na abandonado, seguindo cada qual com sua gente, transportando o fruto de suas rapinas para os sítios de suas tropelias habituais.

«Vazia por fim Caxias da funesta invasão que tanto mal lhe causara, algumas pessoas de iniciativa, que haviam ficado na cidade, começaram a reorganização dos serviços desmantelados, criando uma guarda cívica para policiamento das ruas e proteção das famílias restantes.

«E começou a voltar a gente que se havia refugiado nos sítios circunvizinhos.

«Sabedor disso, o tredo Balaio, que ainda não se havia afastado e, mais incontentável que os demais, ainda andava em roubos e morticínios pelas cercanias da cidade, voltou sobre Caxias e fez uma segunda entrada, matando quem encontrava e saqueando aquilo que, por milagre, houvesse escapado ao saque.

«E nesse dia era um domingo, chegando ao centro da cidade, informado que o padre Galinha estava oficiando, mandou um emissário à igreja dizer-lhe que parasse com a missa, que queria ir ouvi-la com sua gente.

«Obedeceu o padre e suspendeu em meio o sagrado ofício, à espera que chegasse o tremendo salteador. E depois que êle, com a sua capangada imunda e sanguinária, invadiu o templo, recomeçou o padre a missa interrompida.

«Finda a cerimônia, o sacerdote, transido de pavor, ainda tomou o cálice e, voltando-se para o Balaio, pediu-lhe em nome da cruz que o não deixasse matar.

«Ao que o caudilho lhe respondeu que êle ficava sendo seu chapelão!

«Nesse momento, algumas caboclas aproximaram-se do Balaio e disseram-lhe que se queriam casar e mais que êle lhes desse o dote que lhes havia prometido.

«Ordenou êle então ao miserando capelão que casasse aquelas horribeis mulheres, e, depois de casadas, trazendo-as para a porta da igreja, foi-lhe distribuindo as casas do largo de S. Benedito, indicando-as com as mãos tintas de sangue: — aquelas duas são para ti, Zabê; aquelas outras, para ti, Maria; e assim até aquinhoar tôdas as noivas.

«Finda tal cena, que seria grotesca se não fôsse trágicamente horrível, o Balaio entrou novamente na cidade, onde continuou a praticar roubos e mortes.»

Mas Balaio acabaria tendo o fim que merecia. Numa de suas brutalidades, recebera alguns chumbos nas pernas, do que lhe resultou fatal gangrena que o levou tardiamente para o outro mundo.

* * *

Segue-se a *Constituinte de 1823*, contribuição ao I Congresso de História Nacional, realizado em 1914. Oferece êsse trabalho o seguinte temário:

«A Constituinte de 1823; seus trabalhos. Dissolução da Constituinte: suas causas. A Carta Constitucional outorgada por D. Pedro I. Confronto entre o projeto de Constituição que se havia organizado na Constituinte para servir de base à discussão, e à Carta Constitucional. As idéias de Benjamin Constant preponderando neste documento.»

Começa Rodrigo Octávio alegando a brevidade do tempo que lhe é concedido para a apresentação de sua tese. Isso, aliado às grandes ocupações que no momento solicitavam a sua atividade, não lhe permitem dar ao seu trabalho o desenvolvimento reclamado pela sua importância.

Entretanto, Rodrigo Octávio, demonstrando inteiro conhecimento do assunto, produziu em cerca de vinte páginas apreciável ensaio histórico. Abordando tôdas as faces do temário adotado, destaca a figura de Antônio Carlos como um dos maiores da Constituinte. Homem de ação e resolução, quando os irmãos José

Bonifácio e Martim Francisco eram mais homens de gabinete e de estudos.

Falando sobre o conflito entre a Assembléa e os antinacionalistas, comenta:

«No ponto em que haviam chegado as coisas a ruptura era fatal; sem meios de reagir a Assembléa teve de ceder. A prepotência imperial impulsionada pelo espírito português, que haviam conseguido reacender no ânimo do príncipe, que via mal a altivez e dignidade com que a Assembléa tinha sabido manter o princípio de nacionalidade, a prepotência imperial consumou-se. Não houve no seu seio uma palavra de protesto, nem uma tentativa de revolta. O Sr. Antônio Carlos propôs simplesmente que do decreto se tirasse cópia para constar da ata e ficar nos arquivos da casa; e assim se fez. A Assembléa se dissolveu a uma hora da tarde de 12 de novembro de 1823.

«Quando os deputados deixaram o recinto em que haviam permanecido por quase dois dias e uma noite, noite em que, como registrou Armitage, o povo chamou de *noite de agonia*, vários deles foram presos por ordem do Imperador e levados para o cais do largo do Paço, seguindo em escaleres para o Arsenal de Marinha, de onde passaram para a fortaleza da Laje. Tal sorte coube aos três Andradas, a Belchior Pinheiro, José Joaquim da Rocha, Montezuma, Vergueiro, Moniz Tavares, Henrique de Resende, Carneiro da Cunha, Alencar, Luís Inácio de Andrade, Isidoro de Almeida Fortuna, José da Cruz Gouveia e Augusto Xavier de Carvalho.»

Noutro tópico, opina o Autor:

«Se o Imperador fôsse um homem politicamente educado para a difficilima arte de governar os povos, talvez o conflito se houvesse evitado. Português, êle mesmo e assim naturalmente suspeito de pender para o partido dos antigos portugueses, D. Pedro deveria ter sabido guardar uma linha de perfeita neutralidade entre as aspirações e tendências dos dois partidos.»

Por mais que se possa e se deva acusar o Bragança do grande erro da dissolução de nossa primeira Constituinte, epilogada com a prisão e deportação dos parlamentares da facção andradina, dando péssimo exemplo aos nossos governantes do

futuro, no mesmo ato da dissolução convocou outra, prometendo uma carta «duplamente mais liberal do que aquela que a assembléia extinta acabou de fazer.»

Rodrigo Octávio encerra esse famoso capítulo do alvorecer do Império, mostrando no confronto dos textos da frustrada Constituição com os da Carta Bragantina, a introdução nesta do *poder moderador*, movida e inspirada nas idéias de que Benjamin Constant, o velho autor de *Cours de politique constitutionnelle* fôra o mais eloqüente e ardente propugnador.

* * *

Acêrca da Independência da Cisplatina, Rodrigo Octávio oferece ao II Congresso de História Nacional comunicação da mais alta importância, com notas e considerações sôbre as Convenções de 1827 e 1828, em que tomou parte a República das Províncias Unidas do Prata. Aí, discorrendo sôbre as razões que teve o Brasil para declaração de guerra à Argentina, por ato de 10 de dezembro de 1825, mostra o que foi este episódio tão comentado e desnaturado.

«E as hostilidades irromperam entre os dois Estados, não com entusiasmo e decisão, mas para se arrastarem em mobilizações, pequenos combates e escaramuças, até a batalha de Passo do Rosário, que os argentinos denominam de Ituzaingó, travada em território do Rio Grande do Sul, aos 20 de fevereiro de 1827.

«Do lado do Brasil, a dirigiu o Marquês de Barbacena, que assumira o comando em Sant'Ana do Livramento, a primeiro de janeiro. Era comandante das forças aliadas, denominadas Exército Republicano, o General Carlos Maria Alvear, nomeado pelo Presidente Bernardino Rivadávia, que, em 1826, assumira o governo de Buenos Aires.

«Depois de tão longo preparo, era de esperar que esse encontro fôsse decisivo, mas assim não foi. Entretanto, Barbacena tinha às suas ordens menos de seis mil homens e onze canhões. Alvear, com forças quase duas vèzes superiores, invadiu o Brasil e ofereceu batalha. Mas o desfêcho não resolveu a situação militar. Após seis horas de renhida luta, as forças brasileiras puderam retirar-se, com gente, cavalaria e canhões, para o Passo

São Lourenço, ao abrigo dos ataques inimigos, 'con ordem completa y severa', como informa o autorizado historiador argentino Vicente Fidel Lopez.

«As forças argentinas e uruguaiás, por sua vez, retiravam-se para o lado oposto, deixando o território brasileiro.»

Ao concluir essa sensata e sábia comunicação, foram estas as palavras de Rodrigo Octávio:

«O Brasil e o Uruguai são os Estados que no mundo têm, por seus atos internacionais, dado as mais significativas demonstrações de desinteresse recíproco e de solidariedade fraternal.

«Brasil e a República Argentina não têm senão motivos para se verem unidos pelos mesmos sentimentos. As manifestações com que, aqui como lá, foi comemorada a passagem do centenário do Tratado de 28 de agosto de 1828, que abriu para os dois países um período secular de paz inalterada e de crescente cordialidade, essas manifestações não teriam sido possíveis, gerais, espontâneas, significativas como foram, se não tivessem sido profundamente sinceras e eloqüentemente representativas de um estado de perfeita estima e confiança.»

* * *

Conquanto em apenas 48 páginas, merece especial referência *Alexandre de Gusmão et le sentiment americain dans la politique internationale*, que Rodrigo Octávio fez publicar em Paris, no ano de 1930. Merece especial referência justamente agora, que cinzas do «Avô da diplomacia brasileira» acabam de chegar ao Brasil, por esforços do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Nesse trabalho, demonstra Rodrigo Octávio haver sido o grande filho de Santos um precursor de Monroe, quando conseguiu fôsse assinado em 13 de janeiro de 1750, o Tratado de Madrid, que, apesar de revogado pelo Convênio de Pardo, em 12 de fevereiro de 1761, pode ser considerado como a carta política da América Latina, sendo certo que pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777 foram mantidas, em linhas gerais, as fronteiras fixadas no de Madrid.

Lembra Rodrigo Octávio, como faria J. C. de Macedo Soares, em sua monumental *Fronteiras Coloniais do Brasil*, que Camilo

Castelo Branco colocara acima do famoso D. Luís da Cunha e do Visconde de Vila Nova de Cerveira, a Gusmão, considerando geniais os seus trabalhos, o que muito depois seria pôsto em dúvida pelo faccionismo histórico do escritor Jaime Cortesão, em seus vastíssimos volumes aonde analisa a obra de nosso insigne patricio.

* * *

Os selvagens americanos perante o Direito, escrito pelo nosso homenageado em 1930, só foi lançado no Brasil em edição póstuma, na coleção *Brasiliana*, em 1946. Nesse trabalho de quase 200 páginas, Rodrigo Octávio reproduz o transunto de curso realizado na Academia de Direito Internacional de Haia.

Distribuída a matéria em três capítulos, mostra no primeiro a origem do sentimento de repulsa dos saxões americanos pelas gentes de côr, nas quais incluíam o pele vermelha, ao qual, do século XVII em diante, quando mais numerosos e fortes, passaram a negar todos os direitos, inclusive o de manter suas terras. Lembro que, pelo *Código de Virginia*, retirou-se aos negros, mulatos e índios, o direito ao cruzamento com o branco, assim como o de possuir ou adquirir bens.

Quanto à América Espanhola, não se passaram de modo diferente as coisas, concluindo que, postos de lado o Peru e o México, em que Incas e Astecas tiveram vida à parte, e o Paraguai, pela ação dos jesuítas, os demais indígenas fugiram dos brancos para o seio das florestas.

No Brasil, aponta a existência desde logo de disposições de leis que se chocavam, um Regimento de 1548 com uma Carta Régia de 1537, uma recomendava bom trato ao indígena, outra permitia a sua escravização. Isso até a intervenção do Marquês de Pombal, de 1750 em diante. Lembra a ação cristã dos jesuítas, em especial de Nóbrega e Anchieta, colocando acima destes Antônio Vieira, verdadeiro defensor dos direitos do homem selvagem no Brasil. Relata o conflito entre os sertanistas e os soldados de Santo Inácio, mostrando que, quando cessou a voz de Antônio Vieira, o silvícola foi abandonado sem piedade à perseguição, à escravidão. Nem a intervenção de Benedito VII logrou modificar esse regime bárbaro.

Foi a clarividência de Pombal a quem Camilo Castelo Branco dedicaria o mais rancoroso de seus panfletos, que deu ao nosso selvagem o direito comum, chegando-se a proibir o seu tratamento de *negro* ou *caboclo* e aconselhando-se o casamento dos portugueses com as índias.

Mas o último trabalho de Rodrigo Octávio não fica nisso, no que tentamos sumariar. Mostra a situação presente do silvícola em toda a América.

Não se pode menosprezar como fontes históricas os três volumes de memórias de Rodrigo Octávio. Constituem fartos repositórios de acontecimentos de que a nossa vida pregressa não pode prescindir. Não é só a sua forma amena, sugestiva e evocadora, que interessa à curiosidade e ao proveito do leitor. São as pessoas e os fatos de que tratam, partes integrantes de episódios e cenas da política, da sociedade, da cultura brasileira, constituindo preciosas páginas de nosso passado. lições proveitosas para educação e ilustração de nossa gente. Ninguém descreve melhor a vida de São Paulo do século XIX, a nova Coimbra, nem de sua orgulhosa Campinas, que quis passar à frente da Capital, ninguém, em traços tão rápidos, nos deu melhor D. Pedro II, Carlos de Carvalho, Prudente de Moraes, Tomás Ribeiro, Raul Pompéia, Joaquim Nabuco, Visconde de Barbacena, Carlos Gomes, Lafayette, João Ribeiro, Miguel Couto e tantos mais.

Não vamos passar em revista, nem caberia nestes três quartos de hora, toda a obra histórica de Rodrigo Octávio, constituída de publicações em pequenos volumes e plaquetas. Pensamos que obra de história, história, «arte ou ciência», no conceito de outros, «ciência e arte», não é só a que se estende na vastidão de tomos de um Cesar Cantu, para só citar um estrangeiro, ou na de um Rocha Pombo, para só citar um brasileiro.

Nem só também a que se resume na preocupação de narrar e interpretar grandes acontecimentos políticos e militares. Mas também a que se ocupa de fatos culturais, manifestações literárias, artísticas, científicas, religiosas, episódios de reflexos sociais, de vidas humanas, de lugares, de instituições, quer seja num sistema que os totalize, quer parcialmente.

O escritor que estuda a vida de uma cidade, ou de um vulto, ou de uma instituição, ou coisa equivalente, acompanhando-os em

seus passos, é também um historiador. Eis como encaro Rodrigo Octávio. Ele foi um historiador. Outros dirão um historiógrafo, um ensaísta, um cronista. Não importa a nomenclatura, a classificação. O que importa é que ele soube cuidar excelentemente dos assuntos a que se propôs dedicar. Lá ficou atrás a Memória sobre a Academia Brasileira de Letras, em três páginas. Ela está para o notável Cenáculo com as cartas de Pero Vaz Caminha e Mestre João, e a *Relação do Piloto Anônimo*, para o Brasil. São documentos básicos para a história de uma e de outro, o começo da história escrita de ambos.

Se mais faltasse a Rodrigo Octávio, bastaria sem exaêro a Memória aludida para ser colocada entre os nossos historiadores.

* * *

Senhoras e Senhores!

Reverenciemos o preclaro filho do grande São Paulo, da com razão orgulhosa Campinas, reverenciemos Rodrigo Octávio, com o maior respeito e admiração e a gratidão que exigem de nós brasileiros o seu saber e patriotismo, postos ao serviço indefesso da Pátria, que ele soube amar e dignificar.



Rodrigo Octávio Filho
1892 - 1969

HOMENAGEM DO I. H. G. B. A RODRIGO OCTÁVIO FILHO

1. DADOS BIOGRAFICOS

ENEAS MARTINS FILHO

Por determinação estatutária desta Casa cabe ao seu orador oficial fazer o elogio histórico dos sócios falecidos.

Eis por que, aqui me encontro para apresentar-vos, não um estudo ou uma apreciação sobre a vida e a obra de Rodrigo Octávio Filho, mas tão somente para procurar fixar os elementos básicos de sua biografia, os fatos fundamentais de sua brilhante carreira, dentro e fora desta Casa, em seus 77 anos de vida dos quais metade (exatamente 38 anos) foi a ela devotado e dedicado.

Rodrigo Octávio o *anjo* poeta, o literato, o homem de empresa, o jurista já foram devida e brilhantemente estudados não só pelos oradores que me precederam, e os que após mim vão falar, como também nos necrológicos e comentários de nossa imprensa, nos dias que se seguiram à sua morte — instante doloroso e inesquecível que até hoje nos enluta e emociona.

Suas múltiplas e variadas atividades nos campos que rapidamente enumerei não permitiram, talvez, que dedicasse a este Instituto, que ele tanto queria e que tanto enaltecia, todo o tempo que lhe houvesse querido dedicar — mas do pouco, e ao mesmo tempo muito tempo que lhe devotou, não somente nos momentos de euforia e de sucessos como no de decisões sérias e graves, nos fazem lamentar que ele não tivesse sido mais nosso e que o seu devotamento às causas grandes, nobres e generosas, nos ti-

Sessão especial realizada em 2 de julho de 1969.

vesse privado de ver realizada uma grande obra de historiador e de memorialista, para qual o seu talento de *causeur* e sua memória rica, por assim dizer inesgotável, o haviam talhado.

Rodrigo Octávio Filho que ao lado de Afonso Pena Júnior podemos incluir entre os nossos derradeiros humanistas, era, para nós, um repositório vivo da História Contemporânea, dessa História dos albores da Primeira República até nossos dias, período por ele vivido e sentido parte por experiência direta, parte pelo seu contacto com os homens que construíram e fortaleceram a República e que viveram e sentiram o que podemos, hoje, sem receio de exagêro, qualificar de *belle époque* da vida do Brasil.

Homem do seu tempo e de sua época Rodrigo Octávio Filho viveu intensamente esse período de nossa história, de nossa vida, sob todos os seus aspectos, nela tomou parte ativa, não só nos domínios das artes e das letras como no de sua própria vida social, figura que foi, destacada e marcante do grupo que no linguajar das crônicas sociais daquele tempo se chamava de *jeunesse dorée*, o desportista e o elegante para quem os olhos cubicos dos ginásianos de minha geração se voltavam procurando inspiração e modelo para o andar, o trajar e o falar.

Rodrigo Otávio de Langgaard Meneses Filho, nasceu no Rio de Janeiro a 8 de dezembro de 1892, filho do Dr. Rodrigo Octávio Langgaard Meneses e de Dona Maria Rita Pederneiras de Langgaard Meneses. Fez seus estudos secundários no Ginásio Nacional e no Colégio Alfredo Gomes bacharelando-se em direito em 1914 pela antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, de cuja turma foi o orador oficial.

E desde então sua atividade quer no campo das atividades empresariais quer no campo das letras não teve mais interrupção bastando para dar uma idéia do que foi essa atividade uma enumeração sucinta das entidades e associações nas quais colaborou deixando em tôdas elas marca indelével de sua passagem:

- Associação Comercial do Rio de Janeiro
- Rotary Club
- Jockey Club Brasileiro
- Associação Brasileira de Escritores
- Associação de Cultura Franco-Brasileira
- Instituto Cultural Brasil-Argentina
- Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil

DADOS BIOGRÁFICOS

Sociedade Brasileira de Direito Internacional
Sociedade Filipe de Oliveira
Secretário Geral do Congresso Brasileiro de Língua Verná-
cula

Liga Brasileira de Assistência — Pró-Matre

enquanto que no terreno do que hoje se chama o empresariado presidiu o Banco Francês e Italiano para a América do Sul e fundou e organizou a Radiobrás, sendo assim um dos pioneiros no terreno das telecomunicações no Brasil.

Propositadamente excluí da enumeração que aqui termina as duas grandes instituições nacionais das quais fez parte e nas quais colaborou intensa e ativamente:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras.

Na Academia ocupou a cadeira nº 35, cujo patrono é Tavares Bastos e na qual sucedeu a seu pai o Ministro Rodrigo Octávio. Na direção da Casa de Machado de Assis ocupou sucessivamente os cargos de 2º e 1º Secretário e de Presidente.

Nesta nossa Casa entrou como sócio efetivo em 22 de agosto de 1931, sendo elevado à categoria de sócio benemérito a 20 de junho de 1951, e sucessivamente eleito para os cargos de 3º, 2º e 1º Vice-Presidente, em 1954 e 1959 exercendo em fase séria e triste para esta casa a Presidência interina, sendo, finalmente, elevado à categoria de sócio grande benemérito em setembro de 1968 e confirmado no cargo de 1º vice-presidente função que exerceu até seu falecimento.

Sobre sua obra literária a Academia Brasileira de Letras já se pronunciou cabe-me pois, apenas, enumerar os seus trabalhos de caráter propriamente histórico, jóias que enriquecem o precioso acervo desta Casa e que nos fazem lamentar que Rodrigo Octávio Filho não tivesse podido dedicar a tais estudos um pouco mais do tempo que tão sãbiamente sabia aproveitar.

Em 1931 estreou, nesta Casa, proferindo uma conferência sobre Manuel Luis Osório, seguindo-se-lhe em 1933 um estudo sobre o *Panorama político da Revolução dos Farrapos*. Em 1934 estudou brilhantemente o *Litígio de Tacna e Arica* e numa fulgurante síntese sobre o *Ato Adicional de 12 de agosto de 1834* confirmou a sua lucidez de jurista aliado a um poderoso espírito

de síntese de grande historiador. Seguiram-se a estes trabalhos um estudo sobre a *Doutrina de Monroe e o Pan-americanismo*, e notáveis estudos biográficos sobre o *Visconde de Mauá*, a *Princesa Isabel*, *Prudente de Moraes* e o *Almirante José Carlos de Carvalho*.

Casado com D. Laura de Oliveira Rodrigo Octávio deixou o nosso inesquecível companheiro e vice-presidente filhos, netos e bisnetos aqui presentes. Agradeço a presença em nome do Instituto.

Encerrando esta parte das homenagens que prestamos à memória de Rodrigo Octávio Filho, excuso-me por introduzir uma nota pessoal mas, a que não me posso furtar, de registrar. Foi a Rodrigo Octávio que coube presidir a reunião pública em que, pela primeira vez, me foi dada a insigne honra de falar nesta Casa.

E para terminar posso apenas fazer minhas as palavras de Pedro Calmon que definiu Rodrigo Octávio Filho como *promotor de animação, criador de energia, arquiteto de laborioso edifício, paladino nas linhas dianteiras de ação social, modelo de bom convívio, beneditino da agremiação inteligente*.

2. RODRIGO OCTAVIO FILHO, POETA

XAVIER PEDROSA

Rodrigo Octávio Filho viveu os dias da sua mocidade entre dois poetas, o seu pai Rodrigo Octávio poeta dos *Pâmpanos e Poemas e Idílios*, 1886, e o seu tio, Mário Pederneiras, autor do livro *Ao Léo do Sonho e à Mercê da Vida*, 1913.

De um herdou o estro, do outro, a influência da escola literária de que seu tio era prosélito de renome, o simbolismo, reacção contra a poesia parnasiana vinda do século XIX.

Rodrigo Octávio Filho por seu livro de estréia — *Alameda Noturna* publicado em 1922, é classificado pelos críticos como poeta *penumbriista*. Vejamos como o poeta caracteriza essa sua «alameda noturna.»

Por cima dela paira, eternamente,
a saudade imortal de um abandono
e a tristeza dolente
dos luars do outono...

Esta alameda tem a emoção de uma prece
mística e dolorosa, a consolar as almas...

Há um suave rumor de ondulações de palmas...

Por ela vou e, ao longe, aos olhos, me aparece
Uma visão exul,
Bromácea, indefinida...
A indicar-me, com as mãos, o caminho da vida...

Talvez um dia eu chegue ao termo... Um dia...
E chegue bendizendo essa visão exul,
Bromácea, indefinida,
Que pouso o meigo olhar no manso lago azul
E me indica com as mãos, o caminho da vida...

Eis aqui o poeta em seu penumbrismo misterioso. Marcado com este caráter, a sua musa se derrama pelas páginas do livro, através das quais vamos acompanhar os motivos da sua inspiração simbolista.

Velhos versos a minha casa

Ad me ipsum

A casa de meus pais, austera, monacal,
Tem em volta a frescura alegre de um quintal.

Pela sua feição calma, simples e honesta,
Vê-se logo que ali mora gente modesta.

O seu aspecto é forte e feito para luctas...
E tem em derredor a hálito das frutas...

.....
Ela possui uma alma enternecida e quieta
Pois lá mora meu Pai e meu Pai é Poeta!...

Nela a alegria é sã, tudo me anima e encanta,
Pois é nela que vive a minha Mãe que é Santa!

Depois dessa canção de amor filial, a inspiração vai-se embeber na luz da sua terra natal, em *Matina*, dedicado a Alceu de Amoroso Lima, seu companheiro de juventude.

Abro a janela para o sol que nasce,
beijando os restos do luar tristonho
Divinizando a vida que renasce
ante a graça floral da natureza...

.....
E esta emoção que a minha vida doura,
eu sinto que ela sempre em mim renasce,
Quando, em manhãs de luz consoladora,
Abro a janela para o sol que nasce...

Se cantou a manhã é natural que cante também a noite como faz em *Noturno* dedicado a Filipe de Oliveira, seu co-irmão de escola literária.

Abro a janela e busco a clara noite imensa
Que um luar lendário esmalta e que em prata se espalha...
A terra dorme à luz misteriosa e densa
Que do céu se desprende e na terra desmaia,

Até agora o grande tema inspirador de todos os poetas não foi apresentado, eis que ele surge no livro, formando uma série — *Sonetos de Amor*; ainda que seja delicado pisar esse terreno íntimo do poeta da *Alameda Noturna*, contudo ele assim canta nos tercetos do Soneto número I.

Foi para um grande amor que nós nascemos...
O nosso amor é um hino de vitórias!
E há nesta vida que nós dois vivemos
A mais linda de todas as histórias,
No mais belo de todos os amores!

Ainda para uma melhor compreensão da alma do nosso saudoso amigo, está dito em *Canção romântica*, dedicada a Cláudio Ganns, de saudosa memória, nossa, em a qual mais uma vez se inculca de poeta apaixonado.

E pelo nosso caminho
Atapetado de rosas.
Belas rosas sem espinho
Que florescem todo o ano,
Sentimos as radiosas
Incarnações de um amor,
Tão divino e tão humano
Que fez de mim trovador...

Nesta *Velha Canção* dedicada a Eduardo Guimarães, estão reunidos muitos dos *motivos* que serviram a sua inspiração, durante os períodos da sua vida em que deveras versejou: damo-los de forma sintética e salientando-os à medida da declaração.

Tive a ambição de ser um poeta triste...
Ser o cantor de flôres que morreram
Num velho vaso esguio onde persiste
Ainda o velho aroma em que viveram...

Quis ter o meu jardim à beira-mar [*motivo praiano*]
Cheio de palmas, lírios e de rosas [*motivo de plantas*]
Envolvido no manto do luar [*velho motivo*]
Na delícia das noites amorosas [*motivo romântico*]

E é bem assim o sonho que cultivo [*confissão*]
Nesta ambição sensual do meu desejo, [*confissão*]
Vivendo as horas longas que ora vivo [*confissão*]
Na saudade de uns olhos que não vejo... [*confissão*]

Homem de fino gosto viajou, viajou bem, para mais longe, para mais perto, ainda adolescente, em plena mocidade e na madureza, até depois dos setenta anos viajou Rodrigo Octávio Filho, ê do primeiro tempo êste poema marcante da sua admiração pelo poeta belga simbolista.

Alma de Rodenbach

A Mário Simonsen, seu amigo e companheiro de vivência.

Alma feita de sombra e silêncio, dispersos
Numa grande emoção de saudade perdida,
Que trazes minha vida e meus nervos imersos.
Na cadência brumal de tua dôr sofrida...

E no exílio de claustro em que vivo esta vida,
Pus-me então a sentir e a rezar os teus versos,
Alma sentimental de angústia dolorida,
Alma feita de sombra e silêncio, dispersos...

Ê de dentro de tua emoção que eu contemplo
E vejo que tua alma antiga me parece
Um órgão a cantar tôda a vida de um templo!

E, como refletida através de vitrais
Bruges acinzentada e morta me aparece
Espalhando o silêncio à tona dos canais...

Como para os poetas de Flandres e de Holanda são os canais, motivos de inspiração ligada à alma de pescadores e marinheiros, Rodrigo Octávio Filho achou também nas águas da Guanabara motivos de inspiração, como se pode deduzir dêste número de *Águas Fortes* (série de poemas), dedicado ao seu companheiro de escola poética Alvaro Moreira.

Sentado ao cais, sózinho a meditar
Num barco errante ou numa caravela,
Sinto a tristeza tôda dêste mar,
Na visão branca de uma linda vela!

Ainda em *Poema do Sonha e da Saudade*, diz:

Vou pelas noites de luas frios,
Deitar meus olhos sôbre o grande mar...
Sonhar a vida calma dos navios,
Que a minha vida sempre foi sonhar!

Até que um dia, não recente, mas remoto, ainda no verdor da mocidade, estranhamente cantou uma triste canção:

Canção da meia noite

Meia noite bateu, sinistramente...

Doze pancadas tristes e sonoras
Estão ecoando, dolorosamente
Na fúnebre canção das doze horas...

No deserto abandono desta rua,
Vou, pensativo e calmo, caminhando...
E lá do alto, a minha amiga — a Lua,
Baixa os seus olhos, para os meus, olhando...

Meia noite...

Minhalma emocionada
Vive no ambiente monacal da Lua...
Uma árvore tristonha e desfolhada,
Derrama a sombra trágica na rua...

Meia noite...

.....
Doze pancadas tristes e sonoras
Estão ecoando, dolorosamente,
Na fúnebre canção das doze horas...

Meia noite bateu, sinistramente...

Esperou que batessem simbolicamente, as doze pancadas da meia noite para fazer a sua inesperada viagem para a Eternidade.

Será lícito dizer, depois que ele partiu, que esta palavra não é estranha à sua poesia, que está contida no seu livro? Lá está à página 102 da *Alameda Noturna* o número IV das *Águas fortes* esta estrofe:

Na meia sombra que no frio templo esvoaça,
de um órgão a plangência, evocadora e triste,
a história nos revela aureolada de graça
de uma vida melhor, que em outra parte existe...

É lá que ele está para o nosso consolo, pois ao partir do convívio com os entes mais queridos ao seu coração, deixou em *Última Página* esta evocação que analisada em seus componentes

psicológicos, dê-nos a impressão que o autor fala, açando-se fora das contingências terrenas.

Eu hoje te evoquei, Felicidade,
Na bruma pálida do meu sonhar...
Deixa teu corpo langue de saudade
Em minh'alma de simples se asilar...

Tu, que andas longe e que és minha ansiedade,
Tu, cuja voz ouço, distante, a ecoar,
Tu, que és a sombra eterna da bondade,
Traz os teus olhos para o meu olhar.

Para as minhas estende as tuas mãos...
Minha esperança quer viver contigo,
Na harmonia comum de deus irmãos...

Vem alegrar o meu olhar tristonho,
Vem, para sempre, caminhar comigo,
na alameda Noturna do meu sonho...

Torno ao que êle disse em seu primeiro verso da *Alameda*,
que para nós não é mais noturna, mas sim iluminada...

Esta alameda tem a emoção de uma prece
mística e dolorosa, a consolar as almas.

Não queremos outra palavra senão esta que o nosso saudoso
amigo nos oferece em seu belo poema: consolemo-nos uns aos
outros.

Tenho dito.

3. RODRIGO OCTAVIO FILHO, O ADVOGADO

PLINIO DOYLE

Honrando as tradições deixadas por seu pai, que, por cerca de cinquenta anos, foi a grande, a maior figura da advocacia brasileira, Rodrigo Octávio Filho, em sua época, pela sua cultura, pelo seu saber, pelo seu amor ao estudo, pela sua dedicação ao trabalho e à causa que defendia, pelo trato pessoal que dava aos amigos e clientes, e, principalmente, pelo seu eterno sorriso, foi uma das grandes figuras da advocacia no Rio de Janeiro.

Com apenas 22 anos formou-se pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, em uma turma brilhante, de que fizeram parte, figuras ilustres como Philadelpho Azevedo, Heitor Lira, Tristão da Cunha, Oscar Cunha, Fernando Raja Gabaglia, Alberto de Faria Filho e João Carlos Moniz, entre outros, e logo iniciou suas atividades forenses; iniciou as atividades como bacharel formado, mas apenas aumentou o seu ritmo, que já vinha exercendo como auxiliar de escritório de seu pai, que freqüentava desde menino, pois sempre fôra o acompanhante dileto e constante, o «carregador de autos» de Rodrigo Octávio.

Ele mesmo o disse, em discurso proferido em agradecimento à memorável sessão de abril de 1944, do Instituto dos Advogados Brasileiros, de homenagem a Rodrigo Octávio, seu antigo Presidente-Honorário: «Subo a esta tribuna dominado por um sentimento de solidariedade; fui testemunha a mais constante e mais fiel da longa vida de trabalho de Rodrigo Octávio, tôda ela alicerçada no amor e na curiosidade. Nunca se cansou, nunca se queixou; qualquer tarefa realizada, qualquer estudo concluído, êle festejava com alegria. Seu espírito penetrante e claro, explorava as letras e as artes, as ciências jurídicas e sociais em tôdas as direções.»

E essas palavras, que Rodrigo Octávio Filho dedicou ao seu grande e saudoso pai, podem ser aqui repetidas, porque a êle se aplicam perfeitamente, porque êle também nunca se cansou, nunca se queixou e a alegria festejava sempre o fim de suas tarefas.

Quando ingressamos no fóro, no então Palácio da Justiça da rua Dom Manuel, encontramos grandes figuras da advocacia, que olhávamos com respeito e admiração e porque não dizer logo, com um toque de inveja, pelo brilho e altivez com que defendiam suas causas; êsse respeito pelos mais velhos, pelos mestres da profissão, quase que desaparecia quando nos corredores do fóro conversávamos com Rodrigo Octávio Filho, que com o seu eterno bom humor e constante alegria, punha de lado essa autoridade, para falar de igual para igual, para ensinar. E como aprendemos com êle! Sem doutrinar, com palavras simples e de amizade. Era o bom ensinamento da prática forense, da vida do fóro, da «cozinha forense», do saber viver naquele emaranhado de lutas e controvérsias, de trazer o bom humor nas derrotas, mas respeitando e mantendo sempre a soberania da Justiça.

«O advogado é figura de primeiro plano em qualquer sociedade organizada, apesar de serem impessoais as regalias e os privilégios que lhes possam caber no exercício da profissão, uma vez que redundam, principalmente, em proveito de seus clientes e de seus concidadãos», foi a definição que êle deu de nossa nobre profissão, em brilhante discurso no Instituto dos Advogados Brasileiros, em 1952, saudando a Levi Carneiro que se despedia dela para ingressar na Côrte de Justiça de Haia.

E a dedicação que dava aos clientes e às causas que defendia, mostrava o grande advogado que era.

Mais de uma vez ouvimos referências suas à causa «dos Maias» como a chamava, que muito o preocupava e que deu lugar a longo e bem fundamentado memorial sôbre indenização por perdas e danos, que viu afinal vitoriosa no Supremo Tribunal Federal. E como bom escritor que era, não perdeu a oportunidade de lembrar Eça de Queirós que, «se ressuscitasse, encontraria no ventre bojudado dêstes autos, elementos de primeira ordem para compor, no seu estilo encantador, um romance que fôsse o espelho da cruel fealdade da vida contemporânea», como disse no início

de suas razões finais. E com quatro anos de formado, já defendia perante o mesmo Supremo Tribunal Federal, em novembro de 1918, uma intrincada questão de meação de muro divisório, afinal vitoriosa também para o seu cliente.

Em 1917, já ingressava no Instituto dos Advogados Brasileiros, por proposta de Paulo Viana, com parecer favorável de três luminares da advocacia de então, Astolfo de Resende, Tacião Basílio e, para glória nossa e imensa alegria, ainda entre nós, Levi Carneiro. E no Instituto exerceu os cargos de vice-presidente e orador, quando teve oportunidade de dizer em brilhantes páginas, da homenagem do Instituto aos sócios falecidos; e ainda, em conferências e estudos, deixou páginas esplêndidas sobre o conselheiro Ferreira Viana, Ubaldino do Amaral, Lacerda de Almeida, Rui Barbosa e Vicente de Carvalho, o poeta-juiz.

Foi também representante da classe no Conselho Federal e no Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. E em discurso que em nome dessas Instituições pronunciou no Tribunal de Justiça, em novembro de 1948, com o significativo título, para nós advogados, de «Na sala dos passos perdidos» contou passagem do início de sua vida de advogado, quando da Tribuna da então Corte de Apelação, em defesa de clientes seus, «contra meus hábitos e temperamento, lancei um desafio ao Tribunal. Embora em termos respeitosos não deixava de ser um desafio. Foi então que vi, sentado na cadeira da presidência, um magistrado, elegantíssimo na sua toga, cabelos brancos, olhar vivo, fazer com o braço um largo gesto que traduzia desaponto e espanto, e que foi o suficiente para que eu, sentindo toda a imprudência de minha atitude, desse uma reviravolta às minhas palavras e novo rumo à minha oração de defesa. Esse magistrado, era o desembargador Pedro de Alcântara Nabuco de Abreu. Evoco aquele soleníssimo momento de minha vida profissional, não só pelo fato que acabo de contar, mas também... porque, por unanimidade de votos, os meus embargos foram recebidos e julgados procedentes.» Infelizmente não sabemos qual teria sido esse desafio.

E para terminar, Senhor Presidente, uma passagem curiosa da infância de Rodrigo Octávio Filho e uma retificação a trecho de *Minhas memórias dos outros* de Rodrigo Octávio.

Conta este, no segundo volume, capítulo III, «Machado de Assis», sobre a peregrinação da Academia Brasileira de Letras, então recém fundada, o seguinte: «José Veríssimo havia feito enquadrar em pequenas molduras escuras, os retratos de muitos dos colaboradores da *Revista Brasileira* e, com essa linda galeria adornara a parede de sua sala de redação. Desaparecida a Revista, quando a Academia começou a funcionar no meu escritório, José Veríssimo me ofereceu, dessa preciosa coleção, todos os retratos dos acadêmicos, que eu coloquei, em fila, numa das paredes da sala. Certo dia uma senhora foi fazer-me uma consulta, levando uma esperta filhinha de meia dúzia de anos; e a menina, apontando para aquêles retratos enfileirados, perguntou timidamente: 'Mãe, quem são aquêles gatunos?' Vendo a minha estupefação, a senhora, num riso, me explicou que moravam nos subúrbios e na estação em que embarcavam, como em outras próximas, havia a Polícia, para prevenção do público, colocado uns grandes quadros com retratos de ladrões e batedores de carteiras. E, pela semelhança da apresentação, foi por essa gente que a filhinha da minha consulente tomou Joaquim Nabuco, o Barão de Loreto, Taunay, o Sr. Clóvis Beviláqua...»

Não conhecemos as razões pelas quais Rodrigo Octávio trocou no caso, o nome de seu filho pelo de «esperta filhinha de meia dúzia de anos»; mas o fato, segundo nos contou Rodrigo Octávio Filho, e foi confirmado pela Excelentíssima Senhora Dona Laura Rodrigo Octávio, ocorreu com êle próprio, com a alteração apenas de que vira a galeria de ladrões em uma Delegacia de Polícia, nas suas constantes idas e vindas em companhia do pai, pelas suas peregrinações de advogado.

E Rodrigo Octávio Filho, que com os seus cinco ou seis anos de idade, tomava os fundadores da Academia como tais, tornou-se, afinal, um grande e inesquecível acadêmico.

4. RODRIGO OCTÁVIO FILHO, O AMIGO

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Meus títulos para ocupar esta tribuna e versar este tema contam seguramente cento e tantos anos. De fato, datam de meados do século passado as primeiras cartas que, no arquivo de família, comprovam as íntimas relações entre os antepassados de Rodrigo Octávio Filho e a minha gente. Na fórmula de Plauto, «quanto mais antigo melhor», era assim ele, o melhor dos meus amigos, já que nos unia uma amizade mais que secular.

O velho Dr. Teodoro Langgaard, era médico em Campinas e ali tratava os empregados e escravos da fazenda pertencente a meu bisavô, o conselheiro Albino Barbosa de Oliveira. Suas cartas estão cheias de notícias da lavoura, da escravaria e das intrigas locais, às vezes saborosas. Ocupava uma casa na cidade pertencente ao conselheiro — casa que aparece descrita minuciosamente em *Coração aberto*, primeiro da série de memórias escritas pelo neto. — Retribuía desse modo o conselheiro os serviços de seu vigilante amigo e operoso facultativo.

O genro do Dr. Langgaard, o de Rodrigo Octávio de Oliveira Meneses, este era como meu avô Jacobina, genro do conselheiro, membro de grupo liberal avançado, que tinha como expoente Tavares Bastos — colega de meu avô na 12ª legislatura, de 1864-66. Morreu prematuramente, aquele que poderemos chamar Rodrigo Octávio I. Mas a viúva encarou com bravura os encargos que lhe ficaram. Dela também conserva o meu arquivo provas de uma sincera e constante amizade.

O Dr. Rodrigo Octávio, que poderíamos chamar II, este já o conheci pessoalmente em nossa casa. Tive, por sinal, a honra de servir numa reunião internacional em que ele foi delegado do Brasil: a 2ª Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos. Sem a sua alta capacidade de acomodar as divergências dos irrequietos juristas latino-americanos, divididos e redivididos em questões locais, jamais a assembléia teria aprovado este monumento jurídico continental que é o código Bustamante.

Foi companheiro de infância de minha mãe, em Campinas, e foi um amigo certo nas horas incertas, como poucos.

Ainda há poucos dias tive ocasião de falar a respeito de sua colaboração incansável na série de conferências promovidas pelo então Curso Jacobina, em que se prestou até a substituir, à última hora, um conferencista impedido. Um ministro do mais alto tribunal, acadêmico, árbitro de nações, era nessas horas somente o amigo e nada mais. É assim um precioso legado esta amizade de família, que passo confiantemente a meus sucessores, já na segunda geração.

O nosso saudoso colega, que poderíamos chamar Rodrigo Octávio terceiro, este não é preciso descrevê-lo. Sentimo-lo todos até bem pouco a nosso lado. Tão súbita foi a mudança que parece estarmos ainda a vê-lo, sentado nestas bancadas, de preferência à mesa, que evitava quanto podia, e sublinhando com um sorriso, ora de simpatia, ora de ironia, mas jamais de malícia, as palestras e comunicações.

Todos fomos testemunhas da perfeita elegância, do cavalheirismo indefectível com que se portou quando nos vimos em face do problema de dar um substituto ao inesquecível presidente perpétuo, embaixador Macedo Soares, timbrando em ceder o passo ao colega de vice-presidência Wanderley Pinho por um gesto espontâneo de admiração e respeito pelo companheiro. Mas o homem propõe e Deus dispõe. Os encargos da substituição do Embaixador recaíram afinal, por altas determinações da Provi-

dência, nos ombros de nosso primeiro vice-presidente, que delas se desempenhou com a galhardia e independência do costume, com a naturalidade com que desempenhou sempre as funções, por mais delicadas que fôsem, tombadas em suas mãos.

Há homens, dizia um experiente amigo, já desaparecido, que fazem sua carreira usando o cotovelo. Outros, a palma das mãos. O nosso saudoso amigo vice-presidente Rodrigo Octávio não preteriu ninguém na sua carreira profissional, na sua vida de homem de letras, na sua convivência social perfeita e desejada sempre. Tôdas as portas se abriam diante de um conjunto de qualidades raramente reunidas numa personalidade bem dotada pela natureza.

É que ele não forçava ninguém a recuar, nem prejudicava os direitos dos capazes, nem jamais perdeu o mais precioso dos dotes para os que vivem no mundo da inteligência: a capacidade de admirar, sem invejar; de estimar, sem enganar; de estimular, sem temer a concorrência; de cooperar sem humilhar; de animar sem lisongear; numa palavra, sempre de amar os seus semelhantes, instintivamente, na fórmula evangélica, que ele viveu sem a confessar, como a si próprio.

Tôdas as portas se abriam sem dificuldade, sem bulha e sem estardalhaço, suavemente, em sua carreira tão bem realizada. Assim também se abriram significativamente diante dele as portas da eternidade, com a mesma discrição com que ele marcou sua convivência e sua indefectível amizade.

5. RODRIGO OCTAVIO FILHO E A CULTURA FRANCESA

MARIO BARATA

As homenagens especiais prestadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro às personalidades que honraram a nossa Companhia procuram reviver as facetas diversas de uma personalidade, as quais recompostas nos restituem ou mesmo revelam à compreensão, o todo. De cada pessoa, em geral, conhecemos uma parte. Raros sabem ou podem definir um ser humano na totalidade múltipla e complexa de seus aspectos. Nenhum homem é monolítico e claro. Algo de enigmático existe em nós, porque a verdade só aparece parcialmente a cada grupo de amigos. Daí as surpresas enormes ao se ouvirem confidências dos outros, sobre o que sabem de entes a quem também conhecemos e queremos bem. Ainda recentemente, a filantropia de José Carlos de Macedo Soares, aqui narrada por Aureliano Leite, era uma parcela importante, malgrado pouco divulgada pelo seu espírito bondoso, na soma que formava nosso saudoso presidente.

Hoje, ao relembrar o 1º Vice-Presidente que perdemos — o pôsto ainda é seu — suas qualidades de amigo generoso e espontâneo, com uma graça espiritual que nunca perdeu e que o incluía no número dos seletos que mantêm a pureza da infância ao longo da maturidade, sua figura elegante, retilínea, de *gentleman* no físico e no moral e outros aspectos que foram e serão destacados por vários oradores desta solenidade, não posso deixar de considerar que havia em Rodrigo Octávio Filho um elemento essencial a caracterizar-lhe a formação e a maneira de ser: o *attachement* à cultura francesa. Não seria talvez a base maior de sua personalidade, mas constituiria, ao menos em parte quase igual, um dos dois ou três esteios fundamentais da maneira de ser de nosso tão caro e saudoso Rodrigo Octávio.

De seu pai e da profissão de advogado recebera a base para o exercício de vida, na estrutura brasileira e como homem de sociedade. Do tio Mário Pederneiras e amigos como Lima Campos, Gonzaga Duque, Filipe de Oliveira e Álvaro Moreira, o estímulo para a aplicação de sua sensibilidade. A figura inteligente e a dedicação de D^a Laura entraram por muito no acerto e equilíbrio de sua existência modelar. Mas em poucos setores Rodrigo Octávio Filho foi tão exemplar e expressivo de uma época brasileira, como nas relações com a cultura francesa. A sua própria intimidade e gosto pela nação Argentina parece-me ter sido uma consequência dos vínculos comuns dêle, e seu ilustre progenitor e dos Rivarola e Amadeo com a fonte comum européia, no plano jurídico bastante francesa. O que êle via nos grandes argentinos, ainda era um pouco a Europa. Rui Barbosa, nosso maior jurista, destacara também a França e Rodrigo citou uma vez palavras do grande brasileiro, insertas nas *Pages choisies* — diga-se de passagem, livro prefaciado por Deschanel — entre elas: «*Cette France civilisatrice par excellence du monde moderne, patrie du goût, de la beauté, de l'enthousiasme, de la générosité, mère spirituelle du monde latin*».

«No bôjo destas palavras — prosseguia Rodrigo — no artigo *Paris*, de 14 de outubro de 1963 — está tôda a França espiritual e imortal.»

Fui testemunha próxima e de coração da consagração de seu exercício de amizade com a França. Participei de eleição que o incluiu no Conselho Diretor da Alliance Française do Rio de Janeiro (Associação de Cultura Franco-Brasileira) em 1950 ou 1951 e também daquela que, em 1953, o elevou merecidamente à presidência efetiva da Associação, na qual permaneceu por cerca de dez anos, até ser guindado à sua presidência de honra. Era um guia das relações franco-brasileiras, às quais tanto se dedicara a sua geração, desde uma figura feminina plena de vitalidade tal qual foi D^a Branca Fialho e de seu irmão Miguel

Osório de Almeida, até o cientista e educador Paulo Carneiro ou o escritor Aníbal Machado, e outro jurista notável como Levi Carneiro, aqui presente, que em 1946 saudou, com a sua elegância de sempre, Emile Henriot, na Academia Brasileira — da qual era então presidente — como a um embaixador da França liberada e nova, junto à Casa dos imortais.

Da presença de Rodrigo Octávio Filho à frente da *Alliance* posso dar, pois, autorizado depoimento de que foi exemplar. Escolheu seu sucessor, o saudoso jornalista e intelectual Luís Aníbal Falcão, cuja excelentíssima viúva ainda há dias me recordava como Rodrigo Octávio fora para ambos um símbolo e uma prática de rara e dedicada amizade. E ainda encaminhou, pelo prestígio de sua palavra e presença, a sucessão de Falcão, pelo atual presidente, também tanto amigo da França, nosso emérito confrade Professor Américo Jacobina Lacombe. Mas melhor testemunho darão os próprios franceses que com êle lidaram na Associação, de um sempre lembrado Philippe Greffet ao secretário-geral, escritor Marc Blancpain. Reproduzirei a seguir trechos de cartas dirigidas à excelentíssima senhora D^ª Laura Rodrigo Octávio. Do primeiro cito: *«Je ne peux croire que tant de noblesse, tant de bonté, tant de gentillesse nous aient abandonnées. Son sourire, sa confiance, sa foi, son amour pour mon pays, m'ont donné la force de faire ce que j'ai pu faire au Brésil»*.

De Guy Brytygier, que dirigiu o teatro da Maison de France e a biblioteca da *Alliance*, no Rio: *«Je viens d'apprendre la triste nouvelle qui vous a frappée. Je dirai même que nous a tous frappés, étant donné la profonde admiration et le profond respect mêlé d'affection que j'éprouvais pour le Dr. Rodrigo»*.

Do Boletim da Alliance Française — entre outras palavras de Marc Blancpain: *«Un président, Rodrigo Octávio?... Un aîné fraternel, plutôt, de bon conseil et d'une fidélité sans faille. C'était lui qui, avec Philippe Greffet, avait mis sur pied les examens de l'Université de Nancy. C'était lui que nous retrouvions,*

...dans sa calme et belle demeure, au milieu des siens et de tant de fidèles de la France, chaque fois que nous avons le bonheur de revoir la cité merveilleuse...» E ainda referência de F. R. Kemper, presidente da Colônia Francesa, no Rio: *«Nous aurions été fiers qu'il fut l'un de nos compatriotes, cet homme courtois et discret, ce lettré tout pénétré de culture française, ce véritable gentilhomme que nous admirions et aimions et auquel nous étions profondément reconnaissants d'être un fidèle ami de notre pays»*.

E de Michel Simon, escritor tão chegado ao Brasil: *«Nous perdons tous un ami très fidèle, toujours bien disposé, toujours optimiste. Mais le Brésil perd un homme de bien, un homme de grand siècle, un homme de civilisation esquisse, très raffinée»*.

Rodrigo era, no feitio espiritual e na formação cultural, um produto de cultura francesa, como o foram homens de gerações próximas em vários setores, de um Fernando de Magalhães ao Dr. Abel Guimarães Pôrto, de Aloísio de Castro a Eliseu Visconti. Na sua formação e no seu porte representavam até certo ponto um Brasil ainda aristocrático, no início da República.

Em 1902, ainda criança, estudara Rodrigo na França por algum tempo, aprendendo a língua que dominou com prazer até o fim da existência. Com seus pais regressava a Paris em 1907 ou 1910 e depois na célebre estada de 1913, que entrou para a história literária do Brasil, no pós-simbolismo, quando percorre a cidade com Álvaro Moreira, Filipe de Oliveira e nela se reencontra com Alceu Amoroso Lima. É o ano poético por excelência, de seu contato com a capital francesa. E também como de certo modo nos disse no seu discurso de maio de 1951 na Société des Gens de Lettres, onde foi saudado por Pierre Descaves, o viver de um momento perturbador: *«Sentiamo-nos na França — confessa — então, como numa sala de espera. O espetáculo que nela seguiu não era uma surpresa. Entretanto não o prefigurávamos tão longo, nem tão terrível. Esperando, vivia-se. E se vivia bem.»*

Sua experiência sobre a importância da França para o Brasil, vivida e sábia, fazia de Rodrigo, tão carioca, quase um membro da colônia francesa no Rio. Quando em 1952, autorizado pelo seu amigo Elmano Cardim, Hamilton Barata, meu saudoso pai, organizou as comemorações do 125º aniversário do *Jornal do Comércio*, foi a Rodrigo Octávio Filho que naturalmente ele se di-

rigiu em primeiro lugar, quando incluiu no plano dos artigos sobre o nosso país, que festejavam a efeméride do tradicional órgão de imprensa, um sobre a influência francesa no Brasil. Rodrigo indicou, com o prazer generoso que sempre tinha ao passar tarefas a amigos, seu companheiro Delgado de Carvalho, antigo e ilustre presidente da Aliança — neste momento, para nosso contentamento, entre nós. O texto então feito foi posteriormente incluído no excelente volume *Aspectos da formação e evolução do Brasil*, com o título *Brasil-França, Contactos e Confrontos*, editado pelo citado jornal em 1953. Retrospecto útil que resume — diga-se de passagem — os aspectos fundamentais dessa influência, em nosso país, e cuja leitura me permito aconselhar aos interessados no assunto que porventura ainda não o conheçam.

As obrigações de Rodrigo em relação ao escritório de seu pai impediram-no de viajar no entre-duas-guerras — na explicação pessoal e comovente que me deu D^o Laura, ao falar *sans avoir l'air de le dire*, do respeito filial de seu marido. Só em 1951, por insistência do sogro, Dr. Numa de Oliveira, que chegou a oferecer-lhe as passagens para desenraizar Rodrigo do país, é que ele retorna à França, para iniciar seu belo discurso da Société des Gens de Lettres, com a frase lapidar: «Antes de chegar a Paris — pela quarta vez — fiz, através da vida, longa viagem de trinta e oito anos.»

«Como todos os amadores» — prossegue — «deixei a França com lágrimas nos olhos, deixando-lhe atrás de mim minha juventude e minha fé. Parti impregnado das mais doces lembranças, dando-lhe, em penhor de meu amor, o eco de minhas mais ternas palavras de fidelidade.» E adiante: «Minha longa ausência, foi o maior pecado de minha vida... Podeis bem imaginar, com que emoção, após *m'être baladé* pelas ruas de Paris, depois de ter enchido os meus olhos de suas perspectivas inesquecíveis, após haver revisto os olhos azuis de suas crianças e a graça de suas mulheres, depois de ter sentido Paris inteiro, o Sena, as pontes, os jardins, as árvores, as flores, o céu, podeis bem imaginar com que emoção cheguei a este Hotel».

Foi nesse discurso que Rodrigo Octávio resumiu as suas impressões de leitor de Balzac. O texto é em francês e me escuso da tradução que venho de fazer dos excertos anteriores. Sobre

O autor da *Comédia Humana* êle falara, aliás, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na inauguração da exposição comemorativa do centenário do escritor.

Retomada a ponte Rio-Paris, Rodrigo a atravessou de novo e à França retorna com D^{rs} Laura, para o V Congresso Mundial das Alianças Francesas, de cuja sessão de encerramento foi o orador, quando acentuou que Paris não era agora, como em velha canção, uma mulher, «que é inspiração e alegria da vida...» Evocando isto, em 1963, continuava: «Este é o Paris que me ficou na suave lembrança. Mas hoje, na idade madura da meditação, Paris é, para mim, um homem... Um homem chegado aos cinqüenta anos, com tôda a sua inteligência, com tôda a sua sabedoria, sem que se lhe embraquecessem os cabelos por milagre — *n'a plus vieilli depuis...* Paris não envelhece.»

Aos 18 de novembro de 1960, no curso de nova viagem, êle recebia o doutorado *honoris-causa* da Universidade de Nancy, por indicação da Faculdade de Letras. No discurso que ali fêz, falou em nome dos colegas que recebiam a mesma honraria, nesse dia. A sua escolha era, na verdade, menos uma distinção ao Brasil como êle indicou, do que o respeito que a sua nobre personalidade impunha, nos seus então 67 anos ainda ágeis e surpreendentes.

Divulgarei aqui, fragmentos dêsse texto em português, ao que parece inédito no Brasil e contendo dois ou três parágrafos, do próprio autor, em francês. «E parafraseando o já lembrado Montesquieu posso confessar, com certa vaidade, que je suis amoureux de l'amitié e que, guardadas as distâncias e proporções, lembrar com Voltaire que *mon meilleur ouvrage est avoir fait un peu de bien...*» E adiante: «Se vos falo assim, de coração aberto, do meu e do vosso país, é porque, como disse em meu discurso de encerramento do Congresso Mundial das Alliances Françaises, em 1956 — *mon pays est, sans doute, un des coins de la terre les plus propice au développement et à l'action de l'Alliance Fran-*

çaise, que é uma das mais efativas presenças da França no mundo. Et comme j'ai déjà répété plus d'une fois — je n'ai pas besoin de vous dire combien les brésiliens ont dans leur coeur partagé la souffrance et les épreuves de la France pendant les dures années de la guerre, et combien nous avons vibré d'enthousiasme et d'allegresse avec ceux qui ont écrit les pages d'heroïsme et de gloire de la toute récente histoire française. Le jour de la libération a été, pour nous brésiliens, jour de bonheur et de fête nationale!»

«E quando nos apercebemos de que — depois de acentuado colapso — a língua e a cultura francesas, cultura que sempre foi a base de nossa formação espiritual, se diluía e se afundava, dando lugar a outras influências, sentimos a necessidade de defender-lhes os direitos tradicionais. É o que temos procurado fazer nestes últimos cinco anos, eu e meus incansáveis colaboradores. E os resultados de nossos esforços são hoje bem palpáveis, cumulando com o reconhecimento, pelo govêrno do Brasil, do diploma de estudos superiores de francês da Universidade de Nancy, permitindo aos jovens brasileiros que os tenham conquistado, o exercicio legal de lecionar a língua e a literatura francesas em nossas escolas e ginásios de estudos secundários. É este um acontecimento relevante para o intercâmbio cultural entre nossos dois países. Sobre o assunto podem dar testemunho os meus caros amigos e ilustres professôres desta Universidade, Derathé e Galliot, que por mais de uma vez examinaram alunos brasileiros espalhados pelos quatro cantos do território nacional.»

Rodrigo Octávio Filho, homem tão dedicado e fiel à sua própria casa e aos seus, possuía, metafóricamente, várias casas que estimava e freqüentava. Uma delas, e das que mais lhe eram caras, foi este nosso venerável Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Somos todos gratos ao saudoso companheiro por isso.

6. RODRIGO OCTAVIO FILHO, O COMPANHEIRO

PEDRO CALMON

Senhor Adido Cultural da Embaixada Francesa, que nos honra com sua presença.

Senhor Capitão Representante de Sua Excelência o Governador Negrão de Lima.

Senhor Representante do Diretor do Museu Nacional.

Minhas Senhoras (e desejo destacar a Sra. Maria Cecília Fontes, que costume, com a audácia que me é natural, chamar presidente da aristocracia carioca).

Família de Rodrigo Octávio Filho, aqui presente tôda ela, com Laura Rodrigo Octávio, a companheira inexcédível daquele nosso querido amigo, que vem aqui com o coração despedaçado e as mãos cheias, pois acaba de doar ao Instituto uma porção preciosa do arquivo de Rodrigo Octávio, a pasta relativa à família imperial, achando que o nosso acervo de velhos papéis é digno de conservar os guardados de duas gerações: Rodrigo Octávio e Rodrigo Octávio Filho, que serviram e amaram o Instituto Histórico.

Tinha-me inscrito eu também para participar desta sessão e poder dizer uma série de palavras repassadas de amargura, de gratidão e de saudade, em honra do querido companheiro ausente. Não tenho, porém, ânimo de prolongar esta reunião. Cabe-me louvar os sócios que, com tanta dignidade intelectual, tanta beleza, tanta emoção e sobretudo, o que mais vale nesta Academia de História, tanta verdade, se referiram a Rodrigo Octávio Filho. Enéas Martins, o orador do Instituto, retrazendo o perfil do historiador; Carlos Rheingantz, genealogista que é, falando dos laços

de família, Xavier Pedrosa trazendo-nos uma apreciação sobre o poeta e com ele passeando pela *Alameda Noturna*, naquela jornada lírica, em torno da obra sentimental de Rodrigo Octávio; Mário Barata, evocando Rodrigo Octávio e a cultura francesa, com uma braçada de rosas, as que os amigos franceses de Rodrigo Octávio, através de Laura Rodrigo Octávio, mandaram depositar sobre a sua sepultura recente; Plínio Doyle, com a circunstância de ter sido eleito sócio, ainda não ter tomado posse e já estrear na tribuna do Instituto, graças à sua imunidade de advogado, falando de Rodrigo Octávio e o saber jurídico, a atividade forense que ele desempenhou tão bem, na linha paterna; Américo Jacobina Lacombe, com esta página luminosa sobre Rodrigo Octávio, o amigo, e por fim a palavra espontânea e comovida de Hugo Rodrigo Octávio, que gostaríamos, como o pai e o avô, se chegasse a nós, viesse participar dessas atividades que ambos, se pai e o avô, zelaram com tanto carinho.

Devo dizer, abusando um tanto das minhas reminiscências, que é no ambiente próprio, que é neste ambiente de família, da grande família espiritual que se formou em torno de Rodrigo Octávio na sua casa da rua das Palmeiras e que se reconstituiu aqui neste momento, que cabe um episódio que pertence ao anedotário do velho Rodrigo Octávio. Disse a Josué Montello para anotar o caso na sua antologia de anedotas, sobre acadêmicos e a Academia. Essa história me contou o velho Rodrigo Octávio, porque, devo abrir um parêntese, antes de conhecer o filho, conheci o velho, o ministro Rodrigo Octávio, jurisconsulto, o segundo no nome, porque o primeiro era um baiano, Rodrigo Octávio de Oliveira Meneses, teatrólogo, jornalista, político liberal e que tão cedo desapareceu deixando na orfandade o filho que havia de dar lustre ao nome... Pois bem, contou-nos o velho Rodrigo Octávio, a propósito do neto mais velho, que uma vez (isso dizia com a graça que lhe era própria) tirou uma fotografia atrás da qual tinha anotado duas ou três frases de Hugo e apresentou-a a Lauro Müller. Lauro Müller era o cético que conhecemos, mas também era avô; bateu-lhe no ombro e disse: «Meu caro Rodrigo, quando os netos começam a falar os avós começam a mentir!» Rodrigo achou aquilo delicioso e muitas vezes me repetiu o caso.

Minhas senhoras e meus senhores, entramos juntos no Instituto Histórico, Rodrigo Octávio Filho e eu, no dia 22 de agosto

de 1931. E aqui estou a presidir a Sessão, porque ele o quis! Marcos Carneiro de Mendonça referiu-se a um pormenor relativo à vida interna da Casa e eu tenho que aludir a outro: falecido José Carlos de Macedo Soares, assumiu a Presidência o 1º Vice-Presidente, Rodrigo Octávio. Concluindo com Américo Lacombe, uma trama fraterna contra o orador do Instituto, os dois decidiram não aceitar a Presidência e me impuseram fôsse eu o sucessor. Rodrigo chamou-me e disse: meu caro amigo, vamos fazê-lo Presidente porque tem mais tempo do que nós; apresentou outras razões que considere irrepondíveis, mas brinqueei, em resposta: — «Já sei, o arдил que Lacombe e Rodrigo estão promovendo é para tirar o orador da tribuna que ocupa há seis lustros e impedir que ele fale, mas iludiram-se, porque o Presidente abre e encerra tôdas as sessões, enquanto o orador só fala nas sessões para as quais está escalado...»

Querido e grande amigo! não sei, minhas senhoras e meus senhores, não sei, Senhora Rodrigo Octávio Filho, se não é uma antecipação dessa precária imortalidade, no meio tumultuoso em que vivemos, a série de demonstrações de afeto que vêm significando o aprêço da sociedade brasileira por Rodrigo Octávio Filho desde que tão inesperadamente ele se foi. Esta é uma sessão especial do Instituto, pois, pelos Estatutos, temos o dia próprio, que é o do aniversário da Casa, para ser então feito o necrológio dos sócios pelo orador oficial do Instituto. Esta sessão especial corresponde à consideração que tínhamos, ao aprêço que dispensamos, ao grande carinho por Rodrigo Octávio Filho.

Queremos com isto mostrar que na Casa da Memória, que é o Instituto Histórico, os que a compõem têm orgulho da memória do amigo. Queremos dizer que não esquecemos o companheiro que a Providência, nos seus misteriosos designios, afastou de nós, que o mantemos presente e não olvidaremos aquêle que, assíduo às reuniões, com aquela amabilidade fidalga que era o apanágio da sua atitude elegante, dentro do clima espiritual em que sutilizava a conversa, sempre culto a respeito de todos os assuntos, informado e sociável, trazendo-nos um pouco a impressão de que se prolongava, nos ambientes que freqüentava, o seu lar, a casa nobre, povoada de intelligência que foi a casa paterna, queremos ter a impressão de que continúa conosco e o vemos integrado no nosso meio, sentado na sua cadeira perpétua, olhan-

do-nos com seus olhos claros e amigos, trazendo-nos o apoio da sua opinião, homem do bom conselho, brasileiro como raros, grande figura humana que disfarçava de modo maravilhoso as próprias ansiedades, as próprias dúvidas, as próprias dores, como o tio e mestre, o fino poeta simbolista Mário Pederneiras «calçando mágoas, afastando espinhos, como se a escarpa desta vida fôsse o mais suave de todos os caminhos.»

Está encerrada a sessão.

COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DE RODRIGO OCTAVIO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (*)

MINISTRO OSVALDO TRIGUEIRO

Quando entrou para o Supremo Tribunal, em 1929, Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses era um dos brasileiros mais ilustres de seu tempo. O jurista de notável saber e reputação ilibada trazia quarenta anos de tirocínio no ministério público, na judicatura, na advocacia e na cátedra. O internacionalista havia brilhantemente servido ao país na promoção de sua política exterior. O homem de letras, igualmente festejado como poeta e prosador, já havia conquistado todos os lauréis, destacando-se entre estes o da presidência da Academia Brasileira.

Rodrigo Octávio nasceu em Campinas, a 11 de outubro de 1866. Era filho de Rodrigo Octávio de Oliveira Meneses, advogado baiano que fez carreira no Sul e, sob o gabinete Sinimbu, foi presidente da Província do Paraná. Pelo lado materno era neto do médico dinamarquês Teodoro Langgaard, que veio para o Brasil logo depois de formado e clinicou por muitos anos no interior de São Paulo.

A carreira do jurista estendeu-se por quase meio século: do bacharelado em São Paulo, aos vinte anos, em 1886, à aposentadoria voluntária, por motivo de saúde, em 1934. Em inatividade viveu ainda dez anos, vindo a falecer em 28 de fevereiro de 1944.

Ao deixar a Faculdade, tentou a advocacia no Rio de Janeiro, abrindo escritório juntamente com Raul Pompéia e Oscar

(*) Sessão no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, a 12 de outubro de 1966.

de Macedo Soares. Mas os clientes não apareceram e a sociedade logo se desfez. Rodrigo Octávio resolveu, então, começar pelo interior, que era onde os bacharéis da época faziam o curso prático. Em 1887 foi nomeado promotor de Santa Bárbara, que a esse tempo era comarca remota, a quatro dias de viagem da Capital do Império. O destêrro, todavia, não foi longo. Decorrido menos de um ano, foi nomeado juiz municipal de Iguçu, que era então uma cidade morta, mas oferecia a vantagem de situar-se a poucas horas da Córte.

De Iguçu, cujo movimento forense era menor que o de Santa Bárbara, foi Rodrigo Octávio removido para Paraíba do Sul, centro social próspero e comarca agitada, onde militavam advogados de renome. O Juizado de Paraíba deu-lhe larga experiência profissional. Deu-lhe ainda a oportunidade de prolatar, como presidente do Tribunal do Júri, a última sentença de morte assinada no Brasil.

Ao organizar-se a Justiça Federal, logo que foi promulgada a Constituição de 1891, o ministro da Justiça, que era Campos Sales, seu conterrâneo de Campinas, convocou-o para o cargo de procurador seccional da República no antigo Distrito Federal, onde se radicou para sempre.

Ali tentou novamente a advocacia, dessa vez com todo o êxito. Trabalhou a princípio com o Conselheiro Carlos de Carvalho, em quem teve um grande mestre. Até a nomeação para o Supremo Tribunal, foi advogado de prestígio e nomeada, e seu escritório teve a singularidade de servir de sede à Academia Brasileira de Letras, no interregno entre o desaparecimento da Revista Brasileira e a construção do edifício do Sílogeu, onde ela depois se abrigou.

Cumulativamente com a advocacia exercia ele o magistério, como professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, da qual foi um dos fundadores, e onde iniciou o ensino do Direito Internacional Privado.

Em 1911 foi nomeado Consultor-Geral da República, cargo em que foi sucessivamente confirmado, por vários presidentes, até a ascensão ao Supremo Tribunal.

Legou-nos Rodrigo Octávio notável e variada produção jurídica. Já em 1890 publicava *Divisão e demarcação de terras*

particulares. A seguir vieram outros livros: *Domínio da União e dos Estados*, em 1897; *Constituições Federais*, editado no mesmo ano; *Direito Internacional Privado*, em 1908; *O Direito do estrangeiro no Brasil*, em 1909; *A codificação do Direito Internacional Privado*, em 1910; *Do cheque*, em 1913; *Elementos de Direito Público e Constitucional Brasileiro*, escrito em colaboração com Paulo Viana, no mesmo ano; *Direito Internacional Privado*, em volume da Coleção Jacinto, em 1932; *Dicionário de Direito Internacional Privado*, em 1933.

Além desses livros, contam-se por dezenas as conferências, ensaios, e relatórios, sobre temas jurídicos, publicados em revistas do país e do estrangeiro. Os memoriais são incontáveis. Os pareceres de consultor-geral formam quatorze volumes, oito dos quais aguardam publicação.

Rodrigo Octávio teve freqüentemente interrompidas as atividades de professor e advogado, para desempenhar, no exterior, numerosas missões, que lhe foram confiadas tanto pelo Governo Brasileiro como pelos governos de outros países. Nesse particular foi prestimoso colaborar de Rio Branco, a quem deveu a escolha para Secretário da Terceira Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro (1906) e para a Segunda Conferência de Paz, na Haia (1907), bem como para delegado às conferências para o Direito Marítimo, que se realizaram em Bruxelas (1908 e 1913) e às conferências para o Direito Cambial, que se reuniram na Capital holandesa (1909 e 1912).

A Conferência de Versalhes, em 1919, foi mandado como consultor jurídico, passando depois a delegado plenipotenciário, com a vinda de Epiácio Pessoa para a Presidência da República.

Em 1927 figurou entre os delegados brasileiros à reunião da Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos, que se realizava no Rio de Janeiro, pela segunda vez.

Entre as distinções que recebeu de governos estrangeiros, ressaltam as funções de árbitro para a solução de litígios, entre os Estados Unidos e México, entre o México e a França, entre o Chile e a Suécia, entre a Suécia e a Colômbia.

Por último, foi designado, em 1931, membro da Comissão Permanente de Direito Internacional, instituída pela União Pan-Americana.

Essa foi a carreira do jurista eminente, que ilustrou e enalteceu o Supremo Tribunal Federal, nos cinco anos de judicatura, que aqui proficientemente exerceu.

Não foi menos fecunda a atuação do homem de letras. Rodrigo Octávio estreou com um livro de versos *Pâmpanos* — publicado no ano em que se bacharelou. Que essa iniciação poética não foi apenas cousa da mocidade, demonstra-o a constância com que se dedicou ao culto da poesia. Aquele primeiro livro seguiu-se: *Poemas e idílios*, em 1887; *Sonhos funestos*, drama em verso, aparecido em 1895; *Vera*, poema publicado em 1916; *Coração de caboclo*, outro poema, que é de 1924.

O prosador estreou com a novela *Aristo*, cuja primeira edição é de 1889. Vieram depois: *Festas nacionais*, em 1893; *Bodas de sangue*, em 1895; *Felisberto Caldeira*, em 1900; *A Balaíada*, em 1903; *A Estrada*, em 1907; *Águas passadas*, em 1914; *Coração aberto*, em 1928; *Contos de ontem e de hoje*, em 1932; *Minhas memórias dos outros*, publicados em três volumes, de 1934 a 1936.

Esta simples enumeração dá idéia da extraordinária capacidade intelectual de Rodrigo Octávio, cuja bibliografia completa registra nada menos de cento e oitenta trabalhos, aparecidos em livros, opúsculos e publicações periódicas.

É evidente que não podemos apreciar-lhe a vida, sem considerar o que ele foi como poeta e escritor eminente, nem a atividade que desenvolveu no campo da política internacional. Mas não seremos injustos se dissermos que ele foi, sobretudo, advogado e juiz. A literatura, em sua época, não era profissão nem atividade exclusiva. A atuação no plano internacional, que tanto avulta em sua biografia, não foi mais que um prolongamento da ação do juiz, do advogado, do professor de direito.

É o que, a meu ver, se confirma por sua resistência à sedução da diplomacia e ao canto da sereia da política partidária.

Rio Branco não conseguiu atraí-lo para o serviço permanente do Itamarati. Declinou ele do convite para ministro plenipotenciário no Uruguai, numa época em que este era um dos postos de maior relêvo em nossa representação diplomática.

Não foi menor sua aversão à política, em que poderia ter feito carreira, ao estilo da Primeira República, quando os parti-

dos consideravam indispensável a colaboração dos homens de inteligência, mesmo quando não tinham eleitores.

Para iniciar essa carreira, teve ele oportunidade excepcional aos vinte e oito anos de idade, ao ser nomeado secretário da Presidência da República, no governo de Prudente de Moraes. Decerto, o cargo, que acabara de ser criado, estava longe de possuir o prestígio adquirido com o tempo e a expansão do serviço governamental. A Casa Civil de então tinha apenas três funcionários e, por medida de economia, um desses cargos se conservou vago. O funcionário que hoje se intitula Chefe do Gabinete Civil ganhava um conto de réis por mês e andava de bonde. Não é de estranhar, assim, que Rodrigo Octávio, antes de findo o quadriênio, houvesse pedido demissão para voltar a promissora prosperidade da advocacia.

Na mocidade não se manteve imune às paixões políticas. Como nobremente relata em suas memórias, Rodrigo Octávio, nos albores da República, pagou tributo ao jacobinismo dominante. Assim é que assinou telegrama de protesto ao Governo da França, por motivo das homenagens que este país prestara a Pedro 2º, quando de seu falecimento no exílio. Com Raul Pompéia, João Ribeiro e Lúcio de Mendonça, foi signatário de pedido, dirigido à Câmara dos Deputados, para que se mandasse retirar da praça pública a estátua de Pedro 1º.

Em 1900 teve a última aventura política: candidatou-se a deputado federal pelo 3º Distrito da Capital da República. Mas seu nome não mereceu as preferências do eleitorado, ou da máquina partidária que, àquele tempo, escolhia de fato os representantes do povo.

Este insucesso, talvez o único de sua vida pública, selou uma separação definitiva. Rodrigo Octávio nunca mais pensou em política, nem foi como político que, no Governo de Epitácio Pessoa, exerceu o cargo de subsecretário de Estado das Relações Exteriores. No desempenho dessa comissão, chefiou a delegação do Brasil à Primeira Assembléia da Liga das Nações, reunida em 1920, na qual firmou o ato de instituição da Corte Permanente de Justiça Internacional.

Quando nomeado promotor de Santa Bárbara, fez ele longa viagem de dois dias a cavalo, a partir da ponta dos trilhos da estrada de ferro, que ainda não chegava a Ouro Preto.

Evocando essa passagem, muitos anos depois, nas páginas de saudade de *Coração aberto*, lembrou o caminho percorrido como símbolo e inspiração da carreira que iniciava. E a propósito escreveu:

A estrada é o símbolo da vida; é o caminho aberto para a frente na canseira das longas estradas, na perplexidade das encruzilhadas, a surpresa das curvas sobre horizontes novos, que ora se desdobram em fundas perspectivas risonhas e animadoras, ora se fecham nas barreiras de rochas escarpadas, agressivas e duras.

A vida de Rodrigo Octávio foi uma estrada longa e bela, que ele percorreu, como a de Santa Bárbara, de ânimo resolutivo, superando obstáculos e vencendo canseiras, atento aos desdobramentos do horizonte e enlevado na contemplação da paisagem.

Sob qualquer aspecto de sua vida pública, aparece-nos ele como um grande brasileiro, a quem não podemos recusar o direito imprescritível à admiração e ao reconhecimento da posteridade.

Mas, nas homenagens que hoje, aqui, tributamos à sua memória, pelo transcurso de seu centenário, é natural que o louvemos, sobretudo, pelo que ele foi no final da jornada: o juiz do mais alto tribunal da República, ao qual tanto honrou pela sabedoria, pela inteireza moral, pelo amor à justiça.

RODRIGO OCTAVIO (*)

ALCINO DE PAULA SALAZAR

Sr. Presidente, a Procuradoria-Geral da República sente-se honrada em participar da significativa homenagem que, no momento, é prestada à memória, à personalidade, ao nome de Rodrigo Octávio.

Como bem assinalou o ilustre ministro Osvaldo Trigueiro, Rodrigo Octávio foi, certa ocasião, participante do Ministério Público Federal, e aí temos um motivo a mais, um motivo especial para tributar também a esse nome ilustre a nossa homenagem.

A grande verdade é que Rodrigo Octávio se projetou de tal maneira na vida pública brasileira, tão grandes e valiosos serviços prestou à sua Pátria, que granjeou a estima, a admiração, o aprêço e a gratidão de todos os brasileiros. Foi uma vida rica de grandes e notáveis acontecimentos, que se incorporaram à história da vida pública brasileira.

O eminente orador oficial deste Tribunal, nesta homenagem, destacou bem os traços principais e a riqueza da vida de Rodrigo Octávio. Nada haveria a acrescentar e a referir. Há, entretanto, dois traços na vida desse grande brasileiro que se destacam entre aqueles que constituíram a sua fama e a sua grandeza.

Em primeiro lugar andou pelas culminâncias de todos os domínios do saber e da ciência jurídica. Na magistratura, chegou até a esta altíssima posição de ministro do Supremo Tribunal Federal. Na advocacia, foi eleito presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros. Ainda nas letras jurídicas, foi consumado escritor e autor de notáveis obras. Na literatura, chegou também

(*) *Diário da Justiça* — Sessão do Supremo Tribunal Federal em Brasília, a 12 de outubro de 1966. Discurso do Procurador Geral da República.

à culminância da Academia Brasileira de Letras. Mas onde sua personalidade mais se distinguiu pela constância do seu esforço, pelo excelente resultado do seu trabalho, foi no campo das relações internacionais. Aí ganhou projeção internacional.

A sua cultura, a sua isenção e seu espírito cívico, seu dom de equilíbrio, foram freqüentemente aproveitados nessa difícil e delicada função de árbitro, em numerosos casos de conflitos internacionais de contendas entre diversos países. Isto indica bem o prestígio do seu nome e o alto nível que alcançou no campo das relações internacionais.

Além de tudo, sua vida foi marcada por uma constante preocupação de trabalho e de esforço em favor da conveniência das nações. A paz foi o grande alvo de toda sua carreira. Lutou intensa e continuamente em defesa dos princípios que defendia, desde quando em 1906 participara da Terceira Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, a seguir da Segunda Conferência internacional de Haia. Embora todos esses esforços envidados nessa e noutras ocasiões, não tivessem conseguido conjurar a catástrofe de 1914, a grande verdade é que o Brasil realizou um grande esforço no cenário internacional e sempre no sentido da obtenção da paz.

A Rodrigo Octávio as nossas mais calorosas homenagens, na proporção de seu grande e justamente proclamado merecimento.

RODRIGO OCTAVIO, ADVOGADO (*)

ORLANDO BULCAO VIANA

Egrégio Tribunal, em nome do Conselho da Ordem dos Advogados do Distrito Federal, venho associar-me às manifestações ora prestadas ao ministro Rodrigo Octávio, pedindo vênias aos eminentes oradores que me precederam, para fazer minhas as palavras então proferidas.

Vem bem a propósito, srs. ministros, a homenagem que hoje se presta ao ministro Rodrigo Octávio não só pelas virtudes do homenageado, mas também porque, nos dias difíceis que estamos vivendo, esta homenagem vale como uma reafirmação do nosso amor ao direito e à justiça.

Rodrigo Octávio, como vários outros já homenageados por esta augusta Casa, foi sempre o fervoroso adepto do direito e da justiça, a aspiração máxima dos povos civilizados. E foi também o fervoroso adepto da democracia que, a custo de muito sangue, fomos buscar nos campos de batalha da Itália fascista.

Lembrá-lo agora, no momento em que se cuida de elaborar uma nova Constituição para o Brasil, momento confuso e de in-

(*) Palavras do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção do Distrito Federal) em Sessão do Supremo Tribunal Federal de 12 de outubro de 1966.

certezas, vale como uma advertência aos nossos legisladores do apêgo, da dedicação, do acato e merecimento que nós, brasileiros, damos aos direitos do indivíduo como conquista intocável que dignifica e enobrece o homem.

HOMENAGEM A RODRIGO OCTAVIO (*)

MINISTRO PRADO KELLY

O Dr. Rodrigo Octávio Filho, ilustre advogado e escritor, que, no culto do direito e no trato das letras, seguiu brilhantemente a trilha paterna, honrou-me com uma carta de cujo teor me desvanço em dar conhecimento ao Tribunal para que figure na ata dos nossos trabalhos:

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1966 — Excelentíssimo Senhor Ministro Prado Kelly. Eminente e querido amigo. Por decisiva prescrição médica não me é possível comparecer à sessão do Supremo Tribunal Federal, na qual, por deliberação do Eminente Senhor Ministro-Presidente, será prestada honrosa homenagem a um de seus antigos membros o Ministro Rodrigo Octávio, cujo 1º Centenário de nascimento transcorre este ano.

Não podendo estar presente pois estou me recuperando de uma inoportuna basite, vou ficar privado de ouvir e aplaudir a palavra viva e eloqüente de meu eminente amigo Senhor Ministro Osvaldo Trigueiro, orador da homenagem que vai lembrar aos seus pares, no agosto recinto do Supremo Tribunal Federal, a personalidade e a obra do Ministro Rodrigo Octávio.

Assim sendo, venho pedir a Vossa Excelência, Senhor Ministro Prado Kelly — lembrando-me de que foi o ilustre pai de Vossa Excelência quem substituiu o meu nesse Egrégio Tribunal — queira me conceder a honra de representar-me na comovedora homenagem para levar, em meu nome e no de minha família, aos Senhores Ministros do Supremo Tribunal, os nossos mais sinceros agradecimentos.

Peço ainda a Vossa Excelência queira ter a bondade de transmitir ao Senhor Ministro Osvaldo Trigueiro o meu apêto de mão e o meu abraço amigo, cordial e comovido, assegurando-lhe a minha ansiedade em poder ler, dentro de alguns dias, as palavras que vai pronunciar sobre meu pai.

Creia na velha amizade e crescente admiração do velho amigo,

(a) *Rodrigo Octávio (Filho)*.

(*) *Palavras na Sessão do Supremo Tribunal Federal de 12 de outubro de 1966.*

Por derradeiro, Sr. Presidente, devo realçar a emoção e o prazer intelectual que nos causaram a oração magistral do eminente Ministro Osvaldo Trigueiro e a página evocativa do eminente Ministro Luís Gallotti e, bem assim, exprimir ao douto procurador-geral e ao ilustre representante do Conselho Regional da Ordem dos Advogados os agradecimentos da família de Rodrigo Octávio pelos altos conceitos de seus discursos, que acabamos de ouvir com igual agrado. (*)

(*) A seguir o Exmo. Sr. Ministro Cândido Mota Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, leu ao Tribunal o seguinte telegrama:

«Associo-me justas homenagens presta êsse Egrégio Tribunal memória ilustre Ministro Rodrigo Octávio meu saudoso Mestre. *Bruno Lima* Professor aposentado Faculdade Direito Pelotas».

CENTENARIO DE RODRIGO OCTAVIO (*)

LEVI CARNEIRO

Vai-se fazendo a comemoração do Centenário de Rodrigo Octávio, sucessivamente, em solenidades de numerosas instituições culturais, de variados objetivos especializados, a que ele serviu com devotamento e brilho. Assim, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro celebrou o historiador; a Sociedade Brasileira de Direito Internacional, o internacionalista; o Pen-Club, o poeta, o ficcionista; o Instituto dos Advogados, o jurista; a Faculdade de Direito de São Paulo, o seu antigo aluno. E outras mais.

Agora, não cabe à Academia Brasileira de Letras exaltar a obra de Rodrigo Octávio em algum aspecto diferente, ainda não focalizado, nem reiterar um desses mesmos, já comemorados. Aqui se congregam escritores de todos os gêneros literários e de todos os assuntos. Ao ingressar, cada um sofre a apreciação da obra, que já tivesse realizado, da sua própria personalidade e até das possíveis criações futuras. Dizia Afrânio Peixoto que cada acadêmico são dois discursos — o de posse e o do seu sucessor. Rodrigo Octávio teve a singular fortuna de que o segundo discurso fôsse proferido por seu próprio filho, revestindo-o de emocionada ternura. Em alguns casos — como há de ser no do próprio Afrânio Peixoto e, agora, é no de Rodrigo Octávio, sobrevém um terceiro discurso — o do centenário. Talvez alguma coisa da tão falada imortalidade que, com raridade, poderá ocorrer...

(*) Conferência na Academia Brasileira de Letras. Transcrita do *Jornal do Comércio*, de 2 de junho de 1968.

Então, será inevitável investigar se se confirmou, ou não, através da continuidade da obra que o acadêmico estava começando, a previsão constante, manifestada, inicialmente, através da eleição.

Em relação a Rodrigo Octávio, essa verificação é reconfortante, porque ao longo de quase quarenta anos de vida acadêmica, com fulgor desenvolveu êle — assíduo, devotado, operoso — as atividades, de que o previram capaz os fundadores de nossa Casa.

Sendo, principalmente jurista — foi, também, autêntico homem de letras, praticando a literatura em múltiplas de suas modalidades — poeta, novelista, teatrólogo, historiador, ensaísta. Ao mesmo tempo, como jurista versou quase todos, senão todos, os ramos do Direito Público e do Direito Privado. Neste último, especializou-se em matérias de relevante interesse prático — como a falência, a cambial, o cheque, o fretamento e demais problemas do Direito Marítimo. No outro setor, dedicou-se as mais árduas questões doutrinárias e à solução de complexas questões concernentes ao Direito Internacional Privado e Público. Por outro lado, cultor fervoroso do Direito, realizou seu culto no Brasil e em todos os principais países estrangeiros, por tôdas as formas cabíveis — como professor, advogado, membro do Ministério Público, Consultor Jurídico do Governo e de pessoas jurídicas e naturais, Magistrado desde a primeira instância até a mais alta e suprema, árbitro em questões interestaduais e internacionais. Membro de Congressos Nacionais e estrangeiros, conferencista, diretor de revistas literárias e jurídicas, autor de livros de doutrina. Sempre magnífico. Sem uma decaída.

Torna-se pois, complexa e difícil, muito excedente de minha minguada capacidade, a tarefa em que me acho investido; tendo de falar-vos de tôda essa imensa obra numerosa, variada e valiosíssima. Impossibilitado de uma oração analítica, crítica, quero dizer-vos de Rodrigo Octávio, singelamente, com a emoção, o afeto, a gratidão, do advogadozinho que, há trinta anos, ou mais, foi por êle sempre acolhido carinhosamente. Neste sentido, basta-me revelar-vos que possuo todos os seus livros, com a mesma dedicatória: «Ao meu querido amigo» e, precedido de um adjetivo generoso, «Colega.»

TRANSCRIÇÕES

Por isso mesmo, evoco-lhe, desde logo, a inesquecível figura humana. Por sua variada e intensa atividade, era de prever que fôsse extrovertido, exuberante, gentilíssimo. A esses dotes se aliava o encanto de sua presença magnífica — os claros olhos cintilantes, a barba bem cuidada, ainda quando encanecida, a coloração sanguínea do rosto explicada pela ascendência escandinava, a palavra fluente, límpida, erudita, graciosa, o sorriso irradiante. Assim o conheci e tratei por longos anos. É interessante que muitos dos que não puderam conhecê-lo — de seu falecimento já decorreram 22 anos — assim também o idealizam. Parece que o testemunho dos contemporâneos gravou e tornou indelével, para os que vieram depois — por isso mesmo que corresponde ao que decorre da leitura de seus livros — a memória que os mais antigos conservamos. Nós mesmos retroagimos nossa impressão e o revemos, como se o tivéssemos conhecido em plena mocidade, aluno da Faculdade de Direito de São Paulo e poeta. Aos 20 anos, publica um livro de versos — *Pâmpanos*. Manda-o a Machado de Assis, o mais conspícuo crítico literário. Recordaria o jovem poeta que aquêle «distinto nas letras e na política nacional», louvou-o em palavras amáveis. Haveria de expressar ao crítico o seu agradecimento. Por carta ou telegrama? Ele acharia inexpressiva qualquer dessas formas. Veio ao Rio. Fêz o conhecimento pessoal de Machado de Assis. Participou do jantar em honra de outro poeta — que viria a ser um dos nossos — Luís Guimarães Júnior. Sentiria, como referiu, «a extraordinária atração pessoal, através de atitudes modestas, mesmo humildes» do crítico famoso. Já assim se revelava o acolhimento simpático, que se tornaria mais significativo.

Rodrigo Octávio publicou outro livro — *Poemas e Idílios*. Conclui o curso jurídico. Orfão, não só do pai também do avô, sente necessidade de enfrentar a vida prática. Comove-se com a trabalhadora de sua mãe, empenhada em mantê-lo confortavelmente. Decide tentar a advocacia, no Rio de Janeiro — mas em pouco tempo reconhece que não consegue clientela. Decide-se, então, pelo Judiciário da Província do Rio de Janeiro; é promotor em Santa Bárbara e juiz municipal em Iguaçú. Depois, já sob o regime republicano, juiz em Paraíba do Sul — onde, afinal, en-

contra ambiente propício ao desenvolvimento de seus estudos jurídicos.

Terá, então, vislumbrado o primeiro sorriso da Fortuna, quando um conterrâneo de Campinas, amigo da família, Campos Sales, então ministro da Justiça do primeiro govêrno republicano, nomeia-o para a Justiça Federal, recém-criada, Procurador seccional da República no Distrito Federal.

Bem instalado nesse cargo, seu nome aparece nos jornais cariocas. Envaidecia-se com os começos de celebridade. Frequenta rodas literárias, reuniões da *Semana* de Valentim Magalhães, da *Revista Brasileira* de José Veríssimo. No meio desta, gerou a idéia da criação da Academia Brasileira de Letras. Rodrigo Octávio é indicado para ser um dos dez primeiros acadêmicos, que o govêrno federal nomearia. Fracassou, porém, tão auspicioso projeto. Ressurgiu, por iniciativa privada. Rodrigo Octávio é um dos dezesseis fundadores, que se reúnem aos 15 de novembro de 1896.

Influiria Machado de Assis na escolha do poeta dos *Pampas*? Quero crer que o nosso egrégio patrono, recatado e sóbrio, gostasse de confiar no talento dos moços, que descobria, e de encorajá-los. De tal sorte, teria levado para a Academia ou, pelo menos, ai os acolheu generosamente: — Rodrigo Octávio aos 31 anos de idade, Pedro Rabelo aos 29, Magalhães de Azevedo aos 25 e Graça Aranha, inédito, também aos 29. Mais tarde, viria Mário de Alencar com 33. Em nossos dias, creio que a Academia não elegeria nenhum candidato tão jovem.

Contudo, a êsse tempo, já teria Rodrigo Octávio publicado, além dos dois livros de versos referidos, duas novelas *Bôdas de sangue* e *Aristo*, um drama em verso, *Sonhos Funestos* e, mais, *Homens e coisas do Paraguai* e *Festas nacionais*. Eram sete livros em circulação. Talvez, nenhum dos acadêmicos moços tivesse bibliografia tão numerosa. No seio da Academia Rodrigo Octávio desde logo se destaca. Eram desalentadoras as dificuldades. Acadêmicos desanimavam. Nosso ilustre confrade, Senhor Luís Viana Filho, mencionou a esquivança de Joaquim Nabuco e de Taunay. Em compensação, Rodrigo Octávio seria dos animados e animadores. Passa a ser colaborador assíduo de Ma-

TRANSCRIÇÕES

chado de Assis. Investido no cargo de 1º secretário, que era o terceiro pôsto — logo abaixo do Presidente, Machado de Assis, e do secretário geral, Joaquim Nabuco — apresenta, na solenidade de instalação da Academia o relatório dos fatos até então ocorridos, concluindo por estas palavras esperançosas: «Façamos votos ardentes para que a reunião, que o dia de hoje assinala, seja o primeiro momento de um longo e farto período de trabalhos pacíficos e proveitosos em benefício da cultura nacional, em benefício da Pátria.»

Custaram a realizar-se essas esperanças. Quatro anos depois de inaugurada, ainda não tinha a Academia sede definitiva e decorosa. Andava por aí, funcionando, por cessão precária, em algum salão mais ou menos aparatoso, nas ocasiões de posse de novos acadêmicos. Rodrigo Octávio provê ao funcionamento regular, ao trabalho rotineiro, e instala a Academia em seu próprio escritório de advogado, num sobrado da rua da Quitanda. Para comodidade dos acadêmicos, que, em maior número, comparecessem às reuniões ordinárias, obtêm de vizinhos amáveis o empréstimo de cadeiras. Assim se normaliza a vida humilde da Academia, durante outros quatro anos. Naquela sala foram mais numerosas que em outra qualquer, as reuniões até então realizadas.

Através desses episódios, a amizade de Rodrigo Octávio com Machado de Assis se fortaleceria. Anos depois, Rodrigo Octávio contaria à Academia que o seu convívio com Machado de Assis durara quinze anos, em todos os dias, ressalvado apenas o tempo em que se ausentou do País.

Rodrigo Octávio presta ainda, indiretamente, o maior benefício à Academia, proporcionando-lhe a sólida situação financeira, imprescindível para realizar a grande obra cultural a que se propunha. Somente ao encerrar o seu período presidencial, ao que suponho, terá revelado como influiu no testamento do livreiro Francisco Alves. Consultou-o este, como seu cliente, sobre o testamento que pretendia fazer, desejoso de beneficiar as letras, de preferência à obra de caridade. Então, o advogado sugeriu-lhe que constituísse um fundo pecuniário, cuja renda a Academia distribuiria em prêmios para estimular o desenvolvimento

das letras nacionais. Francisco Alves acolheu bem o alvitre. Rodrigo Octávio ausentou-se do Brasil e, depois, ao voltar, ouviu do seu cliente que fizera o testamento, sem olvidar a sugestão referida. Sômente dez anos depois, por morte do livreiro, a abertura do testamento divulgou como êle adotara a idéia do seu advogado, ampliando-a inteligentemente para instituir a Academia sua herdeira universal. Para êsse ato, de inexcédível alcance, contribuiu Rodrigo Octávio com a discrição de um advogado modelar.

No fôro, a carreira de Rodrigo Octávio se desenvolvia auspiciosamente. Como Procurador Secional da República, tivera, desde logo, um processo de maior repercussão e de grande importância jurídica. Coubera-lhe defender a União Federal, na ação que Rui Barbosa propôs, para anular os efeitos pecuniários dos atos do Presidente Floriano Peixoto que demitiram, ou aposentaram, e desterraram, funcionários civis e militares e até membros do Congresso Nacional. O Presidente decretara o estado de sítio, com essas providências, para reprimir o lançamento do manifesto, subscripto pelos mesmos funcionários e congressistas, que reclamavam a eleição do nôvo presidente, em substituição ao renunciante, Marechal Deodoro da Fonseca, considerando que não cabia ao vice-presidente a substituição.

Pela primeira vez, de acôrdo com a nova Constituição, se pleiteava a anulação, por decisão judiciária, dos efeitos de atos governamentais, devido à inconstitucionalidade de que se revestiam.

Rui Barbosa, com imensa cultura e inexcédível ardor cívico, fundamentou exuberantemente a ação intentada. Seu arrazoado formou a monografia: *Os atos inconstitucionais ante a Justiça Federal*, ainda hoje preciosa, apresentando os fundamentos de sistema constitucional brasileiro.

Era difícil, até insuperável, a missão do Procurador da República, tendo de contestar o pedido dos autores. Rodrigo Octávio desempenhou-a com perfeição, sem exceder-se na justificativa dos atos impugnados. Essa contestação também se tornou monografia valiosa, intitulada: *Os sucessos de 20 de abril*. Rende ao patrono adverso merecida homenagem, dizendo-o «a culminância na

lista dos publicistas pátrios», argüi a incompetência do Poder Judiciário em virtude da natureza política dos atos, aprovados pelo Congresso, e da ausência de dano pecuniário que houvessem sofrido os autores, faz a melhor defesa possível. Tem o cuidado de ressaltar que a doutrina sustentada não conduz ao absolutismo.

Assim enveredava Rodrigo Octávio pelos estudos de Direito Constitucional. Prosseguiu, com uma monografia sobre assunto novo — *O domínio da União e dos Estados* — que veio a ser premiada pelo Instituto dos Advogados e muito ampliada em segunda edição. Depois, a tradução e comentário do *Derecho Federal* do renomado publicista argentino, Juan Estrada; o confronto da nova Constituição do Brasil com as da Argentina, dos Estados Unidos e da Suíça; os *Elementos de Direito Público e Constitucional*, em colaboração com o seu auxiliar de escritório, advogado Paulo Viana, renovados em edições sucessivas. Fez, ainda, breve digressão no Direito Processual, publicando um livro sobre *Divisão e demarcação de terras*.

Em meio desses trabalhos absorventes, passa Rodrigo Octávio a ser o Secretário da Presidência da República, em momento das maiores dificuldades políticas, no primeiro governo civil da República, após as agruras da revolução da Marinha de Guerra. Pode imaginar-se a inflexibilidade de caráter e a ductilidade de ação com que o jovem Procurador Secional teria cooperado com o integérrimo Presidente, que era Prudente de Moraes.

Em seguida, alternando, quando não acumulando, as atividades literárias com as jurídicas, Rodrigo Octávio e Rodolfo Bernardelli criam a bela revista — *Renascença*. É entre nós a primeira do gênero — primorosa, podendo considerar-se luxuosa, apresentando a literatura, as artes plásticas, a música, a ciência, a vida social, a paisagem, os aspectos da cidade que se reconstruía. Publicada por 55 vezes, no decorrer de mais de quatro anos, a esplêndida revista vale, ainda agora, como o marco inicial de nova fase de nosso desenvolvimento cultural.

Já, então, era Rodrigo Octávio consultor-geral da República, o consultor jurídico de toda administração pública federal, e o foi durante sete anos, emitindo cerca de 800 pareceres, nem todos publicados até agora.

Em meio de todos esses trabalhos dispares, lança Rodrigo Octávio outra revista, a *Revista Jurídica*, colaborada por nesses mais notáveis juristas, da qual, desde o primeiro número foi secretário, seu filho e companheiro de escritório, nosso confrade Rodrigo Octávio Filho. Por sete anos continuos se publicaram 27 volumes, em que se condensou todo o movimento jurídico, doutrinário, legislativo e jurisprudencial do País.

Na direção das duas publicações — *Renascença* e *Revista Jurídica* — tão diversas, com o mesmo alto grau de perfeição, revela Rodrigo Octávio méritos de literato, de jurista, de artista, a par da rara aptidão de angariar e coordenar a melhor colaboração de todos os gêneros. Também comprovaria tal aptidão na presidência do Instituto dos Advogados, a que o elevou, por duas vezes não consecutivas, o voto de seus colegas de fóro. Aglutinador e animador, intensifica e eleva os estudos e os debates da tradicional associação. Antecipa-se ao legislador retardado, criando um Conselho da Ordem dos Advogados, em que reúne os maiores da profissão.

A esse tempo, havia êle conquistado o renome de professor de um ramo difícil do Direito — o Internacional Privado. Nesse terreno, faz a maior de tôdas as suas obras. A matéria fóra estudada, a princípio, como complemento do Direito Internacional Público. Sômente em 1906, a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, desta cidade, criou uma cátedra especial da matéria de que Rodrigo Octávio foi o primeiro professor e continuou no magistério até a morte, quase quarenta anos depois. Tão longo magistério foi acrescido pelas conferências, que Rodrigo Octávio proferiu no País e no estrangeiro; pela participação em reuniões internacionais; pelos livros e monografias publicados. O primeiro livro, datado de 1909, intitula-se *Direito do estrangeiro no Brasil*, escrito com saber e lucidez. Aí se encontra certa revelação do temperamento de Rodrigo Octávio, que me apraz destacar. Dedicado o livro a Carlos de Carvalho, insigne jurista que fóra notável ministro das Relações Exteriores, Rodrigo Octávio partilhou essa honraria com o Sr. Feliciano José da Costa. Teria previsto o autor que a associação dêsses dois nomes causaria

surpresa; por isso mesmo, esclareceu que o segundo era o de um funcionário aposentado do Ministério do Exterior. E acrescentou: «funcionário exemplar, mais que ninguém se ocupara entre nós, das questões de Direito Internacional Privado.» Esse gesto esculpido de jurista havemos de renovar, agora, em relação ao próprio Rodrigo Octávio — a quem hoje cabe melhor o louvor que endereçou ao funcionário. Porque Rodrigo Octávio prosseguiu na série magnífica de livros, que, com o citado, iniciou. Sucessivamente, publicou *A Codificação do Direito Internacional Privado*, o *Dicionário de Direito Internacional Privado* que contém a súmula de nossa legislação, jurisprudência e bibliografia sobre a matéria; o *Direito Internacional Privado*, parte geral e parte especial; conferências na Faculdade de Direito de Paris reunidas no volume intitulado *L'union Juridique des Nations au point de vue du Droit International Privé* e noutro *Le Droit International Privé dans la législation brésilienne*, e no Instituto dos Advogados sobre a nacionalidade, e algumas monografias sobre a *Renovação do Direito Internacional*, *A Evolução do Direito Internacional Privado* e tantas, tantas, outras...

Essa matéria, bem significativamente denominada em outras línguas «Conflito de Leis», envolve o deslinde de complicadas questões de interesse prático, quando a mesma questão jurídica, ou a mesma relação jurídica, se acha, ou se pretende que esteja, submetida a leis de diferentes países. Da divergência dessas leis decorre a divergência das soluções propostas, agravada pela diversidade das doutrinas em que se inspiram e por sentimentos nacionalistas dos intérpretes.

Por isso, o docente da disciplina, para fixar a orientação acertada, há de possuir seguro senso jurídico, bom conhecimento das legislações e das doutrinas e mentalidade do Direito Público.

Poderia dizer que Rodrigo Octávio foi o criador — ou antes, o introdutor, no Brasil, do Direito Internacional Privado, de tamanha importância para o nosso país de imigração. Contudo, não o direi, por saber que Rodrigo Octávio me não aprovaria o assérto. Ele mesmo exaltou a obra de Pimenta Bueno, e a esse remoto predecessor dedicou o *Dicionário*, celebrando a «clara visão do futuro», com que o egrégio estadista compusera, havia setenta anos, nosso primeiro tratado da matéria. Rodrigo Octávio

prosseguiu na estrada aberta, ampliou-a, retificou-a, fê-la freqüentada por discípulos eméritos — dentre os quais, basta-me citar o professor Sr. Haroldo Valladão, e por alguns dos nossos maiores juristas, como Clóvis Beviláqua, Eduardo Espinola e o Senhor Pontes de Miranda.

Paralelamente, crescia sua obra literária. Depois da Academia publicou — de história, *Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos, Balaiada, Felisberto Caldeira, A Constituinte de 1823*, e em verso o poema *Vera*, edição de 50 exemplares, ilustrada por Correia Dias.

A par de tôda essa obra jurídica e literária — que sumariamente tenho recordado — a atuação de *Rodrigo Octávio* se revestiu de certa feição peculiar, que merece destaque. Pelas suas numerosas viagens ao estrangeiro, pela participação em reuniões internacionais e por seu temperamento expansivo e cordial, Rodrigo Octávio tornou-se como que um embaixador itinerante da cultura brasileira. A essa circunstância pode ligar-se sua investidura no alto cargo de Sub-secretário de Estado das Relações Exteriores, que era, em verdade, um Subministro de Estado. A atuação, que se chamaria diplomática, de Rodrigo Octávio, não se desenvolveu somente através de cargo governamental. Testemunha e beneficiário, posso recordar que por ela se formaram numerosas vinculações espirituais entre tantos homens ilustres brasileiros e estrangeiros, notadamente argentinos. O Sr. Rodrigo Octávio Filho pôde dizer, com exatidão, que seu pai foi, entre nós, «o mais completo precursor de um tipo moderno de diplomata.» As relações de mútuo conhecimento, compreensão e amizade, que êle promoveu e estreitou, valeram muito mais que as coincidências ocasionais de interesses, entre governantes de países diferentes. Da obra de Rodrigo Octávio nesse sentido, ignorada do grande público, inspirada por largo descortino da política internacional do Brasil, restam ainda aproximações pessoais, que urge fortalecer e multiplicar.

No entanto, Rodrigo Octávio, num livro da juventude, a que já aludi, *Festas nacionais*, fizera vigorosa afirmação nacionalista. Teve o livro o prefácio do devotado companheiro e amigo de Rodrigo Octávio, que era Raul Pompéia. Este, muito mais afirmativo e apaixonado do que o autor, Aplauda-lhe a obra de

patriotismo realizada, especialmente «quando se refere à evolução de nossa grandeza nacional», praticando «um ato de coragem» em meio das mistificações, ou dissimulações, que são «o ambiente normal de nossa crítica de história e dos costumes sociais.» Raul Pompéia pretende comprovar que, em cada uma das principais «datas nacionais», foi sempre «vencido» o Brasil. Admitia, contudo, que «na sucessão de gloriosas derrotas, vamos sendo cada vez menos derrotados», ainda afirmando que «somos em economia política uns miserandos desinvertebrados», Rodrigo Octávio verdadeira, com rigor, o tráfico de escravos, a cláusula secreta do tratado de 1825, a dissolução da constituinte, a derrocada da «gloriosa Confederação do Equador», o Príncipe, «herdeiro do trono português, em seu próprio proveito mais que em benefício da Pátria brasileira, antes proclamou-se imperador do Brasil de que proclamassem o Brasil um império independente», «o despotismo pessoal do segundo imperador.» Enquanto Raul Pompéia queria que o livro acendesse «nos corações a flama do ódio vivificante», Rodrigo Octávio exalta a benemerência de muitos participantes nos episódios rememorados, e parece resumir tôdas as suas apreciações numa só recomendação: «Sejamos brasileiros.»

É o mesmo sentimento que perdura em tôda a sua obra, *Festas nacionais* é, principalmente, um livro de educação cívica pela história, apoiado nas melhores fontes de informação. Outros livros seus, de forma literária, teriam a mesma inspiração histórica.

Associam-se, por vèzes, o historiador ao literato; também ao jurista ou ao internacionalista. Seu último livro, de publicação póstuma, *Os selvagens americanos perante o Direito* é a tradução em vernáculo, ampliada pelo tradutor, da conferência, proferida na Academia de Direito Internacional, em Haia, definindo, com erudição e apurado senso jurídico, a posição histórica do problema, analisando a condição do índio nos vários estados do continente e nas nações aborígenes. É um belo estudo de história do Brasil e de história do Direito, da civilização indígena e do seu desenvolvimento depois da descoberta de Cabral.

No Instituto Histórico, de que era membro efetivo, e grande benemérito, produziu Rodrigo Octávio trabalhos notáveis, como as conferências sôbre Ferreira Viana e Quintino Bocaiuva.

Dentre todos os seus ensaios históricos, os mais notáveis referem-se a Alexandre de Gusmão — não só por serem vários, desde 1926, também porque realçam o sentido e o alcance da obra do diplomata, notadamente o Tratado de Madrid de 1750. Rodrigo Octávio pôde estudar-lhe a obra com a visão de historiador e de internacionalista e talvez tenha sido dos primeiros a assinalar que esse tratado, além de assegurar a paz entre Portugal e Espanha, consagrou o princípio do *uti-possidetis*, à sombra do qual se legitimou a dilatação territorial do Brasil, antecipou a doutrina de Monroe e formou «a carta política da América Latina.» Como bem disse Rodrigo Octávio, esse tratado foi redigido sob a inspiração de um sentimento americano, que pela primeira vez se insinuava na política internacional.

Jaime Cortesão, em obra exaustiva (Ed. do Instituto Rio Branco, 5 volumes) viria confirmar «a grandeza e o esplendor do gênio de Alexandre de Gusmão.»

Na Academia, Rodrigo Octávio ascende a Secretário-Geral e a Presidente. Durante sua administração se intensificam as atividades normais — distribuição de prêmios, recepção de visitantes ilustres, conferências literárias... Devo destacar que Rodrigo Octávio se pronunciou a favor da ampliação do prazo do mandato presidencial. São numerosos seus trabalhos acadêmicos. Destacarei um só, que me parece singular: é a «Coração de Caboclo» episódio dramático em versos, publicado na *Revista da Academia*, nº 89, de maio de 1929. Por morte, foi substituído na Cadeira nº 35, por seu filho, nosso caríssimo companheiro Rodrigo Octávio Filho.

Entretanto, a carreira jurídica de Rodrigo Octávio chegara ao ápice — Ministro do Supremo Tribunal Federal. Bem compreendeis que devo renunciar à apreciação pormenorizada da orientação afirmada em seus votos, no exercício de magistratura suprema. Tinha ela alguma analogia com a função de Consultor Geral da República, desempenhada anteriormente. E, de modos diferentes, a interpretação da lei e o conselho, ou a decisão definitiva, sobre a sua observância ou a sua aplicação, opinando para o governo, ou decidindo litígios entre cidadãos, entre estes e a União Federal, ou entre estas e as unidades federativas. Nos dois casos, Rodrigo Octávio agiu sempre com o mesmo alto e claro sentimento de jurista e de equidade e impreteríveis preo-

cupações de ordem moral. Não caberia aqui a análise, ainda mesmo sumária, de seus pareceres e votos, vencedores ou vencidos. Em rápida pesquisa, colho, ao acaso, apenas dois pronunciamentos, que me parecem significativos.

Num sôbre a *vexata questio* da isenção dos vencimentos dos magistrados em relação ao impôsto federal sôbre a renda — Rodrigo Octávio não se contenta com apoiar-se na doutrina norte-americana e nos textos de nossa legislação e pondera: «a exclusão dos vencimentos judiciários viria a tornar-se um privilégio, que, certamente, a Constituição não poderia ter tido em vista.»

Em outro caso, vencedor, havendo alguns votos vencidos, admitiu a ação, que se havia julgado prescrita, contra a administração pública, sustentando que era inoperante a intimação, feita por funcionário, pois o próprio chefe de serviço mandara renová-la por editais. Em ambos os casos, estava em causa o interêsse do Erário Público: no primeiro, ressalva-o, por amor ao princípio moralizador da igual distribuição dos ônus a todos os cidadãos; no segundo, ressalva o direito de defesa do contribuinte, excluindo a intimação feita por funcionário administrativo, que o próprio chefe do serviço havia reconhecido inoperante.

Rodrigo Octávio apresenta-se despojado dos excessos do espírito de classe e do espírito fazendário, sempre hostile ao contribuinte — em suma, um juiz, que aliava à cultura doutrinária, o zelo da boa-fé e a repulsa da estrita interpretação literal.

Nesta resenha da obra de Rodrigo Octávio, não tenho tido a rigorosa preocupação da cronologia, porque, como já disse, suas fases não se sucedem regularmente, sobrepõem-se, por vêzes intercalam-se. Fortaleci essa impressão quando pude compulsar os oito alentados volumes, encadernados, de monografias, artigos, folhetos, de sua lavra, que Rodrigo Octávio reuniu sob o título *Opera Avulsa*. Num desses volumes, encontrei páginas da *Revista da Academia*, em que foram publicados alguns capítulos de sua lavra, de um romance escrito em colaboração com outros acadêmicos — «Memórias de Antônio Ypiranga.» Em rápida pesquisa, que não pude ultimar, verifiquei que as «Memórias» começaram a ser publicadas em o número 74 de nossa *Revista*, em que se noticiou que as escreveriam vinte acadêmicos, incumbindo-se cada

um de cinco anos da vida do homem. Este nascera aos 7 de setembro de 1822 e morreria no mesmo dia, um século depois. A narrativa versaria os episódios da história do Brasil em todo esse longo período. O primeiro capítulo foi de Xavier Marques; os seguintes, de Gustavo Barroso, Augusto de Lima, Constâncio Alves, Fernando Magalhães e Alfredo Pujol. Rodrigo Octávio escreveu o capítulo sétimo, que apareceu no número 82 da *Revista da Academia*, com 18 páginas, descrevendo a volta ao lar do bacharel recém-formado, e suas emoções, sem apreciação do momento histórico. Seguiram-se outros capítulos — o 8º de Goulart de Andrade, o 9º de Dantas Barreto, em cinco páginas, relativos ao quinquênio de 1862 a 67; mas, o 10º capítulo, se me não engano, nem foi publicado.

Em relação a Rodrigo Octávio se confirma a observação, que expendi, sobre a obra literária de alguns juristas, depois de se apartarem das funções e dos estudos jurídicos. Também ele, depois de afastado do Supremo Tribunal Federal, dos estudos jurídicos e das atividades forenses, realiza algumas de suas obras literárias mais valiosas. São elas dois belos livros de memórias. Digo dois — talvez devesse dizer três; prefiro considerar o terceiro, de poematos em prosa em francês, não apenas de memórias, e, sim, de confissões, se se pode fazer essa distinção. Também entre os dois primeiros, se poderá estabelecer certa distinção, pois um *Coração aberto*, é autobiografia, e o outro *Minhas memórias dos outros* (3 volumes), contém impressões pessoais de muitos homens eminentes, quase todos os do seu tempo, com quem Rodrigo Octávio tratou. Narrativa de episódios, perfis psicológicos — sempre traçados com finura, com carinho, com generosa simpatia. As confissões não envolvem gabolices, nem maledicências. Nesses três livros nem se encontram muitas referências a aventuras sentimentais, que raramente silenciam os homens nas condições especiais de Rodrigo Octávio, que parecem favorecê-las. Ao contrário, como escusando a sua discrição, adverte: «elas que o digam.» Ele tem a discrição, a reserva, a medida, de homem de boa educação e de bom gosto.

Por fim, ainda cinco anos antes da morte dois ou três antes de considerar-se — como dizia na carta com que me ofereceu

TRANSCRIÇÕES

êsse livro — «na sombra da derrocada a que o levara a quebra da saúde», «fulminado por um raio», publicou *Les Rhapsodies*. Compõem-no uns quarenta poemetos em prosa, em francês. Rodrigo Octávio declinou da responsabilidade de o haver publicado, transferindo-a a seu filho. Assim seria, talvez, porque nesse livro chega a confessar *la vie m'est une pénitence, j'ai tant aimé*. Noutra página, recorrida: *je tenais dans mes bras son corps frêle et soumis* mas, logo depois, reduz tudo a *ce n'était qu'en rêve*.

Há reiteradas menções de um nome feminino, evocações de encontros emocionados, em que o nome reaparece. Conclui por declarar que tudo fôra apenas fantasia, embora reconheça: *malgré tout, vivre est toujours quelque chose de bon*.

As declarações dêsse teor se juntaram outras, esparsas em livros anteriores, de profunda melancolia. Seu coração é um cemitério — repete êle o que dissera Georges Sand... Noutras passagens: «tôda a minha inclinação é para viver só, por menos que a tradução externa de minha vida o indique»; «teria sido frade seguindo a inspiração.» Adensa-se, por vêzes, certa névoa melancólica, quando evoca as mortes precoces do pai e de dois filhos; desce sôbre a bela floresta, as águas murmurantes, o velho tronco carcomido, a música de Chopin — tudo isso mais acentuado nas páginas de *Rhapsodies*.

Tôda a sua obra desenrola-se em três fases bem distintas: a da juventude, do poeta na Faculdade de São Paulo; a de ascensão no mundo das letras, no magistério, na magistratura, no fôro, no País e no estrangeiro; por fim, a parada, as recordações, o declínio.

Através dêsses períodos, êle, é, sempre, estranhamente, romântico — com características marcantes e alguma coisa de comum em tôdas as fases; a expansão sentimental, a exaltação melancólica, não raro refreadas.

Bem me lembro de que, num de seus dias derradeiros, me disse, em tom de voz inesquecível: «é humilhante a doença.» No entanto, ainda tinha, por vêzes, a louçania do espirito. Assim, foi, na tarde em que, ao chegar à acolhedora casa da rua das Palmeiras, encontrei, junto à porta de entrada e aos primeiros degraus da escada de acesso ao pavimento superior, sua distinta

e devotada espôsa que lhe falava, estando êle no alto, debruçado sôbre a balaustrada. Ao ver-me, disse, sorridente: «Aprecie você a cena invertida: Romeu, em cima, no balcão, Julieta embaixo, no jardim.»

O que se não alterava era o enternecido sentimentalismo, com que Rodrigo Octávio pairou sempre nas alturas, amando a boa gente e as belas coisas da vida...

RODRIGO OCTAVIO (*)

MANUEL PIO CORREA JUNIOR

Minha participação nesta cerimônia não será em qualidade de orador — para a qual se acha tão naturalmente indicado no caso o ilustre Professor Haroldo Valladão, verdadeiro e único orador oficial de hoje: cabe-me, apenas, ao abrir a sessão que nos reúne, trazer à memória de Rodrigo Octávio a justa homenagem desta Casa, à qual ele por muitas formas serviu e que muito amou, associar a essa homenagem o meu modesto tributo pessoal, na qualidade de seu longínquo sucessor, de certo modo, no segundo cargo da hierarquia desta Secretaria de Estado.

O Professor Valladão vos falará do jurista, do grande mestre de leis, que foi o Professor Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes; quanto a mim, gostaria de evocar aqui os serviços por ele prestados ao Itamarati, e a sua íntima e longa associação com esta Casa.

Ao assumir, com efeito, o cargo de subsecretário de Estado das Relações Exteriores no Governo Epiácio Pessoa, sob a gestão do Ministro José Manuel de Azevedo Marques, Rodrigo Octávio estava longe de ser um estranho ao Itamarati, a cujos quadros aliás deveria logicamente ter pertencido, e trazia em sua bagagem numerosas recordações e conhecimentos ligados à história diplomática do Brasil, e mais particularmente à gestão do Barão do Rio Branco, de quem fôra amigo e cuja mais alta confiança soubera merecer.

Os seus primeiros contactos com o Ministério das Relações Exteriores remontam ao ano de 1893, mas foram circunscritos à efêmera gestão do Ministro Carlos de Carvalho, que não chegou a completar um mês à frente do Ministério, ao qual voltaria, é

(*) Palavras do Ministro de Estado interino no Palácio Itamarati, a 10 de outubro de 1966 na Sessão Solene do Ministério das Relações Exteriores e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

verdade, e por longo tempo, no Governo seguinte. O encontro decisivo dá-se, porém, em Berlim, em 1902, quando o destino o coloca em presença do Barão do Rio Branco.

Nunca mais, desde então, deixaria Rodrigo Octávio de gravitar na órbita do Itamarati, do qual se tornou freqüente colaborador e pouco menos que parte integrante, à medida que crescia a sua familiaridade com o barão e a confiança que este lhe dedicava. Convém frisar que, ao mesmo tempo, soube grangear as boas graças e a amizade pessoal do Visconde de Cabo Frio; fato digno de menção, quando se sabe quão parco de manifestações de amizade, e quão desconfiado de recém-vindos era o visconde, decano da Casa, à qual pertencia desde 1840, e cuja Secretaria de Estado dirigia desde 1865. O velho diretor-geral, carregado de anos e de experiência, e o jovem Rodrigo Octávio encontraram um terreno comum, o da dedicação ao serviço público, para servir de base a uma amizade que devia durar até o fim da vida de Cabo-Frio. Nas páginas deliciosas das *Minhas memórias dos outros* vemos reviver o grande velho, com sua alta estatura, suas suíças brancas, seu barrete de seda negra sobre a calva; vendo passar durante meio século as administrações sucessivas, cooperando esforçadamente com as boas, e durante as menos boas, esperando serenamente «que essa gente deixasse a Casa», segundo a sua própria expressão recolhida por Rodrigo Octávio.

Em 1920, morto há muitos anos o visconde, Rodrigo Octávio devia, como subsecretário de Estado, de certa forma ocupar-lhe o lugar, como «imediatos» do ministro. Não foi, porém, na esfera administrativa, e sim na jurídica e política, que ele devia deixar nesta Casa um rastro marcante. Secretário da Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, em 1906, da qual nasceu, graças ao gênio de Rio Branco, tôda uma nova concepção do pan-americanismo, a mesma que hoje nos norteia; secretário, no ano seguinte, da Conferência de Haia, ao lado de Rui Barbosa; delegado às Conferências de Bruxelas sobre o Direito do Mar; signatário, pelo Brasil, do Tratado de Versalhes, juntamente com Epitácio Pessoa e Raul Fernandes; Chefe da Delegação brasileira à primeira Assembléia da Liga das Nações e primeiro vice-presidente dessa Assembléia; Rodrigo Octávio teve ocasião de intervir nos mais altos conclave internacionais aos quais trouxe o concurso de um alto saber jurídico, dêsse saber que, a justo título, o levaria um dia ao Supremo Tribunal Federal.

Eis-nos chegados aqui ao cerne da homenagem que hoje tributamos a Rodrigo Octávio, e na qual, não por acaso, vemos associados: o Itamarati e a Sociedade Brasileira de Direito Internacional; refiro-me à contribuição jurídica por ele prestada aos interesses do Brasil no domínio internacional. Quem diz «relações internacionais» diz «Direito Internacional»; toda relação política entre Estados tem necessariamente forma jurídica, e, mais do que isso, fundo e substância jurídica. Toda ação diplomática necessita sólido apoio jurídico; e a imensa obra de Rio Branco só foi possível porque, grande jurista, ele próprio teve como colaboradores outros grandes juristas, entre os quais Rodrigo Octávio.

É um vêzo perigoso dos nossos tempos relegar com demasiada freqüência às estantes os Tratados de Direito Internacional; e às vezes suspeito que alguns dos nossos jovens colegas, enamorados da ciência econômica que de fato se projetou nos últimos anos com crescente importância no panorama da vida internacional, consideram algo utópicos e anacrônicos os estudos do Direito Internacional, e tendem a considerá-los como de alçada exclusiva de especialistas acantonados em um estreito campo. Que a memória de Rodrigo Octávio possa hoje servir-me de exemplo para dizer a esses moços que o Itamarati só viverá respeitado nos foros mundiais enquanto se preservar a sua tradição jurídica. Um diplomata que não sabe Direito será sempre um mediocre profissional, por mais que saiba de outras ciências, por mais ornado que tenha o espírito de outras letras. Será como um militar que não conheça a fundo a tática e a estratégia: nunca se tornará um grande chefe, nunca será digno de comandar a grandes forças, nunca poderá vencer grandes batalhas. O Direito ainda é, e sempre será, a própria base de nossa profissão, a pedra angular de nossa formação. Sou, creio eu, insuspeito de qualquer tendência retrógrada no tocante às normas de formação profissional. Tenho sempre aplaudido e favorecido tudo o que possa incorporar a essa formação, e aos métodos de trabalho dos diplomatas brasileiros, os conhecimentos mais diversos e as técnicas mais avançadas; e, no curso de minha própria carreira, tenho sido chamado a servir e a agir tanto no campo econômico quanto no político. Sinto-me, no entanto, alarmado pela crescente indiferença da nova geração da carreira pelas letras jurídicas; e quero aproveitar esta data, de tão alto e especial significado nos anais do Direito pátrio, para concitar os meus jovens colegas a que busquem sempre

cultivar essas letras aperfeiçoando e atualizando os seus conhecimentos jurídicos, não como árida obrigação, e sim com prazer e amor; pois a clara compreensão dos problemas legais exige um espírito reto, formado pelo amor à Justiça, e ao Direito que é a sua expressão.

A vida de Rodrigo Octávio é feita de grandes serviços ao Brasil, que pôde prestar graças a um profundo saber jurídico que lhe grangeou grande renome em sua Pátria, e lhe valeu a confiança de governos estrangeiros, que, por mais de uma vez, o convidaram para integrar tribunais arbitrais. Quero dar essa vida hoje em exemplo à jovem geração do Itamarati que me ouve, e à que está dispersa em postos distantes; para lembrar-lhes que, nas relações internacionais como na esfera interna dos Estados, toda atividade humana se inscreve em um contexto jurídico. Os trabalhos dos grandes mestres, como o que hoje reverenciamos, iluminam o nosso caminho diário nos misteres mais rotineiros de nossa profissão, assim como nas grandes crises e litígios; e a própria morte não faz vacilar a luz que assim nos vale. Rio Branco, Rodrigo Octávio, Joaquim Nabuco, Clóvis Beviláqua, Hildebrando Accioly, ainda diariamente servem à Casa como a serviram em vida; este mundo cambiante em que vivemos está, porém, a pedir novos talentos, que estudem novos aspectos das relações jurídicas. O império do Direito Internacional, que já se estende às mais remotas regiões, já rege a coexistência dos homens nas extensões desoladas no Continente Antártico, já disciplina atividades econômicas no fundo dos mares, hoje, à medida em que os homens se afastam cada vez mais do planeta natal para conquistarem novos planetas e para moverem-se no espaço sideral, tende até a criar um Direito do Espaço, além do Direito Público Aéreo que já conhecíamos. Os moços do Itamarati precisam elevar-se à altura de seus predecessores no domínio do Direito, preparar-se para defender com êxito, como eles, os direitos do Brasil; que eles estudem, portanto, como salutar disciplina, a vida e a obra dos grandes juristas do passado.

O meu caro Mestre e amigo, Professor Haroldo Valladão, nosso preclaro consultor jurídico, vos dirá agora, bem melhor do que eu poderia fazê-lo, o que foi a vida e a obra de Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses.

RODRIGO OCTAVIO, INTERNACIONALISTA (*)

HAROLDO VALLADAO

O elogio de Rodrigo Octávio na Sociedade Brasileira de Direito Internacional, da qual foi um dos patriarcas, fundador, sócio ativo e presidente por longos anos, coube-me por designação do nosso eminente Presidente, honorário, Embaixador Raul Fernandes, que ora exalta a homenagem com sua presença.

E o realizei, honrado e sensibilizado, com o carinho, a admiração e o culto devidos a um amigo dileto, ao grande mestre e insigne brasileiro.

AMIZADE FAMILIAL E CULTURAL

Conheci-o no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do qual era ele membro diligente, apresentado por seu colega e amigo, pelo meu saudoso pai, Alfredo Valladão, quando eu, ainda jovem, ali compareci tantas vezes em sua companhia para assistir às eruditas reuniões da Casa de Dom Pedro II.

Iniciada sob esse signo familiar e cultural a minha amizade e admiração por Rodrigo Octávio vão num crescendo contínuo, na Faculdade, no Forum, no Instituto dos Advogados, nesta Sociedade, consolidam-se em missão universitária e confraternizadora à Argentina, selam-se definitivamente na mesma paixão incontida pelo Direito Internacional Privado, cátedra que ele criou em 1906 e na qual eu sucedi desde 1930, na Faculdade de Direito da hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Embora mediasse entre nós trinta e cinco anos, ele de 1866 e eu de 1901, o seu convívio me atraía por sua perene jovialidade, imediata simpatia e nobre largueza de idéias.

(*) Conferência no Palácio Itamarati, a 10 de outubro de 1966, na Sessão Solene do Ministério das Relações Exteriores e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

NO PLANALTO DA CIÊNCIA E DA VIDA DO DIREITO

Nascido em Campinas a 11 de outubro de 1866 e falecido nesta cidade em 28 de fevereiro de 1944, formado em 1886 pela gloriosa Faculdade de Direito de São Paulo, cuja história ele sublimou no encantador ensaio: «Era uma vez um convento...», Rodrigo Octávio atingiu pelo talento, pelo estudo, pela cultura, pela dedicação ao trabalho, degrau a degrau, os mais altos píncaros da carreira de jurista, de promotor público e juiz, no Império, no interior dos Estados de Minas Gerais e do Rio — a figura primacial na República, interna e externamente, na ciência e na vida do direito.

É logo na teoria, autor de notáveis obras sobre o novo direito republicano, e, na prática, procurador seccional da República e advogado no Rio de Janeiro, para prosseguir, presente sempre no planalto da história jurídica, nacional e internacional, enchendo suas páginas com livros, ensaios, monografias, pareceres, relatórios e contribuições preciosas durante o meio século dos oitocentos e noventa aos novecentos e quarenta.

E vamos contemplando o catedrático de direito internacional privado, o consultor jurídico da República, o patrono brilhante (adversário, à altura e vitorioso, de Rui Barbosa) e presidente por duas vezes do Instituto dos Advogados Brasileiros, o fundador e presidente longos anos da Sociedade Brasileira de Direito Internacional; o único brasileiro até 1948 que teve a glória de pertencer ao célebre Institut de Droit International, à Academia mais exclusiva do mundo, com o *numerus clausus* de cem membros, fundada — e em plena atividade há quase um século — a 1873, pelos máximos internacionalistas da época, Mancini, Bluntzsch, Asser, Calvo, Besobrasoff, Lorimer, Rolin-Jaequemyns, Dudley Field, Laveleye, Moynier, Pirantoni — e até hoje com os expoentes da ciência jurídica internacional, e para só falar nos membros honorários, presidente Charles de Visscher, Lord Mc Mair, professor Hans Kelsen, embaixador Raul Fernandes.

Continuemos: um dos fundadores e conselheiro do Instituto Americano de Direito Internacional, o delegado do Brasil a importantes conferências jurídicas e diplomáticas internacionais, o juiz e presidente de tribunais arbitrais internacionais, o ministro do Supremo Tribunal Federal, o conferencista sempre aplaudido.

TRANSCRIÇÕES

e requestado, o doutor *honoris causa* das Universidades do México, La Plata, Buenos Aires, Lima, Arequipa e Havana.

O INTERNACIONALISTA

Nessa esplêndida órbita em que Rodrigo estava sempre no apogeu deter-nos-emos agora em sua trajetória de internacionalista, de, no, pelo e para o direito internacional e as relações internacionais.

O seu primeiro contacto com os problemas jurídicos internacionais parte, do exercício do Ministério Público Federal, dos novos estudos que publica e do seu Projeto de Organização da Justiça Federal, origem da ótima Lei nº 221 de 1894, com a competência daquela Justiça para as questões de direito internacional, rogatórias, sentenças estrangeiras.

Iria se apurar e se alterar a partir de 1906, quando assume a cátedra de direito internacional privado da antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, e é secretário da mesa da Terceira Conferência Interamericana do Rio de Janeiro, agosto de 1906.

O PROFESSOR E AUTOR DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Pôs Rodrigo Octávio no ensino de Direito Internacional Privado que se criava autônomo no Brasil, confiado à sua diligência, aqueles dons que o tornavam um grande realizador: amor, entusiasmo, trabalho, comunicatividade, cavalheirismo, respeitabilidade, qualidades com que dominava grupo, organização, auditório, onde chegasse...

Notas de suas primeiras aulas são logo apanhadas e publicadas, mas ele preferiu iniciar de imediato sua intensa atividade científica na matéria, oferecendo, em 1909, aos estudiosos essa bela obra *Direito do Estrangeiro no Brasil*, um dos livros mais notáveis de nossas letras jurídicas, pelo método, clareza, segurança de doutrina, rigorosa honestidade e riquíssima documentação.

E não pára mais de trabalhar e, sobretudo, de zelar, pelo DIP dentro e fora do Brasil, na Europa e nas Américas, em conferências, cursos, congressos, com pareceres, relatórios, artigos, em revistas especializadas, em monografias e livros, onde quer se levantasse um problema da matéria, de *jure constituto* ou *constituendo*, ou fôsse preciso divulgar e defender o direito brasileiro.

Destaquem-se os artigos, já de 1910 e 1913, na *Revue de l'Institut de Droit Comparé de Bruxelles* e no famoso *Journal de Clunet*, e, mais tarde no *Yale Law Journal*, 1919, na *Revue trimestrielle de Droit Civil*, 1930 e na *Revue de Droit International Privé*, 1932 e, permanentemente, de então até antes da segunda guerra, em todos os nossos repertórios, especialmente na sua *Revista Jurídica*, que fundou em 1917, e nos tomos de pareceres da Consultoria Geral da República.

Em 1914 realiza uma importante série de conferências, reunidas em livro, 1917, sobre *O Direito Positivo e a Sociedade Internacional*, onde lança os primeiros princípios de sua teoria sobre o conflito de leis.

Em Paris, na Faculdade de Direito a 1915, um curso sobre *Le Droit International Privé dans la Législation Brésilienne*, apearcido em volume do Sirey, onde no prefácio o então titular da cátedra ali, o professor André Weiss referindo-se às *brillantes conférences*, diz que *vous nous avez instruits et charmés*, acrescentando: «*Votre parole éloquent a su grouper et retenir autour de votre chaire un auditoire attentif et nombreux...*»

Bem apanhou Rodrigo Octávio e o seu estilo: era de fato eloquente, encantador e ao mesmo tempo instrutivo; a forma não deslumbrava a ponto de obstar a substância, sempre viva e atualizada; era apenas o que deve ser, um caminho suave e agradável para melhor a compreender.

Note-se a felicidade de Rodrigo Octávio ao concluir o curso quando, para justificar a proteção devida ao homem que peregrina cada vez mais a terras estranhas e precisa de segurança para sua vida jurídica, citou esses belos versos de Briceux, da poética bretã: «*Saints de mon pays, secourez-moi... Les Saints de ce pays ne me connaissent pas...*»

Creio que eu estava nêles inspirado, quando defini o Direito Internacional Privado, num curso em Nova York, como o anjo da guarda do viajante.

Discute-se, em 1917, em comissão especial do Senado do Código Comercial, a lei reguladora da capacidade do comerciante, e ali comparece Rodrigo Octávio e fala, e coopera e apresenta emenda; realiza-se o Congresso Jurídico comemorativo do Centenário da Independência, 1922, e êle relatou tôdas as teses da Seção de Direito Internacional Privado que presidiu. Publica-se

o *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos, 1827-1927*, e é colabora com dois trabalhos importantes e que ainda não foram feitos para outras disciplinas jurídicas, «Evolução do Direito Internacional Privado no Brasil» e «Bibliografia Brasileira de Direito Internacional Privado»; suscitam-se dúvidas na jurisprudência e na prática administrativa em matéria de nacionalidade e aborda *O Problema da Nacionalidade* no Instituto dos Advogados, 1929 e escreve a respeito no *Repertoire de Droit International*, 1931; ascende ao Supremo Tribunal Federal e profere votos importantíssimos principalmente sobre homologação de sentenças estrangeiras no Brasil, um dos quais traduzi e publiquei no *Clunet*; com a mudança do regime em 1930, agitada a reforma de nossas leis, apresenta-se logo, realizando uma conferência no Instituto dos Advogados acerca do *Problema Legislativo do Direito Internacional Privado*; para a 1ª Conferência Nacional de Juristas, de 1933-1934, envia um valioso relatório sobre «Nacionalidade, Naturalização, Cidadania e Condição dos Estrangeiros.»

Mas a disposição para o trabalho do sábio jurista é incessante: em 1932 dá-nos o *Direito Internacional Privado*, no vol. I, tomo II, do *Manual do Código Civil Brasileiro* de Paulo de Lacerda, comentário magnífico dos artigos da Introdução do Código, e em 1933 o *Dicionário de Direito Internacional Público*, livro indispensável aos que se dedicam à matéria, contendo Legislação, Jurisprudência e Bibliografia referentes ao Estrangeiro no Brasil.

Por tudo isto escrevi em 1940: «Jubilado na cátedra, aposentado no Supremo Tribunal Federal, continua a sua produtividade, num entusiasmo e num encantamento de um jovem enamorado da ciência jurídica...»

E posso exclaimar hoje: Rodrigo Octávio foi um autêntico democrata, um verdadeiro socializador do seu talento, da sua erudição, da sua capacidade de trabalho: estava sempre pronto para a obra espiritual desinteressada; nunca se ouviu uma recusa ou mesmo o hipócrita «pode ser ou talvez», em se tratando de cooperar para a cultura e o bem público...

A CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Merece um tópico especial a obra de Rodrigo Octávio em prol da Codificação do direito internacional privado nas Américas, da qual foi em realidade fator excelso.

Ao secretariar em 1906 a III Conferência Internacional Americana, iniciando-se nas reuniões diplomáticas, êle assistira aprovar a Convenção criadora da «Comissão Internacional de Jurisconsultos do Rio de Janeiro, encarregada de preparar um código de Direito Internacional Público e outro de Direito Internacional Privado que regulassem as relações entre os países da América.» Mal sabia que desempenharia papel decisivo na organização e, afinal, na aprovação do código pan-americano de Direito Internacional Privado, também conhecido como Código Bustamante.

Já em 1910 publica Rodrigo Octávio a obra *A Codificação do Direito Internacional Privado*, balanço completo do que se fizera no mundo e nas Américas e perspectiva justa de sua possibilidade; depois em 1915, no Congresso Científico Pan-americano, de Washington, apresenta interessante estudo sobre «O Método para Codificação do Direito Internacional Privado». Prosseguindo, integra em 1925, na Havana a Comissão do Instituto Americano de Direito Internacional nomeada para apresentar um projeto de código, de que foi relator o saudoso professor cubano Sanchez de Bustamante e, depois, discute-o em outra reunião de Montevideu, 1927.

Finalmente, nesse mesmo ano, é delegado do Brasil à II Reunião do Rio de Janeiro daquela Comissão Internacional de Juristas e preside a Subcomissão B, consagrada ao Direito Internacional Privado, em sessões de 19 de abril a 20 de maio de 1927 (veja-se o volume III, com as atas taquigráficas, em 770 páginas) impedindo pela sua competência, prestígio, dedicação e tato, o fracasso da obra, tão profundas e acirradas eram as divergências iniciais, conseguindo ver votado um Projeto de Código que seria aprovado na V Conferência Internacional Americana da Havana, 1928.

Reconheceram-no, aplaudindo-o, todos os congressistas, ao proclamar o resultado feliz como uma conseqüência «*de la labor intensissima y fecunda que con tanto celo como intelligencia ha realizado en esta tarca, nuestro ilustre presidente, señor Rodrigo Octávio*».

E correu logo em defesa do projeto, quando criticado em Buenos Aires por ilustre mestre argentino, publicando a «Carta abierta al profesor D. Carlos Vico, La Legislación uniforme y el Derecho Internacional Privado», 1928.

TRANSCRIÇÕES

O DIREITO UNIFORME MARÍTIMO E CAMBIAL

Outra admirável atuação de Rodrigo Octávio e em campo fronteiriço ao Direito Internacional Privado, em matéria de direito uniforme, se concretizou nas Conferências de Bruxelas de 1909/10 e da Haia de 1910/12.

O seu Relatório sobre a primeira, versando a Abalroação e Assistência Marítima, 1911, é um curso sobre o assunto. Igualmente, de alto padrão doutrinário são os seus Relatórios das Conferências da Haia sobre Letra de Câmbio e Nota Promissória, e Cheque, 1910/12 com suas Respostas ao Questionário, onde o destaque da magnífica lei cambial brasileira, de 1908, de Saraiva (que ele traduzira para o francês e distribuira previamente) provocou na Sessão inaugural o louvor do texto pátrio pelo eminente jurista holandês, Asser, Presidente da Conferência.

Foi ali que se passou o pitoresco fato que Rodrigo Octávio narra em suas *Minhas memórias dos outros...*: «Quando em 1911, cheguei a Haia, nomeado para representar nossa terra na Conferência Internacional de Direito Cambial, recebi, na manhã seguinte à minha chegada, de que os jornais haviam dado notícia, a visita do Sr. Tobias Asser. Esse velhinho, de fama mundial ia ser o Presidente da Conferência e era uma das mais acatadas figuras da ciência jurídica do seu tempo. Sua especialidade era o Direito Internacional Privado e, de entrada, pedindo escusas pela hora matinal da visita, disse que para ver um irmão que chega, toda a hora era boa. E explicou que, de irmão me chamava, irmão muito mais moço, sem dúvida, porque da mesma família eram os que dedicavam o pensamento e o esforço ao estudo daquela disciplina...»

A RENOVAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

Quanto ao direito internacional público, Rodrigo Octávio foi partícipe de duas decisivas fases de sua evolução.

Assim foi secretário da delegação brasileira à II Conferência da Paz da Haia, de 1907, assistindo o que denominei «o impacto democrático latino-americano no individualista Direito Internacional Europeu» (H. VALLADÃO, *Democratização e Socialização de Direito Internacional*) e, após a primeira Guerra Mundial, foi consultor jurídico e Delegado do Brasil à Conferência da Paz

de Paris com o Pacto de Versailles, 1919 e quando subsecretário das Relações Exteriores, delegado, eleito 1º vice-presidente, à 1ª Assembléia da Liga das Nações em Genebra, onde se debateram importantíssimas questões d'um incipiente direito internacional, inclusive o Estatuto da novel Córte Permanente de Justiça Internacional, iniciando-se o novo período que chamamos do «progresso da democratização, da soberania para a solidariedade» (H. VALLADÃO, *op. cit.*).

Deu logo aos membros da nossa Sociedade Brasileira de Direito Internacional conta daquelas suas experiências, falando aqui acêrca das conseqüências jurídicas do Pacto de Versailles, e ainda dêsse Pacto e da Primeira Assembléia da Liga, em três Conferências, 1921-1922, destacando, com justiça, a esplêndida atuação de Raul Fernandes, salvando o Estatuto da Córte com o famoso art. 36, da cláusula facultativa de jurisdição obrigatória. E a elas se seguiram duas outras, sôbre «Nova Forma de Estado criado pelo Império Britânico», 1923 e «O Centenário da Doutrina de Monroe», 1924. Era, pois, um presidente assíduo na tribuna...

Mas o trabalho verdadeiramente original de Rodrigo Octávio sôbre o Direito Internacional Público, fruto direto de suas agudas observações desde os trabalhos da Haia, de 1907 aos de Paris e Versailles, 1919 e de Genebra, 1920 e posteriores — foi o que produziu com o título *A Renovação do Direito Internacional* em duas conferências na Escola Naval de Guerra, 1928, uma: «Porque a Renovação se tornou possível» e a outra «Novos rumos».

Após citar a contenda descrita por Anatole France entre o juiz que se atinha ao escrito pois a Primeira Lei fóra gravada na pedra para durar enquanto durasse o mundo e o outro juiz que afirmava estar a lei escrita abandonada porque a mão do escriba é lenta e o espírito dos homens é ágil e seu destino é moveção — afirmou que «neste momento o direito internacional se renova.»

Em verdade, segundo tenho dito e escrito, o ideal não é o Direito, que é estático, abstrato, ultrapassado, petrificado na lei, no contrato ou no tratado, mas a Justiça, que é dinâmica, humana, viva, atual.

Compara Rodrigo Octávio os resultados da Haia de 1907 em que «a rigidez dos princípios da soberania nacional e da igual-

dade dos Estados impediu se estabelecesse a arbitragem obrigatória e se criasse uma Côrte Internacional de Justiça», com o espírito nôvo dos trabalhos de Paris, 1919 e posteriores até 1928, na aceitação de restrições à soberania, na base da solidariedade proposta por Beviláqua, e passa, adiante, a mostrar tôdas as grandes e justas reformas, do clássico direito das gentes, a começar pela jurisdição internacional obrigatória com a Côrte da Haia.

Após falar na «derrocada dos princípios rígidos da Soberania Nacional e da igualdade dos Estados» exclamava Rodrigo Octávio: «Era mister, para bem da humanidade, assentar as relações dos Estados em terreno mais humano, mais democrático, mais espiritual, procurando-se orientar e desenvolver a vida internacional, sob a inspiração de sentimentos menos intolerantes, menos interesseiros, menos egoísticos, para a fraternidade, para a solidariedade, para a cooperação.»

E assim pôde concluir: «É neste momento tão extenso e intenso o esforço universal no sentido da regulamentação da vida conjunta dos povos, sob a base do interesse geral e da concórdia humana, em todos os recantos do mundo, sem distinção de raças e de credos políticos ou religiosos, de tendências científicas ou filosóficas, que não é possível que dessa conjugação de esforços não se condense e tome corpo na consciência universal a idéia de que o interesse da humanidade é um só e que em todos nós, cidadãos de cada um dos Estados que constituem o mundo civilizado, circula o mesmo sangue irmão.»

JUIZ EM PLEITOS INTERNACIONAIS

Mas Rodrigo Octávio não foi só um teórico, na cátedra ou nos livros, ou um legislador, nas conferências jurídicas e diplomáticas do Direito Internacional. Foi também e no mais alto grau juiz de pleitos entre nações.

É árbitro nomeado pelo Chile para a Comissão Arbitral Permanente entre o Chile e a Suécia, 1922 e entre o Chile e a Itália, e ademais, presidente e árbitro da Comissão Internacional de Reclamações Americano-Mexicanas, 1924, Franco-Mexicanas, 1925 e Teuto-Mexicanas, 1926.

Tornou-se célebre a sua decisão no caso de Santa Isabel entre os Estados Unidos e o México, em que o seu espírito de

juiz independente e reto se sobrepôs a tôdas influências, proferindo notável aresto que se pode e se deve ler, publicado no Brasil, na íntegra, no *Arquivo Judiciário*, volume V.

O MENSAGEIRO INTERNACIONAL DA CULTURA AMERICANA
E BRASILEIRA

Outro titulo magno de internacionalista coube a Rodrigo Octávio: o de mensageiro internacional da cultura americana e brasileira.

Talentoso, erudito, expansivo, verdadeiro mágico da palavra, conhecedor profundo dos assuntos que versava, Rodrigo Octávio soube como ninguém levar à órbita internacional os tesouros da cultura americana e pátria.

Esta sua esplêndida demonstração de saber, de brasileirismo, de pan-americanismo, se inicia antes da primeira guerra Mundial, falando em Genebra, no Teatro Municipal, 1912, sobre *Le Brésil, sa culture, son libéralisme*, e na Faculdade de Direito de Paris, segundo vimos, em 1914, sobre *Le Droit International Privé dans la Legislation Bresilienne*.

Interrompida com aquela guerra e com os trabalhos de retransformação do mundo após 1919, com a Conferência da Paz, o Pacto de Versailles e as reuniões da Liga das Nações, e com a Codificação do Direito Internacional Privado onde foi *magna pars*, vai retomá-las a partir de 1929-30, fazendo notável ciclo de conferências nas Universidades de Paris, Roma e Varsóvia.

A simples enumeração dos temas sobre que discorreu mostra a grandeza e a profundidade de suas mensagens.

Ei-los: *Alexandre de Gusmão et le Sentiment Américain dans la Politique Internationale*, *L'Amérique et la Codification du Droit International Privé*, *La Codification du Droit Civil au Brésil* — Teixeira de Freitas et *l'Unité du Droit Privé* — Clóvis Beviláqua et *la Codification du Droit Civil*, Rui Barbosa et *la Défense des Droits Individuels contre L'Etat*, Silva Lisboa et *la Participation Etrangère au Developement Economique du Brésil*.

Destaquem-se na seleção e no tratamento dos temas as conotações com a política internacional e o desenvolvimento econômico, bem como a apresentação das coordenadas jurídicas básicas do direito americano e brasileiro.

TRANSCRIÇÕES

Ouçam-se como padrão do seu grande idealismo êsses conceitos no final do trabalho sobre Alexandre de Gusmão e o sentimento americano na Política Internacional: «*La politique internationale est une; l'ensemble des intérêts généraux de la civilisation est un; un, le progrès de la science; un, le développement du sens artistique; un, le perfectionnement des activités industrielles; et, yinsi, il n'est pas possible à l'Etat de cesser de participer à la vie internationale universelle, même en se conservant dans les limites d'une légitime défense de ses propres intérêts et en se mettant en garde contre tout ce qui ne correspond pas à une légitime défense de la communauté.*».

Volta à Europa ainda, em 1932 para dar um curso na Académie de Droit International de la Haye, escolhendo êste assunto: *Les sauvages américains devant le Droit*, estudo completo e definitivo da condição dos indígenas em toda a América, Portuguesa, Espanhola, Inglesa, em uma revelação franca, realista, documentada, de sua situação dos tempos pré-colombianos aos nossos dias, no direito, nas praxes, costumes, dos Estados Americanos.

Mas onde o seu espírito de internacionalista norteado pela cultura, pelo idealismo e pela solidariedade, se apurou foi no intercâmbio cultural com os países do nosso continente, criando e solidificando vínculos espirituais que, não raro, apaziguaram divergências políticas.

Tomou parte em congressos científicos, fêz conferências, debateu problemas jurídicos internacionais, de Buenos Aires a Washington, de Havana ao México, de Lima a Montevidéu.

Tive a honra de fazer a minha primeira viagem ao exterior em missão cultural que êle chefiou, do Instituto dos Advogados Brasileiros, em 1927 a Buenos Aires, La Plata e Cordoba a convite da Federação Argentina de Colégios de Advogados em retribuição a outra, chefiada pelo insigne Rodolfo Rivarola e depois continuada pelos saudosos Honório Silgueira, Martinez Paz e Juan Carlos Reborá. Muito aprendi, então com êle, e jamais me esquecerei.

Rodrigo Octávio ainda retornaria ao Rio da Prata chefiando duas outras missões do Instituto, a Buenos Aires em 1935 e a Montevidéu em 1936.

O PRECURSOR DA COOPERAÇÃO INTELECTUAL

A palavra que mais corresponde à vida de Rodrigo Octávio é «cooperação» e dele eu já disse, e agora o repito, ter sido precursor, o realizador em forma não oficial do grande movimento da cooperação intelectual do Brasil (H. VALLADÃO, *Justiça, Democracia, Paz*).

Sua atividade sempre foi intensíssima mas orientada continuamente no sentido da solidariedade humana. Jamais um avarento de suas produções espirituais, um destes egoístas do cérebro, capitalistas da inteligência, que só nos dão artigos, trabalhos, cursos, conferências, a tanto por página ou por hora, com largas ajuda de custo e gratificações...

Pronto em tôdas as ocasiões a qualquer trabalho filosófico, jurídico ou literário, no Rio de Janeiro ou nos Estados, veio criando desde o principio do século, em torno de sua pessoa, junto à sua cátedra, com sede na maravilhosa biblioteca donde saiu para o túmulo, e nos encantadores salões e parques de mais fina arte, de suas residências em Botafogo e na Tijuca, um centro de irradiação cultural brasileira enobrecido com a presença da inexcedível anfitriã, Dona Marieta e amenizado com a colaboração de seus filhos, Laurinha e Rodrigo Octávio.

Dos círculos local e interestadual foi a pouco se estendendo a atividade do insigne brasileiro além fronteiras, entrando em colaboração espiritual com os intelectuais dos países vizinhos, estabelecendo o intercâmbio cultural entre as nações americanas, e, afinal, com as da Europa.

Quando se cuida de fundar a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual em dezembro de 1920 ou à sua criação em 1921, já estava há muito instalado, na mansão de Rodrigo Octávio, um verdadeiro secretariado de cooperação intelectual nacional e internacional, um foco de união e de emissão no domínio mental.

Se a ação de Rodrigo Octávio aparecia publicamente nas variadas organizações de cultura a que pertencia, era também mui intensa — e eu e tantos e quase todos os professores ou juristas, literatos, historiadores, podemos dar testemunho — através das cartas, dos telegramas, dos telefonemas, das reuniões em sua biblioteca, pedindo e dando informações do Brasil e do estrangeiro,

solicitando e oferecendo colaboração em produções coletivas nacionais e alienígenas, entrelaçando os estudiosos e pesquisadores pátrios com os da América e da Europa.

Não era de estranhar, portanto, que eu e numerosos outros brasileiros que visitamos os centros culturais e universitários do Velho e do Novo Mundo, ali ouvíssemos de cientistas, de sábios, de artistas, grandes elogios a Rodrigo Octávio.

Eu próprio nas viagens culturais que fiz à Europa em 1935 e 1936 e aos Estados Unidos em 1937 fui ali recebido de braços abertos, com tôdas as facilidades amigas, porque levava como um tapete mágico carta de recomendação de Rodrigo Octávio para os grandes internacionalistas da época.

Em livro que publiquei em 1940 sobre *O ensino e o estudo de Direito... no Velho e no Novo Mundo*, 1940, cito a cada hora êsse fato e as altas referências feitas a Rodrigo Octávio nos meios universitários e culturais europeus e americanos.

Mas a casa do insigne brasileiro não era sômente aquêlê secretariado de cooperação intelectual, e certo com maior atividade do que muitas Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual.

Os dois meios clássicos principais que a Cooperação Intelectual utilizara para consecução de seus fins, a «Correspondance» e os «Entretiens», essas duas formas de produção espiritual coletiva constituíam um hábito na vida intelectual de Rodrigo Octávio.

A sua correspondência com os mais célebres autores e escritores, brasileiros, americanos e europeus, sôbre tão nobres assuntos da convivência humana, uma vez publicada, e em quantos volumes, estaria, sem dúvida, à altura dos tomes de «Correspondances» editados pela Comissão Internacional de Cooperação Intelectual.

Aqui fica o apêlo para sua edição.

As reuniões que se faziam em seu escritório ou na biblioteca, ou nos salões, congregavam em ambiente de alta espiritualidade figuras brilhantes da intelectualidade nacional e estrangeira, e eram os «Entretiens» brasileiros...

Recordo-me das personalidades americanas que ali conheci, de um Vitor Maurtua e um Belaunde do Peru; de um Valencia da Colômbia, de um Alvarez e um Cruchaga Tocornal do Chile, de um Alfaro do Panamá, de um Basset-Moore e um Brown Scott

dos Estados Unidos, de um Anderson de Costa Rica, de um Sanchez de Bustamante de Cuba, de um Baez e de um Justo Pastor Benitez do Paraguai, de um Farrera da Venezuela, de um Baltazer Brum, um Juan Carlos Buero, um Ramos Monteiro e um Juan Carlos Blanco do Uruguai, e da Argentina tôda uma plêade, Rivarola, Silgueira, Reborá, Ricardo Levene, Catcano cuja obra sôbre Facundo Quiroga Rodrigo prefaciou, de Octávio Amadeu, tão conhecido e querido, com sua obra *Vidas Argentinas* e que prefaciou a tradução castelhana da obra de Rodrigo Octávio, *Minhas memórias dos outros*. Entre os europeus, no meio de tantos, referirei Albert de La Pradelle, Politis, Borel, Paul Claudel, Hennebicq...

Relembrando a mansão de Rodrigo Octávio e concentrando-me, penso que na casa da rua das Palmeiras se poderia escrever o seguinte dístico: *Ici l'esprit n'a pas de limites.*

CONCLUSÃO

Escuso-me da amplitude desta oração, que não é dos meus hábitos, mas tive de contar também, qual Rodrigo Octávio em sua bela obra, agora uma parte, embora pequena, de «Minhas Memórias... de Rodrigo Octávio...»

Deu Rodrigo Octávio à nossa Sociedade, qual o fazia a tôdas as obras do espírito, inteligência, cultura, assiduidade e em tudo amor e dinamismo.

Espargia iniciativa, boa vontade, perseverança na ação, trabalho e respeitabilidade, interêsse público, culto do dever.

Venceu sempre e a messe compensadora refulgiu porque trabalhara em tudo com o coração.

Deu-nos alevantado exemplo que todos na Sociedade haveremos de reverenciar e de seguir.

Terminando estudo sôbre Rodrigo Octávio logo após o seu falecimento escrevi: «Na cordilheira do primado intelectual do Brasil sucedeu Rodrigo Octávio a Epitácio Pessoa qual êste sucedera a Rui Barbosa.»

Pensei haver dito uma novidade. Enganara-me. Em carta do eminente brasileiro e Presidente do Supremo Tribunal Federal, Edmundo Lins, de 9 de abril de 1942 a Rodrigo Octávio, escrevia aquêle: «Ês hoje depois da morte de Epitácio o maior homem do Brasil.»

AGRADECIMENTO

RODRIGO OCTAVIO FILHO (*)

Não é fácil esconder minha emoção, Senhor Embaixador Pío Corrêa, Ministro de Estado interino das Relações Exteriores, depois de ouvir as palavras de exaltação que aqui foram pronunciadas em louvor de Rodrigo Octávio, meu saudoso Pai.

Resolveram, o Ministério das Relações Exteriores e a Sociedade Brasileira de Direito Internacional, da qual Rodrigo Octávio foi um dos fundadores e seu presidente durante longos anos, realizar uma sessão conjunta, na qual o ilustre homem público, diplomata e internacionalista fôsse justamente louvado, êle que, como bem lembrou Vossa Excelência, Senhor Ministro, viveu quase tôda sua vida na órbita dêste palácio do Itamarati. Realmente, desde muito moço, quando secretário da Presidência da República, ao tempo de Prudente de Moraes, Rodrigo Octávio trabalhou neste local, que era a sede do Governo da República. E convém lembrar que na ocasião era Ministro das Relações Exteriores o Conselheiro Carlos de Carvalho, de quem foi auxiliar de escritório, seu mestre na advocacia, e grande amigo de seu pai, de quem fôra chefe de Polícia, no Governo da Provincia do Paraná!

Rio Branco dispensou a Rodrigo Octávio uma ilimitada confiança, outorgando-lhe deveres da maior responsabilidade.

Acresce, Senhor Ministro, que o fato de ser Vossa Excelência quem preside esta reunião é para mim motivo de grande satisfação. E' que estou agora a lembrar-me do momento em que

(*) No Palácio Itamarati, a 10 de outubro de 1966 — na Sessão Solene do Ministério das Relações Exteriores e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

o conheci, — pouco mais do que um menino — quando nosso grande e saudoso amigo Salgado Filho me disse: «guarda na memória esse nome — Pio Corrêa — vai ser um homem de muita importância e atuação em nossa terra!» Todos nós estamos vendo e sentindo como foram proféticas as palavras do amigo Salgado Filho.

Por outro lado, desta magnífica e comovedora reunião, podemos concluir que ela nos proporcionou três admiráveis lições. A primeira, foi Vossa Excelência incentivar, com palavras incisivas e justas, jovens diplomatas a que se dediquem mais ao estudo do Direito, seguindo o exemplo de Rodrigo Octávio, cujo sucesso na vida pública se deve ao seu profundo conhecimento das ciências jurídicas e devotado amor ao estudo constante do Direito.

A segunda lição é a honrosa presença do Embaixador Raul Fernandes, que aqui veio, ele que ultimamente prefere viver entre as quatro paredes de seu gabinete de trabalho, no convívio íntimo e permanente de seus livros, para dar-nos uma lição de solidariedade e de amizade, que ficará gravada, para sempre, em nossos corações.

A terceira e última lição foi o luminoso retrato que o Professor Haroldo Valladão acaba de fazer de Rodrigo Octávio, pondo-o ao nosso lado, de corpo inteiro e vivo, alegre, amável, ativo, trabalhador e inteligente, em sua plenitude de grande jurista e Mestre de Direito Internacional Privado, de quem Haroldo Valladão foi discípulo dileto e predileto e é hoje fiel continuador na cátedra, e em inúmeras instituições nacionais e internacionais, inclusive nesta Sociedade Brasileira de Direito Internacional, para cuja presidência acaba de ser eleito.

Mas uma outra lição vejo que podemos ainda tirar desta solene reunião: é a assistência numerosas e ilustre, que enche este salão, afirmando de maneira inequívoca que os mortos como Rodrigo Octávio não desaparecem do convívio humano, tão apressadamente, como diz e quer o adágio popular...

Finalizo estas poucas palavras apresentando aos que tiveram a iniciativa da realização desta solenidade, e aos que nos honram com a sua presença, o mais sincero agradecimento de toda a família Rodrigo Octávio.

RODRIGO OCTAVIO (*)

ALVARO ALBERTO

Minhas Senhoras e meu Senhores:

A Liga da Defesa Nacional, cumprindo um dos seus mandamentos precípuos, convocou o grupo de patriotas aqui reunidos, para homenagear a memória de um grande brasileiro.

Nos tempos que correm, a apreciação dos valores humanos vem sofrendo notórias distorções, e, não raro os protótipos da inteligência e da virtude são dolorosamente ofuscados pela ruidosa exaltação — momentânea — da mediocridade.

Não surpreende que, ao redor deste túmulo, não sejamos multidão, como conviria à glória de um vulto insigne.

Não é, contudo, o número que confere o maior significado ao ato cívico, mas o quilate dos que o praticam.

Neste momento, basta que assinalemos a presença de alguns dos expoentes da intelectualidade brasileira, como o são o eminente Austregésilo de Ataíde, Presidente da Academia Brasileira de Letras e seu digno émulo Elmano Cardim; da mesma estirpe mental são o senador Venâncio Igrejas, o General Henrique Guilherme Müller, Presidente da Sociedade Nacional de Geografia, e os membros do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional, professor Olímpio da Fonseca, filho, Generais Ururaf Magalhães e Emanuel de Moraes, e Almirante Mário Afonso Monteiro, secretário do Conselho do Almirantado.

Ombro a ombro com as personalidades civis, aqui se encontram destacamentos do Exército e da Marinha, comandados por oficiais que representam setores dos nossos altos comandos.

(*) Palavras pronunciadas pelo Almirante Alvaro Alberto, Presidente da Liga da Defesa Nacional, junto ao túmulo de Rodrigo Octávio, na comemoração de seu centenário.

A presença destes militares, ao lado de seus irmãos civis, significa a união sagrada e indissolúvel de todos os brasileiros de boa vontade, em torno do nosso «Pavilhão da Justiça e do Amor.»

Olavo Bilac ensinou que nos cumpre «estimular o patriotismo consciente e coesivo» e enaltecer, «com o culto do heroísmo, a dignificação de nossa História e a preparação do nosso porvir.»

A Liga da Defesa Nacional, trilhando a esteira magnífica do imortal fundador, rende preito de veneração à memória de seus heróis carlyleanos, civis e militares.

Rodrigo Octávio legou à Nação Brasileira um acervo moral e espiritual de incalculável valia: poeta, prosador, historiador, advogado, jornalista, professor, erudito, jurista — foi um grande cidadão. Tenho, porém, que a grandeza do fecundo polígrafo culminava no título excepcional de uma luminosa consciência jurídica.

Foi um homem que se aproximava da perfeição: o caráter adamantino lhe era tão notório apanágio como a bondade e o fascínio da personalidade encantadora e humana.

O prêmio de tão grande vida foi a plena felicidade que sempre lhe seguiu os passos, na carreira de homem público e no santuário da família.

Para completar esse quadro invejável, deixou um herdeiro que lhe honra a memória e a tradição, na senda da imortalidade.

A Liga da Defesa Nacional tem o privilégio de se socorrer da palavra de um dos antigos colaboradores de Bilac e de Rodrigo Octávio, na memorável campanha cívica iniciada há meio século.

O ilustre historiador Elmano Cardim dirá da vida e glória de Rodrigo Octávio.

RODRIGO OCTÁVIO — SERVIDOR DO BRASIL (*)

ELMANO CARDIM

Da Liga da Defesa Nacional foi membro ilustre o grande patriota cuja memória vimos aqui hoje evocar, nas comemorações do centenário de seu nascimento: — Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses. Não podia esta instituição de civismo esquecer a quem, em sua longa, profícua e brilhante vida tanto extremeceu a pátria e a ela serviu e nobilitou num labor constante, alimentado pela fé ardente nos seus altos destinos.

De Rodrigo Octávio múltiplos foram os aspectos estudados na seqüência das conferências feitas por nomes abalisados, neste ano em que se completa um século da data do seu nascimento. Assim tinha que ser, pois variada foi a sua atividade na vida pública, como escritor, jurista, advogado, diplomata, internacionalista, magistrado, numa ascensão que nunca perdeu o ritmo de grandeza e jamais esmaeceu em brilho menos luminoso.

Poucos homens no Brasil terão tido uma vida tão fecunda em obras de valor, realizadas em campos em que a diversidade de ação se unificava pela inteligência, pela probidade e pela nobreza de caráter, numa linha reta traçada por conduta rígida, amenizada por um temperamento cordial, alegre, exuberante.

Na Liga da Defesa Nacional penso que devemos evocar o Rodrigo Octávio servidor do Brasil e ao mesmo tempo reviver o seu pensamento naquilo que precípua e especificamente era inspirado pelo anseio de ver a pátria acrescida pelo progresso e aprimorada pela virtude. Nesse particular, ao delimitar êsse campo nas amplas fronteiras da vida de Rodrigo Octávio, dois horizontes

(*) Conferência na Liga da Defesa Nacional, pronunciada a 28 de outubro de 1966.

se nos oferecem para uma análise da sua personalidade: um objetivo, outro teórico, um de sentido prático, outro de intento especulativo. Em ambos, Rodrigo Octávio se elevou e se destacou, pelo bem que soube realizar e pelo ideal que o norteou. Em ambos êsses momentos da sua ação e do seu pensamento, o que resulta é o fremito entusiasta por um Brasil maior e melhor. Se de sua faina ficaram os frutos de um trabalho honrado e produtivo, tanto na esfera interna como na internacional, do seu espírito alertado pelos problemas nacionais emanam conselhos e advertências que o interêsse pela sua obra literária faz esquecer ou lançar num plano distante e menos atraente para os que preferem viver a hora que passa. Não devem, no entanto, e não podem mesmo deixar de ser lembrados por uma instituição como esta da Liga da Defesa Nacional, que vive o presente com o pensamento voltado para o futuro, que mantém o culto do passado não apenas pelo sentido heróico dos feitos gravados nas páginas da história, mas sobretudo pela força imanente que dêles se irradia como lição para a continuidade das tradições que devem influir nos dias vindouros, a orientar o rumo dos destinos pátrios.

A vida de trabalho de Rodrigo Octávio foi uma constante de fidelidade a princípios que a honraram e a tornaram opulenta em realizações. Não a construiu em sua perfeição senão por si mesmo, porque cedo se viu órfão da proteção paterna, embora não lhe faltasse o desvelo e a energia da mãe cujo amor supriria a ausência do pai.

Com a alma envolta em sonhos de poesia, lírico que se desviaria depois para outras seduções literárias e científicas, Rodrigo Octávio fez o curso de direito na velha Faculdade de São Paulo, na paisagem vetusta das arcadas claustrais que seriam depois o tema de sua bela conferência *Foi um dia um convento...* Voltou ao Rio com um diploma de bacharel, sem saber bem o que fazer dêle, viu-se atraído pelos meios literários, amigo fraterno de Raul Pompéia, mas com bastante juízo para compreender que a poesia

TRANSCRIÇÕES

poderia levá-lo à alegria boêmia de rodas cheias de atrativos espirituais, mas vasia de conteúdo prático. E era preciso viver, para depois filosofar, sobretudo quando tinha em casa uma mãezinha a matar-se de preocupações. Contrariando o seu temperamento, escolheu a estrada que o conduziria afinal ao êxito e à nomeada por um caminho áspero, penoso a perلustrar. Ele mesmo o disse: «Eu fui sempre um contemplativo. Vivi, desde os meus primeiros tempos, dentro de uma aspiração ardente de fantasia e de sonho. Lia versos; interessava-me a vida dos poetas; *Vie de Bohême*, a *Noite na Taverna* abriram perspectivas novas em meu espírito.»

Os dois livros de poesia *Pãmpanos e Poemas e Idílios* e o drama em verso *Sonhos Funestos* e outros, certamente viriam dar fama e quiçá a glória literária ao autor, mas não meios de vida. E por isso, ao pensar assim, fugiu à sedução do convívio de poetas e escritores, fechou o seu escritório de advocacia sem clientes e foi ser promotor em Santa Bárbara, lá para os confins de Minas Gerais, depois juiz municipal em Iguaçú e em seguida na Paraíba do Sul. A segunda dessas comarcas era um pobre burgo em decadência, porque a tal o condenara paradoxalmente o progresso, com a estrada de ferro que absorvera o transporte das mercadorias que através da via fluvial antes por lá se fazia. Rodrigo Octávio teve ali um bom campo de observação para certos problemas do país. A comarca morta, ao lado de tantas outras em plena vitalidade, lançou no espírito do jovem juiz, com alma de poeta, uma profunda tristeza e dela se libertou buscando a transferência para Paraíba do Sul, terra de cafesais ainda em plena prosperidade, com um fóro movimentado e cheio de interesse para um magistrado estudioso.

Mudado o regime, com a proclamação da República, era preciso organizar o país nas novas bases constitucionais e assim se criou a justiça federal. Rodrigo Octávio foi nomeado por Campos Sales, seu conterrâneo de Campinas, Procurador Sec-

cional da República no Distrito Federal. Abriram-se à sua capacidade e à sua inteligência horizontes novos. Ao mesmo tempo, a advocacia o atraía para um labor mais produtivo e independente. E d'êle só se afastou quando da Consultoria Geral da República, em 1929, passou a Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Nesse interregno, da data do seu primeiro cargo federal até a suprema judicatura do país, Rodrigo Octávio teve ensejo de servir ao Brasil em missões que deram ao seu nome o maior ré-lêvo e permitiram à sua inteligência acumular conhecimentos valiosos, para a utilidade de uma vida de bons exemplos e belos ensinamentos.

Assim é que foi secretário de Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil da República. E daí por diante, as suas missões se sucedem, numa série dignificante de encargos, dentro e fora do país. Em 1907, estava em Haia, ao lado de Rui Barbosa, membro da delegação brasileira à 2ª Conferência da Paz. Em 1919, colaborava com Epitácio Pessoa na Conferência de Versailles, cujo tratado de paz assinou, para voltar depois, como sub-secretário das Relações Exteriores, a chefiar a delegação brasileira na Liga das Nações, da qual foi vice-presidente. De 1906 a 1936, tomou parte em 26 congressos, conferências e comissões arbitrais no estrangeiro. Recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* das Universidades do México, La Plata, Buenos Aires, Lima, Arequipa e Havana. Na sua bibliografia se contam mais de 160 trabalhos publicados, produções tôdas elas valiosas sôbre assuntos literários, jurídicos, sociais, históricos, messe opulenta de um trabalhador que nunca esmoreceu.

Quando, por motivo de saúde, teve de afastar-se da atividade de magistrado, com a qual encerrou a sua vida pública, como ministro do Supremo Tribunal Federal, tinha ainda o espírito em fulgurante irradiação para pensar e escrever.

Sua obra cultural estava concluída. Começara pela poesia que foi sempre para êle um derivativo de evasão; escrevera sobre episódios da História do Brasil; publicara ensaios sobre problemas relevantes; inovara na seara jurídica com trabalhos de fôlego, que serão sempre fonte de ensinamento para os cultores do Direito, sobretudo no campo difícil e pouco lavrado do Direito Internacional Privado cuja cadeira foi por êle criada na Faculdade de Direito do Rio. O fêcho da sua produção de escritor e publicista estaria, no entanto, reservado ao Brasil, vivo sempre no ardor do seu patriotismo. E é êsse o ponto alto do seu pensamento, lição perene de conselhos e advertências que se somam ao legado que nos deixaram homens como José Bonifácio, Tavares Bastos, Alberto Tôrres, Euclides da Cunha, Oliveira Viana e outros valores de tanto saber que com elevado discernimento e amor cívico viram o Brasil na perspectiva de um futuro invejável.

Não deu Rodrigo Octávio a essa expansão do seu espirito e da sua meditação patriótica o desenvolvimento e a amplitude que lhe teriam permitido construir uma obra com sentido de roteiro para um programa de organização nacional. Aflorou, por assim dizer, vários aspectos de problemas em equação, com um profundo senso da realidade brasileira e admirável cunho de observação original.

Assim é que se encontrou, no crepúsculo de sua bela existência, com o Brasil, do qual, como confessou então, tanto sabia e com o qual tanto havia vivido, para dêle poder ocupar-se um pouco. Revela-se aí o seu sadio nacionalismo, favorável à terapêutica doméstica para o tratamento de males que não devem ser curados com drogas de fora, mas com a medicina caseira «mais adaptáveis ao nosso organismo caboclo.»

Em face do lema positivista que se grava na bandeira do Brasil, evoca Feijó, para a dedução que completa a aspiração restrita, embora de síntese ideal, da *ordem e progresso*. A ordem só é satisfatória se a protege a justiça. O progresso só compensa

se o constrói a liberdade. Era o lema que o imortal Regente escreveu para os Clubes de Defesa da Liberdade: «Sem ordem não há progresso, sem justiça não há liberdade.» Ressuscita então Rodrigo Octávio o velho conselho, para preconizar que seja êsse o programa salvador que reascenda a nação e a cure dos seus males intermitentes.

O máximo problema da política brasileira foi e será sempre o da unidade nacional. Rodrigo Octávio o viu pelo prisma dos riscos que a ameaçam e aos quais será preciso sempre estar atento, estudando-o com admirável compreensão da evolução histórica. Sob a inspiração do seu espírito objetivo, não se limita à abstração do tema. Encara-o sob alguns aspectos positivos e dêles surge, entre outras, a realidade do rio *São Francisco*, como «o elemento fundamental do sistema circulatório do organismo nacional», infelizmente deixado ao abandono lastimável em que tem corrido para o mar, esquecidos os brasileiros da dádiva prodigiosa que a natureza lhes proporcionou. Ao lado dêsse triste abandono, outro se oferece com o *Araguaia*, caminho fluvial mais soberbo ainda, porque mais rico e mais penetrante no âmago do território pátrio e de cujo valor econômico Dom Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de Palma, como Governador de Goiás, teve a intuição certa, procurando protegê-lo e aproveitá-lo. Isso em 1808 e nunca mais se fez algo no sentido dessa política, apesar do que Couto de Magalhães conseguiu demonstrar com a sua bravura pioneira e o seu gênio realizador. Estuda a integração nacional através dêsses dois elementos da geografia física, capazes por si sós de aconselhar um programa de profunda repercussão na vida brasileira. As páginas que a respeito escreveu são magníficas, merecem ser lidas agora e sempre porque vasadas em argumentos convincentes, deduzidos com a clareza e o brilho do seu estilo, e ainda hoje em aberto, conclamando os dirigentes a voltarem as suas vistas para o problema do *São Francisco* e do *Araguaia*, tantas vezes lembrado quantas vezes esquecido.

Os dois grandes rios que são artérias da civilização brasileira despertaram a atenção do publicista para a Amazônia, com a sugestão de várias providências destinadas a realizar ali a mesma obra de integração nacional lembrada para as terras cortadas pelo *S. Francisco* e pelo *Araguaia*.

Juntou Rodrigo Octávio sua voz às de Tavares Bastos e Euclides da Cunha, para que a Amazônia, terra de promessa, não permaneça no abandono de uma Canaã lendária e esquecida.

Choca ao seu patriotismo a confusão reinante à sua época, como ainda hoje, no desenvolvimento cultural do país, em comparação com o passado, pelo predomínio da incompetência e desinteresse pela causa pública. Não o levava a essa observação um pessimismo injustificável, tão forte foi sempre a sua fé na nossa gente. Concatenando fatos e invocando exemplos, mostra a razão de ser das preocupações que o levam a alertar os responsáveis pela restauração de um passado em que se formaram, pelo estudo, tantas gerações de valor da nacionalidade. E da sua digressão nesse terreno, surge a máxima de sabedoria: «Por certo a felicidade, o talento, a vivacidade do espírito entram por muito no sucesso da vida. Não bastam, porém, boa estrela e talento. Sem trabalho, sem espírito de continuidade, sem a resoluta e consciente colaboração do esforço próprio, a boa estrela se apaga, o talento se desperdiça em improficuos labôres.»

Como Rui Barbosa, na *Oração aos Moços*, também Rodrigo Octávio, com a mesma fé no futuro do Brasil, dirige à mocidade a sua mensagem de confiança e o seu apêlo de incitamento. Acreditava nas gerações novas, que despontam para a vida pública, e delas esperava um senso maior de responsabilidade e um esforço consciente para que, numa obra comum de cooperação, salve do naufrágio a civilização ocidental, que «deu ao mundo progresso e bem estar.» E exortou os jovens brasileiros com a sapiência do seu conselho: «É indispensável que se compenetrem os moços de que a eles cabe preparar o Brasil para essa tarefa

ingente e benemérita, e não será senão com sacrifícios de comodidades e com esforçado trabalho, que poderão desempenhar-se dessa missão que o destino entregou à fortaleza de sua mocidade e à exaltação de seus sentimentos.»

Seria longa a análise da pregação cívica de Rodrigo Octávio, nas páginas dos livros em que, como Montaigne, estava êle de corpo e alma presente. Não o comporta o momento, nem o permite o limite de tempo desta cerimônia. O que deixamos dito basta para realçar o valor do seu pensamento e o sentido de patriotismo que imprimiu à sua vida. Muitos estudos já se fizeram sôbre a personalidade de Rodrigo Octávio e outros ainda virão, porque da exegese da sua obra e dos exemplos que semeou brota um manancial a explorar no interêsse da pátria, da qual foi êle um servidor excelso e prestimoso. Dêsse fecundo manancial, com a geração que vive os dias trepidantes de hoje e com as que terão a responsabilidade de assegurar ao Brasil o futuro merecido e afortunado, se devem esperar os frutos opimos que, com fé extrema e sincero patriotismo, Rodrigo Octávio antevia para a terra que lhe foi berço e à qual tanto deu em inteligência, devotamento e amor.

O SEGUNDO DOS TRÊS RODRIGO OCTAVIO

MARIO BARATA (*)

Em fevereiro do próximo ano já se terá escoado um quarto de século sobre o término da existência do poeta, jurista e memorialista Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Brasileiro-Argentino de Cultura. A sua obra e atividade são, no entanto, permanentemente recordadas e ainda ontem a última instituição citada inaugurava o seu busto (feito pelo escultor Armando S. Schnoor) em sessão solene, da qual foi orador o veterano mestre Horácio Rivarola, filho de companheiro de Rodrigo nos ideais de aproximação cultural dos dois países. Relembre-se, aliás, o esforço feito neste sentido, por homens de letras, no começo do século, que incluiu a *plaquette* editada no Rio de Janeiro em 1917, com o título *Amigos do Passado, do Presente e porque não do Porvir/opúsculo sobre as relações argentino-brasileiras*, de autoria de Hamilton Barata, meu pai.

A figura rara de Rodrigo Octávio, da qual ainda me recordo, em pessoa, ligeiramente bem merece essa homenagem. Figura exemplar do Instituto Histórico, onde iniciou, com sabor de verdade e independência até hoje geralmente mantido, a série de conferências do Dia Pan-Americano, com texto precioso. Nessa tradicional instituição ingressara em 1900 após publicar *O Contratador de diamantes*.

De Rodrigo Octávio saíram em vida cerca de 26 títulos de obras literárias e de cultura jurídica, entre elas em francês, editado em 1930 em Paris, o *Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la politique internationale*.

Advogado notável, consultor jurídico respeitado, Rodrigo Octávio foi membro da comitiva de Rui Barbosa à Conferência de Haia, em 1907, e, doze anos depois, da Delegação Brasileira à Conferência de Versailles. Como diz Pedro Calmon: em sua vida «Rodrigo Octávio se manteve inflexível na defesa dos princípios americanos de arbitragem obrigatória, de desarmamento moral, de concórdia jurídica, de sujeição da força pelo angélico

(*) Artigo no *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1968.

prestígio da lei internacional...» «Não se acomodou ao triunfo provisório da violência.»

O grande jurista foi membro do Supremo Tribunal Federal e da Academia Brasileira de Letras, além da de Ciências de Lisboa, presidente do Instituto da Ordem dos Advogados, representante do Brasil em várias assembléias excepcionais, e igualmente foi juiz arbitral, em litígio decidido no México. Juntamente com Rodolfo Rivarola batalhou pela criação do Instituto Brasileiro-Argentino de Cultura.

A sua obra mais lida, fora do círculo de juristas e especialistas em Direito, é, indiscutivelmente, a saborosa *Minhas memórias dos outros*. Ali se acham toda vivacidade de seu espírito e de sua cultura, seu amor pelas artes visuais, sua generosa compreensão dos homens. Destaca-se também, através dessas linhas, o varão ilustre da primeira República, representante de sua elite austera e digna, inteligente e penetrada da de seu valor e de suas funções no país.

A primeira série dessas memórias foi editada por José Olímpio, em 1934. Apresentava fatos e depoimentos curiosos ou judiciosos e cenas significativas com várias personalidades. Incluía o doutor Langgaard (também amigo das artes), Pedro II, o poeta Dias da Rocha, o dr. Macário, advogado na província fluminense, Carlos de Carvalho, Prudente de Moraes, Tomás Ribeiro, Visconde de Barbacena, Raul Pompéia e Joaquim Nabuco.

Do penúltimo afirma que este lhe dissera que, caso viajasse à Itália, como pretendia, voltaria escultor. Mostra com acerto e argúcia crítica a vocação de artista plástico de Pompéia, o qual, aliás, foi professor e secretário da Escola Nacional de Belas Artes, no final da sua tão breve vida.

Rodrigo aconselha no livro: «O que restasse do espólio artístico de Raul Pompéia deveria ser reunido e recolhido à Escola de Belas Artes. É uma parcela digna de estima de nosso patrimônio artístico.»

Em agosto de 1934, nesta primeira série, informava o autor: «essas páginas foram elaboradas tranqüilamente, a céu aberto, à sombra de minhas árvores.»

«Escritas ao acerrar-me dos 70 anos, e de assentada sobre coisas e circunstâncias antigas, velhas, muitas, de mais de meio século, devem ser lidas com a indulgência que justificam duas grandes atenuantes: a da conturbação que trazem ao espírito os

trabalhos e as vicissitudes de uma larga vida e a da neblina que sôbre as coisas passadas estendem os anos.

«Tinha dessas cousas cheios o coração e a memória; não as quis levar comigo para baixo da terra.»

No início do segundo volume relatava-nos:

«Vou chegando ao fim da jornada: os raios oblíquos do sol que desce põem, entretanto, algum relêvo ainda nos acidentes do caminho andado.

«Entarei aproveitar essa escassa luz que se vai confundindo na sombra. A tantos passos de distância eu não poderei fixar dêsses acidentes que representam episódios e figuras, mais que rápidos diluídos esboços não importa: a saudade que é poesia saberá nêles deixar o que lhes falte em precisão e beleza.

«Tijuca, abril de 1935».

Esse volume reúne grupos de capítulos com informações deliciosas a respeito de Rodolfo Bernadelli Ferreira Viana, Machado de Assis, Aluizio Azevedo, Rio Branco, Duque de Caxias, Rui Barbosa, Frei Joaquim do Monte Carmelo, Costa Ferraz e lembranças dos reis da Bélgica. A edição é de 1935 e se constituiu em um dos melhores livros do velho Rodrigo Octávio.

No ano seguinte a mesma importante editôra lançava a terceira série dessas curiosas memórias. Ainda bela é a terceira reflexão que o autor faz, ao ensejo dêsse perpassar de lembranças. Escreve então, de modo malicioso e encantador:

«E o livro está feito. Felicito-me por me não haverem os anos turbado o espírito antes que da memória pudesse tirar o que de pessoas caras me deixou a passagem pela vida.

«Com os casos de agora esvazio o saco. De outros não me quis ocupar; tomando o salutar conselho de Renan, escrevendo, na velhice, suas lembranças da infância e da mocidade, só me lembrei dos bons.

«E, agora que o livro está feito, estou a pressentir da parte de quem haja terminado a leitura, uma curiosidade maliciosa que se ergue e inquire: — E donas? Não terá havido, nos 70 anos confessados do sabido autor destas páginas, uns nomes de mulher que merecessem registro?

«— Por certo, responderia; mas a rapsódia feminina ficou no tinteiro. Essas páginas são de memórias dos outros e não minhas, e memórias de donas a discreção só permite escritas por elas mesmas.

Tijuca, abril, 1936».

Essa última série saiu, como vimos, em 1936, igualmente lançada pela grande editôra do Rio de Janeiro. Incluía longos textos, subdivididos em capítulos, sobre Carlos Gomes, o Clube Rabelais e a panelinha, Lafayette, Coroas e Barretes frígios (versando contatos com reis na Itália; cita também fatos vividos no México e no Peru), Licínio Cardoso, Miguel Couto e lembranças várias do fóro e de figuras diversas, em rápidos episódios ou bosquejos.

No segundo tomo depusera, ainda, sobre as ilustrações feitas por Pompéia, em dois exemplares dos *Pâmpanos* (versos, ed. em 1886). O primeiro recebeu desenhos a lápis e esfuminho, «quando éramos vizinhos em São Clemente, em 1886.» O outro foi dado, muitos anos depois (1918), por Emílio de Meneses a Rodrigo Octávio Filho. «Era ilustrado a pena e a tinta vermelha, em menor número que o anterior, sendo que algumas são de grande beleza. Possui dedicatória: «A Emílio de Meneses oferece Mário Pompéia.»

Narra ainda o autor que Henrique Bernardelli muito apreciava os desenhos que vira no primeiro volume. Sugeriu aproveitar alguns deles para a edição de *Ariosto*, novela lançada em segunda edição pela revista *Renascença*, em 1906. Ali realmente figuram ao lado dos que foram feitos pelo pintor.

A mulher nua era — depõe — um dos temas prediletos de Raul. Cita ainda o desenho *Homenagem ao Marquês de Pombal*, que saíra no *Binóculo* (e que Herman Lima reproduz na sua notável *História da Caricatura no Brasil*). Aduz Rodrigo: também é conhecido o Calvário (o Brasil entre Portugal e a Inglaterra).

Esse grande brasileiro a ser homenageado nesta semana não foi o primeiro Rodrigo Octávio, e sim, o segundo. Seu pai era Rodrigo Octávio de Oliveira Meneses, jurista e político, e de quem Lúcio de Mendonça fôra condiscípulo e amigo, a êle se referindo em álbuns de pensamentos destinado ao filho do antigo colega. Pedro Calmon alude ao primeiro Rodrigo Otávio ao fazer belo necrológio do herdeiro do nome no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1944.

Rodrigo Octávio Filho, o terceiro dos mesmos prenomes, é o prestigioso advogado e escritor, autor de *Velhos amigos* e também membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto, que todos conhecemos.

RODRIGO OCTÁVIO (*)

OSVALDO DE SOUSA VALLE

Senhores,

A JUSTIÇA É O BEM SAGRADO DA SOCIEDADE

Neste ambiente, em que se respira o oxigênio do culto ao Direito, a definição — seu autor é Bossuet — equivale ao programa que, ao orador, o próprio tema impõe.

Falar do centenário de Rodrigo Octávio de Langgaard Menezes corresponde, em síntese, a dizer muito da sociedade. Isso porque o seu bem sagrado, a justiça, ele o soube defender, aplicar e dignificar.

A nós, representantes, neste momento, do Conselho Seccional do Pará da Ordem dos Advogados do Brasil, cabe a honra insigne de exaltar certos aspectos duma vida que será sempre um dos flôres da legítima brasilidade. A grandeza da causa dará grandeza ao deslustre do tribuno.

Senhores:

Já ninguém hoje contesta que são recíprocas as influências destes dois elementos: o homem e o meio. Não se absorvem: estabelecem uma forma de compreensão que beneficiam ambos, por isso mesmo esplêndidamente construtiva. De modo harmônico, Antropologia e Geografia, lições de Sociologia e de História se adaptam. E compõem uma arca ecológica utilíssima à coletividade.

A cidade de Campinas — São Paulo ainda era província — a cidade de Campinas viu nascer Campos Sales, Quirino dos Santos, Sampaio Ferraz, Francisco Glicério, Carlos Gomes, Car-

(*) Conferência pronunciada no Instituto dos Advogados do Pará, a 29 de setembro de 1966.

los de Campos, Júlio de Mesquita, Ramos de Azevedo, Olavo Egídio e...

Aos 11 de outubro de 1866 vinha ao mundo, nessa progressista urbe paulista, Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses.

Feliz a terra que, pela força da ambiência física sintonizada com a ambiência humana, produz os tipos mais nobres da sociedade!

Aos vinte anos bacharel em ciências jurídicas e sociais, principiou Rodrigo Octávio uma carreira que se caracteriza pela dignidade inconsútil: o servidor da Justiça, o intelectual, o cidadão nas funções públicas e o cidadão chefe de família.

Creio não mentir ao dizer que Rodrigo Octávio foi fiel ao seu dever e soube sempre cultivar o direito e defender a paz com zelo e amor, na missão científica de tutelar dos bons princípios e do progresso humano.

Não iremos pormenorizar as várias facetas de seu currículo vital. Dispensável anatomizar uma árvore com o objetivo de lhe realçar as dimensões. Basta pôr em relêvo a fronde, as flores e os frutos, a par com a rubustez do tronco e a profundidade incomum das raízes...

Advogado, professor catedrático, ministro do Supremo Tribunal Federal, presidente por duas vezes dêste mais que secular Instituto dos Advogados Brasileiros, soube Rodrigo Octávio abri-lhantar, magnificamente, comissões, no país e no exterior, em decorrência de sua cultura jurídica, origem da sólida admiração que lhe votavam todos os centros civilizados.

Referimos sua cultura jurídica. Teve-a, e no mais elevado grau. Porque invariavelmente a colocou a realizar um pensamento, uma convicção, um ideal, que é a dos veros democratas: postergar a guerra, alicerçar a evolução, a felicidade e o bem-estar das nações e dos povos no solo pingüe, fecundo e luminoso da paz! Esse caráter da obra de Rodrigo Octávio constitui o cimo da montanha de sua existência, porquanto deve o causídico, esteja onde estiver, bater-se pela fraternidade consciente da humanidade, vale dizer, pelas relações pacíficas e afetuosas dos Estados, num clima de liberdade, sem os ódios bélicos e sem o primarismo dos regimes totalitários — que transformam o ser humano do século XX num antropóide.

É do sumo, que extraímos da árvore simbolizada em Rodrigo Octávio, essa conceituação da Justiça. Conceituação que ele confirmava como delegado do Brasil nas Conferências Internacionais: da Haia, de Bruxelas, na Científica Pan-Americana de Washington; na Conferência da Paz, em Paris, havendo assinado o Tratado de Versailles; na primeira assembleia da Liga das Nações elegem-no um de seus vice-presidentes. Efetuou palestras, conferências, lições nos mais avançados auditórios como, entre outros, os das Universidades de Paris, Roma, Varsóvia, Montevideu; um curso, na Academia de Direito Internacional da Haia, estudou os selvagens americanos perante o Direito, página das mais fulgurantes sobre o ameríndio.

Membro da Comissão Permanente para a Codificação do Direito Internacional, da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, do Instituto Americano de Direito Internacional e tantos outros organismos nacionais e estrangeiros de alta cultura geral, ou especificamente jurídica.

Árbitro, não se desviava da linha reta que a mão da justiça indica inflexivelmente, a salvo de quaisquer influências conducentes a perigosos atalhos.

Graças à sua iluminada inteligência, opulentou a bibliografia da jurisprudência — ele, internacionalista preeminente — com trabalhos do clímax de «Constituições Federais», «O Direito do Estrangeiro no Brasil», «A Codificação do Direito Internacional Privado», «A Criação da Ordem dos Advogados Brasileiros», «A Renovação do Direito Internacional Privado», «Em Torno do Problema da Nacionalidade...»

Não menos substanciosos os Pareceres de Rodrigo Octávio como consultor-geral da República.

Jamais deixou à margem seu entusiasmo, a que podemos chamar «carismático», pelo valor moral e social da advocacia. Certo que, à semelhança de Rui Barbosa, afirmaria consigo mesmo: advogado, «considero-me obrigado a honrar a minha profissão como um órgão subsidiário da Justiça, como um instrumento espontâneo das grandes reivindicações do direito, quando os atentados contra ele ferirem diretamente, através do indivíduo, os interesses gerais da coletividade.»

Senhores: atingindo fama internacional; figurando entre os mais conspícuos integrantes e fundadores da Academia Brasileira de Letras; enobrecendo a máxima do mestre da «República», de que «a toga do ministro do Supremo Tribunal Federal é mais alta que a coroa dos reis e tão pura quanto a coroa dos santos», Rodrigo Octávio realizou uma vida radiosa como brasileiro. Sim, de brasileiro que, iniciando o amor à Pátria e à Humanidade no amor à Família e à Sociedade, ampliou as fronteiras do próprio «eu» psíquico a este infinito que é o ideal da fraternidade universal.

De sua eleita sensibilidade apraz-me também lembrar a obra literária: poeta, contista, historiador, geógrafo, teatrólogo, ensaísta, legou-nos páginas de emoção e de beleza.

Poemas e idílios, Festas nacionais, A Balaiada, Águas passadas, Minhas memórias dos outros, Contos de ontem e de hoje, A Estrada...

Em tôdas essas obras há o sentido exato da arte de escrever, que é nobilitar a vida e a criatura humana. Dessa guisa, Rodrigo Octávio corroborava seu pensamento e ação de magistrado: a Justiça, tanto quanto a Arte, as Letras e a Ciência, devem tôdas concorrer para a confiança do individuo em si mesmo e no progresso da humanidade. Essa belíssima e soberba confiança estrutura o aperfeiçoamento da sociedade e, portanto, aprimora a família, alma da pátria.

Senhores: Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses viveu, materialmente, de 11 de outubro de 1866 a 28 de fevereiro de 1944 e espiritualmente viverá na memória e no coração de todos nós que o admiramos e o temos como exemplo perene.

Celebrando-lhe o centenário, como estamos fazendo, demonstramos que, bem o proclamou Castro Alves,

«Aos grandes, que tombam, é palácio o mausoléu!»

RODRIGO OCTAVIO (*)

BRASIL BANDECCHI

Ontem à tarde, ao chegar ao escritório, recebi o recado de que o Dr. Aureliano Leite desejava falar comigo. Imediatamente telefonei para a sala da presidência dêste Instituto e informaram-me que o presidente já havia saído.

A noite, telefonarei para sua residência, pensei comigo.

Não fôra o Dr. Aureliano um paulista restituído e que aqui apurou a qualidade de mineiro esperto e inteligente e eu, à noite lhe telefonaria. Não lhe telefonei porque mal chegava à minha casa, minha filha Cláudia deu-me o recado:

— O Dr. Aureliano Leite mandou dizer-lhe que, amanhã, o Instituto prestará uma homenagem a Rodrigo Octávio, comemorando o centenário do seu nascimento. Lembrou que Rodrigo Octávio foi um grande jurista e sendo você bacharel e membro da Comissão de História do Direito, deverá pronunciar o discurso em nome do sodalício. Entendeu, papai?

A pergunta final tinha razão de ser. Ainda estava ouvindo o convite e já me reportava numa rapidez que só as boas recordações imprimem, ao ano de 1933. Meu pai — Floresto Bandecchi — que estudara no princípio dêste século, educado num ginásio, o famoso Ginásio do Carmo, que timbrava em ensinar humanidades no mais amplo sentido que a êstes estudos se pode dar, amava sua profissão de advogado (colou grau, em 1914, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco) e amava os livros. Em 1933, entre as obras que vieram enriquecer sua biblioteca, da

(*) Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

qual herdei parte, estava o *Dicionário de Direito Internacional Privado* de Rodrigo Octávio, editado naquele ano, pela Briguiet. Ao abrir o livro, li as palavras com que o autor homenageava Pimenta Bueno, nem sempre suficientemente lembrado, mas nunca esquecido pelos que amam o nosso passado e cultuam a memória dos nossos maiores. Na 5ª página do livro estava escrito, comovedoramente: «A glória do ilustre filho de São Paulo, José Antônio Pimenta Bueno, que, numa clara visão do futuro, compôs e publicou em 1863 um tratado de Direito Internacional Privado.»

Com esta dedicatória, Rodrigo Octávio escrevia, em poucas palavras, uma memorável página da história do nosso direito:

«... numa clara visão do futuro, compôs e publicou, em 1863, um tratado de Direito Internacional Privado...»

Esta «clara visão do futuro» não é uma frase de efeito, mas é a colocação exata de Pimenta Bueno, não na história do direito brasileiro, mas no processo evolutivo do direito universal, pois se trata de um livro que é a «primeira obra sistemática nas Américas» deste ramo das ciências jurídicas, no dizer do Professor Haroldo Valladão.

Quando vi o *Dicionário* de Rodrigo Octávio, eu tinha 15 anos de idade e meu pai que sabia que «não fazem mal as musas aos doutores», foi a uma estante que conservo comigo e dela retirou este pequeno livro de versos e me disse: «Comece a conhecer Rodrigo Octávio por aqui.»

Pampas, o nome da obra. Editada em 1886. Completa, portanto, este ano 80 anos, de idade, exatamente no centenário do autor, que a publicou quando tinha 20 e a escreveu entre os 18 e 19 anos. Apareceu quando o poeta se formava pela Faculdade de Direito de São Paulo.

No dia 22 de abril de 1955, Rodrigo Octávio Filho, cuja presença honra esta sessão solene, pronunciou no Instituto dos Advogados, notável palestra sobre Vicente de Carvalho.

«Em estudante — dizia — e depois de formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1886, onde foi colega de Rodrigo Octávio, sendo ambos da mesma idade, pois nasceram um em Santos e outro em Campinas no ano de 1866...»

Rodrigo Octávio nasceu em Campinas, no dia 11 de outubro. Quando contava 5 anos de idade, seus pais transferiram residência para o Rio de Janeiro, onde o escritor fixaria domicílio, embora

tivesse que viajar muito, primeiro, acompanhando o pai, homem público, e, depois, em virtude de nobilitantes funções que viria a desempenhar, sempre com elevado destaque, sempre honrando a cultura brasileira, o que quer dizer, honrando o Brasil. Perdoai-me se não enumero, aqui, os cargos que Rodrigo Octávio ocupou, desde secretário da Presidência da República no governo do íntegro Prudente de Moraes, este caboclo filho de tropeiro e tropeiro também, que com tanta dignidade e patriotismo deu sentido civil à república militar que amanhecia, desde de secretário da Presidência — dizia eu — até as mais belas representações diplomáticas nas mais memoráveis conferências internacionais dos últimos tempos. Foi advogado. Foi professor de direito. Foi magistrado. Foi diplomata. Foi membro da Academia Brasileira de Letras. Foi tanta coisa.

Mas foi, acima de tudo, poeta. Um poeta que, possivelmente, um dia deixou de escrever versos, que, na sua vasta bibliografia, a obra do jurista esmaga. É enorme. E os versos são tão poucos. Os versos, a poesia não.

Acadêmico, dividiu os estudos entre duas faculdades do país: Recife e São Paulo. Naquela, os iniciou quando a grande voz de Tobias Barreto ainda se fazia ouvir e não tinham ainda serenados os aplausos do célebre concurso de 1882, que arrebatou a mocidade estudiosa. Fêz-se amigo de Martins Júnior, o primeiro grande historiador do nosso direito, cujo centenário de nascimento esta casa comemorou pela palavra do orador que ocupa a tribuna. Martins Júnior tão prematuramente desaparecido, era seis anos mais velho que Rodrigo Octávio. Quando se conheceram, devia ter uns 23 anos. Era aquêle espírito brilhante, de que nos fala Clóvis Beviláqua, da mesma geração.

Martins Júnior começou poetando à moda da época, lembrando muito Guerra Junqueiro. Rodrigo Octávio não era um romântico. Já era um moderno, sem o arrebatamento do poeta português que nos deu os versos violentos da *Velhice do Padre Eterno* ao mesmo tempo que escreveu os suavíssimos versos de *Os Simples*.

Clama Guerra Junqueiro:

Há muito que fazer, muito que destruir.
trabalhai, trabalhai nas forjas do porvir,
mineiros do futuro, artistas da verdade.

Vejamos estes versos delicados que Rodrigo Octávio dedicou a Martins Júnior:

Em meio da planície, eleva-se um outeiro,
um outeiro elegante em cujo cimo vê-se
as ruínas de um velho e tosco pardieiro,
onde habita a coruja e onde o cardo floresce.

Dardeja a prumo o sol os raios e o castelo,
êsse mole de pedra enorme, que se fende,
não se quer despertar do eterno pesadelo,
que séculos já dura, a que o silêncio o prende.

Em cada capitel, em cada ogiva, em cada
nicho, as aves da noite adormecem de dia;
e voam tôda a noite em negra revoada,
e voltam quando a aurora os ares alumia.
Os povos do lugar submissos acreditam
que quando a treva densa escurece os espaços,
acordam no castelo umas bruxas que gritam,
erguendo para o ar emagrecidos braços.

E todos com terror descobrem-se passando,
ou fazem o sinal da cruz quando lá passam,
que os espiritos maus em bando esvoaçam
e penetram no corpo, o corpo aniquilando.

Entretanto o silêncio envolve essa deserta
mansão onde repousa o velho pardieiro
e só de quando em quando um mocho que desperta
nos ares solta um grito, estridulo, agoureiro.

O que se nota no livro de Rodrigo Octávio é a presença da família e dos amigos. *Pâmpanos*, dedica-o à genitora, com estas palavras: «A minha Mãe.» Se seu pai estivesse vivo, escreveria: «A meus Pais», — não há dúvida nenhuma.

No dia 11 de maio, entretanto, escreve um soneto dedicado a seus irmãos. E fala do pai. É o dia do aniversário daquele que lhe dera o ser.

O dia dos seus anos! Que saudade
traz-me êsse dia outrora tão festivo,
quanta tristeza traz-me o ardente e vivo
raio de sol que espanca a escuridade!

Nessa vida monótona que eu vivo
quanta recordação minha alma invade,
dêsse tempo feliz da tenra idade
quando eu não era dessa dor cativo.

TRANSCRIÇÕES

Nós íamos felizes e risonhos
no leito despertá-lo dos seus sonhos
de doce paz, de amor e de ventura.

Mas tudo acaba... e tristes e chorosos
vamos, meu pai, à tua sepultura
à sombra dos salgueiros lutuosos.

A João Ribeiro dedica *Crepúsculos no Mar*: à tia Isabel Gad, *Alta Noite*. E pelas dedicatórias desfila o rol de suas afeições.

Suas Memórias não são suas, são dos outros. Nesta obra ele reuniu os espíritos mais notáveis do seu tempo e contou-nos os fatos mais importantes da sua época. É a crônica que abrange um dos mais brilhantes momentos da intelectualidade pátria. Um conviver com nomes como Capistrano, Bilac, Raul Pompéia, Machado de Assis, Artur Azevedo, João Ribeiro, Coelho Neto...

Em 1892 fundam o Clube Rabelais. E com isto, Sr. Rodrigo Octávio Filho, revelou o ano do seu nascimento. O ano e o dia. O clube não tinha estatutos e tinha uma única finalidade: reunir os amigos em lautos almoços, uma vez por mês. Seu pai, Senhor Rodrigo Octávio Filho, que era um dos mais entusiastas dessas reuniões não pôde comparecer ao encontro, que foi na casa de Artur Azevedo, no dia 9 de dezembro, repetirei o ano, de 1892, porque o seu lar se enriquecia com o nascimento do primeiro filho varão. E aos amigos enviou este soneto:

No rabelaisiano convescote
não me é possível hoje tomar parte,
que eu, que já tinha em casa uma mascote,
hoje sou pai de um pequenino Marte.

Não é preciso mais comunicar-te.
Fico em casa a brincar com o pequenote,
enquanto a loura irmã, com graça e arte,
num cabo de vassoura corre a trote.

Transmito a nova aos nossos companheiros,
e se alguém se lembrar disso ao champanhê,
sejam homens de espírito os primeiros

a desejar à nova criatura
que uma fada sadia, altiva e pura,
neste mundo de prantos o acompanhe.

Por essa razão que eu disse que foi, acima de tudo, um poeta. Ninguém deixa de ser poeta. O poeta é.

E quando, nas comemorações do centenário do nascimento de Rodrigo Octávio, as vozes mais autorizadas de nossa terra destacam o jurista, o magistrado, o diplomata, o memorialista, o historiador, preferi falar do poeta. Do poeta que pode ser descoberto em toda a sua obra, onde há clareza e elegância no dizer. Humberto de Campos o define muito bem: «A literatura forense, em que se tornou ilustre, fê-lo, em parte, um romano, senhor da força e, em parte, um grego, mestre da elegância.»

Este discurso, que escrevi ontem à noite, não foi improvisado. Ele começou em 1933, quando meu saudoso pai, um dia, retirando da estante este pequeno livro, me disse:

— Comece por aqui...

RODRIGO OCTAVIO — O HOMEM PÚBLICO E O POETA (*)

ALFREDO CUMPLIDO DE SANT'ANA

Para comemorarmos o centenário do nascimento de Rodrigo Octávio de Langgaard Menezes, uma das mais fascinantes figuras do cenário intelectual do país, decidi eu então ilustre presidente desta Federação das Academias de Letras do Brasil cometer-me a responsabilidade de, numa conferência, exaltar-lhe a vida e a obra. Melhor, fôra, sem dúvida, que a outro membro da instituição deferisse a empreza, a fim de que o louvor ficasse à altura do louvado e não afeasse o desvalimento da moldura a grandeza do vulto emoldurado. Ainda que assim sinceramente pensasse, aceitei com prazer a tarefa. E não se me há de censurar, por certo, o timbre de vaidade que define, de minha parte, a aceitação do encargo, desde que me não era recomendável desaproveitar a oportunidade singular que se me antolhava de, como magistrado fluminense, prestar ao insigne varão a homenagem de que, também do Estado do Rio de Janeiro, se fizera êle bem titulado credor. Dentro de alguns instantes compreendereis a razão desta afirmativa, e, então, por tudo, haveis de relevar-me o sofrimento que representa o fato de ouvir-me.

Rodrigo Octávio, que abriu os olhos à luz na cidade de Campinas em 1866, precisamente aos 11 de outubro, desde 1886, quando se formou bacharel em ciências jurídicas e sociais pela antiga Faculdade de Direito do largo de São Francisco, de tão belas tradições na vida boêmia e literária da província de São Paulo, e publicou, em volume, seus primeiros versos aqui nesta cidade, sob o título de *Pâmpanos*, nunca mais deixaria de projetar os espelhanes reflexos do seu talento onde quer que aparecesse.

(*) Conferência realizada no Pen Clube a 7 de outubro de 1966, por iniciativa da Federação das Academias de Letras do Brasil.

e de ilustrar as bibliotecas públicas e particulares com o esplêndido acervo de suas obras literárias, históricas, jurídicas e de cunho jurisprudencial.

Sua vida foi uma luminosa linha reta traçada entre dois pontos semelhantes. Apenas vencido curto estágio como representante do Ministério Público na longínqua e solitária comarca de Santa Bárbara, em Minas Gerais, seria o pósto de juiz o marco inicial do seu itinerário de jurista a serviço da Pátria, como d'ele haveria de ser a pedra miliária o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Assim, por nomeação decretada a 27 de outubro de 1888, exerceu a judicatura Municipal e de Órfãos no Termo de Iguazu, na então província do Rio de Janeiro, passando, dois meses após, a desempenhá-la como juiz substituto da comarca. Já, porém, a 22 de novembro, apenas alvorecendo o regime republicano, seria, pela mão impoluta de Campos Sales, ministro da Justiça do Governo Provisório, transferido para a comarca de Paraíba do Sul, no cumprimento dos mesmos nobilitantes encargos.

A fama de seus altos merecimentos, todavia, tanto e tão rapidamente se irradiaria que, a 12 de dezembro de 1890, era o recém-constituído Estado do Rio de Janeiro privado da colaboração que dava ao seu Poder Judiciário por chamado a prestá-la, valiosa, ao Distrito Federal, como seu procurador seccional.

O Ministério Público da União, à sua vez, deveria também perder a participação de seu eminentíssimo membro, porque outro insigne paulista, Prudente de Moraes, no exercício da alta dignidade de Presidente da República, o convocaria à Secretaria do seu Governo por via de decreto datado de 15 de dezembro de 1894. Rodrigo Octávio, entretanto, ostentando já as insígnias doutorais de professor de Direito, despojar-se-ia da honrosa missão aos 23 de junho de 1896, para dedicar-se às atividades profissionais de advogado até 1928, e, concomitantemente, às de Consultor Geral da República, que mais tarde, em 1911, lhe foram confiadas.

Elevado Eptácio Pessoa à suprema magistratura da Nação após o término da Primeira Grande Guerra, convocá-lo-ia ao seu Ministério no cargo de sub-secretário das Relações Exteriores, que ocuparia de 3 de março de 1920 até 28 de fevereiro de 1921.

Washington Luís fá-lo-ia sucessor de Heitor de Sousa no Supremo Tribunal Federal, cuja toga de ministro despiria, vo-

luntariamente, a 7 de fevereiro de 1934, deixando na mais alta corte judiciária do país o belo nome com que deu autoridade de lei aos seus magníficos e luminosos arestos.

Esse o *curriculum vitae* de Rodrigo Octávio no âmbito estritamente nacional. No setor das suas atividades como internacionalista de prol, destaquem-se as de secretário da Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, em 1906; as de secretário da Segunda Conferência da Paz, reunida na Haia, sob a chefia de Rui Barbosa, em 1907; as de delegado plenipotenciário às Conferências de Bruxelas para o Direito Marítimo, em 1908 e 1913; as de delegado plenipotenciário às Conferências da Haia para o Direito Cambial, em 1909 e 1912, e à Conferência Científica Pan-Americana de Washington, em 1915; as de membro fundador do Instituto Americano de Direito Internacional de Washington, em 1916; as de Consultor Jurídico e, depois, delegado plenipotenciário à Conferência da Paz reunida em Paris em 1919, sendo, em decorrência disso, signatário do Tratado de Versailles. Nesse mesmo ano, foi membro fundador da Union Juridique Internationale, de Paris; delegado do Brasil e chefe da delegação à Primeira Assembléia da Liga das Nações, como sub-secretário das Relações Exteriores, subscrevendo, nessa qualidade, o Tratado que criou a Corte de Justiça Internacional, em 1920, quando foi eleito vice-presidente da dita Liga, sediada em Genebra; membro da Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos, reunida nesta cidade em 1927, sendo o presidente da Seção de Direito Internacional Privado.

Rodrigo Octávio foi doutor *honoris causa* das Universidades do México, La Plata, Buenos Aires, Lima, Arequipa e Havana. Estavam patenteados pela concessão de tão honrosas lãureas o valor intelectual, a cultura onimoda do mestre insigne, a cintilância do seu espírito, títulos que o haviam de recomendar ao uso da tribuna conferencial nas Universidades de Paris, de Roma, de Varsóvia e Montevidéu, como na Academia de Direito Internacional da Haia, onde com proficiência discorreria sobre o tema *Os Selvagens Americanos perante o Direito*.

O alto conceito de que gozava o jurista pátrio nos meios internacionais haveria de inspirar os interessados na solução pacífica de delicados dissídios políticos a escolherem-no para o desempenho da difícil magistratura arbitral nos Tribunais Internacionais de Reclamações entre o México e os Estados Unidos, o México

e a França, o México e a Alemanha, e para membro das Comissões Arbitrais Permanentes entre o Chile e a Suécia, a Itália e o Chile, a Itália e a Colômbia. Mas não só das esferas magistráticas participava Rodrigo Octávio, que centros de atividades especializadas o chamaram a prestigiar-lhes e a justificar-lhes o renome. Assim, foi membro do Instituto de Direito Internacional, do Instituto dos Advogados de Lisboa, do de Buenos Aires, do de Havana, na classe de honorário, membro estrangeiro do Office de Législation Étrangère et de Droit International du Ministère de Justice de France, membro da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia de Letras da Argentina, do Corpo Consultivo da Academia de Ciências Políticas e Sociais de Filadélfia, sendo ainda, em nossa pátria, membro do Instituto e da Ordem dos Advogados, da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, da Academia Brasileira, do Instituto Argentino-Brasileiro, da Sociedade Kosciusko, membro e grande benemérito e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico, membro da Comissão Permanente para a Codificação do Direito Internacional, da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual e do Instituto Americano de Direito Internacional.

A só enumeração das comissões de natureza internacional desempenhadas pelo nosso eminente patricio, e a de suas obras, bastaria para assegurar-me o uso da tribuna horas a fio, tanto pela longa teoria de seus títulos como pelo conteúdo de cada uma, tanto ainda porque me não seria bastante apenas mencioná-las. Cada missão, cada obra, cada página, estaria por certo a exigir-me um comentário, uma anotação crítica, a fim de que, com dignidade e exatidão, desse eu cabal desempenho à honrosa incumbência que me foi cometida.

Durante trinta anos, de 1906 a 1936, esteve Rodrigo Octávio sempre de malas feitas para ir à Haia, à Bruxelas, à Washington, à Paris, à Cuba, à Polónia, à Itália, à Argentina, à Suécia, à Colômbia, quando não pessoalmente ao menos pelo espírito, eis que tinha o hábito de viajar o vasto mundo colorido da sua biblioteca, que, no mistério da noite e para encanto dos meus olhos de adolescente, se mostrava, marcado pela luz de uma lâmpada, girando entre as folhagens que decoravam o chulé apalacetado da rua das Palmeiras, onde vivia a sua vida de jurista e de esteta o homem que, para gáudio meu, conheci pessoalmente e respeitosa e admiravelmente.

Neste ano centenário da sua glória, tem sido a personalidade de Rodrigo Octávio apreciada e louvada em quantas variadas facetas se apresentava. Mas, destas, uma foi objeto apenas de incidentes referências, e não focalizada como merecia pelo que tem de belo e pelo que representa de importante na sua vida e no painel da história literária do Brasil. Refiro-me ao poeta que foi Rodrigo Octávio. Poeta, sim, que este foi, de certo, o título que mais assiduamente perseguiu durante toda sua longa e movimentada existência. Poeta na adolescência; poeta na mocidade; poeta na idade provecta; poeta em meio das alegrias experimentadas; poeta nos momentos de amargura a que o não poupou o destino, porque a ninguém poupa, e que nem mesmo aos deuses escusou concedendo-lhes a graça de poderem evitar as sombras, ainda que vagas, da melancolia, e a aflição profunda de uma dor profunda.

Se é verdade que a lembrança de uma época, que não conheceu, teria influenciado em Rodrigo Octávio para fazê-lo poeta, tal isso mesmo apontou o filho eminente ao sucedê-lo na Academia Brasileira, pois que ao ingressar na Faculdade de Direito deixara a cidade de São Paulo — émula da de Recife e graciosa réplica da de Coimbra — de ser aquela cidade estouvada e boêmia doutros tempos, menos exato não é que o autor de *Pâmpanos* trazia na alma, desde a meninice, o germe da divina doença, da doença de que nunca, jamais, se haveria de curar. Da leitura de *Minhas memórias dos outros* é essa a informação que se colhe, quando faz sentir que a Paulicéia de então não se apresentava já como aquela em que os estudantes dominavam por inteiro o ambiente. Não porque lessem pouco Platão e lessem muito Cervantes, mas porque o progresso, transformando o meio, fez que fôssem eles, a pouco e pouco, confinados nas suas moradas, das quais apenas saíam para o circuito sentimental das serenatas, ou para as noitadas de uma boêmia discreta.

O que agradava a Rodrigo Octávio era estar sempre na companhia dos que se davam ao prazer de poetizar. Ele tinha, a princípio, um certo pudor de aparecer como poeta. E tem algo de pitoresco a confissão que nos faz de que somente por acaso havia Dias da Rocha de descobrir que o era. Amigos eram já os dois, mas só quando voltara Dias da Rocha de «umas extravagâncias boêmias» foi que o surpreendeu bebendo o mel sagrado da poesia no recolhimento, povoado de sonhos, de seu quarto, na

«república» estudantil. E bastou que assim se desse a descoberta para que, daí por diante, mais e mais se apertassem os laços da amizade que os uniu, sem variações, até a morte do indiscreto descobridor, nos silêncios bucólicos de Paraíba do Sul. Realmente, Dias da Rocha, Joaquim Dias da Rocha Filho, libertou-se das angústias da terra aos 33 anos, minado pelo mal de peito, que talvez já não mais considerasse necessário à perfeita definição de uma personalidade poética, como era de tom sob a influência do romantismo. E era tão importante para ser poeta ser também doente da triste doença, que Rodrigo Octávio admitiu que lhe não faria mal algum dela sofrer também. Assim é que ele nos diz, na linguagem graciosa do cronista cintilante que também foi, em *Coração aberto*:

Os meus livros eram os de Alvares de Azevedo e Henri Murger. e eu, romântico militante, revoltava-me com a exuberância com que o bom sangue dinamarquês irradiava, vivo e sadio, no meu rosto adolescente...

Por mais que me excedesse nas extravagâncias da boemia (a palavra está grifada como para demonstrar que essa era a prosódia corrente), a sugestiva palidez, as olheiras arroxeadas, denunciadoras das vigílias e dos sacrifícios pelo ideal inatingido, tardavam em ostentar nas minhas faces a suspirada devastação da minha saúde. Versos já os fazia, que João de Deus achava ótimos, e que, para cúmulo do meu desvairamento, recitava alta noite, com ênfase e voz adocicada, às estrelas indiferentes. Isso para mim já era a glória.

Só me faltava a tuberculose, para, na flor dos anos e cheio de esperanças, vir roubar-me à família e à arte...

E para completar esse quadro de quase alucinação, eu me apaixonei por uma vizinha, loura como uma virgem do Reno, bela como uma criação do ópio... Nem lhe faltava um lindo nome: chama-se Raquel.

Tal Rodrigo Octávio, também éramos assim absurdos, nós, os simbolistas, em 1915! Não tanto é certo, que já a tuberculose passara de época como aspiração maior. Contudo ia bem, e muito bem, à nossa excentricidade, um cálice de absinto e uma incursão pelo beco dos Ferreiros...

O beco dos Ferreiros! Isso, porém, é outro capítulo...

Mas conquanto Rodrigo Octávio assim, ele mesmo, se perfilasse, não é uma alma doente a que se vislumbra nos versos de *Pâmpanos*, que publicou em 1886, aos vinte anos de idade. Ao contrário. E já o título do livro disso nos dá segurança, que *Pâmpano* é haste de vinha coberta de fôlhas, e as parras são o

símbolo da alegria. Do que de *Pâmpanos* se pode destacar verifica-se que a alegria do poeta não é a escandalosa alegria, a que se expande em risos e palmas, se não a que se aninha no íntimo do ser, traduzindo a conquista de um ideal ansiosamente buscado.

Apesar da idade com que trouxe *Pâmpanos* à luz da publicidade, nêle aparece o poeta como nitida expressão de um artista. Mas artista real e consciente da missão que devia desempenhar no momento literário em que surgia.

Rodrigo Octávio era um temperamento sensível, o que não impedia que fôsse também um autêntico parnasiano. Bem é, no entanto, que se diga que uma coisa não investe contra a outra. Basta que atentemos que parnasianos são todos quantos, prezando a arte, a dignificam, dignificando a lingua que lhes serve de matéria prima. A perfeição da forma não é coisa que se despreze, desde que, na feitura do verso, não se lhe tire aquêlê toque que lhe há de emprestar um significado de emoção.

O poeta de *Pâmpanos* tinha disso plena consciência, e para corrigir os males da forma impecável em que vestia seus poemas usava com freqüência e grande habilidade o *enjambement* que era um meio de amenizar a secura e a impassibilidade do verso, eis que o recurso tornava-o fluído, aéreo, flexível, tal a asa de um pássaro, sólto no ar, ou a sutil esgarçadura de uma nuvem.

Cláudio Ganns, a quem um desalentador esquecimento envolveu desapiedadamente, dando-nos a martirizante certeza de que a morte é uma triste realidade, escrevendo certa vez uma página de critica, teve-se por bem avisado apigrafá-la de «critica admirativa.»

Prudente advertência!

A melhor maneira de fazer-se critica é imprimir-lhe o mais exato sentido de justiça. E porque se pode ser justo ao mesmo tempo proclamando real admiração pela obra que nos legou Rodrigo Octávio, como poeta, faço-o aqui sem deferir-lhe favor. Se é indiscutível que algumas vêzes encontramos em seus versos traços de uma ingenuidade que lhes tira uma maior grandeza, não merece por isso culpado o poeta, mas o momento que vive-mos e que, dolorosamente, destruiu em nosso coração a graça e a macieza da bondade.

O envelhecimento da escola romântica, dando azo ao surgimento do chamado parnasianismo, fêz que muitas expressões, e até certas palavras, fôsem repudiadas, abolidas totalmente de

uso, por trazerem a marca de censurável simplicidade a comprometer a elegância do estilo, a aristocracia da frase e do verso. Vale exemplificar: os diminutivos, como *florzinha*, *florita*, *criancinha*; os adjetivos *purpurino*, *mimoso*, tanto no masculino como no feminino; os substantivos *bonina*, *trovador*, *colibri*, etc. etc. Uma seqüência interminável de vocábulos, enfim. Mas por que privar o idioma de termos que lhe são próprios?

Rodrigo Octávio, tanto porque muito moço ainda, como porque era um poeta daquela época fortemente influenciado pelo romantismo, o mais exagerado, não se eximiu ao uso de expressões que os poetas parnasianos e, posteriormente, os simbolistas puseram-se a repudiar com estrépito, com retumbante estardalhaço. Note-se, porém, como as empregava com propriedade, oportunamente, e com infinita graça, tal se vê nesse

DIA DE SOL

Brilha o sol e com ele na campina
Fulge a estação da seiva luxuriante;
Reluz em cada pétala um brilhante
Formado pela névoa matutina.

Cheira a violeta ao lado da bonina;
Aqui a margarida, e mais adiante

Dos colibris o bando saltitante,
A borboleta azul e a purpurina.

E enquanto as andorinhas voltejando
Vão pelo espaço e, prófugas, em bando
Buscam a esguia flexa de uma igreja,

Das crianças o bando se mistura
Ao som agreste e rudo que murmura
Um rio que espumante rumoreja.

É realmente uma fina miniatura, um colorido esmalte, uma pequenina e luminosa jóia. Dir-se-á, alguma coisa que, lembrando os *Cromos*, de B. Lopes, situa Rodrigo Octávio entre os melhores poetas impressionistas. Mas aqui não se enfraquece o poder do fixador de paisagens, do poeta-pintor, que como as telas de um tal gênero de arte aprecia as páginas cintilantes de *Pâmpanos*.

Parece-me, que no momento em que só de Rodrigo Octávio devo ocupar-me, o que de melhor tenho a fazer para exaltar-lhe a obra e a individualidade é trazê-lo de corpo inteiro a esta sala,

TRANSCRIÇÕES

a fim de que o admiremos no que de excelente nos ofereceu. Assim, ainda como iluminador da vida, como paisagista, é que o vamos ver no soneto titulado.

NAS MARGENS DO PARAIBA

Que esplêndida paisagem: sonolento
Deslisa o Paraíba tremulante:
Um manto azul sem fim, o firmamento,
A terra, um grande vale deslumbrante.

Os pássaros em bando a cada instante
Curveteiam, nas árvores o vento
Brinca, e tudo parece a triunfante
Incarnação de alegre pensamento.

E enquanto a natureza regorgita
Em festas e da abóbada infinita
Como límpida fonte jorra a luz,

Ao sol abrasador do meio-dia
Vai descendo arquejante a serra
A fila dos escravos semi-nus.

A par da paisagem, descrita com esmero, a nota humana e pesarosa não faltou para definir um sentimento de dor, e um ideal que era uma constante na alma moça da época, porque tôda ela ardia pela libertação de uma raça. Rodrigo Octávio não foi indiferente a êsse movimento, apenas não tinha o que se pode chamar uma vontade a serviço de uma causa. Pode também ser que, no turbilhão dos seus sonhos, a aspiração fôsse uma simples aspiração a que faltava o nervo da iniciativa. Sua poesia não tinha nenhum cunho social. Rodrigo Octávio era um romântico no sentido meramente sentimental do vocábulo. Nada mais. Por isso vale apresentá-lo agora nessa feição através do belo soneto intitulado

MAGNUS DOLOR

Nunca do inverno a horrenda esfuiada
Turbara o azul daquela primavera;
Nos braços de oiro de ideal quimera
Deslisava-lhe a vida perfumada.

Ô jamais uma lágrima correrá
Pelo cetim da face delicada,
Nem uma dor, nem um desgosto, nada
Seu terno coração nunca ofenderá.

Mas de repente foi-se-lhe a alegria
E à proporção que o tempo ia passando,
Ia aumentando-lhe a melancolia.

Dizem que aquela formosura rara
Em sua trança de ébano brilhando
Um fio branco de cabelo achara.

Se manda a justiça que se diga ser *Pâmpanos* uma tentativa brilhante, uma estréia promissora, que levara até Machado de Assis e Lúcio de Mendonça a proclamarem ambos que apontava o aparecimento de um vero poeta, impõe-se ao crítico imparcial o dever de afirmar que *Poemas e idílios*, editado no ano seguinte, em 1887, é melhor definição de uma arte, que, em outros livros futuros, se há de perceber iluminada por lampejos mais vivos e claros.

O que nas folhas dêsse livro mais assiduamente se pode encontrar é a alma, que, em tórno dela, estabeleceu a poesia um halo de ternura, uma enfiada grinalda de afetos. *Poemas e idílios* é, em verdade, todo um coração animado de amores, amores irreais talvez. Melhor dito: amores sonhados ou desejados. Nêle, Rodrigo Octávio é o poeta lírico por excelência, um ameno intérprete de sentimentos. Dir-se-á mesmo, um poeta abstrato, aqui usada a expressão em sentido diverso daquele que lhe emprestam os modernistas, porque o que quero afirmar é que sua poesia, nesse livro de mocidade, é mais o resultado de um devaneio, de uma fantasia, de uma imaginação criadora, de um esvoaçar do espirito, voltada apenas para o irreal e para o belo.

Fundado no que nos diz Rodrigo Octávio em *Coração aberto*, talvez o vulto de uma Raquel imaginária passe e perpasso apenas como um motivo de arte nos versos de seu *Poemas e idílios*, dado que, no momento, nada mais que visões, o que era imaginado, o que era quimérico, povoava-lhe a vida e representava para êle alguma coisa de apetecido.

Se todo poeta fôr tido como o que se confessa em cada verso, em cada poema, qual o que pode ser crido como sincero, se a cada instante se desnuda aos olhos de quem o lê, mostrando, não uma alma, senão um mosaico colorido e variado de almas?

Rodrigo Octávio, como poeta, não havia de ser diferente dos demais que há neste mundo de Deus. Não havia de ser, assim, o único a dar-se por inteiro, deixando-se envolver, imprudente-

TRANSCRIÇÕES

mente, na tessitura rítmica de seus versos. Não. Vale, entretanto, que vos diga que, apesar de isso me ouvirdes, não vos estou dando azo a que me tenhais como lhe negando a virtude da sinceridade, que Rodrigo Octávio era, como de todos sabido, sincero com sua arte, com sua poesia, porque sincero consigo mesmo.

Nos sonetos que vos declamarei agora, subordinados ambos ao título único de *Lira Azul*, não julgueis encontrar a sombra de uma determinada mulher, mas, assim o creio, um símbolo do que êle tinha como definição de um amor superior e perfeito. Talvez seja isso engano meu. Mas na idade em que o poeta escreveu os versos de seu *Poemas e idílios*, todos os amores são apenas um sonho, uma aspiração, um desejo vago, algo que é sentido porém não precisamente determinado.

LIRA AZUL

I

Flor das flôres, formosa entre as formosas,
Luz dos meus olhos, luz da minha vida,
Enches minha alma, tenebrosa ermida,
Do perfume selvático das rosas!

Tuas langues pupilas luminosas
Curam-me a dôr, se tenho a alma ferida,
E a tua voz me é como a voz perdida
De uma ave, pelas selvas silenciosas.

Musa do meu amor, minha camêna,
Dê-m-me teus olhos, todo o sempre, o alívio
Das minhas mágoas, dê-m-me a paz terrena!

Inspira-me, que é teu todo o meu canto,
E guarda-o bem no teu regaço nívoo,
Ó flor das flôres, ó meu doce encanto!

II

Louco de amores, êbrio de ventura,
Vivo agora depois que te conheço
E essa mágoa profunda que eu padeço
Fugiu, como fugiu-me a sorte escura.

Dentro em minha alma o teu amor fulgura,
Como num cofre jóia de alto preço,
E essa paixão, mulher, que eu te mereço,
Da minha vida é a página mais pura.

Minha fronte uma aurora eternamente
Envolve, e eternamente eu tenho ao lado
Teu belo vulto pálido e inocente.

Feliz quem tem na terra um peito amado,
Feliz que na alma o doce afeto sente,
O minha estrêla! ó venturoso fado!

Se, como vo-lo disse, era o amor, na mocidade do poeta, coisa imprecisa, tela em debuxo mais que realizada, vale que isso vos prove, buscando em seu *Poemas e idílios* a informação de que não havia mulher viva em seu coração, mas tão somente amor imaginado, fantasia da alma, flor apenas brotada dessa fantasia. E fale pelos meus lábios êle mesmo, que esta tarde é de glória e de ressurreição.

Ouvi-o, pois, nos catorze cintilantes versos do soneto *Morto Amor*, e logo vereis que um amor, tal o cantado em *Lira Azul*, se real e profundo, tão rápido assim não se findaria sem levar o desalento àquele que o sentiu.

MORTO AMOR

Vê-la era encher minha alma de alegria,
Inundá-la de luzes e de festas;
Era apagar da minha vida as mortas
Horas terríveis de melancolia.

Vê-la, era achar-me em meio das florestas,
Livre e feliz, — que louca fantasia! —
Dos pássaros ouvindo a sinfonia
Coberto o chão de rosas e de giestas.

Vê-la, era ver o sol, a primavera,
Brilhando em prismas rutilantes; era
Sentir a vida envolta em doce calma.

Mas, hoje ao vê-la, vem-me à idéa a luz...
O morto amor, a imagem que flutua
Entre as trevas da noite de minha alma.

Como vêdes, o amor, aqui, é mais um verso que um sentimento.

Rodrigo Octávio, entretanto, de sempre ser o artista de olhos voltados para a natureza, para o meio circulante em que pudesse colher uma impressão de beleza. Havia momentos que faziam dêle, que era confessadamente um contemplativo, quase um artista plástico. Mais precisamente: um poeta pintor. E, então, adquiria seu verso o esplendor luminoso e a graça de um quadro em que as côres se combinavam tão surpreendentemente que quem o saiba ler e sentir terá a impressão de que, diante dos olhos, se reflete, num milagre de luz, o ambiente por êle imaginado, ou fixado *d'après nature*.

TRANSCRIÇÕES

Aqui está o soneto *Calmaria*, justificando plenamente o comentário feito há pouco:

Profunda calma de derredor, em cima,
No alto, no céu profunda calma, em tórno
Cantam as ondas docemente, morno
O ar pesa como em africano clima.

Não tange o vento a costumada rima.
No cordame dos mastros, como adórno
Inútil, velas pendem, e o contórno
Brilha das serras que o luar encima.

Próxima a terra: os coqueirais esguios,
Como espectros imóveis e sombrios,
Vestem a curvatura azul do pôrto.

Nem uma aragem corta o espaço mudo.
Sómente a luz pende sobre tudo
Como um parado olhar, sem brilho, morto.

Com que extraordinário sentimento de artista foi fixado este momento de calma! Tudo quanto se fazia necessário para suggestionar o espirito, por forma a fazê-lo compreender um tal estado de angústia da natureza, foi dito. Vêde como o poeta, parecendo ter entre os dedos um pincel, riscou com mestria aqueles mastros amarrados de cordames, onde as velas, pendentes, são um adórno inútil! e o contórno daquelas serras a que o toque do luar, que as encima, empresta relêvo! e a graça esquisita com que apresenta aquela curvatura azul do pôrto vestida pelos coqueirais esguios, semelhantes a espectros sombrios e imóveis! E notai, finalmente, como é impressionante aquela luz, que, negando-se como elemento de claridade intensa, se esgarça no ar e tem a vitrea expressão de um «parado olhar», de um olhar morto!

Notai que Rodrigo Octávio, à época do *Poemas e idílios*, já se apresentava como um artista seguro da sua arte. Não apenas um poeta, um versejador de mérito. Mas, sobretudo, um artista. E vale que se empreste bastante ênfase à expressão: um artista.

E *Poemas e idílios* assim prossegue, ora num ritmo grave, solene, austero, como o de uma sinfonia; dolente, às vêzes; outras, cheio de grandeza, de vivacidade e esplendor. Em algumas de suas páginas, todavia, o tom elogiaco predomina, e surge outra vez a alma, que desabrocha em versos mansos, leves e cantantes.

Envólto em tais compassos, nêle encontramos o soneto *Longe da China* que, como alguns outros do livro *Pâmpanos*, lembrando a graça lírica de Tan-Jo-Lu, poderia figurar nas páginas doiradas do *Cancioneiro Chinês*.

A poética de Rodrigo Octávio oferece aspectos vários, e essa variedade surpreende sempre, e sempre emociona.

Para mostrar-vos uma feição diferente da que vos tenho mostrado até agora, devo referir-me ao soneto com que se desculpu de ausente à reunião de um clube literário.

Não me seria possível digressionar, nos estreitos limites desta palestra, sobre as reuniões, os clubes e sociedades dêsse cunho que floresceram, tiveram esplendor e se extinguiram, e das quais Rodrigo Octávio foi sempre figura de relêvo, porque, conversa puxa conversa, me veria obrigado a focalizar quantos outros vultos nêles tomaram parte, emprestando a esta cidade o brilho de um grande centro intelectual. Um, porém, há de merecer releição especial, dado que, ocupando-me de Rodrigo Octávio como poeta, não poderia deixar de apresentá-lo numa feição bastante curiosa e definidora, ainda agora, de uma personalidade altamente emotiva.

Em agôsto de 1892, idealizado por Araripe Júnior, foi criado o *Clube Rabelais*, constituído por homens de letras e artistas. A instituição não lembraria outras que, do gênero, houvessem ou tivessem havido. A idéia que lhe deu origem passaria da Livraria Garnier, onde nasceu, para os restaurantes, ou outros sítios, e sempre se tornaria viva diante de um prato e da excelência colorida de um copo de vinho ou de uma taça de champanha.

Organizava o banquete um «Comissário», e em cada comida coletiva se escolheria o organizador da outra, no mês seguinte. Raul Pompéia, amigo fraternal de Rodrigo Octávio, e primoroso iluminador de um exemplar de *Pâmpanos* que Rodrigo Octávio Filho guarda como reliquia, foi o «Comissário» do primeiro dêsse jantares, e o fêz realizar em agôsto de 1892, no *Stadt München*, no antigo largo do Rocio, hoje praça Tiradentes, e que se localizava num prédio existente na esquina da travessa da Barreira, agora rua Silva Jardim.

Outros jantares se seguiram, mas, aqui, apenas merecem referidos o terceiro e o quinto: aquêl, porque organizado pelo «Comissário» Rodrigo Octávio, que o concebera com a aparência de um banquete chinês. Não quanto aos acepipes, é certo, mas

TRANSCRIÇÕES

pela decoração do ambiente, todo iluminado por lanternas coloridas, assim lá está informado em *Minhas memórias dos outros*.

Ao quinto banquete, realizado na casa de Artur Azevedo, no dia 9 de dezembro de 92, não compareceria Rodrigo Octávio, e isso havia de causar surpresa certamente, porque era assíduo e figura obrigatória a todos.

E por que a surpreendente ausência? Doente? Magoadado por alguma atitude de terceiro? Ocupações profissionais? Não, nada disso. Rodrigo Octávio vira, na véspera, precisamente no dia 8 daquele mês, dia da Conceição, sobrevoar-lhe a casa feliz, para enchê-la de alegrias novas, aquela penalta da lenda, trazendo dependurado no longo bico, em cêsto adornado dos simbólicos amaranthes de ouro, o menino Rodrigo Octávio que seria, no futuro, o herdeiro de tôdas as suas virtudes, o continuador do seu belo nome.

Assim, para levar a boa nova aos companheiros do Clube Rabelais, endereçou a Artur Azevedo, que o comunicaria aos outros comensais, o soneto, cheio de fina verve, que vos direi em seguida, e que valeria como graciosa certidão de nascimento do filho, porque sem aquela perfídia das certidões de cartório, eis que não menciona a data do seu lançamento em fôlha numerada de um livro arquivado:

No rabelaisiano convescote
Não me é possível hoje tomar parte,
Que eu, que já tinha em casa uma mascote,
Hoje sou pai de um pequenino Marte.

Não é preciso mais comunicar-te,
Fico em casa a brincar com o pequenote,
Enquanto a loura irmã, com graça e arte,
Num cabo de vassoura corre a trote.

Transmite a nova aos nossos companheiros,
E se algum se lembrar disso ao champanhe,
Sejam homens de espírito os primeiros

A desejar à nova cristura
Que uma fada sadiã, altiva e pura
Neste mundo de prantos o acompanhe.

Como vêdes, a graça do verso se mistura com o dom divinatório de um poeta. Rodrigo Octávio soube dizer, e as fadas o ouviram, prazerosamente.

A fina sensibilidade do poeta havia de fazer dêle um afeiçoado da música. Isso concorreu para que se pressinta a preocupação do ritmo como uma constante, tanto em seus poemas como na sua prosa, levando-o mesmo a fixar em *Ouvindo Beethoven* um momento de êxtase, merecedor das galas da sua poesia. O soneto que agora ouvireis não é encontrado em nenhum de seus livros, mas tornou-se muito conhecido, impresso em cartão postal, coisa ao gosto da época, e daí passou às páginas das antologias, devido à louvada beleza de seus catorze decassílabos:

Quando os teus dedos hábeis, do teclado
Ebúrneo arrancam as celestes notas
Dessa música estranha, eu sou levado
De um triste sonho às regiões ignotas.

Deixo o mundo, só tu vens a meu lado,
Tu somente, e, deixando em baixo as grotas,
Serras, cidades, fujo, ascendo, alado,
Da fantasia pelas inúvias rotas.

E vejo um sol na tela purpúrina
Do ocaso, e subo ainda, penetrando
Alfim do céu no páramo profundo.

E então escuto, pálido, a argentina
Voz das estrélas, trêmulas, falando
Sobre as coisas tristíssimas do mundo...

Ouvidor da boa música também o era das estrélas. Como Bilac.

Logo diplomado bacharel, enfrentou Rodrigo Octávio o destino misterioso e frio que a todos assusta e desafia. Despachado promotor para Santa Bárbara, onde o deveria encontrar, não se deixou abater pelo desânimo e pela tristeza, talvez porque já levasse nos olhos a luz de outros olhos, e para refrigério da alma os doces eflúvios de outra alma. Olhos e alma que eram luminoso santelmo a indicar-lhe a linha macia do horizonte, e nesse horizonte a promessa da glória.

As atividades do promotor não o levariam a descuidar-se do que era o seu grande ideal: a Poesia. Assim, tudo havia de encantar-lhe o espírito, de agitar-lhe a curiosidade: a terra, o passado da terra, seu povo, sua história, seu *folklore*, suas crenças e suas lendas. É em verdade, que de abusões enchiam aquêles sítios de encantamentos, relacionados com a exploração do ouro! Uma delas, recolhida do livro *Lendas e romances*, de Bernardo Guimarães, haveria de o levar a escrever, em versos

TRANSCRIÇÕES

alexandrinos, o drama *Sonhos funestos*, em que fixa episódio de uma menina-môça, que, perdida por um sonho de riqueza e amor, ao invés de o ver realizado, só o travo da desgraça e do desamparo é que experimenta.

Sonhos funestos é um poema de grande beleza, em que os diálogos se desenvolvem em alexandrinos sonoros de extraordinário brilho e, por vêzes, com uma tal dramaticidade, que se fica a pensar no efeito que alcançaria, se encenado, e no sucesso que haveria de coroar o nome do seu autor.

É quase certo que haja no desenvolvimento do tema poético, e a emprestar-lhe a necessária humanização, muito da sua própria ânsia, do quanto sentia o poeta no seu degrêdo de Santa Bárbara. Isso mesmo apontou Rodrigo Octávio Filho, ao entrar as portas do *Petit Trianon*, que lhe eram abertas para a consagração do nome paterno, nos idos de junho de 45.

O que merece principalmente referido é que, embora as responsabilidades do cargo inicial de sua brilhante e movimentada vida pública, não deixaria nunca Rodrigo Octávio de ser o poeta e o artista, o vidente do futuro que o aguardava radioso, tal se vislumbra no ritmo dos versos que fez brotarem dos lábios palpitantes de Luzia, a personagem central de *Sonhos funestos*:

Deve ser por aqui minha gruta encantada...
Nesta escarpa talvez... talvez nesta quebrada...
Minha estrêla bendita há de mostrar-se ainda...
Tenho fé... que não mente uma visão tão linda,
Que não se engana o sonho eterno que se prende,
Que brilha dentro em mim como uma estrêla esplende
Na infinita savana azul do firmamento...

.....
Aos cumes subirei mais altos e escarpados
E hei de a gruta encontrar dos meus sonhos doirados...
.....

É realmente assim foi. Rodrigo Octávio atingiu os mais altos postos na vida pública, e foi dos mais puros poeta desta terra de poetas. Nem por isso, entretanto, se livraria de sofrer dores e desditas. Tudo facilmente afetava sua sensibilidade. Nesse sentido, *Coração aberto*, dado à publicidade em outubro de 1928, é fonte inesgotável de informações. E eu o considero, maugrado escrito sem essa preocupação, tão livro de poesia como o poema *Verá*, de outubro de 1916. O que nêle se encontra relacionado com a vida de Rodrigo Octávio é algo de profundamente emocio-

nante. Mas o que causa perplexidade, definindo o fato a perenidade das alegrias e sofrimentos experimentados pelo poeta, é que trinta anos corridos não foram bastantes para atenuar a lembrança e diminuir os efeitos de tudo, tanto do que lhe foi gostoso provar, como do que concorreu para entristecer-lhe a vida.

Rodrigo Octávio era um coração perfeito, um sentimento constante, invariável. Essa a razão do milagre.

Se tivestes a oportunidade, que me não foi negada, de ler *Coração aberto* (livro de saudade), vistas como, sem a preocupação de fazer poesia, senão e apenas com a de fixar com sinceridade um momento de prazer ou um instante de angústia, sempre se apresenta e aparece o poeta na simplicidade de estilo, ou ostentando riquezas de linguagem que se façam próprias para pôr em destaque o fato que presenciou, o ato em que tomou parte como figura principal ou secundária.

A página titulada *Meu Pai*, na qual nos diz da sensação que lhe causou a mágoa de vê-lo morto, «já vestido e imóvel», à luz das «velas que ardiam», «fazendo ver com o seu rubro reflexo, o doloroso semblante e as linhas do emagrecido corpo de um Cristo de marfim», chegou a ser copiada para que, ouvindo-a, pudésseis sentir, através dela, tôda a dor de uma alma, da alma de um filho, que a escrevera sem o intuito deliberado de fazer poesia, mas animado do divino toque, porque, em verdade, poeta sempre foi Rodrigo Octávio, enquanto perlustrou o itinerário da sua frutuosa vida.

É que maior poesia, que mais bela página pode alguém escrever além da que mostra ao esplendor da luz o seu coração e a sua dor, quando já correram os tempos, e o poeta viveu entre glórias, e à aragem constante de uma felicidade que sempre o procurou envolver?

Foi de propósito que a não inseri no texto que vos leio. É verdade que êsse procedimento me priva da oportunidade de fazer o cotejo dela com as descritivas de outras mortes. A focalização do contraste me possibilitaria fazer que percebesseis naquela todo um imenso mar de sentimentos, e nas tituladas *O Tísico* e *Outro entêrro triste* apenas o artista compondo a tela, construindo a cena, tecendo com mestria e exatidão literária as frases tôdas do conjunto. Não penseis, todavia, que não foi posta piedade nestas últimas. Não. Seria desmentir o que tenho dito e repetido da alma de Rodrigo Octávio. Mas o que quero

TRANSCRIÇÕES

acentuar é que em *O Tísico* e em *Outro entêrro triste* o artista aparece em primeiro plano. Não havia entre os figurantes de um e outro relatos e o escritor qualquer ligação sentimental. Rodrigo Octávio foi mero assistente das duas cenas. Nada mais que isso, e, conquanto se sinta que as não assistiu com indiferença, deve-mos concluir que as viu mais com piedade que com sofrimento.

Pensei escusar-me de vos fazer ouvir relatos tristes, em que há mortes. Mas, por quê? se, afinal, o que me propuz fazer foi mostrar-vos a obra de um poeta, de um artista, envolvendo-o na vossa admiração, recordando-vos as suas glórias?

Pois, então, ouvi:

«Certa manhã, lia na minha sala, quando no silêncio da natureza uma cantilena, monótona, sussurrada com unção, por muitas vozes distantes, pôs um fio de pavor nos meus nervos sensíveis.

«Que era aquilo? que poderia ser?...

«E a cantilena não cessava e as vozes, cada vez mais distintas, se aproximavam, lentamente, solenemente.

«Ergui-me e cheguei à janela; deparou-se-me a humilde porta do quartel, adornada de estofos de carmezim e ouro... Olhei na direção das vozes e vi na rua, aproximando-se, um sacerdote trazendo o viático, recolhidamente, envolvido em grande capa negra, seguido do mulherio beato, contrito e penitente, cabeças cobertas de lenços e mantilhas, entoando, a meia voz e a passo vagaroso uma reza na intenção do que ia morrer.

«Era o soldado que agonizava. Chegada a comovente procissão ao quartel, só o padre entrou a porta guarnecida, e as mulheres que o acompanhavam, como todos quantos passavam ou iam chegando, ajoelhavam-se na rua, continuando sem cessar os cânticos e as rezas.

«Pouco depois o sacerdote assomava de novo à porta da cadeia e tomando a frente do grupo que se erguera, voltou para a igreja, envolto naquela nuvem de harmonia religiosa que evolava da turba como o fumo de incensório...

«Contou-me depois o carcereiro que o moribundo, ao lhe chegarem aos ouvidos os ecos daquele ressoar misterioso, contorceu-se no pobre catre, arregalou os olhos numa compreensão sinistra do que aquilo era, e entrou em agonia. Quando o padre se acercou do infeliz, foi quase um cadáver que encontrou para ungir, abençoar e recomendar à misericórdia divina.

«No dia seguinte, às primeiras horas da manhã, foi o corpo levado por quatro soldados para a igreja onde se faziam os enterramentos. Atrás, mal se podendo ter em pé, na extrema fraqueza e no extremo desconsólo, a companheira seguia, constituído, na mudez da sua dor, todo o acompanhamento daquele funeral...»

A outra morte foi a de um espanhol, ocorrida a bordo de um transatlântico em que voltava da Europa o poeta. É pena que vos não possa ler quanto necessário à fixação do momento doloroso. Mas para que apreciéis o poder descritivo de Rodrigo Octávio, basta que vos leve aos ouvidos algumas frases que escreveu, e aos olhos, pela força da sugestão que elas mesmas encerram, o lance final do drama da trasladação do corpo para a terra acolhedora e amiga:

«Pousado o caixão na canoa, era um esquife dentro de outro esquife.

«Afastada a embarcação do costado do vapor, balouçava-se ela então, na manobra de alçar a vela que devia levar à terra aquêlo despojo; o vulto oblongo do caixão negro, sobreposto de uma cruz roxa, destacava-se apenas à luz mortiça da tarde. E a canoa se foi afastando, tática e oscilante, como a acalantar aquêlo que ia com ela enteiriçado e frio.

«E antes que a pequena vela latina abrisse o bôjo à viração marinha, a máquina do grande paquete disparou e, na trepidação que o começou a agitar, o monstro se deslocou e partiu, deixando atrás, na esteira branca das águas revôltas, o pequeno barco fúnebre onde, agora, sôbre a cruz roxa do caixão, a vela branquejava como um pãlio improvisado.»

Rodrigo Octávio não tentou o romance. Escreveu contos e novelas, sim. Mas foi pena que não houvesse alargado a projeção do seu nome, digno de figurar com destaque nas páginas da história literária do Brasil, também como romancista.

Quando já ia mais longe a lembrança de mágoas sofridas e a vida retomava seu curso de mansidão e felicidade, aquela mesma felicidade que sempre se fizera enamorada de Rodrigo Octávio, outra vez a morte, que nos é assídua companheira, veio de onde repousava e entrou a casa que Vera enchia de alegria e com a graça da sua presença. E levou-a, mal começara a fruir a glória da mocidade. Tão funda e acêrba dor feriu o coração do poeta que êle, ao pêso de uma irreprimível saudade, retomou

TRANSCRIÇÕES

o contacto com a poesia que lhe havia de ser bálsamo e meio de comunicação espiritual com a filha ausente. E ele, que sentiu no peito o coração partir-se, mas seguro de que «não se morre de dor...», compôs em versos brancos decassílabos o grande poema *Vera*, em que sintetizou quanto o amargurara a perda da filha, e a de outros filhos que Deus lhe dera.

Da terra havia um canto solitário,
 Calmo e deserto à sombra de uns salgueiros,
 Onde meu pensamento se aprazia
 Em viver, revivendo antigas mágoas...
 Ai, na extrema da mansão pacífica
 Ao repouso dos mortos consagrada,
 Quase à rechã dos morros que vicejam
 À lei da natureza áacre e pródigo,
 Ai, tempos atrás, por vêzes duas
 Pedacos de minha alma se enterraram...
 Tu, filha minha, estavas já no mundo
 Quando foi dessas dores sem remédio,
 Mas nessa idade tua consciéncia
 Indá se não revela às dores d'alma...
 Cedo esqueceste os meigos companheiros
 De teus brinquedos da primeira idade,
 Não eu, que a dor de ver morrer um filho
 No humano coração jamais se apaga...
 Mármoreos brancos foram colocados
 Sobre as duas pequenas sepulturas,
 E, quantas vêzes, através dos anos,
 Que uns sobre os outros foram perpassando,
 Caíndo, o orvalho sobre as pedras frias,
 De quente pranto as não achou molhadas...
 Foi para ai também que me levaram
 Teu puríssimo corpo adormecido,
 E a mesma terra que os despojos guarda
 De *Silvia* e de *Hugo*, dois botões de rosa
 Da haste colhidos na manhã da vida,
 Recolheu teus despojos, filha minha...
 Sob as flôres que o corpo te cobriram
 No sepulcro em que flôres desabrocham
 Dorme o sono sem fim tão cedo vindo...
 Um dia, talvez próximo (quem sabe?)
 Quem os mistérios do porvir desvenda?)
 Teus pais virão também dormir contigo
 O mesmo sono que te prende agora:
 E então, juntos de ti, por anos longos,
 Ficaremos na morte, lado a lado,
 Até o fatal momento em que revôltas
 Nas convulsões da terra as nossas cinzas
 Se amalgamem na massa do planêta
 Ou se dispersem à mercê dos ventos...

Há nos versos todos do poema *Vera*, do qual, ao acaso, escolhi este canto, uma tão pungente e dolorosa melancolia, que basta como consólo a quantos hajam sentido dor igual. E mal-avisado andou Rodrigo Octávio em guardá-los no cofre fechado de uma edição reduzidíssima de 50 exemplares, temeroso talvez de que não compreendessem e não sentissem a sua dor como era de ela ser sentida e compreendida.

O poema *Vera*, já pela pureza do sentimento que lhe deu origem, já pela simplicidade e beleza do estilo, pode ser apontado como das mais expressivas páginas da poesia universal. Pode emular com o *Cântico do Calvário*, e há de sempre ser amado e prezado por quantos, entendendo de poesia e de sentimento, saibam prezar a dor de um coração.

Mas «não se morre de dor...»

O correr dos dias, o fluir dos anos, trazem consigo, senão o esquecimento dos males, ao menos a resignação, que é a paciência no sofrimento. E o homem, a pouco e pouco, vai-se novamente integrando no ritmo da vida, conquanto maltratado pela tristeza, que nem sempre dura muito, ou pela melancolia, que essa, sim, é uma permanente angústia silenciosa a martirizar a alma que muito sofreu. A resignação é um prêmio da misericórdia divina. Por isso as lágrimas que foram choradas secam e os olhos outra vez lampejam na claridade das pupilas, e iluminam a fisionomia a que o sorriso, voltando aos lábios, dá um viço de alegria, illusória que seja, alegria contudo, e que é um milagre a embelezar as faces e a repletar a alma de melodias.

Pois assim como sucede a todos, também a Rodrigo Octávio sucederia. E sua poesia voltou a vestir roupagens novas e a enfeitar-se para a festa deslumbrante da vida, a que ela dá sempre um toque de juventude eterna e de extraordinária beleza.

Realmente. Embranquecidos os cabelos, longe do bulício e afastado do cotidiano terra a terra, sua alma, como numa evasão miraculosa, dá-se outra vez aos brinco do espírito, e se expande feliz sobre a relva macia que esplende ao sol de uma renascente primavera. E à maneira daquele luminoso e amável *Le Jardin de Caresses*, com que Franz Toussaint encantou tantas almas, o poeta alça o canto mais puro de amor à vida, para nos oferecer essa pequena bíblia de arte e de ternura que batizou com o sugestivo nome de *Les Rapsodies*.

TRANSCRIÇÕES

Por vêzes ainda aquela mágoa adormecida, mas não totalmente extinta, arranha-lhe o coração, e êle, então, à lembrança daqueles por quem derramou tantas lágrimas, escreve a página *Mes Morts*, cujas notas assim ressoam em nossos ouvidos:

Je suis moi-même un petit cimatière. J'ai aussi mes morts. Mes il n'ont été mis sous terre pour les autres; moi, j'ai les garde vivants dans mon âme, vivants et dans l'état même où ils étaient au moment où ils ont disparu de nos yeux.

Ils n'ont pas grandi, ils n'ont pas vieilli. Ce que je porte en moi, c'est la même expression suave de mon père, la même douceur du regard azuré de ma mère, la même grace, les mêmes cheveux d'or, les joues rosées, les petites mains blanches de mes enfants; et tout vit encore dans mon âme et rempli ma vie.

Esse retorno à tristeza, porém, logo se dilui, e voa e revoa à sua volta, um doirado e bailador bando de borboletas:

LES PAPILLONS

Une théorie de papillons bleus et luisants, sortent du bois, vole le long de la rivière. Les papillons dérivent vers le gazon et se dispersent au soleil, légers et instables comme des feuilles desséchées à la merci du vent.

Fleurs plutôt que bêtes, les papillons sont des rêves vivants, venant d'une autre vie, pour vivre l'instant que vivent les rêves. Ils sont l'âme de chenille après la mort transitoire de la chrysalide.

"L'homme accompagne, le regard ébloui, les courbes du vol incertain des papillons, si frères dans la ténuité de leurs ailes de soie, mais si beaux dans l'éclat des couleurs qui brillent à la pleine lumière du soleil.

Et pourtant, dans leur faiblesse organique, dans la brièveté de leurs jours, ils sont plus forts que l'homme et vivent plus que lui. Morts, ils ne deviennent pas de la poussière. Leurs dépouilles gardent l'apparence de la vie, dans la continuité de leurs couleurs opulentes. On n'y sent jamais le cadavre...

Les papillons sont le mystère de la beauté.

La voix du minaret, que se segue a *Le chant des eaux* e a *Le roman du vieux tronç*, partes integrantes de *Les Rapsodies*, ostenta a mesma seqüência rítmica dos sentimentos de uma alma que brilhou sempre na glória de uma perpétua juventude. E se, folheando suas páginas, pousardes os olhos curiosos naquele trecho macio e breve a que o poeta denominou *Pour attendre la mort*, compreendereis a intenção do poemeto, e porque em *L'art de vivre* pôde êle mostrar-se tímido de usufruir uma segunda existência.

A felicidade estêve permanentemente a seu lado; foi-lhe doce e constante companheira e a razão mesma de encontrarmos na obra que nos legou tudo quanto necessário a podermos também

gozar, pela imitação das suas atitudes, os benefícios da tranqüilidade na tranqüilidade do coração.

Quanto vos acabo de dizer de Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses, do homem que serviu à Pátria com dignidade e beleza, do poeta que a repletou de harmonias imorredouras, traduz, senhoras e senhores, de envolta no manto de indesmentida sinceridade, a modesta homenagem da Federação das Academias de Letras do Brasil, no instante mesmo em que se comemora o primeiro centenário de seu nascimento, e quando todos glorificamos o seu nome num preito de justiça.

DE COMO SE EXORDIOU A REPETIÇÃO

Eis-me aqui novamente, nesta mesma casa, para um mesmo propósito, não agora para falar de um grande homem em nome da instituição que antes me convocara, mas para em nome de outro sodalício e ainda em comemoração do ano centenário do seu nascimento, repetir quanto anteriormente dissera de seus merecimentos de jurista e patriota, e de alto poeta que realmente foi.

A Federação das Academias de Letras do Brasil cometeu-me, em outro momento, a incumbência de ocupar-me de Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses, exaltando-lhe a personalidade; deixou-me, porém, a liberdade de escolher dentre tantas facêtas que d'ele fizeram um dos vultos mais representativos da intelectualidade brasileira a que mais preferisse. E eu, à do homem de sociedade, à do professor, à do internacionalista, à do diplomata, à do membro das duas magistraturas — a sentada e a de pé —, à de historiador, à do novelista, à do memorialista, à do poeta, escolhi esta última, mas tive como de bom aviso recordar, num rápido vôo, os lances da sua vida de cidadão prestante, a fim de que se me não culpasse de haver subtraído um pormenor que fôsse ao seu curioso e esplêndido perfil.

Da primeira vez que vim a esta tribuna não me lembra de haver ouvido qualquer reparo ou censura. Bem é, todavia, que, para maior tranqüilidade minha, outros juízes se manifestem sôbre o que disse, de modo que passe em julgado que fui exato e sincero como crítico, conquanto seja verdade que merecia e de minha louvação panegirista mais completo e de maior autoridade.

Tais juízes, agora, sois vós, senhores do Instituto dos Centenários — responsáveis diretos pela repetição desta conferência — e vossos ilustres convidados.

Aqui estou.

CENTENARIO DE RODRIGO OCTÁVIO (*)

GOFFREDO TEIXEIRA DA SILVA TELLES (*)

Nenhum local mais adequado do que esta Casa do Direito para elogio de uma vida que foi, por excelência, uma expressão de fidelidade à ciência jurídica.

Nenhum melhor ambiente do que o desta Sede do Patriotismo Brasileiro para a recordação de um nome que vale, sobretudo, por seu significado de devotamento à nossa terra.

É a segunda vez que falo sobre a carreira meritória de Rodrigo Octávio.

É não mudarei, nas palavras de hoje, o sentido daquelas que, da primeira vez, me coube dirigir-lhe.

Éra em Paris. Dias de 1920 ou princípios de 1921. Falava eu, como orador oficial do dia, em nome da colônia brasileira.

Local: Salão de Festas do Hotel Claridge.

Reunião de excepcional grandiosidade, onde nossos patriotas se solidarizaram, em movimento unânime, para agradecer a Rodrigo Octávio os serviços memoráveis que acabara de nos prestar na Liga das Nações.

Tornava ele então da grande Assembléia de Genebra, nascida, como todos sabem, da inspiração idealista do Presidente Wilson.

Assembléia em que, pela primeira vez no mundo, desde milênios atrás, se tentava esboçar o plano de um Estatuto Internacional para todos os povos da terra.

Digo «desde milênios atrás, para poder citar a ancestral experiência de uma outra Liga das Nações. Aquela que, no sim-

(*) Discurso na sessão conjunta da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e da Academia Paulista de Letras.

bolismo eloqüente da Bíblia e de alguns relatos esotéricos da antigüidade, recebeu o apelado de Tórre de Babel.

Edifício de dimensões desmesuradas, erguido na planície de Senaar, em eras pre-babilônicas, no tempo em que todos os homens quiseram falar a mesma língua. Obra que exprimia a tentativa de uma civilização conjunta de todos os povos e que, pelo trabalho solidário de seus obreiros, na grandiosidade ambiciosa de sua concepção, deveria ultrapassar tôdas as construções humanas e atingir as alturas celestes. Tórre, cujo nome quer dizer confusão, e que, de fato, se concluiu, ou melhor, se interrompeu, por ordem de Deus, com a confusão de todos os homens e sua dispersão por tôda a superfície do globo terrestre.

Caberia a sugestão de um paralelo entre o revés de Genebra e o malôgro da Tórre?

Teria valido o episódio Bíblico por um augúrio para o frustrado Congresso do Presidente Wilson?

Vinha Rodrigo Octávio, modesto como sempre, sem alarde, sem desejo de falar de si, entristecido, até certo ponto, pela exiguidade dos resultados práticos que aquêle grande certame tinha prenunciado.

Mas nem por isso abalado em sua confiança no predomínio futuro do Direito Internacional.

Ele era dêsses que não acreditam em vaticínios babélicos. Muito pelo contrário, acreditava piamente que as obras interrompidas da velha tórre, já com outro nome e sem a pretensão blasfematória de alcançar a altura do céu, terão que prosseguir de nôvo, um dia, mais tarde, na hora que fôr escolhida por Deus.

Mas voltemos a Genebra.

Nada se havia conseguido nos debates sem programa daqueia tertúlia diplomática. Nada, em verdade, que significasse a fixação de uma linha de acôrdo jurídico entre as nações do mundo.

E, entretanto, bem alta havia sido a meta visada. Nada menos do que a associação solidária de todos os povos e raças, sob a égide de um govêrno comum, que garantisse a todos e a cada um, mediante acêrto e combinação igualitária de todos os interesses, um regime permanente de paz e concórdia.

Nenhum dos objetivos em vista fôra alcançado.

Tinha-se, de fato, o direito de perguntar, nos idos de 1920, se não fôra apenas um arremêdo de Babel, a verbiagem mundial de Genebra.

Apesar das decepções trazidas pela grande Assembléa, vinha Rodrigo Octávio coberto de louros. Louros autênticos. Louros incontestáveis, que êle se esforçava por esconder, mas que enobreciam luminosamente sua frente.

Pois que, da realidade quase negativa da famosa Sociedade dos Povos, onde tudo parecia conflito, fracasso e desentendimento, êle, pelo menos, lograra, para o Brasil, efeitos positivos e claros.

Voltava de lá como embaixador vitorioso. Vitorioso, evidentemente, pela maneira peremptória com que naquela tumultuosa competição de soberanias, arrogâncias e egoísmos, pudera colocar em relêvo os direitos ignorados de um país desconhecido que se chamava Brasil.

Direitos do Brasil!

Como? Direitos de quem?

Pretensão insólita, não é verdade?

Repetição das impertinências com que um outro brasileiro tivera a ousadia de perturbar as discussões do Congresso de Haia em 1907.

Sim, meus senhores, os direitos do Brasil. Os mesmos direitos que Rui Barbosa fizera triunfar em Haia. Direitos que se não alienam e que não prescrevem. Direitos de que o Brasil jamais soube abrir mão e que, mercê de Deus, e por ação de nossos Ruís e de nossos Rodrigo Octávios, saberemos sempre impor e fazer respeitar dentro de quaisquer normas de vida internacional que se venham a estabelecer neste mundo de guerras, ganâncias e incompatibilidades.

Falemos do ambiente europeu daquele após-guerra.

A melancólica filosofia que se desprendera do Primeiro Congresso das Nações não era de molde a encorajar defensores de direitos.

Dos Direitos de todos.

Dos Direitos de cada um.

«Mas que direitos» pareciam sempre dizer, ou, melhor, insistiam em perguntar, com surpresa e irritação, as grandes potências do mundo?

Direitos, — era a convicção íntima e subconsciente dos fruidores da hegemonia mundial — direitos, só os possui quem lhes juntar o poder de defendê-los e sustentá-los.

Nem eram outras as bases em que se assentara, até então, a famosa política do «Equilíbrio Europeu», mais tarde denominado, com certas hesitações, «Equilíbrio Ocidental.»

Dois grandes grupos a se defrontarem.

Dois grandes grupos a disputarem a regência do globo terrestre.

Formado, cada um, por uma ou duas potências dominantes e por um conjunto de nações anuentes.

Atento, cada um, à condição fundamental de não se deixar sobrepujar pelo outro.

Em tudo e por tudo, a negação, a deliberada negação de Direito Internacional.

O equilíbrio do mundo — era o pensamento reinante — o equilíbrio do mundo sempre decorreu da seleção dos valores reais, ou seja, das possibilidades de força de cada povo, seleção que se realiza automaticamente pelo predomínio do forte sobre o fraco.

Em física, assim como em política, o equilíbrio, de fato, — é lei incontestável da natureza — decorre inevitavelmente de qualquer encontro de forças.

Será equilíbrio estático e imanente se resultar do paralelismo igualitário das forças em competição.

Será equilíbrio conseqüente, se provier de um encontro de forças desiguais, isto é, do esmagamento da força menor pela força maior.

Sempre a Força!

A força, como explicação do equilíbrio e como única base do Direito:

Aí estava a doutrina dos Políticos.

Não havia sair disso.

Jus est vis!

De um lado, o império dos poderosos e, do outro, a obediência dos caudatários.

A questão era apenas a de saber de quem tínhamos nós que ser caudatários.

Só da Força nasce o Direito!

Só a Força gera o Direito!

Só a Força tem Direito!

Só a Força é Direito!

A resposta a essa afirmativa, que, aliás, é a enunciação de lei da Natureza, a resposta a essa afirmativa, repito eu, nós a encontramos nessa lição construtiva e permanente que foi a vida de Rodrigo Octávio.

«Se o direito depende da força, dizia ele, e se só a força tem direito, façamos com que só o direito tenha força.»

O Brasil é expressão do Direito. Tratemos de fazer que o Brasil seja também verdadeira expressão de força.

Eis a linguagem edificante do homenageado de hoje.

Sua linguagem, seu constante motivo de pregação doutrinária.

E isto, não apenas na Assembléa a que me acabo de referir.

Mas nela, e também antes, e também depois, noutros mil postos e situações em que lhe foi confiada a incumbência de proclamar a autoridade do Brasil e defender direitos, côres e altares de nossa pátria.

Eu cito de memória:

Sua cátedra de Direito Internacional no Rio de Janeiro.

Suas varas sucessivas de Juiz de Direito.

Sua banca de advocacia.

Sua cadeira de Ministro do Supremo Tribunal.

O Congresso de Haia, ao lado de Rui Barbosa.

As Conferências de Bruxelas, a partir de 1912.

O Pacto de Versalhes, com Calógeras.

A presidência da Seção de Direito Internacional na Comissão de Estudos Americanos de 1927.

A Assembléa da Liga das Nações, no posto de Embaixador do Brasil.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A Academia Brasileira de Letras.

A Real Academia das Ciências de Lisboa.

A famosa Comissão de Legislação Estrangeira e de Direito Internacional do Ministério da Justiça de França.

As cátedras honoríficas das Universidades do México, do Peru, de La Plata, de Buenos Aires, de Arequipa e de Havana.

Eis aí, meus senhores, entre outros de que não me lembro de momento, os locais, postos e situações em que a palavra de Rodrigo Octávio pôde ressoar para a exposição de seu pensamento e propugnação de suas teses.

Hoje, nesta celebração de seu centenário, desvanece-me representar aqui a Academia Paulista de Letras.

Ser-me-ia agradável e natural, como acadêmico, enaltecer também os méritos literários desse brasileiro de aptidões múltiplas, que foi poeta, novelista, professor, magistrado, biógrafo, teatrólogo, diplomata, historiador e conferencista.

Prefiro, entretanto, nesta Faculdade de Direito, de que também sou filho, cingir-me à mera citação das atividades de caráter jurídico em que êle deu, sem dúvida, a marca predominante de seu talento.

A nós, juristas, o que mais parece avultar, nas pregações científicas de Rodrigo Octávio, foi sua previsão, sua clara e antiga previsão da ascendência irresistível do Direito Internacional.

Ascendência por êle anunciada, cinqüenta anos atrás, como episódio inevitável da história do direito moderno.

Ascendência que, na sua profecia, resultará incoercivelmente das próprias forças da vida.

Ascendência que se acelera na medida em que se acentua a interdependência dos povos.

Ascendência que corresponde, cada dia mais, ao apêlo imperioso da humanidade.

Ascendência que deverá levar êste ramo do direito público a culminâncias jamais alcançadas, marcando-lhe porventura posição de primazia entre todos os demais direitos.

Direito Internacional!

Direito dos Povos!

Direito das Gentes, adaptado ao Século XX!

Direito da Humanidade!

Direito Internacional de Rodrigo Octávio!

Ao grande Mestre, cujas doutrinas já se revelam, hoje em dia, inteiramente vitoriosas, não lhe foi sempre fácil a pregação.

Lembremo-nos — insisto em repetir — lembremo-nos do que era ainda o conceito geral dessa disciplina em todo o primeiro quartel do século.

Que vinha a ser êle, meus senhores, aos olhos de muitos, ou mesmo, da maior parte de seus vagos e displicentes comentadores?

Direito Internacional?

Uma hipótese, diziam alguns.

TRANSCRIÇÕES

Uma utopia, sentenciavam outros.

Uma inexistência, concluíam por vèzes os mais descrentes.

E motivo havia, sem dúvida, para tal ceticismo.

Direito sem leis?

Direito sem fonte inicial de ordenações?

Direito sem tribunais?

Direito sem força coactora?

Como admiti-lo?

Tentativas de lhe dar corpo, tantas vèzes debuxadas no passado, não concorriam de fato para abolir êsse descrédito.

Tratados, convenções internacionais tinham até então constituído sucessão infeliz de fracassos mais ou menos caracterizados.

As decisões que dêles emanavam, na melhor hipótese, não passavam de acórdos entre partes, não podendo acarretar obrigações de caráter geral. Eram simples ajustes particulares, onde, não raro, os próprios signatários desrespeitavam seus compromissos

«Que valem farrapos de papel», gritava com desdém um célebre imperador, nas vésperas da primeira guerra mundial.

E, em verdade, os farrapos de papel, fôssem quais fôssem, jamais puderam ser arvorados em códigos de comportamento para as nações do universo.

Contudo, meus senhores, apesar de todos êsses pretextos de se negar fóro jurídico ao Direito Internacional Público, a verdade bem certa é que êsse direito não era hipótese, nem utopia. Muito menos inexistência.

Êle era e sempre foi, isto sim, um direito latente. Embriônário, quem sabe. Direito de leis nascituras, mas já constitutivo de realidade essencial.

Direito que, mais cedo ou mais tarde, se haveria de corporificar em diplomas coercitivos, por efeito da misteriosa, da infalível *vis medicatrix* que defende a vida de todos os seres orgânicos.

Faltavam-lhe, sim, faltavam-lhe ainda, a êsse direito, condições de eficiência como Direito Positivo.

Faltavam-lhe características de lei imperante e coercitiva.

Mas já representava, em potência, condição primária de vida para uma virtual sociedade dos povos, que, aliás, desde sempre existiu, por contingência natural dos contatos internacionais.

E não apenas condição de vida para a virtual ou mesmo efetiva sociedade dos povos, cujos liames se estreitam e entrelaçam progressivamente, como também, condição de viabilidade para o organismo já embrionário e super-estatal que haverá de eclodir dessa matriz.

Organismo requerido pelos interesses recíprocos, muitas vezes conflitantes, mas, apesar disso, solidários, de todas as nações.

Organismo nascente. Organismo ainda imaturo, mas cuja formação se vai acelerar por necessidade premente e cada dia mais imperiosa da vida gregária do ser humano.

Nos próprios fracassos, nas próprias tentativas malogradas, nos próprios acórdos infrutíferos a que há pouco me referi, e que pareceram patentear-se na inviabilidade inicial da Liga Wilsoniana de Genebra — desastre em que quasi todos os observadores políticos da época viam demonstração de dificuldades intransponíveis, — nesses próprios reveses do espírito humano, Rodrigo Octávio enxergava, muito pelo contrário, prova de ânsia insopitável de regras justas e claras, busca incontida de ordem e justiça, ou seja, em tudo e por tudo, sinais de um movimento irrefreável da humanidade para os alvos indispensáveis da institucionalização das comunidades internacionais.

Quem viu certo foi Rodrigo Octávio.

Os tempos mudaram desde 1920. Mudaram. Tiveram que mudar muito, depois do primeiro quartel deste século.

Governos, políticos e historiadores se inclinam hoje ante a evidência dos fatos.

Os Jeremias cessaram suas lamúrias sobre a viabilidade do direito internacional e modificaram suas posições.

Quem negará, hoje em dia, o advento da lei dos povos?

Quem subestimarà hoje seu começo de império real sobre nossas vidas?

Quem já recusará título de Direito Base a êsses incipientes e hesitantes corpos de leis substantivas com que se começam a disciplinar obrigatoriamente as relações entre os Estados?

Depois dos esboços, depois das marchas e contra-marchas tateantes, virá sem muita demora o Código Fundamental.

Ai vem ele, meus senhores, como principal episódio da História Contemporânea.

Ei-lo a chegar, com a preponderância crescente de seu poderio.

Lá onde existia, tão-somente, um Direito em Potência, objeto de aspirações mal definidas, expresso em combinações tácitas, em regras de bem viver, em praxes de comportamento, em hábitos jurídicos, aceitos por comodidade e muitas vêzes violados por arbitrio, — já essas modalidades de normas, por assim dizer consuetudinárias, se vão fixando em títulos, capítulos e artigos de lei escrita. Lei positiva, caracteristicamente jurídica, dotada, não apenas de autoridade convencional, mas de autêntico poder atributivo.

Lei que já não será bastarda, pois que tem maternidade isenta de prevaricação.

Lei a que já não falta poder de mando efetivo, pois que promana de órgãos de cúpula super-estatal, ONU, OTAN, OEA, e quejandos, nascidos do voto coletivo das nações.

Órgãos de cúpula ou quase cúpula, Senhores Juristas, que, em produção eruptiva, já vêm brotoejando a epiderme da família internacional.

Por enquanto, estruturas de experiência, máquinas ainda mal engrenadas entre si, mas que não tardarão a constituir o aparelho governativo necessário à coexistência ordenada dos povos.

Após os passos titubeantes do início, é incontestável que ele se vem desenhando com traços de figura central.

Entidade de altíssimo nível, para suas funções de magistratura suprema no concôrto das nações. Instrumento de incontestável poder de ação, dotado, necessariamente, de múltiplos e poderosos órgãos de estudo, decisão, comando e execução.

Mas perguntemos: a que sociedade de povos se vai destinar esse instrumento de ordenação jurídica inter-estatal? A alguns povos? A tôdas as nações do mundo?

Seria ambição demasiada pensar desde já na união universal de todos os povos sob o amparo de um só lei.

De início, e para nosso primordial interêsse, já basta que a previsão internacionalista circunscreva o mundo mais próximo a nós, ou seja, o mundo ocidental e os naturais acréscimos que com ele se identificam.

Esperemos para bem cedo a cúpula das nações de nosso hemisfério. Esperemos este órgão de vigilância, comando e execução, que não suprimirá nem diminuirá soberanias, mas que se constituirá da soma de todas as soberanias.

É bem banal, senhores, a observação de que existe analogia entre os cursos de vida de uma sociedade de homens e de uma sociedade de nações.

Na evolução de ambas, há um momento em que os respectivos órgãos de chefia têm necessidade de se institucionalizarem.

É nesse momento que surge a figura do Estado para o grupo de homens e do Super-Estado para o grêmio de nações.

O primeiro existe para defender os Direitos do Homem. O segundo, para resguardar os Direitos dos Estados.

Para compreensão do que sejam os grupos sociais da humanidade, sua origem, sua evolução e seus fins, é bem valiosa a lição do grande George Burdeau, em seus sete volumes de ensinamentos políticos, assim como também a doutrinação didática do magistral Hauriou sobre a natureza das «Instituições Humanas.»

Todo grupo humano, quer nacional, quer internacional, tem três «notas» indefectíveis, a saber:

1º) A idéia de um fim a atingir, que é a causa final da evolução do grupo, idéia que impera sobre as consciências e gera obediência.

2º) A comunhão humana do grupo.

3º) O governo do grupo.

O grêmio dos homens com seu governo institucionalizado é o Estado.

O grêmio dos Estados com sua cúpula governativa instituída é a «Sociedade das Nações.» A mesma que fracassou em Genebra, mas que se reconstituiu nos climas mais saudáveis de 1966.

Não nos atemorizemos com a formação hodierna desse Super-Estado, que representa marco natural e inevitável da evolução social.

Super-Estado, amplo conjunto institucionalizado, corpo legal e coletivo em que todos os Estados do mesmo Grupo se acolherão.

TRANSCRIÇÕES

Entidade que não significará diminuição de nenhum país, de nenhum povo, de nenhuma nação, mas defesa de todos, segurança de todos, igualdade soberana de todos.

Igualdade de todos, grandes e pequenos, sob a égide da lei.

«Dar força ao Direito para que só o Direito tenha força.»

Tese permanente, fórmula precisa de Rodrigo Octávio.

É claro que Rodrigo Octávio não preconizava a implantação imediata do Governo Mundial.

A ela se referia como alvo supremo e distante, ou seja, como etapa derradeira de uma extensa caminhada política, onde, previamente, outras etapas terão que ser percorridas.

O Governo Mundial, assunto das cogitações poéticas de nosso eminente hóspede, Sr. Arnold Toynbee, terá que vir, mas virá depois.

Antes dele, como fase preparatória, o Direito Internacional terá que presenciar no mundo a convivência e as rivalidades de mais de um Super-Estado. O do Ocidente, o do Oriente. Outros, quem sabe?

O que urge para nós, — e este seria, segundo creio, o pensamento atual de Rodrigo Octávio — o que urge para nós é apressar o advento de nosso grupo.

No momento em que se agrava, de maneira tão acentuada, o velho diálogo entre o Ocidente e o Oriente, precisamos saber de que lado estamos.

A quem está destinado o naufrágio? A quem a vitória?

No momento em que os principais blocos humanos se desafiam, no afrontoso empenho de repartir o mundo em zonas de influência ideológica e em campos de domínio étnico, parece-me que não nos assiste o direito de discutir sobre a questão da escolha.

Nosso patrimônio de dois milênios de civilização cristã e de supremacia ocidental veda-nos uma alternativa de capitulação.

A nós então, a nós sobretudo, a nós, brasileiros, que somos projeção da grei portuguesa, desembarcada há menos de cinco séculos daquela marinharia benfazeja que mais horizontes abriu

no mundo ao império do direito, responsabilidades máximas nos cabem na preservação do legado lusitano.

Alma, território, princípios e direitos! Cumpre que continue nosso aquilo que sempre foi nosso.

É por isso que nos importa agora, mais do que em qualquer outro período da história, a compreensão da causa que nos foi confiada por Deus.

É a hora, para o Brasil, de calcular as forças, sobretudo morais, que lhe compete juntar, dentro da lei comum dos povos irmãos, para a sustentação dos eternos padrões de dignidade da pátria brasileira.

Nestes dias históricos em que tanto se questiona de incompatibilidades ideológicas, imperialismos, prerrogativas de classes e discriminações raciais, reverenciemos o auxílio com que nos vai acudir a todos, para a obra conjunta da civilização cristã, o Direito Internacional vaticinado pelo jurista Rodrigo Octávio.

O Direito de todos para a maior força de todos.

A Força de todos para o melhor Direito de todos.

Que mais direi do grande mestre de Direito na Casa dos Mestres e Estudantes de Direito do Largo de São Francisco?

A Academia Paulista de Letras se sente honrada de tomar parte nesta reunião.

Ela quer que suas palavras tenham a significação de um agradecimento a um homem que fez uma coisa importante:

Apontar o caminho a seus patrícios.

RODRIGO OCTAVIO (*)

SIZINIO RODRIGUES

Caro Presidente

Dignos representantes da Família Rodrigo Octávio

Senhoras e Senhores convidados

Meus companheiros

Fácil não foi, de certo, a incumbência a mim confiada pelo nosso estimado Presidente de trazer, com uma palestra, a contribuição deste Clube às homenagens prestadas à memória de Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses, no ano em que se comemora o centésimo aniversário de seu nascimento. Não é que o assunto seja escasso, mas, ao contrário, demasiado vasto para caber no curto espaço de tempo outorgado pelos nossos estilos ao orador do dia. E à dificuldade dessa compressão inexorável de tempo se adicionou uma outra para agravá-la e me tornar tão agradável tarefa superior ao pobre engenho e pouca arte: o breve prazo de que dispus para rever a obra ingente e estudar a vida fecunda de tão grande vulto de nossa nacionalidade. Fale, pois, o coração, de onde, aliás, no dizer de Vauvernaques, promanam os grandes pensamentos.

Rodrigo Octávio, formado em ciências jurídicas e sociais pela tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, quando apenas chegava aos 20 anos, foi tudo a quanto poderia aspirar um homem de valor na carreira do direito e da administração pública: advogado militante, de larga clientela de causas importantes; membro do Ministério Público, a princípio, em comarca do interior, e, mais tarde, como Procurador Seccional da República; Secretário da Presidência nos difíceis tempos da consolidação do regime republicano; Consultor Geral, sucessivamente reconduzido a tão altas

(*) Conferência pronunciada no Rotary Clube a 9 de novembro de 1966.

e delicadas funções desde o ano de 1911 até o de 1928; professor catedrático de Direito Internacional Privado na antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e, por último, na culminância de uma carreira de juriconsulto, membro da mais alta cõrte de justiça de nosso país, o Supremo Tribunal Federal. Nesse interregno, conquistando fama de internacionalista emérito, representou o país em numerosos congressos e conferências internacionais, tendo tido o privilégio de participar do célebre conclave da Haia, sob a chefia de Rui Barbosa, e, mais tarde, atuar como nosso Delegado Plenipotenciário em missões de tal importância como a assinatura do Tratado de Versailles e a 1ª Assembléia da malograda, porém, àquela época, tão esperançosa Liga das Nações.

Tõdas essas atividades, de natureza jurídica, administrativa e diplomática, teriam sido bastante para encher a vida e consubstanciar a obra de um jurista de escol. Isso, porém, se apresentava como bem pouco para Rodrigo Octávio. Em meio a tantas fainas, ou de modo a bem realizá-las, conseguiu vagar e ensanchar para enriquecer a nossa literatura jurídica com obras publicadas, tõdas de alto teor científico e algumas tornadas clássicas, que somam a mais de uma centena.

Não se satisfaz, ainda assim, o seu espírito irrequieto. Não se contentou em ser jurista. Foi poeta, ensaista, memorialista, historiador, ficcionista, homem de letras, enfim, que, com estilo leve, despretenhioso, elegante e claro escreveu páginas brilhantes a enriquecerem os fastos da língua portuguesa no Brasil. Sua obra literária compete em extensão e qualidade com o labor jurídico, a ponto de se ficar em dúvida no determinar o que nêle prevaleceu — se o juriconsulto ou o literato — tão bem dosada se nos antolha a produção de seu trabalho intelectual.

Não me sobra tempo nesta sessão para analisá-lo detidamente sob qualquer desses aspectos. Não é êste um grêmio literário, nem sociedade científica. Outros já o fizeram em várias ocasiões e, principalmente agora, ao se lhe comemorar o centenário de nascimento, tais como Pedro Calmon, Francisco de Assis Barbosa, Aureliano Leite, Clóvis Ramalhet, Celso Kelly, Alfredo Cumplido de Sant'Ana, Pio Correia, Haroldo Valadão, Austregésilo de Athayde, Américo Jacobina Lacombe, Elmano Cardim e tantos mais. A poliantéia dessas peças oratórias servirá de ensinamento aos que não sabem, aos doutos proporcionará o deleite da rememoração e para a juventude será fonte de educação cívica.

O ponto a ressaltar, antes de tudo, neste breve escôrcço, é que Rodrigo Octávio, pelo que era e por tudo quanto fêz, constitui, no mais lúdimo sentido da expressão, um grande homem, varão ilustre de nossa terra, cuja vida teria necessariamente lugar de destaque na obra de um moderno Plutarco. Grande homem ele o foi porque pôde, soube e quis.

De certo, a natureza o dotou da equipagem para êsse fim indispensável: dotes físicos, que lhe tornavam atraente a pessoa; inteligência lúcida, capaz de bem focalizar os problemas, para lhes encontrar a solução; memória privilegiada, a serviço do talento; e imaginação fértil, a estimular o estro. Tudo quanto, porém, a natureza em profusão aos homens possa dar não basta para torná-los grandes. A grandeza se faz pela determinação de atingi-la, pela vontade de alcançá-la e pelo único meio que a ela conduz, ou seja, o trabalho pertinaz, dosado e metódico. E foi isso que caracterizou a vida de Rodrigo Octávio. Seguiu, por intuição, o que ensina Payot: «Todos os grandes homens se desenvolvem lentamente e com calma. Caminham com paciência. Os montanhesees que conhecem a montanha sabem que os turistas apressados cedo estacam, sufocados e desfeitos. Eles seguem a passo lento, porém regular.» E mais ainda: os fecundos trabalhadores intelectuais não se cançam durante o trabalho, porém antes, pensando em bem realizá-lo, e depois de o haver terminado.

Neste passo, permito-me contestar a afirmação do mestre em um dos capítulos mais interessantes de *Minhas memórias dos outros*. Depois de citar o mesmo Payot, em outro de seus livros, diz êle, referindo-se a si próprio: «Para seguir êsses caminhos, pequena foi a parte do esforço, consciente e deliberado, haurido no impulso de minha ansiedade ou no sentido de minha ambição. Aliás, sem grande confiança em mim, nunca me julguei com direito de ambicionar muita coisa, ou mesmo alguma coisa.» E mais adiante: «De mim, certamente, como consequência do instinto, do fundo estóico do meu temperamento contraditório nas alternativas da passividade resignada e da movimentação irremediável, graças à minha sinceridade impulsiva e às vêzes selvagem, de mim, certamente, derivou o anseio que me fêz oscilar o espírito de um para outro lado, na dispersão inconveniente que foi o de minha atividade.»

Essas afirmativas, feitas à guisa de confissão, deixam de corresponder à realidade e se desmentem pela própria vida e por

tôda obra do escritor. Não se lhe podendo duvidar da sinceridade, hã que atribuir o erro a um destes fatores, que em nada desmerecem o autor dos conceitos: de um lado, *nosce te ipsum*, conhecer-se a si mesmo, é ainda hoje o mais difícil problema do espírito humano, em suas limitações intrínsecas; e, de outro, a ânsia de perfeição, que não degenera no defeito psicológico do perfeccionismo estiolante, constitui característica dos grandes homens, que não se olham ao espelho em atitude narcisista.

Existe, porém, mais uma característica inerente aos grandes homens: não só nos livros eles aprendem; fazem-no, por entre os embates da vida, no convívio de seus semelhantes. E é este, precisamente, o aspecto da personalidade de Rodrigo Octávio que eu desejaria acentuar nesta palestra, situando-o, já então, como verdadeiro rotariano, sem ter nunca pertencido à nossa instituição.

O companheirismo, a amizade, o gosto do convívio, que servem de instrumento às nossas realizações, em Rodrigo Octávio vamos encontrá-los no longo transcurso de sua existência. Ele não se enclausurava para viver intelectualmente no frio recinto de um gabinete, de olhos apenas voltados para a frieza dos livros. Sempre viveu rodeado de amigos, na convivência dos pares, que, tantas vezes, redundam em mesquinhas invejas e grandes rancores; e por isso se torna mais difícil que o convívio com os dispares. Note-se-lhe a assídua participação no Clube Rabelais, na Panelinha, no círculo literário da *Revista Brasileira*, precursores da Academia Brasileira de Letras, de que foi fundador e ativo Secretário no afanoso período de sua formação. Fale a respeito de tão intenso espírito associativo o seu imediato sucessor na cadeira que lhe coube na Academia: «viveu com o pensamento e o coração voltados para o lar, os amigos, os discípulos e as instituições a que servia dentro do país e do estrangeiro.» Não podia, por tudo isso, deixar sem seu aprêço o Rotary Club do Rio de Janeiro, ao qual diversas vezes compareceu em reuniões festivas e nas dedicadas a assuntos internacionais.

Rotariano também era Rodrigo Octávio pelo culto que votava ao ideal de servir sob suas diversas modalidades, sobrepondo-o sempre ao próprio conforto e legítimo interesse pessoal.

Serviu em sua profissão inicial de advogado e em todos os demais misteres, com dignidade e senso profundo de ética. Serviu a comunidade, com intenso devotamento, e especialmente à

TRANSCRIÇÕES

comunidade maior, que é a Pátria, o ponto de poder exclaimar, na conversa com o Brasil, derradeiro capítulo de *Minhas memórias dos outros*: Trabalhei por ti quase quatro decênios e teu serviço quase me matou. É este um ponto «sobre que devias pensar. Tu não tens noção do que seja o meio termo, ou tudo ou nada. Para compensar a legião dos que empregas para não fazerem coisa alguma, tu sobrecarregas outros de um trabalho de tal modo pesado que mais parece uma pena, daquelas que o liberalismo de teus Códigos aboliu.» Serviu, como bem poucos o fizeram, a causa da Paz, do bom entendimento e das boas relações entre os povos, nas conferências e congressos internacionais de que participou, nas dissertações que fez perante sociedades estrangeiras e nas arbitragens que realizou pela confiança de grandes países em litígio.

Muito mais, infinitamente mais, poderia dizer de Rodrigo Octávio e suas ligações com o Rotary. Tudo isso, porém, poderá ser resumido e, por assim dizer culminado, ao me referir àquele a quem, num momento de inspiração e de ternura, dedicou a jóia deste soneto, recentemente repetido em várias oportunidades, mas que em nenhuma melhor caberia do que nesta:

No rabelaiseano convescote
Não me é possível hoje tomar parte,
Que eu, que já tinha em casa uma mascote,
Hoje sou pai de um pequeno Marte

Não é preciso mais comunicar-te,
Fico em casa a brincar com o pequenote,
Enquanto a loura irmã, com graça e arte,
Num cabo de vassoura corre a trote.

Transmite a nova aos nossos companheiros,
E se algum se lembrar disso ao *champagne*,
Sejam homens de espírito os primeiros

A desejar à nova criatura
Que uma fada sadia, altiva e pura
Neste mundo de prantos o acompanhe.

A fada ouviu, solícita, a prece do poeta. A gema que surgia, ele carinhosamente a lapidou, como pai a lhe plasmar o caráter e a lhe guiar os passos na vida, e como mestre, de quem o discípulo amado pode dizer o que Cícero disse do poeta Arquia.

Já percebestes, senhoras, senhores e companheiros, que assim aludo a êsse modelar confrade, dos primeiros na cronologia e no valor, ao extraordinário dirigente desta casa em outras éras, ao fino e elegante espírito, a quem do pai herdando o nome e tantas qualidades, é o nosso queridíssimo Rodrigo Octávio Filho.

O mestre, cujo centenário de nascimento o Brasil, agradecido, êste ano comemora, recebeu, ainda em vida, as mais altas distinções, neste país e pelo mundo afora. Completado agora um século da data em que viu a luz, outras muitas lhe foram prestadas, como poucos até hoje mereceram. Estou certo, porém, de que nada lhe terá sido tão grato na imortalidade real de onde vislumbra o que de bom neste mundo cabe aos seus, do que ter visto o pequenote do soneto suceder-lhe imediatamente na imortalidade simbólica da Academia, não *par droit de naissance*, mas *par droit de conquête*.

Recolhe, pois, que com direito o fazes, e partilha com os teus, caro Rodrigo, a homenagem sincera, que, com estas palavras desataviadas, presta o teu Clube, o nosso Clube, à memória imperecível de teu grande Pai.

A FICÇÃO NA OBRA DE RODRIGO OCTAVIO (*)

CELSO KELLY

— «Quero ver tudo; não me posso conservar sentado!»

Eis uma das confissões que ilustram *México e Peru*, (1940) livro de impressões, dêsse espírito universalista que tanto viajou pelo mundo e que soube retirar das mais variadas passagens da vida flagrantes transportados com rara felicidade para a literatura. Rodrigo Octávio, (1866-1944), uma existência de 77 anos, trouxe, na origem, a sensibilidade européia; sentiu, como poucos, os ambientes da cidade e fazenda, da metrópole e roça, da Pátria, a que serviu com dedicação exemplar; tinha os olhos abertos, senão mesmo escancarados, para o mundo — fôsse o Velho, da origem materna, da família dinamarquesa dos Langgaard, fôsse o Nôvo, em seus contrastes de pré-história, de um lado, de bandeirismo e pioneirismo, de outro.

Ao poder de observação, à sensibilidade fina e cultivada, à curiosidade insaciável do espírito, deveu Rodrigo Octávio algumas de suas admiráveis páginas de prosador. Vivência magnífica, extrovertida em letras! Um de seus gêneros de prosa é o fruto direto dessas vivências: são as *Minhas memórias dos outros*, em que transita pelas impressões de viagem, de convívio e de encontros, pelo retrato psicológico de tantas personalidades, pelas reflexões filosóficas ou sociológicas, pelas pequenas narrativas, pelo ensaio de contos — contos curtíssimos —, pela animação dos diálogos, a caminho do teatro. Nelas convergem pendores e experiências do memorialista, tôda uma vida rica refletida ou fragmentada no pretexto de pequenos episódios. Talvez o mais despretenso de seus livros a linguagem ao correr da pena, sem

(*) Conferência no Pen Clube.

apêlos a imagem ou recursos retóricos: certamente, o de maior densidade evocativa, o de penetração mais extensa na galeria humana, a que se incorporava.

Quem, em fase amadurecida, se tornara memorialista de tal porte, teria de revelar, desde cedo, em suas primeiras pretensões literárias, a inclinação pelo conto e pelo teatro: ambos decorrem daquela mesma preciosa vivência que ali alimentaria as Memórias. No conto, porém, se fala em ficção; nas memórias, a intenção é a história em fragmentos. Estórias e histórias, a resultarem do convívio das criaturas, sob a observação arguta dos mais sensíveis. A semelhança de outro, de seu tempo e geração, começaria por empreender no teatro e no conto as suas primeiras experiências. O exemplo de Machado de Assis estimulava os companheiros. Dificilmente alguém se interessara tanto pelo teatro quanto o autor de «Lição de Botânica» — não só como comediógrafo, de êxitos menores, assim também na qualidade de crítico e cronista, e na condição humana, fiel aos espetáculos, por freqüentá-los e por os referir ao longo de seus romances e contos. Esteve-lhe o teatro presente por toda a vida. Já no conto, o mestre de *Dom Casmurro* alcançara singulares sucessos, obscurecidos pelos do romance, gênero à época mais prestigiado — embora Lúcia Miquel Pereira não hesitasse em proclamar: «foi, incontestavelmente, como contista que Machado de Assis fez as suas obras-primas.» Não seria indiferente a Rodrigo Octávio a fecundidade de Artur Azevedo, que, por igual, repartira, entre o conto e o teatro, as suas preferências, numa «linguagem simples e correntia», a ponto de ter levado o Sr. Herman Lima a caracterizar a arte de Artur Azevedo, ao lado do seu dom de narrador, na «exceção que constituiu o seu estilo desativado, num tempo de prosa atormentada e sobrecarregada de ouropéis.» Tantos outros estímulos se fizeram sentir em Rodrigo Octávio, decisivos na sua dupla opção pelo conto e pelo teatro. Neste se fixou em duas peças significativas: «A Estrada» (1907) e «Coração de Caboclo», aquela a situação crítica de um advogado, um drama de amor, honra e suicídio; esta uma nota regional, de plena ambiência agreste, duas personagens em cena: Jango e Pai Tristão, mais duas personagens referidas: Maria e Anselmo. A profissão, as andanças pelo interior, a promotoria em Santa Bárbara, a remota magistratura em Paraíba do Sul e Iguaçú, a freqüente mudança de cenários enriqueceram a mocidade errante de Rodrigo Octávio. É no

painel de sua própria vida» que o escritor — o ficcionista sobretudo — encontra «o pano de fundo da criação artística», segundo o registro oportuno do Sr. Oliveiros Litrento.

Gênero menor, mal compreendido e julgado àquele tempo, o conto, que tivera — no Brasil como e em outros países — as verdadeiras primícias na tradição oral (nunca é demais recordar a figura dos velhos africanos nômades, contadores de história, que, no Brasil, consolavam os escravos e acendiam a imaginação das crianças), só mais tarde ganharia o prestígio e «a atenção de que muitas vezes é credor», na reivindicação sincera que já então lhe fazia mestre Machado de Assis, o qual, em abono da tese, invocava a preferência que também lhe dispensara Diderot: «Ninguém ignora que ele não só escrevia contos, e alguns deliciosos, mas até aconselhava a um amigo que os escrevesse também. E eis a razão do enciclopedista: é que, quando se faz um conto, o espírito fica mais alegre, o tempo escoá-se, e o conto da vida acaba, sem a gente dar por isso.» Em nenhum outro gênero a vida transparece, como no conto: o inglês *conta* uma «história», o francês *tece palavras* em torno de uma situação dramática, o russo *conta* as profundezas da alma humana, o nosso Machado de Assis *filosofava* irônicamente sobre o grotesco de suas criaturas: nesse registro, Edgard Cavalheiro — a quem se devem as «Maravilhas» da Cultrix — estabelece alguns contrastes. Trágico ou jocoso, lírico, sentimental ou dramático, fantástico ou policial, o conto admite tantas variações, desde o naturalismo de Maupassant ao psicologismo de Tchecov e firmou-se como um dos gêneros mais difíceis — na sua aparente simplicidade — e mais prestigiados, sobretudo nos Tempos modernos, como que a atender à recomendação de Edgar Allan Poe aos americanos: temos necessidade de literatura curta, concentrada, penetrante, concisa, ao invés de extensa, verbosa, pormenorizada, inacessível... É um sinal dos tempos... a indicação de uma era na qual o homem é forçado a escolher o curto, o condensado, o resumido, em lugar do volumoso — numa palavra, jornalismo em lugar de dissertação.» Na imprensa brasileira — jornal ou revista — nasceram alguns dos nossos contos antológicos.

Rodrigo Octávio exerceu o conto à maneira de seu tempo: descritivo, com discretas imagens, apurada a linguagem, retórico de quando em vez, marcante o tônus psicológico. Alternava com

alguns momentos de admirável simplicidade e lirismo. O homem que à profissão de advogado, professor e juiz, juntara condição de cultor das letras e de apaixonado conviva das belas artes e da música; o mesmo homem que freqüentava a tribuna das côrtes, os salões da diplomacia e os meandros mais variados da sociedade; o homem enfim que era personagem e espectador — transportou, consciente ou inconscientemente, para seus escritos, os frutos de sua observação e experiência. Aí a razão por que os seus contos e peças não se confinam em nenhuma dessas superadas classificações, para adquirir, quanto à temática e forma, uma feição compósita, à semelhança do autor, interessado e vitorioso em tantas áreas da inteligência. Seu exemplo desmentira a observação de Alejandro Casona: «as novelas, nunca as escreveram senão os que são incapazes de vivê-las. Ou se vai por um lado a viver aventuras, ou se vai por outro a escrevê-las.» Rodrigo Octávio viveu e ficcionou: não fez da literatura um refúgio de frustração. Na ficção, pairou acima do naturalismo cru, filtrando suas impressões no equilíbrio de virtudes que lhe caracterizavam a vida e a obra. Parece que comungava com o que dizia o velho Anatole France: «Se eu tivesse de optar entre a beleza e a verdade, preferiria guardar comigo a beleza, convicto como estou de que ela traz no seio uma verdade mais alta e mais profunda que a própria verdade.» Num como noutro, o esteticismo presidiria à existência e ao pensamento.

Aristo (1882), novela ou conto alentado, é um constante pretexto de episódios para digressões filosóficas e para o jogo de imagens. O cenário está constantemente apresentado: «via-se a terra, suavemente, como que através de uma lágrima.» Ou, nessa paisagem, de acentuada influência teatral:

«... o sol que ainda não pensava em levantar a cabeça adormecida. Ia-se adelgacando a noite espessa que velava as paisagens da natureza. Como que das bambinelas fantásticas das nuvens, maquinistas invisíveis alçavam, uma por uma, as muitas telas de escura gaze transparente que acumuladas formavam a muralha impenetrável da noite. Através da terra rarefeita, ia-se destacando o perfil longínquo das serranias distantes.»

A visão do pintor impressionista acompanhou o escritor: «De tarde é a natureza que se dissolve no caos, agora era o caos que se organizava novamente nos variados e verdejantes acidentes da natureza.» O paisagista — amigo íntimo de Henrique Bernardelli e de Raul Pompéia, que lhe fizeram as ilustrações de *Aristo* — está presente em todas as páginas da novela. Agora, a cena culminante do ermitão, personagem central:

«Como tardassem os sinais de renascimento, o velho, chegando bem ao rosto da encantadora doente, aplicou-lhe a boca seca na polpa macia dos lábios, descordados agora. E o velho respirava fortemente, com sofreguidão, como querendo, com o fôlego quente, aquecer o sangue o reacender a chama daquela alma, que parecia apagada. O contato dos lábios frios e inertes de Eulália, aquele beijo longo e inconsciente trocado com ânsias, animou por tal forma a velha carcassa do velho misantropo que nesse momento talvez *Aristo* de bom grado transfundiria no corpo moço de Eulália a vida que lhe palpitava no velho coração, morrendo ele naquele instante, único vivido de sua longa existência morta.»

Contos de ontem e de hoje (1932) reúne uma série de pequenas histórias, tocadas no mais vivo interesse. «É de ouvido que conto, porque não é de meu tempo que essas coisas que vou contar se passaram»: é aí que começa a narrativa de um ancião africano, *Pai Joaquim*, em *Gongo Velho*, num arraial a algumas léguas de Ouro-Prêto, em torno de uma rebelião de escravos, com o sacrifício de um dos senhores e a vingança do sobrevivente. Em *El-rei*, «o pequeno rei onipotente», consagra o prestígio da música:

«Pouco tempo depois uma coisa extraordinária começou a lhe chegar aos ouvidos; um murmúrio, uma vibração trêmula e palpitante, uma harmonia deliciosa e e comovedora que penetrava as almas como um luar melancólico. Música suave e doce como um crepúsculo, crescendo e diminuindo como uma oração matinal soluçada por monges na solidão de uma nave deserta...»

Em *O Sapo*, conto dramatizado, outro da coletânea *De ontem e de hoje*, o autor dá, mais uma vez, a medida de seu poder

descritivo, ou paisagístico. Agora predomina o pintor, a fixar um cenário paulista:

«Descortinava-se daí o panorama da fazenda. O casarão branco, de muitas janelas quadradas, antigo, os terreiros estendendo-se cobertos de café em grão secando ao sol, a longa senzala triste e escura, habitação sombria da negra legião submissa de cativos, a casa do engenho, a grande roda, parada, aproveitando também o descanso do sétimo dia da criação, e mais longe, pelas colinas próximas, os cafesais plantados em alas como um inumerável exército, imóvel, formado em pelotões.»

Engenhoso, na armação dos contrastes, de sabor de palco, é essa historieta *Destinos*, diálogo entre duas peças, recolhidas a um depósito de ferro-velho: a mesa da cortesã e a mesa do necrotério:

A *primeira* — «na minha pele fria passavam elegantes frascos de cristal e todo o arsenal da beleza feminina»;

A *segunda* — «Presenciei muda, e mais gelada ainda do que me fez o ventre da terra, a brutalidade fria das autópsias e a angústia sem par dos encontros lancinantes.»

Impressões avulsas estão reunidas em *Rapsódia*. Uma delas, de Havana, colhida do quarto em que o autor se encontrava, no Hotel Sevilha. Será um conto? Será uma reminiscência? É uma pequena historieta, o episódio gracioso de uns pés «distraídos e travessos», que o olhar do escritor colheu desprevenidos nos extremos de um leito, janela aberta, frente ao hotel. Tão pouco de um corpo feminino, a inquietar uma alma masculina, naquela hora devorada pela curiosidade... Algumas poucas páginas, porém com aquela vibração que lembra, em *Vinte e quatro horas da vida de uma mulher*, de Stefan Zweig, a eloquência e a dramaticista em relação a duas mãos numa mesa de jôgo. Nesse livro *Rapsódia*, de curtas divagações, os conceitos se oferecem a cada passo. Teria consignado êsse escrito em Vichy: «A aventura não está na fortuna, no amor, no sucesso; está na harmonia da existência, com as aspirações do espírito. Da dificuldade em

ajustar essa harmonia é que sucede que ninguém é feliz.» A êsse tema, da felicidade, volta várias vezes, inclusive em «O Rebelado, de *Contos de ontem e de hoje*.

«... só depende de nós mesmos, da nossa faculdade interior de nos despreocuparmos da miséria humana.

«O ideal é inimigo da ventura.

«Poderia ter sido feliz, porque muito trecho de minha vida houve em que a poderia ter gozado se o estado de meu espírito me deixasse compreender a bondade do presente.»

Em *Águas Passadas* (1914), há flagrantes a registrar como entre os que mais bem traduzem a acuidade de observação e o poder descritivo do autor. A cena de jôgo, a primeira visão de Mônaco, os salões do Casino, o retrato evocativo do Brasil, a família e o amor clandestino, o pressentimento de um suicídio e uma carta de amor, constituem páginas autônomas, vivas, curtas, felizes, no contexto de uma aventura.

Em «A Sessão do Instituto» (dos *Contos de ontem e de hoje*), o autor se confessa biógrafo de si mesmo: «O caso é verdadeiro tanto quanto o posso afirmar, pois se passou comigo.» Um pequeno episódio de infidelidade, sem quaisquer conseqüências, o que não retira à narrativa, cheio de *suspense e humour*, o maior interesse. Ao voltar de reunião de confrades, noite alta, a espôsa lhe pergunta pela gravata. Surprêso e surpreendido, tece, de logo, uma explicação: o calor, a retirada dos paletós para o trabalho, a situação à vontade... Dá dois passos e se vê ante o espelho com uma «gravata de plastron, de côres vivas, gritadoras, barulhentas, que não poderia passar invisível de olhos, mesmo que pouco vissem...» Confessa: «O pêso da humilhação, me fixou no soalho.» Uma semana após, na habitual quinta-feira das reuniões, a espôsa pergunta ao marido:

— «Tu hoje não tens sessão no Instituto?»

— Mas não! O meu Instituto és tu...»

Enfim, na vasta obra de Rodrigo Octávio, não será o *conteur* ou novelista que ganhará a palma. Seu espírito universal se afirmou em tantos domínios: do direito à diplomacia, da advocacia à magistratura, do ensaísta à cátedra, do fóro nacional às lides

internacionais, das ciências sociais e jurídicas às letras, das memórias à poesia, ao teatro e ao conto. O que há de singular é essa universalidade. Na companhia dos confrades do tempo, freqüentou as letras, não como dileitante, mas como praticante fervoroso e sensível. Cultivou a ficção à maneira da época, e confundia-se em sua obra, tantas são as passagens em que personagem e autor se justapõem. Dotado de vasta cultura e experiência, não se limitaria, na ficção, a ser um descritivo ou um imaginoso: esteve presente em tôdas as páginas pelo conceito ou pela reflexão. Isto empresta à totalidade da obra uma riqueza excepcional. Essa vivacidade, essa inquietação por todos os gêneros literários, essa condição *viva de conteur* (que é o *causeur*) prolongar-se-iam em quem lhe herdou o nome e os talentos.

Com essas considerações, o P.E.N. Clube do Brasil se associa às celebrações do centenário de Rodrigo Octávio, um de seus fundadores, ao lado de Cláudio de Sousa. Nasceu o Centro Brasileiro dessa associação mundial de escritores num grande banquete, e, ao longo da mesa do jantar ou da ceia, reuniu-se cada mês. Preocupava-se de intensificar o convívio entre os escritores, cuidando sempre de defender a liberdade de expressão. Não havia sido em seus primeiros tempos uma tribuna. E, logo de início, foi exatamente Rodrigo Octávio quem, levantando-se, exclamou:

«Peço a palavra, meus confrades, não para falar, mas para guardá-la no bolso...»

Fórmula irônica e feliz de evitar a oratória no clube dos homens de letras. Cláudio de Sousa, entretanto, doando-nos um auditório, estimulou as tertúlias literárias. Erigiu-se a tribuna, e numerosos têm sido os seus ocupantes. A tribuna não poderia conservar-se muda quando, por tôda parte, se comemora o centenário de quem tinha guardado, zelosamente, em seu bolso distante, a palavra oratória... A celebridade vence o silêncio. A semelhança das estátuas clássicas da Grécia que atravessam séculos em sua eloquência muda...



Rodrigo Octávio e Rodrigo Octávio Filho

RODRIGO OCTAVIO, PAI E FILHO

AMÁVEIS NO VERDADEIRO SENTIDO: DIGNOS DE SEREM AMADOS (*)

Rodrigo Octávio e seu filho foram promotores de animação, criadores de energia, arquitetos de laborioso edifício, paladinos nas linhas dianteiras da ação social, modelos de bom convívio, beneditinos da agremiação inteligente. (*Pedro Calmon*).

«Os mortos, quando queremos recordá-los, ressuscitam, na atenção das criaturas.»

Estas palavras foram ditas por Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses Filho ao tomar posse da Cadeira nº 35 da Academia Brasileira de Letras, na qual — caso único na história da Casa — sucedia a seu pai, que tinha sido um de seus fundadores e maiores animadores. A eleição tinha sido disputada por três candidatos; o vencedor, ao lançar-se à luta, sabia que corria um risco. Também em seu discurso de posse, no qual, como manda a tradição, devia traçar o retrato de seu antecessor, disse: «Mas, nesta Academia, desoladoramente, era uma vez Rodrigo Octávio...» As mesmas palavras que dedicou ao pai, que tanto amou, servem para traduzir agora os sentimentos de todos os que conheceram, e por isso tanto amaram, o filho.

IMAGEM E SEMELHANÇA

Os dois foram poetas, escritores, advogados, homens de temperamento muito comunicativo. O pai exerceu muitos cargos im-

(*) Reportagem do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1969.

portantes na vida pública; o filho, em empresas particulares. Herdaram seu nome do primeiro Rodrigo, que não era Octávio, mas Inácio, e que depois de adotar o nome duplo, com autorização do pai, deu-o ao filho, e este a seu neto. O nome ficou tão conhecido e famoso que passou a ser o da família, por circunstâncias que fugiram a suas próprias intenções.

Rodrigo Octávio, o Pai, e Rodrigo o Mõço, como o chamavam, descendem de família baiana, do lado paterno, e de dinamarqueses pelo materno. O primeiro nasceu em 1866, em Campinas, no Estado de São Paulo. O segundo em 1892, no Rio de Janeiro, na «linda terra carioca, com o encanto de sua rica moldura de montanhas, com a doçura de suas praias claras, com o cântico misterioso de suas ondas.»

Faleceram, respectivamente, em 28 de fevereiro de 1944 e 20 de abril de 1969. O pai escreveu mais de 50 obras como poeta, jurista, historiador, novelista. Seu grande livro é *Minhas memórias dos outros*, que lhe deu o título de um dos maiores memorialistas do país. Estreou muito cedo, aos 20 anos, com o livro de poesias *Pâmpanos*. Com seu filho, fundou a *Revista Jurídica*.

Este escrevia para a revista *Fonfon* e depois publicou, aos 20 anos, um livro de poesias, *Alamêda noturna*. O pai era parnasiano; o filho, simbolista. E este, talvez sem se dar conta, também se revelou memorialista, com o livro *Velhos amigos*, no qual evoca seus companheiros de mocidade. Os mais queridos, com quem fazia a *trinta*, foram Álvaro Moreira e Filipe de Oliveira, «seus irmãos de espírito e de coração.» O poeta querido, o mestre, o amigo foi seu tio, Mário Pederneiras, irmão de sua mãe, D. Marieta. Mário, o poeta da cidade do Rio de Janeiro, Mário, para quem «homens ou idéias eram sempre bem-vindos, desde que aparecessem com a roupagem das emoções novas ou conseguissem, no cortejo banal da humanidade, trazer uma luz inédita que iluminasse alguma perspectiva desconhecida.» Outros grandes amigos desta fase: Ronald de Carvalho, Olegário Mariano, Alceu Amoroso Lima.

Adorava Paris, onde esteve muitas vezes e da qual, na infância, «fizera um curso completo... 1902, 1907, 1910.» Em 1913, passou uma longa temporada com seus amigos Filipe e

TRANSCRIÇÕES

Álvaro naquela Paris de «véspera da Grande Guerra. A alegria do mundo nada mais era do que a superstição da tragédia que estava perto.» Mas os três amigos iam «realizar alguns sonhos sonhados durante os dois primeiros anos de nossa amizade, nascida na pequenina e modesta casa de Mário Pederneiras. Trocávamos as nossas longas caminhadas pelo cais do Flamengo, por lentos passeios nas duas margens do Sena.» «*T'es dans la rue, va, t'es chez toi*», diria o poeta e cantor Aristides Bruant, a quem se tornaram amigos e cujo cabaré freqüentavam, conversando, conversando «até que o último freguês desaparecesse.» E então Bruant sentou-se ao piano e cantou só para eles, quase em segredo, a obra de sua juventude, *A Saint-Lazare*. Das lembranças desta época poderia ter dito o poeta:

Fecho os olhos e sonho, enamorado
Desta minha saudade dolorosa,
Como se eu fosse um vaso abandonado
Ainda sofrendo a ausência de uma rosa.

O CHAMADO

Rodrigo Octávio Filho era casado com dona Laura, havia 52 anos. Desde 1922 moravam numa mansão em Botafogo, onde ela tinha sua sala de música; ele, suas bibliotecas; os dois, quadros, coleções de pratos de azulejo. Ali nasceram e casaram os filhos. E ali iam os netos, quase diariamente, em busca do «avô por excelência.» E depois os filhos destes, em busca do bisavô querido. Ali Rodrigo Octávio faleceu, pouco depois de ter chegado de um casamento.

O acadêmico Silva Melo, na sessão da saudade da Academia, falou Assim: «Acabava de chegar de uma recepção, já à noite. Tomou o livro para ir dormir. Recebeu o convite inesperado, imperativo, pois não sentia nada. Era o momento de partir. Estava à espera, havia pressa. Talvez haja discutido: 'Escute, estou pronto'. E partiu, grandioso, incomensurável, para o infinito.»

Porque Rodrigo Octávio Filho era sempre pontual. Dêle seu pai dizia: «Profissional da pontualidade».

SEMPRE UMA RESPOSTA

No dia seguinte, uma de suas netas, com 17 anos, escreveu esta carta:

«Vovô querido

Acabo de atender seu telefonema. Acabo de contar como estão todos aqui em casa. Sua voz é um devaneio e a minha é triste e calada.

Você que sempre foi o mais atencioso e dedicado chefe de família merece ter notícias nossas, merece uma satisfação de nossas vidas.

Vovô querido, as notícias de hoje são tristes. Fico calada para que você não sofra. Quero que você guarde apenas as alegrias. Você não merece nada além do bom. Fico calada, vovô. Você assim entende melhor.

Hoje tive vontade de conversar com você sobre tantas coisas... Falar dos meus amigos, que são também seus netos, como você mesmo sempre quis. Comentar os livros que leio e os meus estudos, coisas que você sempre estimulou.

Lembro-me perfeitamente dos netos todos sentados ao seu redor e ouvindo cheios de admiração suas estórias, que você com seu dom excepcional de comunicação fazia-nos viver. Juntos delirávamos, ríamos e sofriamos as mesmas emoções.

Lembro-me dos concursos de redação e das leituras de poesias depois do jantar. As vezes, confesso, não tinha a menor vontade de escrever ou ler, mas hoje eu agradeço todo o incentivo que você deu, ensinando-me a amar a cultura.

Lembro-me da correria dos netos às seis horas da manhã, todos querendo pegar um lugarzinho na sua cama e tomar o café com você.

Lembro-me da minha valsa de quinze anos, quando eu vibrei nos seus braços e você, orgulhoso, me conduzia como o mais feliz dos homens.

Vovô querido, nossos assuntos e lembranças são inesgotáveis. Amanhã, quando o telefone tocar de novo, perto da hora do jantar, eu vou contar muitas outras coisas. Nós nos entenderemos sempre, mesmo na nossa conversa calada.»

TRANSCRIÇÕES

Rodrigo Octávio Filho foi um homem para quem o encanto de ser avô superava vários outros. Foi também um homem que nunca deixou uma carta sem resposta, um pedido sem atendimento. Essas razões fizeram com que outra neta sua respondesse à carta acima, em nome de vovô:

Nunca deixei sem resposta a carta
o chamado, o sorriso,
sempre a tempo: e mesmo antes de ser oferecido
um carinho foi correspondido.

Maria Rita
Estou com meus pais, Titita
Alvaro, Filipe, Vera
a que partiu na primavera
Estou com os "velhos amigos"
Mas junto com os Rodrigos
de quem soubeste falar.

Que me lembram, como se tem que lembrar
Maria Rita
Escrevi na tua idade "a um Poeta"
Mas agora mudo o título "a uma Neta"
E assim respondo tua carta.

"Quando sentires o amargor da vida
Nos teus lábios ansiosos florescer,
a emoção de tua alma dolorida."

E sabes que o disse meu pai
Memória minha querida
"Canta minha alma canta! Neste mundo
Quando se canta vai melhor a vida."

A OBRA MAIS IMPORTANTE

O Embaixador Mario Amadeo, da Argentina, em discurso feito por ocasião da morte de Rodrigo Octávio, disse:

«Poucas vezes, no curso de sua sempre amena conversa, uma recordação, uma história do primeiro Rodrigo Octávio deixavam de afluir espontaneamente a seus lábios. Foi seu filho e foi, no mais amplo sentido da palavra, seu herdeiro. Herdeiro, porém, mais que de riquezas materiais, do patrimônio espiritual que lhe legara seu grande progenitor.»

Outra pessoa disse: «Era um homem vocacionalmente inclinado à amizade.» As muitas palavras de carinho que foram ditas a seu respeito, enquanto vivo e depois que já não o é mais, são prova disso.

Tristão de Ataíde escreveu:

«Essa capacidade de harmonizar qualidades aparentemente opostas é que pode ser atribuída a essa veia poética desaproveitada que circulava dentro d'ele e que tornava tão pouco profissionalizado êsse profissional de vários cargos práticos (...)

«O que em Schmidt foi *drama*, no nosso Rodrigo foi sedução, foi *charme* inconfundível que irradiava porque se iludia pelas fibras mais íntimas de todo o seu modo de ser. Era um perfume de invencível simpatia que fazia de um encontro fortuito com o Rodrigo senão uma *joy for ever*, pelo menos um banho de cânfora por um dia inteiro.

«A poesia que nêle não chegou a florir em grandes obras, como que nêle se diluiu subconscientemente, em tôdas as atitudes, em todos os atos mais terra a terra de uma existência de homem de ação. Sua obra prática foi a sua própria vida.»

UM POUCO DE SUA OBRA PRÁTICA

Rodrigo Octávio Filho não foi uma personalidade dispersiva, mas uma personalidade de várias facêtas. Era um homem bonito, vestia-se com elegância — na juventude mesmo com algum exagero. Gostava de dançar e de nadar, de remar porque amava o «mar calmo, mar amigo; o que eu gosto mesmo no mar é o horizonte.» O homem de família, o poeta, o escritor, o historiador, o acadêmico, o desportista, o diretor de empresas, associações, clubes, o advogado, o rotariano, o leitor inveterado, o conferencista, o conservador cheio de verve, o «homem de boa vontade», como êle mesmo se considerava, todos se enfeixavam em sua personalidade. Foi homem pronto a colaborar; assim, por exemplo, durante a guerra, viu-se impellido a inscrever-se entre os primeiros bombeiros voluntários.

Rodrigo Octávio Filho falava francês perfeitamente. Em conversa em um jantar, em Paris, comentou que êle e seu pai advogavam há vários anos, provocando em um ouvinte esta rea-

TRANSCRIÇÕES

ção: «Engraçado, nunca os vi no tribunal aqui em Paris.» Outro fato que demonstra como era facilmente confundido com um filho da terra que admirava tanto foi quando André Maurois veio ao Brasil, e foi saudado na Academia Brasileira de Letras por Rodrigo Octávio Filho. «Pensei — disse — que ia ser saudado por um acadêmico brasileiro, mas o fui por um escritor francês.» E no entanto, seu pai, e não ele, escreveu três obras em francês, no fim da vida.

A Aliança Francesa no Brasil teve-o por mais de 12 anos como presidente. Ao ser distinguido, junto com outras personalidades das Américas e países da Europa, com o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Nancy, foi ele o escolhido para agradecer, em nome de todos.

Viajou muito, teve algumas missões no estrangeiro, mas só uma oficial, ao Peru; ao contrário do pai, que tantas vezes representou o Brasil no exterior. Foi grande amigo da Argentina, da França, de Portugal. Sua morte foi noticiada por vários jornais franceses, entre eles o *Le Monde*, destacando o fato de ser Comendador da Legião de Honra. A morte, aliás, colheu-o em pleno trabalho. «Disseram que era rico — comentou um membro de sua família — mas era também um homem que trabalhava muito e ganhava muito bem. Que trabalhou, desde cedo e quando morreu, aos 76 anos, estava em atividade.»

UMA TRADIÇÃO FAMILIAR

Foi eleito em 1944 para a Academia Brasileira de Letras que muito cedo aprendeu a amar. Ele mesmo disse em discurso:

«Cresci e vivi em uma casa onde a Academia Brasileira era assunto de todas as horas e o encontro de acadêmicos fato de todos os dias.

«Menino ainda, sucedeu-me assistir por várias vezes às sessões acadêmicas realizadas no escritório de Rodrigo Octávio. Guardo na lembrança a fisionomia daqueles homens, sentados à moda de colegiais em festa, nas cadeiras simples que se comprimiam encostadas às paredes, e davam volta à mínguada saleta. Ainda os vejo: Machado, Veríssimo, Patrocínio, Laet, Euclides, Bilac, Alberto de Oliveira, Silva Ramos, Inglês de Sousa, Afonso Celso...»

Esta vivência estendeu-se pela vida tóda. Nunca faltava às sessões da Academia, era assíduo colaborador em tôdas as suas atividades e à mesa do chá era uma presença constante, viva e amena, cheia de calor humano. Freqüentemente levava ao convívio dos acadêmicos pessoas de sua família, especialmente os jovens. Decerto queria que participassem daquela vivência antiga e tão preciosa para êle. Não foi, no entanto, velado na Casa, como é tradição, porque sua família sabia que êle preferia sê-lo na residência em que passou a maior parte de sua vida.

OS MUITO AMIGOS

Êle mesmo disse: «Você é colecionador? Sou. E o que coleciona? Sorriso de criança, olhar de mulher bonita, saudades do tempo que passou. E principalmente amigos. Coleciono amigos.»

O amor de Rodrigo Octávio Filho por sua família, e de seus parentes por êle, era um fato para tantos quantos com êles conviveram e convivem. A fidelidade dêle para com seus amigos era outro fato constantemente verificável em seus escritos e nos que se referem a êle. Seu primeiro livro, *Alamêda noturna*, tem cada uma das poesias dedicada a um amigo. Os colegas da Academia ou das muitas outras atividades que exerceu, também, sentiram profundamente a personalidade amorável dêsse homem. Vizinhos, pessoas importantes, pessoas humildes, gente de qualquer côr, ao saber da morte de Rodrigo Octávio Filho, foram a sua casa dizer alguma coisa, sempre muito boa, sôbre êle. «Sabíamos que era amado — disse a família — mas não tanto assim.»

Uma vez recebeu um cartão de Natal que contém a seguinte dedicatória: «A Rodrigo Octávio — grande como o oceano e bárbaro no seu lirismo como a flôr silvestre, cumprimenta...» Deve ter sido o único a ficar sem resposta, em tôda sua vida, pois nêle anotou: «Não respondi. Fiquei sèriamente envergonhado.» Datou e assinou.

O MUITO AMOR

Dona Laura, sua espôsa, pianista, escritora e tradutora, foi a complementação perfeita. Inclusive nos detalhes práticos, que não eram o forte — apesar do sucesso nos negócios — daquele homem sonhador, introspectivo e ao mesmo tempo tão comunicativo,

TRANSCRIÇÕES

Ciro Freitas Vale chamou seu namôro com dona Laura «namôro de príncipes — porque começou muito cedo e depois do casamento nunca tiveram um dia sequer de arrependimento.» Rodrigo Octávio Filho considerava-se o «prisioneiro mais livre que existia, porque a compreensão, o respeito e a confiança são a base da recíproca liberdade.»

Por isso o poeta pode dizer:

«Nem todo o sonho neste mundo é vão»
Tu verás minha amiga silenciosa,
Nos longos passos que nós vamos dar,
Que, se às vêzes a estrada é dolorosa,
Outras vêzes iremos a cantar...
Uma dia, enfim, quando chegar o outono
E nossa vida mergulhar na bruma,
Não teremos a dor de um abandono,
Nem ilusões perdidas uma a uma...
E eu bem velhinho, poderei, então,
Sentindo teu olhar dentro do meu,
E tua mão sentindo em minha mão,
Pensar, para mim mesmo, olhando o céu:
"Nem todo o sonho neste mundo é vão."

CRIANÇA SEMPRE

Avô convicto e encantado, mais ainda do que tinha sido pai — o avô o é em dôbro, dizia — tinha uma história predileta: «Um menininho ouviu do avô, na véspera do aniversário dêste, o comentário de que não gostava de ganhar presentes, mas que 'amanhã, no dia dos meus anos, gostaria de receber um de você'. O garotinho pensou e respondeu: Se eu pudesse te daria um avô.»

Sentado um dia num jardim parisiense, viu um garôto pequeno correr para êle, de braços abertos, gritando *vovôzinho*, e sentar-se em seu colo. Não o decepcionou, tratando o menininho como um de seus netos queridos.

Dizia: «Tôdas as crianças gostam de mim. Por que me estendem os braços? Será manso o meu olhar? Ou continuo sendo uma criança?»

Em uma viagem para a Bélgica, um garotinho viajava sôzinho em seu compartimento. O trem, por causa de uma greve, teve que voltar da fronteira, Rodrigo Octávio tomou conta do menino

e levou-o, de táxi, para casa. A *chauffeuse* — porque era uma — percebeu e ficou tão encantada com o gesto que fez questão de «colaborar com a boa ação», cobrando-lhe somente a metade da despesa.

O SENTIMENTO DA ACADEMIA

Mas, grandes e pequenos, todos sofreram a boa influência de Rodrigo Octávio Filho. A Academia Brasileira de Letras dedicou-lhe uma Sessão da Saudade, à qual compareceram todos os acadêmicos que estavam no Rio. Dos 24 presentes (os ausentes fizeram questão de se justificar e de se associar à homenagem), 13 falaram.

Aurélio Buarque de Holanda disse: «Fala-se da amabilidade de Rodrigo Octávio Filho. Foi o companheiro amável. Rodrigo era amável nos dois sentidos. Mas tinha em seu espírito a capacidade de amar e porque a tinha no mais alto grau tornava-se digno de amor. Era amável, amorável, digno de ser amado. Tinha a bondade real, uma bondade intrínseca. Como disse Guimarães Rosa: 'Ele é bom, ele é sincero, ele é puro. Atente bem naqueles olhos; dali se irradia a bondade no seu mais alto sentido'. Não era estridente nas manifestações da bondade. Era discreto. A dicção era perfeita, o gesto adequado e o porte magnífico. A beleza viril, tudo ajustado ao tom do estilo simples, correntio. Em peças oratórias, o canto perfeito e acabado (...) Teria que lembrar aqui o pai e avô, o bisavô e o marido. A sua capacidade de dar-se parecia total.»

Silva Melo, que o conheceu no fim da vida, afirmou: «O mais perfeito de nossos acadêmicos. Dos que mais têm contribuído para o brilho de nossas sessões. Era impressionante vê-lo na intimidade da família. Tão meigo, tão cheio de calor.»

Gilberto Amado, que o conheceu menino, falou assim: «Sinto a morte desse querido amigo, desse homem que foi um grande cavalheiro da sociedade brasileira.»

Afrânio Coutinho: «A amável fisionomia que a todos nós encantava. Não é fácil dizer algo de novo sobre Rodrigo Octávio. Rodrigo era um homem discreto por excelência. Não se impunha,

TRANSCRIÇÕES

Não se atirava sobre os outros. Eram sua finura, o seu trato cavalheiresco, a sua bondade reunidas nesta expressão, nesta qualificação de discrição, que, a meu ver, lhe davam sua verdadeira posição de poeta neo-simbolista. Sua presença nunca se afastará de nós. Poeta, poeta, que era por instinto, por natureza, por vocação, por herança, poeta na vida. Flôr de homem que honrou a espécie e a raça brasileira.»

Uma frase de Peregrino Júnior: «Era aquela doçura sentada aqui ao nosso lado.»

Palavras de Alceu Amoroso Lima: «Nossa amizade começou nos bancos escolares. Foi uma amizade que não tem história. Rodrigo era por excelência o homem, tal como Afonso Reyes definiu o homem latino-americano, o *Homo cordialis*. Foi o homem representativo da alma latino-americana... Seu desaparecimento é um vazio que não será substituído por sua obra. Era personalidade oral, não oratória. Tomava a sério profundamente tudo o que fazia. Viveu a poesia mais do que a fez.»

O PESAR PELA PARTIDA

No adeus da Academia, Austregésilo de Ataíde falou: «Mal havíamos completado o quadro dos quarenta da Academia e já outro parte, e, desta vez, dos mais queridos por tantos dons de inteligência, amabilidade e educação, homem ilustre do seu tempo, guarda fiel das mais antigas e melhores tradições da fidalguia brasileira.»

Uma das inúmeras cartas que Dona Laura Rodrigo Octávio recebeu, depois da morte do marido, contém as seguintes palavras: «Não posso acreditar que tanta nobreza, tanta bondade, tanta gentileza nos tenham abandonado. Seu desaparecimento me torna amargo e me transtorna. Há seres que não deviam envelhecer nunca, nunca partir.»

O PAI

Esses sentimentos de seres que conviveram com Rodrigo Octávio existiram nele em relação a seu pai, desaparecido em 1944. Manuel Bandeira disse um dia, falando dos dois: «... por obra daquela irradiante simpatia e bondade que legou com o nome ao seu filho (os que não tiveram a fortuna de conhecer o pai, podem

senti-la no filho). Ao sucedê-lo na Cadeira nº 35 da Academia Brasileira de Letras, o filho falou sobre o pai amado e respeitado. Disse, em carta, datada de 1944, a Ribeiro Couto: 'Minha posse é só em maio. Vou deixar passar um ano da morte de papai. É preciso acalmar o coração. Em meu discurso devo fazer o possível para esquecer-me de que sou o filho!'

As palavras do filho, melhor que quaisquer outras, reviverão a figura de Rodrigo Octávio, o Velho:

«Venho de extensa caminhada, vencida passo a passo na piedosa devoção às letras, a que me conduziram o estímulo recebido de meu pai e de outros mestres, a convivência amiga de iluminadas criaturas e a solicitação fascinante dos livros — que num elo de presenças benfazejas povoaram, como privilégio, a paisagem feliz de toda a minha vida.

(...) «Na pequena casa nº 23 da rua Matriz Nova, em Campinas, morava gente modesta e austera. Foi lá que, no dia 11 de outubro de 1866, nasceu Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses.

«Era a casa do avô — Dr. Theodor Langgaard, dinamarquês de nascimento.

«O pai, Dr. Rodrigo Octávio de Oliveira Meneses, natural da cidade da Barra, belo tipo baiano das margens do São Francisco, era advogado hábil, orador fluente, político vibrante e liberal apaixonado.

«Rodrigo Octávio — o que, por seu esforço e talento se fez memorialista, contista, novelista, ensaísta, historiador, mestre, jurista, magistrado, internacionalista — foi antes de tudo, poeta e bom poeta. E o foi por consonância, em parte com sua geração literária; embora muito mais, é certo, pela sensibilidade, pela ternura, pela altitude e universalidade da imaginação.

Convivia com os boêmios da época «nos meios literários da Corte... Apadrinha-o Raul Pompéia e é logo admitido à convivência do grupo de *A Semana*, em cuja sala de trabalho, invariavelmente, às tardes se encontravam artistas e escritores.»

A PLÊNITUDE

Continua o filho: «Viveu com o pensamento e o coração voltados para o lar, os amigos os discípulos e as instituições a

que servia dentro do País e no estrangeiro. Idealista e desprendido, Rodrigo Octávio era, porém, daqueles que não se escondem na obscuridade. E' o que se percebe nos escritos através dos quais nos transmitiu de sua vida todo o encantamento pelos vínculos estabelecidos entre êle e os episódios e personagens que lhe ficaram estereotipados na memória.

«A derradeira *memória* registrada foi a que relembra o encontro com o amigo mais íntimo — o Brasil: 'Trabalhei por ti quatro decênios e teu serviço quase me matou (...). Envelhecer é um passo de transição; é um crepúsculo; e é desconsolador assinalar que a luz ambiente diminui e vai desfazendo o contorno das coisas que apraz ver, confundindo tudo numa penumbra, prenúncio de noite. (...) As minhas horas da tarde começaram cedo. O ritmo das ocupações me tomou as horas e fui, no silêncio, enchendo, momento a momento, as horas e os dias dos anos que foram vindo. Não tomes isso como lançamento. Nessa altura da vida não tenho razão para estar descontente. Vivi; poderia talvez ter vivido melhor, mais intensamente, mais afortunadamente; mais vivi a plenitude da vida que se me apresentou'».

«E servindo ao *grande amigo* foi, no correr da vida: Secretário da Presidência da República no Governo de Prudente de Moraes; Consultor Geral da República de 1911 a 1928; Subsecretário de Estado de Relações Exteriores no Governo Epitácio Pessoa; e Ministro do Supremo Tribunal Federal, nomeado por Washington Luís.

«Participou de 25 missões fora do país. A América — sua pátria mais ampla e muito estremecida. Árbitro de inúmeros tribunais internacionais. Acompanhou Rui Barbosa na Conferência de Haia. Formou na delegação que em nome do Brasil subscreveu o Tratado de Versalhes. Chefiou nossa representação à 1ª Assembléia da Liga das Nações. Assinou o tratado que criou a Córte Internacional de Justiça. Participou enquanto pôde de todas as reuniões pan-americanas e congressos de âmbito maior para estudos atinentes ao Direito Internacional Privado. Ministrou cursos e proferiu conferências em escolas e sociedades, na Europa e América. Foi condecorado por 17 países cujos Governos o agradeceram por serviços prestados à nobre causa do bom entendimento entre as Nações.»

O AMOR PELOS JOVENS

Adiante, disse Rodrigo Otávio Filho, sobre o pai:

«Na vocação de professor fez discípulos notáveis, e nos cursos jurídicos semeou em sucessivas gerações o grão fecundo de sua alcandorada e universal sabedoria. (...) Alterava a rotina da classe com a sua técnica pessoal de confundir-se com o auditório para trazer à superfície o espírito criador que havia em cada inteligência.

«O amor e o respeito pelos jovens foi um dos seus traços marcantes. Por isso, como mentalidade, nunca envelheceu.

«Foi o primeiro a publicar um soneto de Olegário Mariano. Gabava os exemplos de renovação erudita e harmoniosa que havia nos escritos de Ronald de Carvalho e Filipe de Oliveira. Reclamava a ausência de Alvaro Moreira quando não via sua assinatura nos jornais. No fim da vida, não deixava de sorrir, contente, ao descobrir, num verso de Manuel Bandeira, uma flôr de sensibilidade expressa em forma que não lhe ferisse os nervos requintados.

(...) «Na ansiedade de avançar pelo futuro, na vocação de empreender, nele se externava um traço essencial — o nervosismo; e faltaria equilíbrio nesta síntese evocativa se paralelamente ao intelectual pôsto em relêvo até agora, não vos falasse também do inquieto escravo da emotividade...

«Não se enclausurou, nem se tornou perdulário. Conciliando no coração as vozes de comandos opostas, com alto engenho se fez feiticeiro do tempo, exímio partilhador das horas e mestre insuperável no tirar proveito de conflito das tendências e dos contrastes da vida.

«Na Faculdade, nas redações de jornais e revistas, nos efêmeros grêmios literários de seu tempo de môço, nas portas dos editôres, nas mesas das confeitarias em voga, nos teatros, nas salas de conferência, nunca deixou de reunir-se aos companheiros diletos; e entre eles, tanto queria aos boêmios do tipo de Bilac, Emílio de Meneses ou Guimarães Passos, como aos mais velhos e austeros, do jeito de Machado e Nabuco.

TRANSCRIÇÕES

A FUNDAÇÃO DA ACADEMIA

«Quando se cogitou da criação desta casa, lá estava êle entre os fundadores, na pequena sala da *Revista Brasileira*, de José Veríssimo.

(...) «Podemos vê-lo ainda, — a figura jovem, movimentada e loura, nos primeiros conclaves, pregando confiança aos espíritos dispares, entibiados e, não raro, agoureiros, na antevisão da inviabilidade do projeto, dêste perigoso e de difícil acesso ao paraíso das letras...

«Na primeira diretoria, subscrevendo os estatutos, vem-lhe o nome logo depois dos de Machado e Nabuco.

«Primeiro instalou a Academia dos primeiros anos em seu escritório de advogado — sede provisória. Depois sugeriu algo ao 'seu constituinte e editor — o velho Alves, sem herdeiros — do qual mais tarde resultou o polpudo legado'».

A VENERAÇÃO FILIAL

«De Rodrigo Octávio, ao enaltecê-lo — e eu vos falo como privilegiada testemunha — posso afirmar que das maiores preocupações de seu afeto e inteligência foi esta Academia, a cujo destino e grandeza irmanou a existência, desde as horas esperançosas da mocidade até os últimos e sofredores momentos da vida.

(...) «Esta Casa foi para êle a continuidade do lar — mansão de uma nova família.

«Com meu antecessor aprendi a admirá-los e, também, reconhecer nas dignidades acadêmicas alto prêmio e meio certo de servir às letras nacionais.

«Acabo de reviver diante de vós a personalidade singular de Rodrigo Octávio.

«Falei-vos comovido e ufanoso, pois que a êle devo tudo: a vida, o destino e o que sou. Falei-vos fielmente por haver sido o mais íntimo companheiro de suas alegrias, tristezas e fadigas.

«Eu, que lhe fiz da sombra o meu caminho, venero-o ainda, como a um apóstolo, e jamais olvidarei a expressão evangélica de suas últimas palavras: 'Vai meu filho, cumpre o teu dever'.

«Ao deixar esta tribuna, vejo o último a partir: Rodrigo Octávio. Permitti-me, enfim, dirigir-me a êle com a exclamação que, agrilhoada, desde o início, me tortura a saudade — Meu Pai!»

Assim falou o môço, o herdeiro, o discípulo. E agora, na cadeira 35, também «era uma vez Rodrigo Octávio Filho», aquêlê que disse um dia:

«Quem vive na sombra deve esperar com paciência a hora da claridade. Que hora é esta que tanto esperamos? A da morte? Ou, simplesmente, a luz de um belo dia de sol?»

UM HOMEM FELIZ (*)

TRISTAO DE ATAIDE

Dizia Péguy, já no fim da vida, que a única descoberta real que tinha feito durante a existência inteira é que... a felicidade não existe.

Rodrigo Octávio Filho, o nosso Didi, foi a negação viva dessa descoberta de Péguy. Para mim, seu amigo desde uma infância comum no vale das Laranjeiras, *how green was our valley*... foi ele sempre a imagem do homem feliz. Do homem que recebera das mãos da Providência todos os dons habituais da felicidade terrena — uma mulher exemplar, filhos inteligentes e bonitos, uma carreira vitoriosa, pai famoso, bens de fortuna e de talento, viagens, livros, tudo de graça, sem fazer muita força — mas distribuindo com todos essa aura de felicidade vivida intensamente, que nunca procurou guardar para si. Pois sempre foi o oposto do egoísta.

Esse dom da irradiação sempre o caracterizou. Foi um extrovertido. Mas nele a extroversão não era, como tantas vezes sucede, nem propósito de promover a sua própria pessoa, nem a capacidade de chatear o próximo com que os aposentados, geralmente, transferem para os outros a sua própria margem de tempo disponível... O nosso Rodrigo foi sempre o oposto de tudo isso.

Não se preocupou nunca de fazer a propaganda de si mesmo. Era modesto com a mesma naturalidade com que as quaresmas florescem em março de cada ano, e as azáleas em agosto. Nem teve tempo jamais de tomar o tempo dos outros. Foi sempre um homem de ação, embora guardasse na alma o perfume de poesia

(*) Transcrito do *Jornal do Brasil*, de 1º de maio de 1969.

da sua mocidade simbolista, tão avessa ao espírito da vida ativa. Foi sempre um homem prático para quem o mundo exterior existia. Mas combinava de um modo extraordinariamente harmonioso essa absoluta capacidade de se conformar com a existência, em suas vicissitudes, e a nota nostálgica do poeta que, se nêle não brotou em flôres magníficas, como no tio, Mário Pederneiras, que tanto o marcou na vida, nêle viveu subrepticamente. A poesia, que não chegou a florir em grandes obras, como que nêle se diluiu subconscientemente, em tôdas as atitudes, em todos os atos mais terra a terra e uma existência de homem de ação. Sua obra prática foi a sua própria vida. Não a esgotou nos livros que escreveu. Nem tampouco a dissipou, como tantos boêmios, em noitadas e conversas sem fim. Assimilou essa essência poética a si mesmo, animando com isso de uma aura leve tudo que houvesse de prosaico na existência de advogado, de industrial, de banqueiro, se é que essas qualificações se enquadram numa personalidade tão amadorística como a sua. Nem mesmo o jornalismo o prendeu.

E é essa, das atitudes intelectuais, a menos escravizadora e a mais adequada àqueles que viveram para amadores e não para profissionais. E se recusam obstinadamente a qualquer enquadramento. Ou se sentem presos, quando forçados a uma disciplina profissional ou a tôda penosa obrigação de ganhar, com o suor, o pão-de-cada-dia. E, no entanto, a vida profissional do nosso Rodrigo foi levada rigorosamente a sério, como tudo que fazia. Como advogado, foi um advogado que cuidava de suas causas e estou certo que nunca na sua vida, enquanto no batente, perdeu um prazo ou se esqueceu de uma audiência. Como presidente de uma companhia radiotransmissora, e outras, procurou inteirar-se bem da sua tarefa, como o fêz igualmente na qualidade de diretor de banco. Foi o que demonstrou como presidente da Academia ou como dirigente de obras sociais. Ou como homem do mundo, que em môço fôra um dançarino emérito! Nunca deixou uma carta sem resposta. Nem sem um agradecimento a remessa de um livro. Com que remorso escrevo isto, pensando nas cartas sem resposta que se acumulam nesta minha mesa e nos livros que recebo, com tanto carinho e gratidão, sem um agradecimento... Ele não. Nunca se esqueceu até mesmo de um telegrama na data certa para felicitar um amigo. E no entanto...

MISSÃO CUMPRIDA (*)

TRISTÃO DE ATAÍDE

No entanto, como ontem deixamos com reticências, Rodrigo Octávio Filho era no fundo um amador e não um profissional. Nunca um boêmio, sem dúvida. Mas tampouco um escravo dos relógios, de que nos fala o poema de Cassiano Ricardo. Essa capacidade de harmonizar qualidades aparentemente opostas, é que pode ser atribuída a essa veia poética desaproveitada que circulava dentro dele e que tornava tão pouco profissionalizado esse profissional de vários cargos práticos. Houve também, dir-se-á, em um Augusto Frederico Schmidt essa superposição do homem prático e do poeta. Mas o que em Schmidt foi *drama*, porque sua poesia desabrochou numa florada genial, no nosso Rodrigo foi sedução, foi *charme* inconfundível que irradiava porque se diluía pelas fibras mais íntimas de todo o seu modo de ser. Era um perfume de invencível simpatia que fazia de um encontro fortuito com o Rodrigo, senão uma *joy for ever*, pelo menos um banho de cânfora por um dia inteiro.

Quando Alfonso Reyes quis definir o homem latino-americano encontrou a fórmula famosa que Sérgio Buarque de Holanda tão bem aplicou ao homem brasileiro: *homo cordialis*. Rodrigo Octávio Filho foi uma perfeita expressão dessa cordialidade latino-americana. E de modo particular brasileira. Pois o que essa cordialidade tem às vezes de excessivo em certas exuberâncias hispano-americanas, no brasileiro como que se atenua, pois não somos um povo de arestas mas de contornos.

E o nosso Rodrigo foi sempre um homem representativo dessa cordialidade humaníssima da nossa gente, tanto continental como nacional. A simpatia que dele irradiava era de uma espontaneidade, que não encontramos facilmente nos chamados homens simpáticos. Era uma simpatia tão pouco procurada, tão natural, tão do fundo da alma, que criava como que uma aura em torno de sua pessoa. E faz com que ele deixe não apenas uma vaga, pela qual já tantos palpitam, mas um grande vazio. Foi-se alguma

(*) *Jornal do Brasil*, 2 de maio de 1969.

coisa que tornava menos áspera a nossa vida de cada dia. Creio que não é apenas o amigo de há 70 anos que o diz. Muitos que só uma vez o conheceram dirão o mesmo. Basta lembrar aquêl sorriso iluminado, aquela bondade que transparecia dos seus gestos como de suas palavras, daqueles olhos onde a fidelidade tinha qualquer coisa de angélico, para que não haja nas minhas palavras apenas a saudade do amigo ou, ainda menos, a saudade de mim mesmo... Pois quando se vai assim, e de modo tão imprevisto, um pedaço grande da nossa própria mocidade, é sobre nós mesmos que choramos ao chorarmos o amigo com quem brincamos na infância; trocamos confidências na adolescência; viajamos pelo mundo e pelas idéias na mocidade; seguimos na maturidade caminhos paralelos sem nos vermos freqüentemente mas sem nunca nos perdermos de vista, até que os cabelos brancos nos uniram de novo, anos a fio, numa freqüência maior para a preparação de um encontro final que já não está em nós imaginar como vai ser.

De toda essa vida tão bem vivida, de um companheiro de viagem que passou por ela, escondendo aos outros os desgostos mas espalhando sempre o gosto de viver, o que mais ficou foi uma lição de felicidade tão ausente de um mundo e do momento em que Deus nos fez viver. «Não sou católico. Sou apenas um homem de boa vontade», contou-me Américo Lacombe que o nosso Rodrigo dissera há dias a um beneditino.

É desses homens de boa vontade que Deus mais precisa para nos curar da má vontade de viver em que andam os nossos desencontros. «Hoje me sinto tão feliz», dizia êle algumas horas antes de morrer em pleno convívio de amigos com quem se sentia sempre quase tão bem como junto aos seus queridos de um lar incomparável.

Mas sua missão foi cumprida: mostrar-nos a todos que a felicidade não é um mito. Não sei se isso aumenta a dor de o perdermos ou o consólo de o têmos tido conosco.

Olho em mim mesmo para o passado.

Dezembro de 1912. Dois jovens, de 19 e 20 anos, debruçados à amurada de um transatlântico, de partida para a Europa. Ao longe o barco de um pescador. Um deles murmura: «A emoção branca de uma vela.» Assim ainda e sempre o tenho, a 57 anos de distância, no ouvido da minha saudade.

RODRIGO OCTAVIO FILHO (*)

JOSUÉ MONTELLO

Eu costumava dizer a Rodrigo Octávio Filho que a sua amizade de companheiro fazia parte do meu patrimônio. E era verdade. Antes de entrar para a Academia, já éramos amigos. Quando lá cheguei, o convívio se encarregou de aprimorar essa afeição, de tal modo que, no seu caso, a palavra confrade se despojava de solenidade para ser realmente sinônimo de irmão.

Por isso, ao receber em Paris a notícia de sua morte, luto comigo mesmo para aceitar a idéia de que não irei mais revê-lo à hora de meu regresso ao Brasil. As imagens que dele guardo e que afloram à minha memória, ao rebato das primeiras saudades definitivas, não se harmonizam com a sua imobilidade física, entre as quatro lâmpadas dos tocheiros funerários, na sala mais triste da Academia Brasileira.

Rodrigo Octávio Filho vinha da última geração simbolista que se aglutinou em torno de Filipe de Oliveira e de Álvaro Moreira. Foi poeta da juventude, depois se especializou em falar de poetas, ultimamente preferia conversar sobre figuras e fatos históricos. Mas somente os seus companheiros de Academia tinham, nos últimos anos, a verdadeira dimensão das riquezas que ele guardava na memória, acumuladas por seu coração.

Seu pai, o velho Rodrigo Octávio, escreveu mais de 50 obras, como jurista, poeta, historiador, romancista, mas deixou em verdade apenas um grande livro, *Minhas memórias dos outros*. Na reminiscência dos companheiros achou ele a melhor substância de si mesmo como escritor.

Rodrigo Octávio Filho vinha seguindo, talvez sem dar por isso, o caminho paterno. Apenas com uma diferença: o velho Rodrigo Octávio pôs no papel as suas recordações, ao passo que ele se limitava a dizê-las em voz alta, no improvisado das sessões habituais da Academia. A propósito de uma data, de um fato ou de um nome, o memorialista pedia a palavra, e a evocação enchia a sala com o seu colorido de emoção genuína.

(*) *Jornal do Brasil*, 1º de maio de 1969.

Dêle não guardarei a lembrança opressiva do seu velório. O que ficou comigo, prolongando-lhe a presença é o ser vivo e afetuoso que não sabia ofender ou melindrar ninguém. Ele quis fazer da vida um contínuo tirocinio de cordialidades, e o fez. No meu pequeno mundo de lembranças, só o vejo aureolado de alegria. Tenho mesmo a certeza de que, nos muitos caminhos que a vida lhe proporcionou, e ele percorreu com dignidade, não deixou uma só mágoa.

Sucessor de seu pai na Academia, êle nos deu a impressão, há três anos, quando se encerraram as comemorações do centenário de nascimento do velho Rodrigo Octávio, de que vivera para coordenar a apoteose dessa efeméride. Dividindo-se entre o Rio de Janeiro e São Paulo, para estar presente às solenidades que a data inspirara, parecia estar concluindo a sua obra mais feliz. Era o homem plenamente realizado, quite com a sua mais bela aspiração.

Daí em diante a vida há de ter sido para êle uma dádiva suplementar. Vivia para a família, os amigos e os livros. E tudo quanto pudesse constituir ruído e festa só encontraria nêle a ressonância de sua gentileza.

Seu último livro — a primorosa conferência sôbre o Embaixador Ramón J. Cárcano, na Embaixada argentina — começa com estas palavras: «A melhor maneira de santificar a nossa própria vida, através do fluído de emoções de tôda natureza, diluindo horas de beatitude ou horas sofridas com ou sem resignação, é provocar o encontro de nossa memória com as criaturas que nos deram motivos para bem querê-las.» E numa confidência: «Tenho dentro de mim, e por essa mercê levanto as mãos ao Céu, o dom de irmanar e solidarizar, dentro da mesma redoma emotiva, a lembrança e a saudade das criaturas, vivas ou mortas, que por bondade me alimentaram o espírito e me enterneceram o coração.»

A solenidade diplomática, obrigando Rodrigo Octávio Filho a pôr no papel da escrita a sua conferência, levou-o a definir-se a si mesmo, ao puxar o fio comprido de suas reminiscências a propósito do velho Cárcano. Diante do espelho, pintou êle a sua própria efigie. Dizia Joubert que a noite da vida traz consigo a sua lâmpada. Rodrigo não quis que a sua se extinguísse, sem antes mandar aos amigos o seu auto-retrato.

BIBLIOGRAFIA

JOSÉ MARIA EÇA DE QUEIROZ:
Seara dos Tempos, Angola no Presente, Angola no Passado, s.d.

Tendo lido o interessante livro intitulado *Seara dos tempos, Angola no presente Angola no passado* que me foi entregue em uma das nossas reuniões, dêle dou hoje a minha opinião.

Foi o mesmo escrito pelo Sr. José Maria Eça de Queiroz que o dedicou cá Lua e ao Sol, essa Lua branca e espectral que se ergue como um espírito puro sobre as águas macias do rio Cutio e aquêle Sol róxo e dourado que se esconde como um deus triste por traz dos coqueiros do Mussul.» Foram estas as suas palavras.

E o autor da família do famoso escritor do mesmo nome, aquêle que encarou as coisas da vida, as mais puras, com ironia e que cedo se revelou um escritor de estilo único, autor que foi de deliciosos livros que são, dentre outros, *A Ilustre Casa de Ramires, Os Maias*, pitorescos e originais romances.

O estudo sobre Angola em aprêço que aparece em português e em inglês vem acompanhado de muitas fotografias e aquarelas e consta de vários capítulos e êsses precedidos de uma «Explicação e um Prelúdio.»

É a descrição de uma viagem a partir de Lisboa até Angola realizada em um avião. Narra o autor do livro que ao atingir em avião a essa província ultramarina portuguesa na Africa Ocidental, a viagem prosseguiu em uma

embarcação pelo rio Cutio afluente do rio Cubango que é um rio de considerável importância e extensão na Africa Ocidental, como é também êsse afluente que muitos o consideram como sendo o rio principal e aquêle o afluente.

O trajeto feito nessa via fluvial foi bastante apreensivo pela quantidade de grandes hipopótamos que nela se encontram e que qualquer esbarro dêles pode causar a virada das embarcações geralmente de madeira, causando acidente de triste consequência, tanto mais que nas margens dêsse rio aparecem muitos crocodilos.

A propósito da presença dêsses hipopótamos foi observado que êles se assustam com o ronco dos motores, fastando-se dêles ao ouvi-lo.

Após um longo percurso a embarcação atingiu a um ponto da margem do rio denominado «ponto de passagem» onde os viajantes desembarcaram e pernoitaram próximo dêsse local.

O autor dessa narrativa escreveu que ao avistar à noite a lua nada viu de mais belo do que a grande lua da Africa Central, precisamente naquele momento soberbo em que ela começa a desdobrar a sua luz quase baça de fantasma sobre a esteira caprichosa dos meandros do rio Cutio.

A propósito dêsse rio se registra uma curiosidade hidrográfica, qual seja a citada por Humboldt, o grande naturalista e viajante: que com uma única exceção em todo o mundo nunca dois rios diferentes se ligam por intermédio de seus afluentes, confluente ou afluentes dos confluente, o que é realmente verdade. Não se conhecem bacias hi-

drográficas diferentes, onde haja ligação de qualquer de seus pontos.

Esta anormalidade pertence ao Brasil, à Venezuela e à Colômbia. É o rio Cassiquiare que vai ao rio Negro, afluente do rio Amazonas, desenhando no seu percurso uma parte da fronteira entre Venezuela e Colômbia e vai também ao rio Orenoco.

Assim tanto o Cassiquiare é afluente do Orenoco como afluente do Amazonas por meio do rio Negro. Esse caso ocorre em Angola, pois que durante as cheias alagam as margens do rio Limé e juntam-se às águas do rio Cassi que é um afluente do rio Zaire. Pelo menos uma vez por ano há uma excepção à regra e tal como no caso do Amazonas-Orenoco, duas grandes bacias fluviais se ligam entre si.

Nesse mesmo estudo descritivo o Senhor Eça de Queiroz se refere a uma excursão que fez partindo de Luanda, a Capital da província, às vilas de Don-do, Enihala, Bela, e Nova Lisboa, tendo antes desta passado em Teixeira da Silva.

De Nova Lisboa a viagem prosseguiu para leste, alcançando a cidade de Luso, essa, porém realizada em avião, de onde os passageiros foram em automóvel até Limé.

Neste mesmo interessante livro há uma notícia sobre Luanda a capital de Angola. A sua situação geográfica é privilegiada. O seu desenvolvimento tem sido grande. A cidade cresce de dia para dia. A sua urbanização se recomenda pela maneira inteligente com que foi feita.

Luanda possui entre outros edifícios notáveis, um observatório astronômico, algumas igrejas dignas de serem visitadas pelos seus azulejos preciosos, o museu com raridades etnográficas.

Neste mesmo livro agora apreciado, é ressaltada a atuação do Brasil por

ocasião da guerra com a Holanda. Há uma notícia especial sobre o descobridor de Angola que foi o navegador Diogo Cão e a fundação de Luanda por Paulo de Novalis em 1575 e finalmente a ação do grande capitão que foi Salvador Corrêa de Sá e Benevides. Foi ele que com uma esquadra reconquistou dos holandeses a Angola, no dia 21 de agosto de 1648.

Washington Perry de Almeida.

The Catholic Historical Review, vol. LIV n.º 2.

Órgão oficial de *The Catholic Historical Association*, impressa trimestralmente em *The Catholic University of America Press*, Washington, D.C., esta revista é das mais bem feitas no gênero. O primeiro artigo deste número é um erudito ensaio de Henry Werner Bowden sobre *John Gilmary Shea: estudo de métodos e metas em historiografia* (J.J.S.: *A study of methods and goals in historiography*). Shea é um jesuíta, autor clássico de uma obra notável sobre o catolicismo norte americano, chamado o «pai da história da religião católica nos Estados Unidos». Pela primeira vez faz-se aqui um estudo em profundidade dos princípios que orientaram sua vasta obra, e seus métodos de pesquisa histórica. Após uma rápida biografia, o A. localiza Shea entre as várias correntes historiográficas americanas, considerando-o um dos mais proeminentes entre os que promoveram a reação em favor do primado, do documento e da crítica severa das fontes. Sua principal preocupação era sustentar a importância da Igreja Católica na formação do país, sua participação no espírito nacional.

Os demais artigos têm menos interesse para brasileiros, ainda que sejam de alto nível: *The formative forces in the pontificate of Nicholas V (1447-1455)*,

BIBLIOGRAFIA

por John B. Towes, e *Administrative and fiscal centralization under pope John XXII*, 1316-1334, por John E. Weakland.

Mencione-se, porém, a revisão da séria publicação oficial do Vaticano. *Actes et documents du St. Siège relatifs à la seconde guerre mondiale*, dirigida por P. Blet, A. Martini, R. G. Graham e Burchat Schneider, vol. IV, 1940-1941. Vaticano, 1967 e sobre a obra de R. Morsey: *Die Deutsche Zentrumspartei*, Düsseldorf, 1966. Entre muitas e criteriosas menores revisões, note-se a da nova obra de C. R. Boxer sobre as câmaras municipais portuguesas: *The municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda*, University of Wisconsin, 1965.

A. J. L.

TARCIZO DO RÉGO QUIRINO, *Os habitantes do Brasil no fim do século XVI*, Instituto de Ciências do homem, Divisão de História, Imprensa Universitária, Recife, 1966.

O volume se compõe de seis pequenos capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo apresenta as fontes do trabalho que acham nas publicações do Santo Ofício às partes do Brasil, o seu único repositório.

A época vai de 1591 a 1595. Há entre as publicações do Santo Ofício um documento inédito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, microfilmado e pertencente ao acervo do Instituto de Ciências do Homem. O grande valor das fontes é que os dados que elas fornecem são tudo que há de mais autêntico ou seja: paternidade, local de nascimento, profissão e estado civil.

O autor fez uso do método estatístico representado por gráficos referentes a todos os problemas que levanta, por

exemplo: portugueses a ultramarinos habitantes da Bahia, de Pernambuco e outras capitanias, encarando a idade, o sexo e o estado civil.

As suas conclusões são: 1) Pernambuco e Bahia caracterizavam-se no fim do Século XVI como sociedade de imigração, com o de 70% da população de outros lugares; 2) predominância do sexo masculino na composição da população; 3) pequeno número de pessoas idosas; 4) grande quantidade de homens solteiros, ou casados não acompanhados das esposas.

Estas características são mais acentuadas na Capitania de Pernambuco, os portugueses vindos para o Brasil mostravam preferência em fixar-se na Nova Lusitânia.

Xavier Pedrosa.

BAILEY W. DIFFIE, with the assistance of Justine Whitefield Diffie: *Latin-American Civilization, Colonial Period*, New York, Octagon Books, 1967. LXXXVI, (4), 812 p. illus. enc.

Trata-se, essencialmente, de uma reimpressão de importante obra publicada em 1945 (ed.: Stackpole Sons); como o diz o autor em sua Introdução bibliográfica «To rewrite it would destroy some of its chief characteristics. A new book is indeed needed, but a revision of this one is not.» (p. VII) E justifica-se o afirmar que seu livro se tornou «a sort of landmark.»

Portanto, não cabem, no presente caso, os reparos, que motivariam uma edição refundida da obra em apreço; quando muito, será cabível comentar a introdução bibliográfica, que representa uma notável atualização do material da 1ª edição. Depois de uma lista de

«Guides to study» (p. XI-XIV), se- quem-se indicações bibliográficas bá- sicas, agrupadas por capítulos e prece- didas de rápidas vistas de conjunto do estado atual dos estudos concernentes aos respectivos assuntos. Umás e ou- tras, são comparáveis, embora com muito menos extensão, às rubricas equi- valentes da *Clio* e *Nouvelle Clio*.

A «Brief Bibliography» (p. 755-764) e as footnotes não foram atualizadas, ficando ao leitor a tarefa de fazê-lo, com a consulta à Introdução bibliográ- fica (p. IX-LXXXVI). As listas de obras que contém, não obedecem a um critério de ordem alfabética de auto- res ou a rubricas de temas, o que difi- culta a sua utilização. As vezes, in- cluíram-se artigos e livros de somenos, omitindo-se alguns de real interesse. Ao contrário do que acontece na maio- ria dos livros norte-americanos destina- dos ao ensino universitário, não há fe- lizmente predomínio maciço da biblio- grafia de língua inglesa, sendo nume- rosas as obras e artigos em espanhol e português, embora em menor número no nosso idioma, o que se justifica, perfeitamente, numa síntese de toda a civilização latino-americana. Já no caso da historiografia européia não anglo- saxônica, poder-se-ia observar que, mes- mo tomando em conta o seu muito menor volume bibliográfico, figura es- cassamente citada. Os trabalhos fran- ceses de maior relevância foram, fre- quentemente, citados. Alguns, dos pou- cos italianos. Estranha-se, no entanto, a omissão das obras em língua alemã, de número reduzido, porém, várias, de categoria. Igualmente, não há referên- cia aos trabalhos russos, que, no to- cante à questão do deciframento da es- crita maia, por exemplo, apresentam real importância. É certo que vale, aqui, até certo ponto, a alegação das dificuldades idiomáticas, pois, poucos foram objeto de divulgação em línguas mais acessíveis, como se deu, aliás, com as pesquisas relativas à escrita maia.

Pela sua importância nos meios cul- turais e pela sua grande contribuição para a difusão dos pontos de vista americanos em face de problemas da América Latina, já é tempo dessa obra ter uma edição brasileira.

Guy de Hollanda.

H. A. Bulletin — Reprint of part 1 of *Historical Abstracts* — Vol. 13 — N° 3/4 — Dezembro de 1967. American Bibliographical Center — Clio Press — Santa Bár- bara — Califórnia — 93103.

A publicação *Historical Abstracts* constitui uma das mais úteis publica- ções. Instrumento de trabalho impor- tantíssimo para o pesquisador, publica símulas dos artigos históricos na im- prensa científica mundial elaboradas por especialistas. A Revista deve não só- mente consignar a sua remessa com es- pecial prazer, mas procurar estabelecer, quanto antes, o intercâmbio com tão útil instituição. De seu conselho con- sultivo faz parte nosso consócio José Honório Rodrigues.

A. J. L.

ELMANO CARDIM: *Na Pauta da História* — Rio de Janeiro, Ed. Pongetti, 1967, 125 p.

O senhor Elmano Cardim é homem de letras. Mas, como é também histo- riador, escapa com frequência ao bele- trismo e empreende frutuozas incursões na área do que éle próprio chama *A Pauta da História*.

Por aí se vê que boas razões tinha a Academia de Letras para chamá-lo a ocupar a cadeira de Varnhagen, na qual éle sucede a Oliveira Lima, Alberto Faria, Rocha Pombo e Rodolfo Garcia. A essa estirpe illustre filia-se

BIBLIOGRAFIA

êle por uma linha de parentesco, cujo traço veio se afirmando desde os anos em que se dedicava ao comentário do cotidiano nas páginas de «Jornal do Comércio.» Na faina de historiador dos acontecimentos do seu tempo, adestrou-se êle para estudos mais meditados de interpretação e síntese do nosso passado histórico. São dêsse tipo os ensaios que acaba de enfeixar no pequeno volume que aqui se aprecia.

Dois dêles versam sobre Dom João VI. Houve tempo em que estêve de moda falar mal do Príncipe. Nem mesmo os dois alentados volumes biográficos de Oliveira Lima portam cãbro à mania. Houve gente, rebelde à evidência, que os consideraria mero esforço apologetico.

Entretanto, andando o tempo, a pesquisa histórica descobriria novos documentos sobre o periodo regencial. E assim começou a surgir do fundo dos arquivos uma figura de monarca algo diferente daquela que se pretendia cristalizar.

O autor cita, a êsse propósito, vários dos nossos historiadores e mostra que uma maioria dêles já não repete idéias de outrem, pois que as tem próprias, hauridas em fontes de melhor informação. O senhor Cardim tem o seu lugar marcado entre êstes.

O *Rio de Janeiro no tempo d'El Rei* merece-lhe algumas páginas de erudita retrospectoção. O autor se compraz em lembrar o muito que a cidade ganhou com a presença da Côte. E verdade que, ao chegar, o Príncipe Regente não teve boa impressão. E o que refere o então Encarregado de Negócios da Grã-Bretanha, Francis Hill, o qual chegara ao Rio a 9 de março, um dia apenas depois da chegada do Príncipe, Lord Strangford, como se sabe, só chegaria a 22 de julho.

Recebido por Sua Alteza logo no dia 10, Hill teria occasião de falar-lhe várias vêzes, nos meses que se segui-

ram. No dia 24 de março manda longo officio a Canning e refere que, havendo perguntado ao Príncipe, no correr da conversa, «se lhe agradava o lugar», Dom João lhe respondeu que «estava mais reconciliado com a sua situação.»

Contudo, «a aparência dos habitantes, disse Sua Alteza, e o excessivo calor, juntos à lembrança de haver deixado Portugal, *peut être pour n'y jamais retourner* (usa aqui as próprias palavras do Príncipe), tudo contribuiu para deprimi-lo.» Preferia a Bahia como lugar de residência, devido a sua saudável situação, mas não tinha idéa de transferir para lá a sede do Governo.» (1)

Mas essa impressão não duraria. Com o tempo, vieram dias de trabalho, os despachos com os seus Ministros e o encontro com problemas novos, todos à espera de estudos e dos instrumentos adequados a seu trato e solução. Dal o aparelho de Governo que se ia montando, as instituições que se criavam, as medidas de interesse público que se punham em prática e cujos préstimos o senhor Cardim nos assinala com justo louvor. Que ao rol de tais medidas me seja dado acrescentar mais uma, esta menos conhecida, mas nem por isso menos digna de menção, tão bem traduz o sentimento de caridade cristã em que se inspirou. Refiro-me à criação do Cemitério dos Ingêleses.

Quando se discutia, em fins de 1808, o Tratado de Aliança e Amizade entre o Brasil e a Grã-Bretanha, concomitantemente com o Tratado de Comércio, o Nuncio Apostólico, Monsenhor Calleppi, apressou-se a protestar, por nota a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros, contra as cláusulas que, por um lado, proscriviam o Tribunal do Santo Officio dos domínios de Portugal na Amé-

(1) Officio nº 2, a 24-3-1808. *Records Office* — Londres.

rica e, por outro, facultavam aos súditos britânicos a faculdade de celebrarem aqui o «Serviço Divino em nome de Deus Todo Poderoso.»

O Núncio dizia ver nesta locução um abuso de linguagem, pois «as orações dos heréticos eram tidas por Deus como um insulto.»

Monsenhor Caleppi era, ao que se sabe, homem um pouco vivo de pena e de palavra. Núncio em Lisboa e amigo pessoal do Príncipe Regente, não logrou, na confusão do momento, partir para o Brasil com a Família Real. Permaneceu em Portugal até que, iludindo a vigilância francesa, pôde escapar para a Inglaterra, donde rumou para o Rio de Janeiro.

Aquí chegando, em setembro de 1808, deparou com a questão de ordem confessional, suscitada pelos acordos com a Grã-Bretanha. Moveu céus e terra contra o que se pretendia pactuar. Apeleou para Sousa Coutinho, Secretário de Estado; conversou com o Príncipe Regente, a quem fez ver «as consequências religiosas e políticas de sua excessiva tolerância.» Tudo de balde! Não obstante todo o seu zelo contra o que chamava «o espírito do século», e o apoio que lhe dava a «fação francesa», representada na Corte pelo Conde de Galveias, não conseguiu êle demover o Governo da Regência do seu propósito de tratar o assunto com ânimo mais liberal.

As cláusulas incriminadas foram, pois, mantidas para grande desgosto do Núncio, que recebeu esta notícia, «com lágrimas» como êle próprio escreveu.

Deu-se, entretanto, que, em contraste com disposições tão compreensivas do Governo da Regência, permanecia em aberto uma questão penosa: a do enterramento dos súditos britânicos de religião protestante, pois que a Igreja católica não consentia em lhes dar sepultura em lugar sagrado. O fato era

tanto mais para se notar quanto se sabia ser bastante vultoso o número de ingleses residentes na cidade do Rio de Janeiro, cujo comércio estava, quase todo, em mãos de cidadãos daquela nacionalidade. E tudo parecia indicar que, uma vez aprovado o Tratado de Comércio, então em negociações, o número deles não deixaria de aumentar em consequência do esperado incremento das importações de procedência britânica, muito favorecidas pelo Tratado.

Informado de tão insólita situação e do muito que significava para a comunidade britânica a certeza de que teria um lugar reservado para a inumação dos seus mortos, o Príncipe Regente deu-se pressa em adquirir, com dinheiro de sua bolsa particular um trato de terra que logo ofereceu ao Ministro da Inglaterra para aquêle efeito.

Esse fato foi levado oficialmente ao conhecimento de Lord Strangford por carta de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. O Ministro inglês transmitiu a boa notícia ao Cônsul Geral, Sir James Gambier, com instruções para que se servisse tomar posse do terreno e consultar os membros da comunidade britânica residentes na Corte, sobre o modo mais indicado para convertê-lo em Cemitério privativo dos súditos de S.M. o Rei da Inglaterra.

Essa simples recomendação daria causa a um incidente que vale ser referido aqui, a título de curiosidade, tão pitoresco se nos afigura, visto do nosso tempo.

O fato é que, sob o argumento de que não existia no Brasil um Capelão nomeado para celebrar as cerimônias do culto protestante, o Cônsul se recusava a receber o terreno. Lord Strangford retrucou-lhe que não alcançava compreender porque o exercício das obrigações consulares devesse depender da presença daquela autoridade

BIBLIOGRAFIA

eclesiástica. Escapava de certo ao Cônsul, disse, o fato de que, pôsto sob a proteção e à disposição do Ministro de S. M. Britânica por ato de munificência do Príncipe Regente, o Cemitério se tornava virtualmente porção da propriedade pública da Coroa inglesa e, como tal, matéria pertinente à jurisdição do Cônsul, a quem cabia, portanto, proceder de modo a formalizar a posse do terreno e a assegurar-lhe a inalienabilidade.

Ora, o Cônsul não era homem fácil. Vivía criando casos. Neste, não parecia inclinado a ceder, tal a impertinência com que respondia ao Ministro. Ante tanta obstinação, Lord Strangford não teve outro recurso senão o de apelar para o chefe comum de ambos. E de Londres veio a solução da questão, não sem uma admoestação em regra ao Cônsul recalcitrante. E assim se criou o atual Cemitério dos Ingleses na Gamboa.

Mas aqui derivamos da História para a «petite histoire.» E o senhor Cardim me poderá dizer que de *minimis non curat praetor*.

Antônio Camillo de Oliveira.

The Americas. A quarterly review of inter-american cultural history, publ. pela Academy of American Franciscan History — vol. XXIV — n.º 4.

Uma das mais prestigeadas publicações históricas, este número, relativo a abril de 1968, contém entre os artigos uma importante contribuição para o estudo da chamada «Questão dos Bispos», de autoria de David Gueiros Vieira: *Some protestant missionary letters relating to the Religious Question in Brazil: 1872-1875.* Trata-se de uma coleção de cartas do Rev. A. L. Blackford, datadas de 1871-73 e arquivadas na direção das missões estrangeiras da Igreja Presbiteriana nos Estados Uni-

dos. O A. está convencido, à vista dos documentos que consultou, de que os missionários protestantes serviam de elementos catalíticos do conflito e fizeram o possível para soprar a brasa de modo a desencadear a crise. Seria muito ingênuo atribuir ao elemento protestante a responsabilidade pela deflagração da luta, mas, é fora de dúvida que esta coincidiu com uma exacerbação da propaganda protestante, que obteve grande complacência por parte do temperamento liberal do Imperador. O A. faz um breve resumo do início do protestantismo no Brasil desde a vinda de D. João VI. O fato é que as cartas revelam forte contato entre os missionários e os amigos maçons.»

Mencione-se ainda um sentido necrológico do grande estudioso do Brasil George C. A. Boehrer, prematuramente desaparecido em 18-XII-1967, de autoria de Manuel Cardoso.

Entre as resenhas encontram-se uma do livro de Roberto Campos: *Reflections on Latin-American Development* — Univ. de Texas, 1967, outra da nova edição da *História do Brasil (1500-1627)*, de Frei Vicente de Salvador, pondo em relevo o trabalho de nosso consócio Fr. Venâncio Willeke, e finalmente, da tradução para o inglês da obra de Caio Prado Jr.: *The colonial background of modern Brazil*, por Suzette Macedo, Univ. de California, 1967.

A. J. L.

Revista de História — N.º 71 (julho-setembro de 1967 — São Paulo, 1967.

O número 71 (julho-setembro, 1967) da *Revista de História*, órgão do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo e da Sociedade de Estudos Históricos, relata vários certames culturais que tiveram lugar no decurso do ano, tais como a «1.ª Semana do

Mundo Árabe», o «Curso de férias para professores de história» e o «2º Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa» e substanciais ensaios de âmbito internacional, quais «Colonização medieval/além no Oriente europeu» e «Imigração... no Chile Colonial.» Merecem destaque como contribuições de valor histórico as de Maria Regina da Cunha Rodrigues: o «Estado atual do problema de preservação das ruínas (do engenho São Jorge dos Erasmos), seguida de «documentação antuerpiana dos arquivos belgas», relativa a este estabelecimento dos Schetz, em Santos, que passa por ser o mais antigo fundado no Brasil; e, de Sérgio Buarque de Holanda: «Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil no tempo do Grão Duque Fernando I» (de

Medici).

O segundo destes estudos aborda uma página desconhecida entre nós de um período — o das capitanias — que, pelo visto, ainda encerra episódios obscuros. Oferece-nos agora o ilustre professor de História da Civilização Brasileira, como sugestão para ulteriores pesquisas, aprofundadas as por ele iniciadas em 1952 e 1953 no arquivo de Florença divulgando alguns documentos inéditos, o projeto a que aludira Galuzzi em sua obra básica (*Istoria del granducato di Toscana*, Florença, 1781) e Uzielli em seu *Cenni Istorici sulle Imprese Scientifiche, Maritime e Coloniale di Ferdinando I* (Florença, 1901), passagens estas para as quais o professor Engel Sluiter chamara-lhe a atenção quando de uma visita sua à Califórnia em 1965. Cita ainda Buarque de Holanda «Pensieri medicei di colonizzazione nel Brasile», publicados em *Il Veltro, Revista della Civiltà Italiana* (Roma, agosto, 1962), aos quais «não seria alheia uma ocorrência quase contemporânea da ascensão do Grão Duque ao poder», que foi a nomeação em 1587 de Francisco Giraldes, donatário da Capitania de Ilhéus (adquirida

por Lucas, seu pai), para Governador-Geral do Brasil — Pertencentes à poderosa casa bancária florentina em íntimas relações com Lisboa, «não estariam os Giraldis inteiramente desvinculados de sua pátria ancestral.» Interesses comerciais ligavam-nos em Lisboa aos Affaitadi de Cremona, aos Schetz de Antuerpia e aos Cavalcanti: Giovanni e Tomaso, que ocuparam em Londres posição eminente no comércio e nas finanças no tempo de Henrique VIII. Acredita ainda Buarque de Holanda que o negócio do açúcar, em que os Giraldes ocasionalmente se meteram, explique a vinda para o Brasil de Filipe Cavalcanti e não a conspiração dos Pucci.

Era Filipe Cavalcanti, filho do referido Giovanni, que, em 1533, voltou a Florença, onde conseguiu incluir outro filho, Guido, no séquito de Catarina de Medici que ia casar em Paris. Um terceiro filho, Stiatta, logrou evidência em Antuerpia (1546) e comprador da firma em Lisboa teria sido Filipe. Segundo Rodolfo Garcia, em nota à história de Varnhagen, chegou Filipe a Pernambuco em 1548, provavelmente atraído pela prosperidade do açúcar. Confirmando o parentesco, usava Filipe sobre o campo vermelho, semeado de cruzetas dos Cavalcanti, uma asna (azul) carregada de um leopardo, com uma flor de lis de cada lado, acrescidos dados às armas do pai por Henrique VIII, que são as que seus descendentes usam no Brasil.

J. de Sousa Leão F^o

JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO e CLEONIR XAVIER DE ALBUQUERQUE: *Documentos para a História do Nordeste — Cartas do Duarte Coelho a El Rei*. Imprensa Universitária, Recife, 1967.

A publicação gráficamente é um primor, desde a capa ostentando o brasão

BIBLIOGRAFIA

dos Coelhos até a reprodução *fac-similar* das cartas, o texto de linguagem atual, as notas eruditas da lavra do Prof. Gonsalves de Mello, com participação da sua Assistente, a paleógrafa Cleonir Xavier, o arranjo gráfico, tudo faz deste volume uma obra de arte e ciência históricas.

No dia em que dos Departamentos Universitários de História saírem trabalho de labor tão alto e teor cultural igual, ter-se-á aberto à literatura histórica uma florada de publicações que farão honra aos nossos créditos de país culto.

É esta a nossa impressão tirada da leitura deste trabalho. A sua realização, material e espiritual, há de pôr na ambição justa dos que labutam com esta matéria a pesquisa documental — o desejo de realizar similar se para tanto tiver «engenho e arte.»

A história do século XVI encontra nesta publicação uma *fonte* de como era a terra, de como os colonizadores instalaram esse núcleo populacional de Olinda, destinado a transformar-se em centro da civilização cristã, de como esse centro progrediu economicamente, de como se fundou a indústria da fabricação do açúcar da cana em lugar da extração do pau-brasil, de como tratavam os indígenas e se defendiam destes e dos piratas, de como a requisição ao Rei para receber negros da África, a fim de tocar a nova indústria agrícola, era um refrão nas cartas de Duarte Coelho ao Rei D. João III.

Que garantia para os que estudam dispor de um instrumento tão autêntico para sobre ele calcarem os postulados psicológicos de que possam usar para as suas elocubrações!

Está visto o grande valor da publicação do professor pernambucano.

As cartas são redigidas em português quinhentista correto, com as re-

dundâncias habituais do estilo que lhe dão beleza e sabor próprio. As notas apostas são as de um mestre da historiografia moderna colocadas não nos pés de páginas, mas nas alturas de uma erudição sem exuberância, comedida e arguta, como as que sabe fazer o ilustre Professor da Universidade Federal de Pernambuco. Devemos nos felicitar pela bela publicação.

Xavier Pedrosa.

Universidade Pontifícia Bolivari-
ana — Vol. XXX — N^o 104 —
IV trimestre de 1967 e 1^o de 1968.

O volume 104 da revista da Universidade Pontifícia de Medellín é todo dedicado às questões sociais em face da doutrina católica: *Função da Universidade, Católica*, por Mons. F. H. Botero: *Socialização no «Mater et magistra»*, por Rodrigo Uribe, são os principais artigos. Segue-se a *recensão* de livros, em que não há nenhum brasileiro, e uma crônica universitária. Em apêndice, em cada número, há um caderno de poesia.

A. J. L.

CRISTINO CASTELO BRANCO: —
Escritos de vários assuntos. Editora
Pongetti, Rio, 1968.

O autor é um ilustre piauiense que, em seu estado natal, exerceu destacados cargos no ministério público e na magistratura.

De todos deixou luminosos traços em publicações, cujos méritos não nos cabe apreciar.

Dedicou-se, também, à literatura e à história. Presidente da Academia Piauiense de Letras, foi seu representante no Rio de Janeiro, junto à Federação

das Academias de Letras, da qual, durante quatro anos, exerceu a presidência.

Como historiador, no volume em apreço, em três conferências, sintetiza a vida e a obra de três grandes vultos nacionais: «Clóvis Beviláqua, homem de exceção, exemplo não seguidos», «Silva Jardim, e o ideal republicano no Brasil»; «Teixeira de Freitas, só jurista, mas jurista integral.»

Com pena leve, traça-lhes o perfil e mostra, de cada um, a obra ciclópica. Mesquinhas e desencantos não lhes arrefeceram o ideal e o estudo.

Na segunda parte: «A Margem do Tempo — 1963-1965», monologa com

os acontecimentos do dia a dia, despertando-lhe reminiscências do passado.

Com filosofia serena, por véses crítica, observa o panorama da vida.

Curioso é que, relembando coisas do passado, do tempo em que frequentava a Faculdade de Direito do Recife, recorda ambiente quase idêntico, pela mesma época, em Porto Alegre, no meio acadêmico.

Idéias, compêndios, literatura, prosadores e poetas, portugueses e franceses, identificam-se, através do tempo e do espaço. Homem de larga vivência, dá-nos as impressões de uma geração que vai desaparecendo.

Canabarro Reichardt

SEMANA DA PÁTRIA

Rio de Janeiro, setembro de 1969.

Exmo. Sr.

Prof. Pedro Calmon

MD Presidente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
Av. Augusto Severo nº 8

Nesta

Prezado Amigo

Cumpro o grato dever de transmitir-lhe meus agradecimentos pela sua ajuda, prestimosa e importante, ao programa da SEMANA da PÁTRIA, comemorada êste ano com raro brilhantismo em nosso Estado.

Para êsse êxito, traduzido no entusiasmo da participação popular e em uma série de providências de caráter cultural, muito contribuíram o espírito público e a presteza com que Vossa Senhoria atendeu ao apêlo do Governo do Estado, que foi correspondido em iniciativas, sugestões e realizações valiosas.

Graças a êsses subsídios e à contribuição prestada por Vossa Senhoria, a Festa da INDEPENDÊNCIA foi um acontecimento sentido pelo nosso povo, nas ruas e nos lares, com elevado espírito cívico e comunitário e uma noção mais nítida das responsabilidades que lhe tocam na construção de uma Pátria digna e feliz.

Atenciosamente,

Francisco Negrão de Lima.

Governador do Estado

SÓCIOS FALECIDOS

RODRIGO OCTAVIO DE LANGGAARD MENESES FILHO

Penosamente temos que reconhecer que o Instituto vem desde o ano de 1966, sofrendo no seu quadro social perdas irreparáveis, tais como a de Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho naquele ano, José Wanderley de Araújo Pinho, 1967, José Carlos de Macedo Soares, 1968 e Rodrigo Octávio Filho na madrugada do dia 20 de abril de 1969.

Cada um deles tinha o seu modo de ser e de servir ao Instituto. Não é este o momento para repetir o que solenemente foi dito na tribuna do Instituto, sobre os serviços que todos prestaram à casa, mas é do nosso triste dever registrar na *Revista* o inesperado passamento do último.

Nada estava previsto para que Rodrigo Octávio Filho tivesse na segunda-feira 14 de abril, por ocasião da comemoração do Dia Pan-americano, o seu dia de despedida no seio dos seus consócios, amigos e admiradores.

Fora do nosso meio a sua morte repercutiu consternadamente por toda a cidade. São dignos de nota, no cemitério de São João Batista na tarde do sepultamento, os discursos pronunciados à beira do túmulo exprimindo um profundo sentimento de tristeza causado pela separação do companheiro. Não foi menor o afluxo de pessoas ao templo onde foi rezada Missa por sua alma, na Igreja de São Francisco de Paula, na manhã do dia 25 de abril.

O Instituto marcou para próximos dias uma sessão especial dedicada à memória do seu saudoso 1º Vice-Presidente.

Rodrigo Octávio Filho, carioca, nascido em 1892, bacharel em Direito, advogado e banqueiro, entrou para o Instituto a 22 de agosto de 1931, por deliberação da Assembléia Geral que aprovou a indicação do seu nome bem como de outros para integrarem o quadro social do Instituto, contanto que todos houvessem contribuído com trabalhos para o II Congresso de História Nacional. Pode-se afirmar que neste *arrastão* o Instituto colheu as melhores figuras do seu elenco atual, muitos dos quais infelizmente já falecidos.

Foi este o currículo de Rodrigo Octávio Filho no Instituto: sócio efetivo em 1931, benemérito em 1951, 3º Vice-Presidente em 1954; 2º Vice-Presidente e 1º Vice-Presidente em 1959 e Grande Benemérito em 1968.

Por suas qualidades pessoais de cidadão emérito, homem de cultura e sócio merecedor de grande conceito entre os seus pares, a sua passagem pelos postos e funções concernentes ao mesmo, é marcada com as características da sua personalidade: dedicação no cumprimento do dever, solicitude nos momentos necessários, simpatia nas posições de mando e afetuosidade no trato comum com os confrades.

As páginas da *Revista* encerram os trabalhos que, por convite dos Presidentes de então, lhe permitiram ocupar

a tribuna, sempre com *aplomb* e *savoir faire*, modos seus espontâneos, não artificiais, que faziam o encanto dos seus ouvintes. Não são numerosos esses trabalhos, são na maior parte, conferências dignas do orador e da tribuna.

Nas atas das sessões que ele teve a oportunidade de presidir estão registrados os comentários lúcidos que o trabalho pronunciado na sessão lhe merecia, sempre no sentido de agradecer, aplaudir e estimular os esforços do orador.

A partir de junho de 1967, Rodrigo Octávio Filho colheu a sucessão de Macedo Soares, ainda em vida deste, que por carta lhe passou a direção do Instituto, diante da impossibilidade de deixar São Paulo, por motivo de saúde e prescrição médica.

No decorrer dessa substituição teve Rodrigo Octávio ocasião de receber, como Presidente do Instituto, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Artur da Costa e Silva, na visita que fez para receber a *lâurea* de Presidente de honra votada por Assembléia Geral. Foi este o momento alto da passagem de Rodrigo Octávio pela presidência da Casa.

Neste pequeno esboço da vida de Rodrigo Octávio Filho, limitado ao âmbito do Instituto, queremos apenas registrar neste local, o triste acontecimento que tanto nos sensibilizou por sua subitaneidade, tornando por isso mesmo mais viva a recordação da sua pessoa e da sua convivência tão cordial e compreensiva.

Xavier Pedrosa.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

BIBLIOTECA

MOVIMENTO DO 3º TRIMESTRE DE 1969 — JULHO A SETEMBRO

I — OBRAS E OPÚSCULOS

- AB'SÁBER, Azis Nacif — ROCHE, Jean — *Três Estudos Rio Grandenses*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Edição da Faculdade de Filosofia, 1966.
- Actas del Cabildo de Caracas* — (Prologo de Guillermo Meneses), 1969. Tomo XI, 354 págs.
- ALDENBURGK, Johann Gregor — *Relação da Conquista e Perda da Cidade do Salvador pelos Holandeses em 1624-1625*, São Paulo, Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1961. 274 págs., c/ilt.
- ALMEIDA, Washington Perry de — *A Questão Christie*, s/l, s/tip., s/d. Oferta do Almirante Washington Perry de Almeida.
- ALVARADO, Edesio — *El Desenlace* (2ª edición), Santiago, Editora Zig-Zag S. A., 1966. 224 págs. Of. da Biblioteca de Santiago do Chile.
- 250 *Anos de Bispado* — Belém (PA), Arquidiocese de Belém, s/tip., 1969.
- ARANTES, José O. — *Prata Ilustrada*, Prata (SP), s/tip., (94 anos 1873-1967), 15 de novembro de 1967 (oferta de Beethoven Luiz Resende Teixeira).
- ARAGÃO, Maria de Lourdes Calmon Vianna de — *Um Senhor de Engenharia da Bahia* (Desembargador Antônio Calmon du Pin e Almeida), s/l, s/d, (reprografado).
- ATIAS, Guilherme — *El Tiempo Banal*, Santiago, Editorial Nascimento, 1955. 309 págs. Oferta da Biblioteca de Santiago do Chile.
- Atos Complementares de 1 a 45*, Brasília, D.F., Serviço Gráfico do Senado Federal, 1969 (opúsculo).
- Atos Institucionais de 1 a 6*, Brasília, D.F., Serviço Gráfico do Senado Federal (opúsculo), 1969.
- AUSPUGER's, Johan Paul — *Zee-Reisen Von Amsterdam nach Brasilien und Angola. 1644*, Schlensingen. (Oferta).
- BARBOSA, José Maria de Azevedo — *Transladação dos restos mortais do Dr. Augusto Montenegro*, Belém — Pará, 1969. Falangola imprimiu (opúsculo) c/ilt.
- BARBOSA, José Maria de Azevedo — *Urbanismo e Plano Diretor* (Conferência proferida em Goiania, na sede da Associação Goiana de Imprensa no dia 19 de dezembro de 1959), Belém — Pará, 1969. Falangola imprimiu (opúsculo).
- BARQUERO, Efraín — *El Viento de Los Reinos*, Santiago, Editorial Nascimento, 1967. 188 págs. Oferta da Biblioteca de Santiago de Chile.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- BENTES, Paulo — *Quatro Cartas e um Sentido*, Pará, Imprensa Universitária do Pará, 1968.
- Bibliography and Index of Illinois Geology Through, 1965* (vários autores), Urbana, Illinois State Geological Survey, 1968. 373 págs.
- BOND, Richmond P. — *Growth & Change in the Early English Press*, Lawrence, University of Kansas Libraries, 1969 (opúsculo).
- BOXER, C. R. — *Portuguese Society in the Tropics*, The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800, Wisconsin, The University of Wisconsin Press, 1965. 240 págs. c/map.
- BUNSE, Heinrich A. W. — *Estudos de Dialectologia no Rio Grande do Sul* (Problemas, Métodos, Resultados), Rio Grande (RS), Edições da Faculdade de Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969. c/map.
- BUSH, W. L. — *Mineral Production in Illinois in 1967*, Urbana, Illinois State Geological Survey, 1968. (reprografado).
- CAMINHA, Pero Vaz de — *Carta a El Rey Dom Manuel* — Rio de Janeiro, Ed. Sabiá, 1968. 100 p. il. [Ed. com a colaboração do Banco da Bahia].
- CARCANO, Miguel Angel — *Evocacion Del General Lucio V. Mansilla*, Buenos Aires, Academia Argentina de Letras, 1966. s/tip. (opúsculo).
- CLARK, THOMAS D., *Frontier América*, The Story of the Westward Movement, Washington DC, The Library of Congress, 1969. March, 836. págs. Il.
- CESAR, Guilhermino — *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul* (1605-1801), Rio Grande do Sul, Edições da Faculdade de Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969. 231 págs.
- CESAR, Guilhermino — *O Embuçado do Erval* (mito e poesia de Pedro Canga), Rio Grande do Sul, Edições da Faculdade de Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1968. 117 págs.
- CORTES, Carlos E. — KORNWEBEL, Richard — *Bibliografia da História do Rio Grande do Sul* (Período Republicano), Rio Grande, Edições da Faculdade de Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1967.
- CORTESÃO, Jaime — *Jesuítas e Bandeirantes no Tape* (1615-1641), Coleção de Angelis, Rio de Janeiro, Divisão de Publicações e Divulgação — Biblioteca Nacional, 1969. 438 págs.
- COSTA, Craveiro — *A Emancipação das Alagoas*, Maceió, Arquivo Público de Alagoas, 1967. 208 páginas. c/ilt., Vol. 9. Oferta do Arquivo Público de Alagoas.
- COSTA, Sérgio Corrêa da — *As Quatro Coroas de D. Pedro I*, Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 3ª edição, 1968. 281 págs. c/ilt.
- COSTA, José Césio Regueira — *Catálogo da Exposição Oliveira Lima*, Recife, Arquivo Público Estadual, Imprensa Oficial de Pernambuco, 1968. c/fotos.
- CURTI, Merle — NASH, Roderick — *Filantropia: A mola propulsora das Universidades Norte-Americanas* (Tradução de Afonso Blackeyre), São Paulo, Distribuidora Record, 1966. 334 págs.
- DANKE, Jacobo — *Hatusime!*, Novela para los Adolescentes Chilenos,

- Santiago, Editora Zig-Zag S. A., 1955. 124 págs., c/ilt. Oferta da Biblioteca de Santiago de Chile.
- Deutsche Osteuropa* — Politik, Bonn, Edition Atlantic — Forum, 1964.
- Deutschlands Grenzen*, Bonn, Edition Atlantic — Forum, 1965. 124 págs.
- DIÁZ, Dr. José Antonio Perez. *Discurso*, Presidente del Congreso Nacional, en el acto de las exequias de Rómulo Gallegos, lit.
- Empleo de Sensores Remotos desde Vehículos Espaciales en la Investigación Geográfica*, s/l. Fuerza Aérea Argentina, Estado Mayor General, 1967, Diciembre.
- Uma Experiência Pioneira de Intercâmbio Cultural*, Porto Alegre (RS), Universidade do Rio Grande do Sul e «Luso-Brazilian Center» da Universidade de Wisconsin, 1963. 249 págs.
- Exposição de Vestes Imperiais no Palácio do Campo das Princesas*, Paço Imperial em 1859, Recife, Arquivo Público Estadual, Casa Civil do Governo do Estado, Companhia Editora de Pernambuco, 1968. c/ilt.
- PARIA, Octávio de — *León Bloch*, Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1968. 286 págs.
- FORT, Gilberto V. — *The Cuban Revolution of Fidel Castro*, Lawrence, Kansas, University of Kansas Libraries, 1969. 140 págs.
- Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*, Rio Grande do Sul, Universidade do Rio Grande do Sul, 1954 (1ª série), 1957 (2ª série), 1960 (4ª série), 1962 (5ª série), Gráfica da Universidade.
- GENTIL, S. J., Padre José da Frota — *Os Profetas*, Esboço de Genealogia, Rio de Janeiro, Edições Loyola, 1967. 870 págs.
- Geographers and The Tropics*, Liverpool Essays (vários autores), London, The University of Liverpool, 1964. 375 págs., c/mapas.
- GUERRA, Flávio — *Alguns Documentos de Arquivos Portugueses de Intérêsse para a História de Pernambuco* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino), Recife, Arquivo Público Estadual, 1959. c/map. 309 págs.
- HANLE, A. — *Die Bearbeitung trematischer Atlaskarten*, Zürich, Bibliographisches Institut, 1969.
- HOLE, Frank — FLANNERY, Kent V., NEELY, James A. — *Prehistory and Human Ecology of the Deh Luran Plain an Early Village Sequence from Khuzistan, Iran*, Ann Arbor, Memoirs of the Museum of Anthropology, University of Michigan, 1969. c/ilt. 438 págs.
- HOLLANDA, Guy de — *Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro — 1931-1956* Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Ministério da Educação e Cultura, 1957. 292 págs. Oferta do autor.
- HUXLEY, Francis — *Affable Savages* (An Anthropologist Among the Urubu Indians of Brazil), London, Rupert Hart-Davis, 1957. 285 págs., c/ilt.
- KESLING, Robert V. — SIGLER, James F. — *Devonian Calceocrinid Crinoid from the Silica Shale of Ohio*, Ann Arbor, The University of Michigan, Museum of Paleontology, 1969. c/ilt.
- KESLING, Robert V. — *Three Permian Starfish from Western Australia and their Bearing on Revision of*

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- the Asteroidea*. Ann Arbor, The University of Michigan, Museum of Paleontology, 1969.
- KESLING, Robert V. — *Growth Patterns in Proctothylacocirinus Longus Kier*. Ann Arbor, The University of Michigan, Museum of Paleontology, 1969.
- KOHNEN, O. F. M., *Mansueto — História da Literatura Germanica*, Rio de Janeiro, 3ª edição, revista e aumentada, Editora Mensageiro da Fé, Salvador, 1960. Série Literária, nº 1, 2, 416 e 462 págs. c/ilt. Oferta de Frei Venâncio Willeke.
- KOHNEN, O. F. M., *Mansueto — Arte das Terras Germânicas*, Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1964, 79 páginas, c/ilt. Oferta de Frei Venâncio Willeke.
- KOHNEN, O. F. M., *Frei Mansueto — Pio XII «A Obra da Justiça é a Paz»*, Petrópolis (RJ), Editora Vozes Ltda., 1940, 272 págs. c/ret. Oferta de Frei Venâncio Willeke.
- LAPA, José Roberto do Amaral — *A Visitação do Santo Ofício à Bahia em 1618*, São Paulo, Separata da Revista do Instituto de Estudos Brasileiro, 1968. Nº 3.
- LAPA, José Roberto do Amaral — *O Brasil e as drogas do Oriente*, Marília (SP), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1966. c/ilt.
- Legislação do Conselho Federal de Cultura*. Ministério da Educação e Cultura, 1968. Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- LOPES, Gen. Div. Moacir Araújo — *Liberdade e Democracia*, com apreciação sobre a filosofia de Herbert Marcuse, Florianópolis (SC), Imprensa Universitária, 1968.
- Luis da Câmara Cascudo (Sua Vida e Sua Obra)*, Rio de Janeiro, Homagem do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Editora Pongetti, 1969. 154 págs., c/ret.
- MACEDO, Neusa Dias de — *Bibliografia de Manuel de Oliveira Lima*, com Estudo Biográfico e Cronologia, Recife, Arquivo Público Estadual, Imprensa Oficial de Pernambuco, 1968. 80 págs.
- MACEDO, Roberto — *O fundador da República*, Rio de Janeiro, Editora Americana, s/d.
- MANEA, Maria Manoliu — *Systématique des Substitus dans Le Roumain Contemporain Standard*, Bucarest, Editions de L'Académie de la République Socialiste de Roumanie, 1968. (opus.).
- MARCO, Ferdinand E. — *Our Stand on North Borneu Issue*, Philippines — Manila: Bureau of Printing, 1968, c/ilt., c/ret.
- MARTINS JUNIOR, J. I. — *História do Direito Nacional* (4ª ed.) Obras Reunidas, Recife, Arquivo Público Estadual, Imprensa Oficial do Recife, 1965. 310 págs.
- MENEZES, Djacir — *Crítica Social de Eça de Queiroz* (2ª edição), Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962. 206 págs.
- MONTELLO, Josué — *Quatro discursos em defesa da cultura*, Conselho Federal de Cultura — MEC, 1968. Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- MONTENEGRO, Olivio — *Fólias ao Vento*, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1969. 179 págs. c/ret.
- MOURA, Pedro de — *Amazônia Brasileira: Evolução da Pesquisa de Combustíveis Fósseis*, Rio de Janeiro, 1968, Vol. 1 e 2, 437 págs. (datilografado). Oferta do autor.

- MOIRA, Pedro de — *Sal-Gema e Sais de Potássio no Mundo* — Relatório de Viagem (Estados Unidos, Canadá e Europa), 1966. 154 páginas (mimeografado). Oferta do autor.
- MOIRA, Pedro de — *O Petróleo Nacional. Palestra na Escola de Minas de Ouro Preto*, por ocasião do 75º aniversário de Fundação, Ouro Preto, Separata da Revista da Escola de Minas, 1951. Oferta do autor.
- MOIRA, Pedro de — *Conferência realizada no Clube de Engenharia*, Rio de Janeiro, 1948. (Reprografiada). Oferta do autor.
- MOIRA, Pedro de — *Discurso de Paratiño na Colação de Grau dos Engenheiros de 1964*, na Escola de Minas de Ouro Preto em 1964 (datilografada). Oferta do autor.
- MOIRA, Pedro de — *Discursos de Paratiño na Escola de Geologia de São Paulo*, 1962 (datilografada). Oferta do autor.
- Municípios do Brasil* — Organização e Atividades Governamentais, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1960. 233 págs.
- Náutico 40 anos*, Fortaleza, Composto e Impresso na Imprensa Universitária do Ceará, 1969. c/ilt.
- OBERACKER, JR., Carlos H. — *A Contribuição Teuta à formação da Nação Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Presença, 1968. 2ª edição (38 ilustrações e 2 mapas) 581 págs. (1ª edição em língua portuguesa revista e aumentada).
- Oliveira Lima: *O centenário do seu nascimento* — (vários autores), Recife, Arquivo Público Estadual, Imprensa Oficial, 1968.
- Palácio Itamaraty* — Resenha Histórica e Guia Descritivo, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1964. c/ilt.
- PASOTTI, Pierina — *Evidencias Morfológicas del Levantamiento de la «Pampa Levantada» en un Sector de la Llanura Santafeño* — *Bonariense*, Rosário, Universidad Nacional de Rosario, Instituto de Fisiografía y Geología, 1968. c/ilt.
- PAULA, Alberto S. J. de, GUTIERREZ, Ramon — *Lomas de Zamora*, desde el Siglo XVI hasta la creación del Partido, 1861. La Plata, Ministerio de Educación, Publicaciones del Archivo Histórico de La provincia, 1969. 228 págs. c/ilt.
- Pedro Álvares Cabral* — 500 anos (vários autores), Rio Grande do Sul, Edições da Faculdade de Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969.
- PIMENTA, Dermeval José — *História de Itajubá*, Itajubá (MG), Gráfica Progresso Itajubá Ltda., 1969. Oferta do autor. (reprografado).
- PINTO, Estevão — *Introdução à História da Antropologia*, Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — Departamento de Antropologia, 1967. Série 1, Boletim 5, ilt.
- PINTO, Mário Coelho — *Naturama* (Poema em dez cantos), Recife, Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1959. 295 págs. (Oferta de Frei Venâncio).
- President's Five-Year Review & Annual Report 1968*, New York, The Rockefeller Foundation, 201 págs., ilt.
- Problemas Municipais na Opinião de Prefeitos e Presidentes de Câmara*, Pesquisa, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- RABELLO, Sílvio — *Cana de Açúcar e Região*, Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — MEC, 1969. 178 págs. Il.
- REIS, Brasil dos — *Lenda da Imaculada Conceição* (2ª edição) — (Por um Poeta Popular Angrense), Angra dos Reis, Edição D'«O Litoral», 1966.
- REIS, Brasil dos — *O Irmão Joaquina* (Esboço de um Poema), Angra dos Reis, s/typ. 1968.
- Reunión de Jefes de Estado Americanos, Washington, D. C., Unión Panamericana, Secretaria General de la Organización de los Estados Americanos (Punta del Este, Uruguay — 12 a 14 de abril de 1967), 303 págs. (reprografado).
- RIO BRANCO, barão de — *Efemérides brasileiras*, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, MRE, 1969, 734 p. (Obras completas do...)
- Rio de Janeiro and Environs*, Travelers Guide, Rio de Janeiro, Guias do Brasil Ltda., 1940, 604 págs., c/maps, (Oferta do Dr. Enéas Martins).
- ROCHE, Jean — *L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847*, Porto Alegre, Faculdade de Filosofia, Universidade do Rio Grande do Sul, Gráfica da Universidade, 1961, 293 págs., c/map.
- RODMAN, Selden — *The Caribbean*, New York, Hawthorn Books, Inc., 1968, Dezembro, 320 págs., il.
- ROMERO, José Luiz — *A History of Argentine Political Thought* (traduzido para o inglês por Thomas F. McGann), California, Stanford University Press, 1968, págs., c/map. (3ª edição).
- RODRIGUES, José Honório — *Teoria da História do Brasil* (Introdução Metodológica) 3ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969, 493 págs., c/ilt. Oferta do autor.
- ROUQUETTE PINTO, E. — *Relatório da Excursão ao Litoral e a Região das Lagoas do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Universidade do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia, 1960, c/ilt., 78 págs.
- ROTHWELL, Stuart Clark — *The Old Italian Colonial Zone of Rio Grande do Sul, Brazil*, Rio Grande (RS), Edições da Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Sul, 1959, 131 págs., c/ilt.
- SANT'ANA, Moacir Medeiros de — *Uma Associação Centenária*, Macaé, 1966, Arquivo Público de Alagoas, c/ilt. Vol. 7, Oferta do Arquivo Público de Alagoas.
- SIERRANO, Miguel — *La Serpiente del Paraíso*, Santiago, Editorial Nascimento, 1963, 390 págs., c/ilt. Oferta da Biblioteca de Santiago de Chile.
- SCHIFFERS, Heinrich — *The Quest for Africa*, Two Thousand Years of Exploration, London, Odhams Press Limited, s/d, 351 págs., c/ilt. Oferta de The Library of the Institute of Development Studies at The University of Sussex.
- SCHMALZ, Alfredo Carlos — *Reciclaário de Joaquim Jerônimo Serpa* (Hospital de São Bento de Ollinda), Recife, Arquivo Público Estadual, Imprensa Oficial de Pernambuco, 1966, c/ilt. 174 págs.
- Semana da Pátria 1 a 7 de Setembro de 1969*, Rio, Imprensa Nacional, Ministério da Justiça, 1969 (opúsculo).
- SHEPARD, Marietta Daniels — *Dimensões Internacionais de la Bibliotecologia Estadounidense*, Washing-

- ton, D. C., Cuadernos Bibliotecológicos, 1969. N° 49 (reprografado).
- SILVA, Arthur da Costa e — *Aspectos do Progresso de Desenvolvimento*, s/l, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1969 (opúsculo).
- SOLZA, José Antônio Soares de — *A Missão Bellegarde no Paraguai (1849-1952)*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Documentação, 1968. Vol. II, c/ret., 392 págs.
- TEIXEIRA, Edelweiss. *Pr'a de Ontem*, s/l, s/typ., 1967. Opúsc. Oferta de Beethoven Luiz Resende Teixeira.
- Trabajos y Comunicaciones*, Argentina (vários autores), Universidade Nacional de La Plata, Departamento de Historia, 1969. 276 págs., c/ilt.
- TRIAS, Manuel — *Esencia y Fin de Las Humanidades*, Bahía Blanca, Argentina, Universidad Nacional del Sur, 1968 (opúsculo).
- VIANNA, Hélio — *São Paulo no Arquivo de Mateus*, Rio de Janeiro, Divisão de Publicações e Divulgação — Biblioteca Nacional, 1969. 126 págs.
- VILLA, Pablo — FIGUEROA, F. Brito — CÁRDENAS, A. I. — CARPIO, Rubén — *Geografía de Venezuela*, El paisaje natural y el paisaje humanizado, Caracas, Ministério de Educacion, 1965, N° 2, Setiembre, 550 págs. ilt. Oferta do Embaixado da Venezuela, Dr. Elbano Provenzalli — Heredia.
- VIASORO, Miguel Angel — *El Problema del Hombre en la Filosofía Contemporánea*, Bahía Blanca, Universidad Nacional del Sur, Argentina, 1967 (opúsculo).
- WANDERLEY, Walter — *Paulo de Albuquerque, o Poeta da Abolição*, Rio de Janeiro, Editora Pongetti, 1969. 279 págs., c/ilt.
- Washington Luis (Visto pelos contemporâneos no 1° Centenário de seu nascimento), São Paulo, Publicação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1969. 332 págs. (vários autores).
- WOOD, Donald — *Trinidad in Transition*, London, Oxford University Press, 1968. 310 págs., c/ilt. Oferta da Universidade).
- WRIGHT, Jean D. — *Charles Southworth Fossil Collector of Theford, Ontario 1880-1968*, Ann Arbor, The University of Michigan, Museum of Paleontology, 1969.

II — PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E SERIADAS

I. BRASIL

- A. E. C. *Noticias*, Rio de Janeiro, Associação dos Empregos no Comércio, 1969, N° 40, julho.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro, 1968 e 1969. Vol. 40 (1968) Volume 41, Números 1 e 2 (1969).
- Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Divisão de Publicações e Divulgação — Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1968. Vol. 87.
- Anais da Câmara dos Deputados*, Brasília, 1967. (sessões de 14 a 22 de agosto de 1967).
- Anais da Câmara dos Deputados*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1967. Vol. 18-19 (Sessões de agosto a setembro). Vol. 20-21.
- Anais da Faculdade Nacional de Farmácia*, Rio de Janeiro, Universidade do Brasil, 1955, 1956, 1957. Vol. 5. Oferta do Dr. Pedro Calmon.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- Arquivo*, Maragogipe (BA), 1969. (jornal). Ns. 190 e 191, junho-julho.
- Atos Institucionais* — 1-4, *Atos Complementares* 1-37, *Decretos-leis* 319-347, Brasília, Legislação Citada, Serviço Gráfico do Senado Federal, 1969. Vol. 1-1967; Vol. 2, 1968; vol. 3, 1969.
- Banco do Brasil*, boletim trimestral, Rio, Gráfica Editora Livro S. A., 1969. N° 1, janeiro-março.
- Biblioteca Genealógica Brasileira*, São Paulo, Publicações do Instituto Genealógico Brasileiro (Família Paulista, Livro da Família), 1969. N° 12.
- Boletim*, Rio de Janeiro, Banco Central do Brasil, Impresso por Irmãos Di Giorgio & Cia. Ltda. 1969. Vols. 5 e 6, maio, junho e Balancete de abril.
- Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*, Brasília, 1968. Vol. 17, N° 3, (reprografado).
- Boletim Informativo da Embaixada do Japão no Brasil*, Rio de Janeiro, 1969. Ns. 11/12 — julho; 13/14 — agosto; n° 15 (reprografados).
- Boletim Informativo da Embaixada de Portugal*, Rio de Janeiro, 1969. Ns. 15, 22, 24, 25, 26, 27 (reprografados).
- Boletim do Instituto dos Advogados Brasileiros*, Rio de Janeiro, s/tip., 1969. N° 5.
- Boletim del Instituto Antártico Argentino*, Buenos Aires, 1965. Vol. 2, n° 17.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos*, Rio de Janeiro, 1969. N° 310, julho e agosto.
- Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, Conselho Nacional de Pesquisas — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1969. N° 31, 32, abril-maio (Botânica) N° 69, junho (Zoologia).
- Boletim*, Ceará, Universidade Federal do Ceará, 1968. Vol. XIII, N° 6. Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- Boletim*, Ceará, Universidade Federal do Ceará, 1969. Vol. XIV, Ns. 1, janeiro-fevereiro; 2, ilt.
- Boletim da Sociedade Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 1968. Ns. 27 e 28, julho a dezembro. Oferta do Almirante Washington Perry de Almeida.
- Boletim Bibliográfico*, Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1962. N° 1.
- Boletim Paulista de Geografia*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Regional de São Paulo, São Paulo, 1968. N° 45, junho.
- Brasil de Hoje*, Rio de Janeiro, Editora Brasil de Hoje Ltda., 1969. Número 103.
- Brasil-Post*, São Paulo, Semanário Brasileiro, 1963. N° 671. Oferta do Prof. Rudolf Robert Hinner.
- Carta Mensal*, Rio de Janeiro, Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, 1969. N° 170, maio, 172, julho, 173.
- Código de Mineração e Legislação Correlativa*, Rio de Janeiro, Ministério das Minas e Energia, Departamento Nacional da Produção Mineral, 1968. Publicação Especial n° 6, Vol. I.
- Correio do IBEEC*, Rio de Janeiro, Boletim Trimestral do Instituto Brasileiro de Educação, Ciências e Cultura, Comissão Nacional da UNESCO, 1969. Ns. 41-42, janeiro e março; Ns. 43 e 44, abril a junho, 1968. Ns. 41 e 42.

- Correio do Livro*, São Paulo, Editora Joruês, 1969. Ns. 22, 23, 24 junho, julho, agosto.
- Correio Oficial Nitheroyense*, Niterói, 1840. N° 757, 9 de julho, quinta-feira. Oferta do Dr. Xavier Pedrosa.
- Cultura*, Rio de Janeiro, Órgão do Conselho Federal de Cultura, 1968. N° 18. Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- Cultura*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, MEC, 1968/1969. Ns. 15, 16, 17 e 18, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1968 e ns. 19 e 20, janeiro e fevereiro de 1969. Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- D. A. E.*, Revista, São Paulo, Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo — Secretaria dos Serviços e Obras Públicas, 1969. N° 72, julho, ilt.
- Diálogo*, Rio de Janeiro, Nathan Glick, 1969. Vol. II, n° II.
- Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1848. Ns. 7.698, 7.700, 7.702, 7.703, 7.708, 7.709, todos de janeiro. Oferta do Dr. Xavier Pedrosa.
- Dionysos*, Rio de Janeiro, Estudos Teatrais, Serviço Nacional de Teatro, Ministério da Educação e Cultura, 1969. N° 17.
- Documenta*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Índice numérico dos Pareceres do C.F.E. — 1962 — 1963 — 1964. Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1968. Índice dos volumes 69 a 90, vol. 91.
- Elista de São Paulo*, São Paulo, Elos Clube de São Paulo, 1969. N° 7, junho (reprografado).
- O Elista de São Paulo*, São Paulo, s/d. Elos Clube de São Paulo da Comunidade Lusitana, ns. 8 e 9 (reprografado).
- Engenharia* (Suplemento da Revista), São Paulo, Instituto de Engenharia, 1969. N° 38, junho. N° 39, N° 40, julho, ilt., N° 41, agosto, N° 42, N° 44, setembro.
- Engenharia*, São Paulo, Revista do Instituto de Engenharia, 1969. Ns. 312, 313, 314, junho, julho, agosto, ilt.
- Engenharia e Química*, Rio de Janeiro, 1952. Vol. IV, N° 1, janeiro-fevereiro. Oferta do Dr. Pedro Moura.
- Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo (RS), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo, 1969. N° 11.
- Estudos Universitários*, Pernambuco, Revista da Universidade Federal de Pernambuco, 1969. N° 1, janeiro-março.
- Fatos e Fotos* (Doc. Histórico), Rio de Janeiro. O homem na lua, 1969, julho, com um pequeno disco da fala dos astronautas: Edwin Aldrin, Michael Collins, Neil Armstrong. Oferta do Dr. Enéas Martins Filho.
- A França em Revista*, Rio de Janeiro, Embaixada da França, 1969 (reprografado) c/retratos.
- Gazeta Oficial do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1847. Vol. II, ns. 75 a 91, todos de agosto. Oferta do Dr. Xavier Pedrosa.
- Geográfica*, São Paulo, Órgão Oficial da Sociedade Geográfica Brasileira, 1961. N° 12, setembro. Oferta de R. R. Hinner.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- Giel*, Rio de Janeiro, Grupo Interdenominacional. Evangélico Literário, 1969. N° 27, abril-maio.
- Guanabara Industrial*, Rio de Janeiro, 1969. Federação das Indústrias do Estado da Guanabara e Centro Industrial do Rio de Janeiro, ns. 76 — maio, 77 — junho, 78 julho, ilts.
- Hilêta*, Rio Branco (AC), Revista da Academia Acreana de Letras, 1967. 128 págs. c/ilt.
- Iba*, Rio de Janeiro, Boletim do Instituto Brasileiro de Acústica, 1969. Vol. IX, Ns. 1, 2, 3.
- Informativo Continental*, São Paulo, Mensário da Continental S. A. Crédito Imobiliário, 1969. N° 6.
- Jornal Brasileiro de Neurologia*, Rio de Janeiro, Órgão Oficial do Instituto de Neurologia da Universidade do Brasil, 1958. Vol. X, ns. 1, 2 e 3. Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- Jornal do Escritor*, Rio de Janeiro, Editora Marco Ltda., 1969. Números 1 e 2.
- Jornal de Letras*, Rio de Janeiro, Mensário de Letras e Artes, 1969. N° 231, setembro.
- Jornal Universitário*, Recife, Universidade Federal de Pernambuco. Números 9 e 10.
- Jurídica*, Rio de Janeiro, Revista Trimestral, 1969. N° 105, abril-junho.
- Legislação do Trabalho*, São Paulo, Mensário Nacional de Legislação Social, Doutrina e Jurisprudência, 1941-1942. Vol. V, ns. 56, 63, e 68.
- O Litoral*, Angra dos Reis, Órgão de Propaganda da Região Sul Fluminense. Ns. 20, 23 a 32.
- Manifesto de Solidariedade dos Professores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo ao Reitor Prof. Dr. Luiz Antônio da Gama e Silva*, São Paulo, 1964. Notícia n° 6.090 (reprografado). Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- Mar*, Boletim do Clube Naval, Rio de Janeiro, s/tip. 1969. N° 199.
- Notícias AEC*, Rio de Janeiro, Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, 1969. N° 41.
- Notícias da A. B. B.*, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Bibliotecários, 1969. N° 14 (reprografado).
- Notícias EUA Culturais*, Rio de Janeiro, Embaixada dos Estados Unidos, Seção Cultural, s/d.
- Notícias*, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969. Vol. 3, N° 2.
- Petrobrás*, Rio de Janeiro, 1967. N° 224, março e abril. Oferta do Dr. Pedro Moura.
- Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas*, Belém (PA), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — Conselho Nacional de Pesquisas, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969. Publicações Avulsas n° 10, ilts.
- Projeto da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, Assembléia Constituinte, Imprensa Nacional, 1946. Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- Puc-Notícias*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1969. N° 6, julho; Ns. 7 e 8, agosto.
- Reforma Agrária*, Brasília, Senado Federal, Diretoria de Informação Legislativa, 1969. Tomo I, II, III.
- Relatório das Atividades*, Exercício de 1968. Rio de Janeiro, Instituto

- Brasileiro de Administração Municipal, 1969. Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- Relatório da Diretoria*, Ouro Preto (MG), Escola Federal de Minas de Ouro Preto, 1967. Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, publicação do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1969. N° 91-92. Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- Revista Aeronáutica*, Rio de Janeiro, Clube de Aeronáutica, 1969. Números 55, 56.
- Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, Fundação I.B.G.E., Instituto Brasileiro de Estatística, 1968. N° 116. Outubro-Dezembro.
- Revista do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco*, Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 1969. N° 1.
- Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1969. N° 6.
- Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, Guanabara, Imprensa do Exército, 1969. N° 57. 1° semestre. Oferta do Gen. Jonas Correia.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, s/v.p., 1969. Ns. 28-30.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, Gráfica Sangirard, 1968. Volume LXV, 1969. Vol. LXVI.
- Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1968. Volume XXXVII, n° 76.
- Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, 1969. 1° trimestre, il.
- Revista Trimestral de Jurisprudência*, Brasília, Supremo Tribunal Federal, Imprensa Nacional, 1969. Vol. 48, junho, Vol. 49, julho.
- Revista da Sociedade dos Amigos de Machado de Assis*, Rio de Janeiro, Composto e Impresso pelo Departamento Gráfico do Museu de Armas Ferreira da Cunha, 1968. N° 8.
- Romanitas*, Revista de Cultura Romana (Lingua, Instituições e Direito), Rio de Janeiro, Romanitas Libraria Editora Ltda., 1967. Vol. 8.
- Staden-Jahrbuch*, São Paulo, Instituto Has Staden, 1966. Band. 14. Oferta de Rudolf Robert Hinner (Prof.).
- Universitas*, Bahia, Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia, 1968. N° 1, setembro-dezembro.
- Veja*, Rio de Janeiro, Editora Abril, 1968. N° 13. Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- Verbum*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 1969. Tomo XXVI, Fasc. 1, março.

II — PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E SERIADAS

2. ESTRANGEIROS

ALEMANHA

- Africa und Uebersee*, Sprachen-Kulturen, Berlin, Verlag von Dietrich Reimer, in Berlin, 1968 e 1969. Band LII — Heft 1 e 2.
- Boletim*, Bonn, Departamento de Imprensa e Informação do Governo Federal da Alemanha, 1969. Números 22/23 — junho; 24, 26 e 27 — julho; 28, 29 e 30 — agosto; 31, 32 — setembro.
- Bullein*, Bonn, Des Presse und Informationsamt der Bundesregierung, 1969. Nr. 102.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Correspondência de Política Exterior, Berlin. Departamento de Prensa del Ministerio de Relaciones Exteriores de la Republica Democratica Alemana, 1969. Vol. 9, ns. 17 — junio e 22 — agosto.

Erdkunde, Archiv Für Wissenschaftliche, Bonn, Ferd. Dummlers Verlag, Bonn, 1969. Band XXIII, Heft 2, Juni.

German Foreign Policy, German Democratic Republic, Ludwig Herms, 1969. Vol. VIII, N° 2.

Humboldt, Hamburgo, Editora: Uebersee — Verlag, 1968 e 1969. Ns. 18/68 e 19/69, it.

Nova, Leipzig, Deutscher Buch-Export und — Import GMBH, 1969. Números 12, e 13 — Juni.

Selecta, Leipzig, Deutscher Buch-Export und — Import GMBH, 1969. Juli.

Tribuna Alemã, Hamburgo, Resenha Mensal da Imprensa Alemã, 1969. Ns. 45 e 46 — julho; it., n° 47.

W'ermessungs — Informationen, Dresden, Surveying News, ns. 13-20, 1968.

ARGENTINA

Argentina, Buenos Aires, Publicación de la Secretaría de Estado de Difusión y Turismo de la Republica Argentina, 1969. N° 2, 3.

Boletín del Instituto de Historia Argentina, «Doctor Emilio Ravignani», Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1969. Ns. 18-19, Tomo XI (2° série).

Boletín del Museu Social Argentino, Buenos Aires, 1969. N° 339, abril-mayo-junio.

BULGÁRIA

Acta Historica, Budapest, Academiae Scientiarum Hungaricae, 1968. Tomus XIV, m. 3-4.

CHILE

Boletín, Santiago, Banco Central de Chile, 1968. Ns. 487, 490 — outubro a diciembre; 1969. Ns. 491 a 494 — enero a abril. Oferta da Biblioteca Nacional de Santiago de Chile.

Boletín Oficial de Carabineros de Chile, Santiago, Ns. 2.155 a 2.185 de 1968-1969. Oferta da Biblioteca Nacional de Santiago de Chile.

Diário Oficial, República de Chile, outubro de 1968, janeiro a maio de 1969. Oferta da Biblioteca Nacional de Santiago de Chile.

Índice Alfabético del Boletín del Servicio de Impuestos Internos, República de Chile, 1968. Ns. 178 a 181, septiembre a diciembre, 1969, ns. 182 a 186, enero a mayo. Oferta da Biblioteca Nacional de Chile.

Mapocho, Santiago, Biblioteca Nacional, Primavera, 1968. N° 17 — Verano 1969, N° 18. Oferta da Biblioteca Nacional de Santiago de Chile.

Recopilación de Leyes, por Ordem Numérico con Índices Onomástico, Temático, Numérico, por Ministerios y de Notas, Santiago, Edición Oficial, 1967-1968. Tomo 53. Oferta da Biblioteca Nacional de Santiago de Chile.

Recopilación de Reglamentos, Com Índices por Ministerios, Temático, Onomástico y de Notas, Santiago, Edición Oficial, 1968. Tomo 18. Oferta da Biblioteca Nacional de Santiago de Chile.

Revista de Educación, Santiago de Chile, Ministerio de Educación, 1968. N° 8 — julio; n° 12 — noviembre; n° 14 — marzo de 1969.

COLÔMBIA

Anuário Colombiano de Historia Social y de La Cultura, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, 1969, N° 4.

Boletim de Historia y Antigüedades, Bogotá, Academia Colombiana de Historia, 1968. Vol. LV, ns. 648, 649, 650, octubre, noviembre y diciembre.

Universidad Pontificia Bolivariana, Medellín, 1968. Vol. XXX, n° 106, Tercero y Cuarto Trimestre.

COSTA RICA

Anales, San José (Costa Rica), Academia de Geografía e Historia de Costa Rica, 1968. Imprenta Nacional.

CANADÁ

Kontakt, Toronto, Editors: Flora Frank, Max Kurs, 1969. Vol. 2, Ns. 2 e 3.

ESPAÑA

Boletín de la Real Sociedad Geográfica, Madrid, Real Sociedad Geográfica, Tomo CIII, 1967. N° 1 a 12, enero-diciembre.

Boletín, Madrid, Real Academia de la Historia, 1969. Tomo 164, Cuaderno 1, enero-marzo, ilt.

Índice Cultural Español, Publicación Mensual, Madrid, 1955, N° 114; 1961, N° 181; 1965, Ns. 196, 202, 203, 231; 1966, N° 243; 1968, Ns. 270, 272. Oferta do Dr. Pedro Calmon.

Revista Española de Antropología Americana, Madrid, Departamento de Antropología y Etnología de América, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Madrid, 1969. Vol. N.

ESTADOS UNIDOS

Aia Journal, New York, The American Institute of Architects, 1969. May Vol. LI, n° 6 — June, ilt.; Volume LII, n° 1.

Américas, Washington, D.C., División de Relações Culturais da União Pan-Americana, 1968. Vol. XX, n° 12; 1969. Vol. XXI, ns. 1, 2, 3; Vol. XXV, n° 4; Vol. XXVI, ns. 4, 5 — abril-maio.

Bulletin of The New York Public Library, New York, 1969. Vol. 73, ns. 5 e 6.

The Catholic Historical Review, Washington, D.C., The Catholic University of America Press, 1969. Vol. LV, n° 1.

Drilexco Cuttings, Los Angeles, 1949. Vol. 3, n° 2. Oferta do Dr. Pedro Moura (em português e inglês).

Ethnology, An International Journal of Cultural and Social Anthropology, Pittsburgh, Department of Anthropology, University of Pittsburgh, 1969. Vol. VIII, n° 2, April.

Geographical Review, New York, The American Geographical Society of New York, 1969. Vol. 59, N° 3, July.

H. A. Bulletin, Santa Barbara, California, American Bibliographical Centre-Clio Press, 1969. Vol. 15, n° 1/2, March.

The Hispanic American Historical Review, Durham, N.C., The Duke University Press, 1969. Volume XLIX, n° 2.

Internacional Organization, Boston, World Peace Foundation, 1969. Vol. XXIII, n° 2.

Journal of Inter-American Studies, Miami, Center for Advanced In-

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- ternational Studies by the University of Miami Press, 1969. Volume XI, n.º 2, April.
- Latin American Theatre Review*, Kansas, Center of Latin American Studies, Spring 1969, 2/2.
- National Geographic*, Washington D.C., Journal of the National Geographic Society, 1969. Vol. 136, n.º 2, August.
- Smithsonian Year 1968*, Washington, Smithsonian Institution, 1968. 30 June, ill.
- FRANÇA
- Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brasílien* (Caravelle), Toulouse, Université de Toulouse, 1969, N.º 12.
- Journaux du Temps Passé*, Napoléon la Grande Guerre la Résistance, colligidos por A. Rossel, Paris, Editions: «Les Yeux Ouverts», 1966. Oferta da Embaixada da França.
- Sciences et Techniques pour tous*, Paris, Editions, G.P., 1947, N.º 8. Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- INGLATERRA
- Bulletin*, London W.C., Union Internationale des Avocats, 1969.
- Liverpool 69*, Liverpool, Derek Powell, 1969, May, n.º 24.
- The Times*, Weekly Edition, London, (jornal), 1944. Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- ISRAEL
- Ariel*, Israel — Review of The Arts And Sciences in Israel, 1964. Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- JAPÃO
- Japan Illustrated*, The Japan Times, Quarterly Magazine, Tokio, 1969 Vol. 7, n.º 2 e 3.
- Para Compreender a Japón*, Japão, International Society for Educational Information, Inc., 1967. Japon em Fotografias.
- Understanding Japan*, Tokio, International Society for Educational Information, Inc., 1969, N.º 23.
- PORTUGAL
- Boletim*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1968. Vol. 32.
- Boletim Analítico*, Luanda, Instituto de Angola, 1969, N.º 55 (reprografiado); N.º 56 e 57 (reprografiado). Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- Boletim Bibliográfico*, Luanda, Instituto de Angola, 1969, N.º 66, 67 e 68 (reprografiado). Oferta do Doutor Pedro Calmon.
- Boletim Informativo*, Luanda, Instituto de Angola, 1969, Ns. 114, 115, 116 (reprografiado). Oferta do Dr. Pedro Calmon.
- Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1967. Vol. VIII, n.º 4, outubro-dezembro e Vol. IX, n.º 1, 1968, janeiro-março.
- Independência*, Portugal, Revista da Cultura Lusitana, Frederico Lopes da Silva Jr., 1968, N.º 39, dezembro.
- Livros de Portugal*, Lisboa, Boletim Mensal do Grémio Nacional dos Editores e Livradores, 1969, Números 121, 122, 123, 124, 125, 126, janeiro a junho.
- Notícia*, Luanda, Edição Metropolitana 1969, Ns. 496, 497, 498, 499, 502 503, 504, 505, 506, 507, 509.
- Revista de Etnografia*, Porto (Portugal), Museu de Etnografia e História, 1969, Vol. XII, Tomo 1, janeiro.

RUSSIA

História Nova e Contemporânea, Instituto Histórico-Academia de Ciências U. R. S. S., 1969. N° 3, Maio-Junho, Moscou.

VENEZUELA

Boletim del Archivo General de la Nación, Caracas, 1968. Tomo LVIII, N° 215, Julio a Diciembre.

Boletim de la Camara de Comercio de Caracas, Caracas, 1969. N° 666, Mayo.

Boletim Historico, Caracas, Fundación John Boulton, 1969. N° 20, Mayo.

Este & Oeste, Caracas, 1969. Ns. 126, 127, Mayo, Junio.

Revista del Instituto de Historia del Derecho Ricardo Levene, Caracas, Imprenta de la Universidad, 1968. N° 19, Diciembre.

III — BIBLIOGRAFIAS E CATALOGOS

I. BRASIL

Bibliografia Brasileira Mensal, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969. Vols. 2, 5, 6 e 7.

Exposição lançamentos do ano, Rio de Janeiro, Divisão de Publicações e Divulgação — Biblioteca Nacional, 1968.

Fichas Bibliográficas do S/C, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969. N° 1.

Lista Diplomática, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1969. Junho.

Relação dos retratos dos patronos, officios, cartas, bilhetes e cartões manuscritos, títulos nomenclatórios, proclamas e certidões, medalhas comemorativas, medalhões de bronze, atas, obras anotadas, e objeto outros de ouro, prata, bronze e cobre, existentes no Museu da Academia Nacional de Medicina e de interesse de seus membros e da vida da instituição, Rio de Janeiro, 1968. N° 1 setembro (reprografado).

Deutsche Bibliographie des Deutsche Buch, Frankfurt, Verlag der Buchhändler — Vereinigung GMBH, 1969. Heft 2.

2. ESTRANGEIROS

ALEMANIA

Neuerscheinungen der deutschen wissenschaftlichen Literatur, Germany, Fridrich Hohlhoff, Buchhändler und Antiquar, 1969. Nr. Ex. 203, Juni.

Nova, Leipzig, Deutscher Buch-Export Und — Import GMBH, 1969. Mai, Juli.

Selecta, Leipzig, Deutscher Buch-Export und — Import GNBH, 1969. Mai.

ESPAÑA

Libros Nuevos, Madrid, Instituto Nacional del Libro Español, 1969. Febrero, Marzo, Abril, Mayo.

ESTADOS UNIDOS

Bibliographical Contributions, Kansas, University of Kansas Libraries, 1969. N° 1.

List of books accessioned and periodical articles indexed in the Columbus Memorial Library, Washington D.C., 1968. Pan-American Union, December (reprografado).

Lista de Encabezamientos de Material para Bibliotecas, Washington, D.C. Unión Panamericana, 1969. Suplemento 1 (reprografado).

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

ITÁLIA

- Catalogo* n° 26, Itália, Studio Bibliográfico Antenore, 1969. Editoria — Messaggeria — Antiquariato.

INGLATERRA

Historical Research for University Degrees in the United Kingdom, London, Institute of Historical Research, University of London, 1969. List n° 30.

New Cambridge Books, Great Britain, 1969. September-December.

Oxford Books on History, England, A Select Catalogue 1969-1970. Oxford University Press.

Thames and Hudson, London, Thames and Hudson Export Department, 1969-1970, August 1969, January 1970.

PORTUGAL

Biblioteca Machado de Assis, Viseu, Fundação Calouste Gulbenkian — 1968. (Catalogo).

SUIÇA

Bulletin du Bureau International d'Education, Genève, 1963-1964, 1er et 2me trimestre, N° 147-150. Oferta do Dr. Pedro Calmon.

Catalogue 476, Zurich, 100 Books From the 16th. Century, Helmut Schumann Ag., s/d. (reprografado).

ESTATÍSTICA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Foi o seguinte o movimento das diversas seções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no 3º Trimestre de julho a setembro de 1969:

Biblioteca

Obras oferecidas, 117

Publicações periódicas seriadas nacionais, 91

Publicações periódicas seriadas estrangeiras, 72

Bibliografias e catálogos, nacionais e estrangeiras, 20

Arquivo

Documentos consultados: 5.394

Documentos oferecidos: 20

Mapoteca

Mapas consultados: 586

Mapas oferecidos: 22

Museu

Visitantes: 168

Sala Pública de Leitura

Obras consultadas: 4.623

Revistas consultadas: 1.842

Jornais consultados, 357

Secretaria

Ofícios, cartas e telegramas recebidos: 224

Ofícios, cartas e telegramas expedidos: 1.500 (compreendidos convites)

O expediente começa às 12 e termina às 17 horas, exceto aos sábados.

INDICE

VOLUME 284

Julho-Setembro de 1969

	Págs.
PALAVRAS PRÉVIAS	5
I — CENTENÁRIO DE RODRIGO OCTÁVIO	
A — 1. <i>Vida e obra de Rodrigo Octávio</i> — Pedro Calmon	7
2. <i>Rodrigo Octávio — Memorialista</i> — Francisco de Assis Barbosa	21
3. <i>Rodrigo Octávio — O Historiador</i> — Aureliano Leite	35
II — HOMENAGEM DO INSTITUTO HISTÓRICO A RODRIGO OCTÁVIO FILHO	
B — 1. <i>Dados biográficos</i> — Enéas Martins Filho	55
2. <i>Rodrigo Octávio Filho — Poeta</i> — Xavier Pedrosa	59
3. <i>Rodrigo Octávio Filho — O Advogado</i> — Plínio Doyle	65
4. <i>Rodrigo Octávio Filho — O Amigo</i> — Américo Jacobina Lacombe	69
5. <i>Rodrigo Octávio Filho e a Cultura Francesa</i> — Mário Barata	72
6. <i>Rodrigo Octávio Filho — O Companheiro</i> — Pedro Calmon	79
III — TRANSCRIÇÕES	
1. <i>Comemoração do Centenário de Rodrigo Octávio no Supremo Tribunal Federal</i> — Osvaldo Trigueiro	83
2. <i>Rodrigo Octávio</i> — Alcino de Paula Salazar	89
3. <i>Rodrigo Octávio, advogado</i> — Orlando Bulcão Viana	91
4. <i>Homenagem a Rodrigo Octávio</i> — Ministro Prado Kelly	93
5. <i>Centenário de Rodrigo Octávio (Academia Brasileira de Letras)</i> — Levi Carneiro	95
6. <i>Rodrigo Octávio</i> — Manuel Pio Corrêa Jr.	111
7. <i>Rodrigo Octávio, Internacionalista</i> — Haroldo Valladão	115
8. <i>Agradecimento de Rodrigo Octávio Filho</i>	129
9. <i>Rodrigo Octávio</i> — Alvaro Alberto	131

	Págs.
10. <i>Rodrigo Octávio Servidor do Brasil</i> — Elmano Cardim	133
11. <i>O Segundo dos três Rodrigo Octávio</i> — Mário Barata	141
12. <i>Rodrigo Octávio</i> — Osvaldo de Sousa Valle	145
13. <i>Rodrigo Octávio</i> — Brasil Bandecchi	149
14. <i>Rodrigo Octávio</i> — <i>O Homem Público e o Poeta</i> — Alfredo Cumplido de Sant'Anna	155
15. <i>Centenário de Rodrigo Octávio</i> — Goffredo Teixeira da Silva Telles	179
16. <i>Rodrigo Octávio</i> — Sizinio Rodrigues	191
17. <i>A ficção na obra de Rodrigo Octávio</i> — Celso Kelly ..	197
18. <i>Rodrigo Octávio, Pai e Filho</i>	205
19. <i>Um homem feliz</i> — Tristão de Ataíde	221
20. <i>Missão Cumprida</i> — Tristão de Ataíde	223
21. <i>Rodrigo Octávio Filho</i> — Josué Montello	225
 IV — BIBLIOGRAFIA	
— José Maria Eça de Queiroz. <i>Sera dos tempos, Angola no Presente, Angola no Passado</i> — Washington Perry de Almeida	227
— <i>The Catholic Historical Review</i> — Vol. Liv nº 2 — A. J. Lacombe	228
— <i>Tarcizio do Rêgo Quirino</i> — <i>Os habitantes do Brasil no fim do século XVI</i> — Instituto de Ciências do Homem — <i>Divisão de História</i> — M. X. Pedrosa	229
— Bailey W. Diffie, with the assistance of Justine Whitefield — Guy de Hollanda	229
— H. A. Bulletin — <i>Historical Abstracts</i> — A. J. Lacombe	230
— Elmano Cardim — <i>Na pauta da História</i> — Antônio Camillo de Oliveira	230
— <i>The Americas</i> — <i>A Quarterly review of inter-american cultural history</i> — A. J. Lacombe	233
— <i>Revista de História</i> nº 71 (julho-set. 1967) — J. de Sousa Leão Filho	233
— <i>Cartas de Duarte Coelho a El-Rei. Documentos para a História do Nordeste</i> — José Antônio Gonsalves de Melo e Cleonir Xavier de Albuquerque — M. X. Pedrosa ..	234
— <i>Universidade Pontifícia Bolivariana</i> — IV — Tr. 1967 e 1º de 1968 — A. J. Lacombe	235
— <i>Cristino Castelo Branco</i> — <i>Escritos de Vários Assuntos</i> — H. Canabarro Reichardt	235
 V — NOTICÁRIO	
<i>Semana da Pátria</i> — <i>Carta de agradecimento do Sr. Gover- nador do Estado da Guanabara ao Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i>	237
VI — SÓCIO FALECIDO: <i>Rodrigo Octávio Filho</i> — M. X. Pedrosa	238
VII — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS	240
VIII — ESTATÍSTICA	256